

Edição em português

ISSN 2316-4891 (on-line)
ISSN 2316-4833 (impresso)



Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
v. 17 n. 58 janeiro/abril 2023

CONSELHO EDITORIAL

Gen Bda Sergio Manoel Martins Pereira Junior
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cel Alexandre Santana Moreira

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

EDITOR

Prof. Dr. Tássio Franchi

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ASSESSORIA EDITORIAL

Carlos Shigueki Oki
OKI Serviços de Informação e Imagem

TRADUÇÃO

COMUNICA

REVISORES DE LINGUAGEM

Maj Mônica da Silva Boia
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

1º Ten Raquel Luciano Gomes

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

SERVIÇOS EDITORIAIS

COMUNICA

Diagramação

COMUNICA

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Antônio Carlos Moraes Lessa

Universidade de Brasília
Brasília, DF, Brasil.

Prof. Dr. Antonio Fonfría Mesa

Universidad Complutense de Madrid
Madrid, España.

Prof. Dr. Daniel Zirker

University of Waikato
Hamilton, New Zealand.

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

Universidade Salgado de Oliveira
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Profa. Dra. Graciela De Conti Pagliari

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC, Brasil.

Prof. Dr. Hector Luis Saint Pierre

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Franca, SP, Brasil.

Gen Bda Juraci Ferreira Galdino

Instituto Militar de Engenharia,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil.

Prof. Dr. Marcos Aurelio Guedes de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco
Recife, PE, Brasil.

Prof. Dr. Octavio Amorim Neto

Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil.

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

Universidade Estadual de Campinas
Campinas, SP, Brasil.

Prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho

King's College London
London, United Kingdom.

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil.

Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

v. 17 n. 58 janeiro/abril 2023

Rio de Janeiro

Edição em português

ISSN 2316-4891 (on-line)
ISSN 2316-4833 (impresso)

Coleç. Meira Mattos	Rio de Janeiro	v. 17	n. 58	p. 1-154	jan./abr. 2023
---------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

SOBRE

A Coleção Meira Mattos é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

ENDEREÇO E CONTATO

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

CEP: 22290-270.

Tel: (21) 3873-3868 /Fax: (21) 2275-5895

e-mail: info.cmm@eceme.eb.mil.br

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição CC-BY.

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

SERVIÇOS EDITORIAIS

Comunica

DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Elaborado pela Seção de Produção, Divulgação e Catalogação, baseado em arte de Harerama Santos da Costa da Seção de Editoração Eletrônica da ECEME.

TIRAGEM

200 exemplares (Distribuição Gratuita)

AVAILABLE IN ENGLISH / DISPONIBLE EN ESPAÑOL

<<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

C691 Coleção Meira Mattos : revista das ciências militares. — Vol. 1, n. 24- .
— Rio de Janeiro : ECEME, 2007-
v. : il. ; 28 cm.

Quadrimestral.

Publicada dos n. 1-14 com o título Padece-me, dos n. 15-23 com os títulos Padece-me e Coleção Meira Mattos.

ISSN 2316-4891 (on-line). — ISSN 2316-4833 (impresso)

1. DEFESA. 2. CIÊNCIAS MILITARES. I. Escola de Comando Estado-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

SUMÁRIO

EDITORIAL

Tássio Franchi v

ARTIGOS

- O Conflito de Taiwan: uma análise estratégica e operacional** 1
Walter da Costa Ferreira, Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior
- A utilização de cenários para a consolidação de uma política de defesa** 27
Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon, Marco Aurélio Vasques Silva
- O sistema ASTROS como uma ferramenta de dissuasão e presença** 43
Ângelo Oliveira Alves
- Tempo de pátrio altruísmo em prol da defesa naval** 61
Lais Raysa Lopes Ferreira
- Estados Unidos e China: a disputa do século XXI. É só poder?** 77
Guilherme Otávio Godinho de Carvalho
- A Logística na Batalha de Tannenberg: o alto preço da incompetência** 95
Rodrigo Tavares Ferreira
- Exército Imperial Japonês no período entreguerras: conceito operacional, planos de guerra e os objetivos estratégicos do estado japonês** 117
Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Bruno Magno
- A cultura estratégica do Brasil aplicada ao Haiti como estudo de caso: uma breve interpretação** 135
Carlos Alberto Leite, Alexandra Sarmento Mitre



Metas para uma revista da área de estudos de defesa nos próximos anos

Tássio Franchi 

Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
editor.cmm@eceme.eb.mil.br

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Como pesquisadores dedicamos semanas, as vezes meses pesquisando de terminados temas e redigindo o resultado de nossas descobertas. Alunos de pós-graduação principalmente levaram meses ou anos para atingir os resultados esperados por seus orientadores e aprovados em bancas de defesa. Após as quais buscam reescrever capítulos ajustando-os à para submissões em revistas e congressos acadêmicos. O fato é que, enquanto autores a nossa preocupação imediata é saber em qual estrado uma determinada revista esta para decidirmos se vamos submeter um manuscrito nela ou não.

Como editor chefe da Coleção Meira Mattos acompanho a alguns anos as discussões entorno da classificação do Qualis Capes¹ de forma mais ativa. Já passamos, e por vezes voltamos, pela discussão de extinção do Qualis e adoção apenas dos índices de impacto internacionais. No próprio Qualis Capes temos as classificações 2010-2012, 2013-2016 e a mais recente 2017-2020.

Estratos Qualis		
2013-2016	2017-2020	2021-2024
A1	A1	A1
A2	A2	A2**
B1	A3	A3**
B2	A4*	A4
B3	B1	B1
B4	B2	B2
B5	B3	B3
C	B4	B4

*Recurso enviado pedindo a reconsideração da classificação da CMM.

** Metas futuras da CMM.

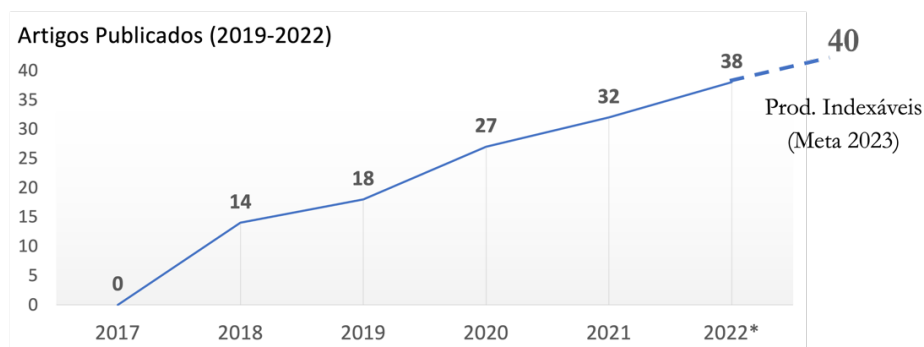
1 Aos leitores internacionais, ou pouco familiarizados com o tema, o Qualis é uma indexação criada pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), uma agência subordinada ao Ministério da Educação. Ela classifica as revistas científicas em estratos que vão A1, A2, A3, A4, B1, B2.....C. Geralmente revistas em estrados mais altos recém mais artigos e até acesso a incentivos financeiros.

Os trabalhos da comissão responsável pela avaliação das publicações e atribuição dos novos estratos foi uma tarefa gigantesca, que resultou na atual classificação das revistas que pode ser conferida on-line na Plataforma Sucupira (site governamental), onde se encontram diversas informações sobre a Pós-Graduação no Brasil. Uma inovação neste novo Qualis foi a adoção de um Qualis-Único. Anteriormente cada área de avaliação da CAPES avaliava separadamente as revistas e lhes atribuía notas de acordo com seus critérios. Dequele modo uma mesma revista poderia ser A1 em Ciência Política e B2 em Geografia ou História. Na estratificação atual cada revista recebe apenas uma classificação. Os critérios que cada comissão utilizou na avaliação das revistas é público e está disponível no website da CAPES. A área de Ciência Política, Relações e Defesa, onde se insere a Coleção Meira Mattos usou índices bibliométricos internacionais como *Impact Factor* e o Índice h5 do *Scholar Google*.

A CMM recebeu a classificação A4, anteriormente era B2. O que parece uma boa evolução na verdade não o foi. Mantivemos a mesma posição após anos de esforços para melhorar a revista (ver quadro 1). Enviamos um recurso à CAPES apresentando argumentos e mostrando indicadores de produção da CMM. Até o fechamento desta edição ainda não tivemos acesso ao resultado do recurso. Mas independente de qual seja não desanimamos. Estamos focando tanto em subir no estrato Qualis, mas principalmente em alcançar indexações internacionais como o *Web of Science*.

Durante a pandemia avaliamos os resultados dos planejamentos e metas traçadas para a CMM em 2018. Apresentamos e comentamos alguns deles.

A CMM aparece como uma publicação acadêmica independente em 2011, junto com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos. Sofre revezes em 2016 e 2017 quando perde o fluxo editorial retomado em 2018, com reformulações importantes e uma visão acadêmica e profissional (RAMOS; FRANCHI, 2020; 2020b). Gradativamente o número de publicações foi sendo ampliado ano a ano, chegando a quatro edições e trinta artigos em 2022. A meta para os próximos anos é seguir ampliando o portfólio de artigos e outros produtos indexáveis pelas bases internacionais.



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL TIPO	TOTAL 5 anos
Artigos	0	11	15	24	26	30	106	129
Outros	0	1	0	0	2	4	7	
Editorial	0	2	3	3	4	4	16	
TOTAL N.	0	14	18	27	32	38	-	

Mas não foi somente quantitativamente que a CMM avançou. Estabelecemos um fluxo editorial profissional, reformulamos normas, reformamos o layout, convidamos novos professores e professores para o conselho editorial, conseguimos indexações internacionais, buscamos recursos por meio de projetos e passamos a publicar a revista em três idiomas, sendo a única revista da área de CP&RI totalmente trilingue atualmente.

Quantidade de artigos publicados em outros idiomas (Inglês=EN, Espanol=ES)										
2018		2019		2020		2021		2022		total
EN	ES	EN	ES	EN	ES	EN	ES	EN	ES	
5	5	15	15	24	24	26	26	30	30	186

Apoiados pelos professores do Programa de Pós-Graduação ampliamos a captação ativa de artigos de autores nacionais e internacionais. Isso vem nos garantindo melhoras nos índices de endogenia e internacionalização. Apenas nos últimos anos publicamos 29 artigos de autores estrangeiros ou filiados em instituições estrangeiras. Isso significa aproximadamente 20% das publicações da CMM.



Argentina	Coréia do Sul	Índia (3 artigos)	África do Sul
Bangladesh	Espanha (2 artigos)	México	Emirados Árabes Unidos
Bélgica	EUA (2 artigos)	Nigéria (5 artigos)	29 artigos internacionais
Bolívia	Guatemala (2 artigos)	Paquistão	
Colômbia	Guiana	Portugal (4 artigos)	

A missão da CMM é publicar artigos de qualidade na área de Ciência Política, Relações Internacionais e Defesa (Área 39 CAPE) e nas Ciências Militares. A meta é ser uma das revistas de referência para a discussão de temas de Defesa no Brasil e na América do Sul. Por isso, nos próximos anos a CMM irá seguir em busca de melhorar sua classificação no Qualis Capes. Ao mesmo tempo que iremos buscar ser indexados em bases internacionais como a *Web of Science* e *Scopus*, de modo de aumentar a visibilidade da revista e internacionalizá-la.

Sugerimos aos leitores(as) que pesquisem nas edições, tomem contato com a diversidade de autores e temas que vem sendo publicados na CMM nos últimos anos... e desde já agradecemos sua audiência!

Referências

RAMOS, C. E. D. F.; FRANCHI, T. CMM e PPGCM: uma história em paralelo. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 49, p. v-ix, 5 fev. 2020.

RAMOS, C. E. D. F.; FRANCHI, T. Coleção Meira Mattos uma visão profissional. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. especial, p. v-vii, 31 out. 2020.

O Conflito de Taiwan: uma análise estratégica e operacional

The Taiwan Conflict: a strategic and operational analysis

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise estratégica e operacional do conflito de Taiwan. Atualmente, o contencioso em questão situa-se no estágio de crise político-estratégica. Para além da díade China-Taiwan, a complexidade da crise é acentuada ao incorporar em sua dinâmica duas grandes potências nucleares rivais: os Estados Unidos da América e a China. No intuito de avaliar a possibilidade de irrupção de um conflito armado na região do Pacífico Ocidental, caracterizado por uma hipotética invasão de Taiwan ou mesmo em decorrência do uso limitado da violência pela China, o trabalho discorre sobre os principais aspectos estratégicos e operacionais implicados na contenda e os diversificados instrumentos do poder nacional empregados pelos atores envolvidos, em particular seus aparatos militares. Como conclusão, o artigo faz inferência sobre a provável postura estratégica chinesa em face da resistência taiwanesa, robustecida pelo apoio político-militar de Washington e seus aliados.


Palavras-chave: Crise político-estratégica; coerção; estratégia militar; Taiwan; metodologia de estudo de caso.

Abstract: The present article intends to present a strategic and operational analysis of the Taiwan conflict. Currently, the dispute in question is at the stage of a political-strategic crisis. Beyond the China-Taiwan dyad, the complexity of the crisis is stressed by incorporating in its dynamics two rival great nuclear powers: The United States of America and China. In order to assess the possibility of an armed conflict in the Western Pacific region, characterized by a hypothetical invasion of Taiwan or even as a result of the limited use of violence by China, the paper discusses the main strategic and operational aspects implicated in the dispute and the diversified instruments of national power employed by the involved actors, particularly their military apparatus. In conclusion, the article draws inferences about the likely Chinese strategic posture in the face of Taiwanese resistance, strengthened by the political-military support of Washington and its allies.

Keywords: Political-strategic crisis; coercion; military strategy; Taiwan; case study methodology.

Walter da Costa Ferreira 

Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional.
João Pessoa, PB, Brasil.
walterpqtbsd@yahoo.com.br

Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior 

Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Relações Internacionais.
João Pessoa, PB, Brasil.
augustoteixeirajr@gmail.com

Recebido: 03 jun. 2022

Aprovado: 19 nov. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o conflito de Taiwan no contexto da competição sino-americana no Pacífico Ocidental. No final de 2021, institutos de pesquisa testemunharam um aumento substancial das atividades coercitivas da China sobre Taiwan. As medidas coercitivas chinesas se desenvolveram por intermédio de ações militares provocativas, além da utilização coativa de outros instrumentos do poder nacional, como pressão econômica e guerra psicológica. No período em questão, o Exército de Libertação Popular (PLA, em inglês) intensificou a realização de suas incursões aéreas, efetivadas por aeronaves de caça e bombardeiros, na zona de identificação de defesa aérea¹ (ADIZ) de Taiwan, assim como empreendeu manobras navais e exercícios de assalto anfíbio nas proximidades da área em disputa. Segundo o International Institute for Strategic Studies (IISS, 2022, p. 6):

De janeiro a novembro de 2021, o PLA realizou 230 incursões na Zona de Identificação da Defesa Aérea de Taiwan. Mais de 800 aeronaves foram empregadas, incluindo caças, bombardeiros e aeronaves de missões especiais, particularmente aeronaves KQ-200 de guerra antissubmarino [...].

Em agosto de 2022, a visita a Taiwan de Nancy Pelosi, presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, agravou o estado de tensão do referido litígio. Pequim reagiu por intermédio de ações político-diplomáticas de protesto e de manobras militares no entorno da principal ilha taiwanesa, que incluíram o lançamento de mísseis balísticos em áreas marítimas. Verifica-se, assim, que Pequim escala a crise político-estratégica com o propósito de submeter coercitivamente o governo de Taipé aos seus interesses nacionais, especificamente a “reunificação chinesa”. Outrossim, declara ostensivamente que não descarta o uso direto de força militar para reincorporar Taiwan ao seu território, considerada uma província rebelde separatista. Percebe-se com clareza a resolução da postura estratégica sínica a despeito das variadas ações de dissuasão estendida² adotadas pelos Estados Unidos. Não obstante as sinalizações de força por parte de Pequim, ainda não ocorreram violações territoriais ou outros atos de agressão definidos em normas internacionais (UNITED NATIONS, 1974).

A análise empreendida tem por finalidade escrutinar a supracitada crise por meio do desenvolvimento de um cenário estratégico-operacional. Para este efeito, empregou-se de forma combinada o estudo da estratégia militar aplicada (FERREIRA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021) com a metodologia de construção de cenários (BUARQUE, 2003). A partir desse enquadramento teórico-metodológico, o artigo propõe examinar as circunstâncias e condicionantes de um hipotético conflito armado no entorno geopolítico taiwanês, com risco de transbordamento para o Pacífico Ocidental. À luz da teoria estratégica aqui mobilizada (BEAUFRE, 1998; BIDDLE,

1 “Espaço aéreo, de dimensões definidas, dentro do qual são exigidos pronta identificação, localização e controle de aeronaves” (BRASIL, 2015, p. 288). A citada zona não corresponde ao espaço aéreo nacional.

2 A dissuasão estendida consiste em desencorajar agressões armadas contra aliados ou parceiros (MAZARR, 2018).

2004; EASTON, 2017; GRAY, 1999; MAZARR, 2018; SCHELLING, 1966),³ o artigo busca avaliar a plausibilidade da ocorrência, no curto prazo (2022-2027), de um assalto anfíbio chinês contra Taiwan. O marco temporal de 2027 é particularmente relevante, dado que consiste no centenário de fundação do PLA. Em reforço a essa tese, o 5º Plenário do 19º Comitê Central do Partido Comunista Chinês afirmou que o ritmo da modernização do aparato militar deveria ser acelerado, tendo como meta o ano de 2027 (IISS, 2021).

O artigo lança mão da teoria da dissuasão⁴ (MAZARR, 2018; SCHELLING, 1966) e, para uma compreensão mais fina da situação estratégica da China, vale-se de autores como Fravel (2019) e sua pesquisa sobre a evolução estratégica chinesa. O estudo de Easton (2017) foi fundamental para um exame mais acurado da perspectiva taiwanesa. Para a análise estratégica e operacional, combinamos a teoria da estratégia de Beaufre (1998) com a tipologia de métodos estratégicos básicos no âmbito nacional e militar. O texto adota o enfoque qualitativo, seguindo essencialmente uma metodologia de estudo de caso. As observações e inferências dos autores são baseadas na prevalência da racionalidade no cálculo estratégico empreendido pelos Estados considerados. Para elucidar o cálculo estratégico, lançou-se mão de variáveis fisiográficas, políticas, econômicas, psicossociais e militares.

O artigo está organizado da seguinte forma: após a introdução, a análise estratégica buscará identificar os objetivos, formas e meios dos principais contendores; em sequência, abordando questões operacionais do conflito em tela, o trabalho disserta sobre cenários que ilustram as opções das grandes potências implicadas, inclusive uma possível invasão chinesa das ilhas taiwanesas. Ao analisar as múltiplas facetas do ambiente estratégico, busca-se identificar a provável postura de Pequim ante a oposição de Taipé, decorrente da análise dos custos, riscos e benefícios envolvidos.

2. ANÁLISE ESTRATÉGICA

Dado o caráter inescapável da geografia nas questões estratégicas (GRAY, 1999), cabe inicialmente apresentar a região do conflito. Observa-se a principal ilha de Taiwan em posição próxima à costa chinesa, a uma distância aproximada de 180 km. Algumas de suas ilhas, como Kinmen e Matsu, distam apenas 10 a 20 km do litoral chinês. No entorno de Taiwan, nota-se a estratégica ilha de Okinawa do Japão a 600 km de distância a nordeste, local de importante base naval e outras aéreas dos norte-americanos no Pacífico Ocidental. As Filipinas, país aliado dos estadunidenses, situam-se a 400 km de distância ao sul e a ilha de Guam (EUA) a 2.700 km de distância a sudeste, sede de base naval da Sétima Frota e de bombardeiros estratégicos norte-americanos. Um pouco mais ao norte, percebem-se o Japão e a Coreia do Sul, tradicionais aliados e locais de diversas bases militares dos Estados Unidos, particularmente em Yokosuka

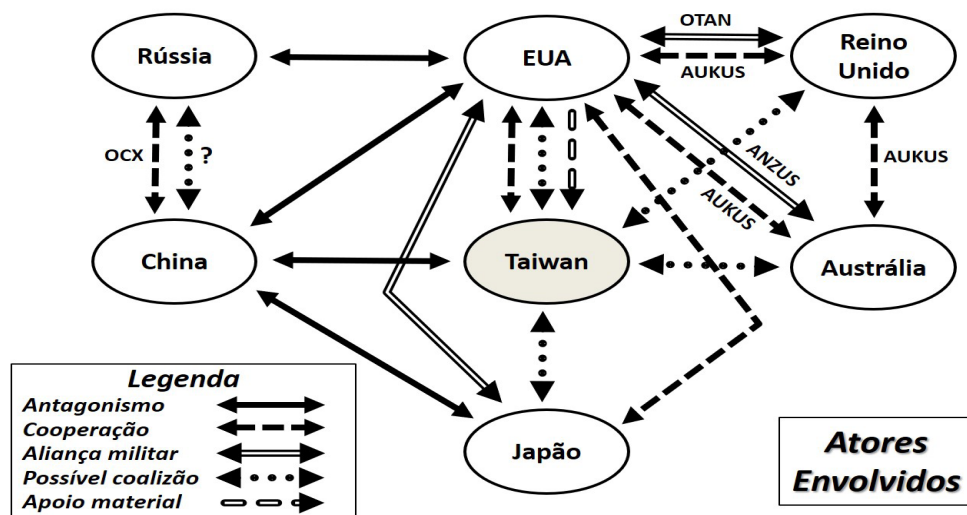
3 Estratégias, por uma perspectiva holística, é a ponte que conecta os recursos do poder (meios disponíveis) ao propósito político (fins desejados). Em outras palavras, os recursos devem ser adequados e suficientes para a consecução dos objetivos por intermédio dos métodos selecionados (ECHEVARRIA II, 2017).

4 Modalidade de coerção estratégica (SCHELLING, 1966), a dissuasão consiste no uso de ameaças para desencorajar um ator rival de empreender um ato indesejável aos interesses do Estado coator, tendo por propósito a manutenção da situação político-estratégica vigente (FREEDMAN; RAGHAVAN, 2013). Está associada à capacidade de repelir (dissuasão por negação) ou retaliar (dissuasão por punição), com força nuclear ou convencional, eventuais ações hostis contra o Estado (RÜHLE, 2015).

e Sasebo. Verifica-se que a localização geográfica de Taiwan impacta diretamente a segurança nacional da China, porquanto seu posicionamento relativo permite o controle do tráfego marítimo na costa leste chinesa, bem como representa uma porta de entrada para o Pacífico Ocidental, potencializando a projeção de poder de Pequim.

Com a intenção de explicitar as distintas interações entre os atores envolvidos no litígio, faz-se necessário expor um diagrama de relações. Em destaque, nota-se Taiwan como o epicentro da controvérsia, em antagonismo direto aos interesses de reunificação da China. Em paralelo à dualidade China-Taiwan, os Estados Unidos, rivais geopolíticos de Pequim, promovem estreita cooperação político-militar com os taiwaneses (HSIEH, 2020) e podem liderar uma coalizão de países em defesa da ilha, constituída, além dos estadunidenses, pelo Reino Unido, Austrália e Japão, sem levar em conta o leque de possibilidades de participação de nações que possuem contenciosos com a China. Destarte, registra-se a articulação estratégica entre os Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália, conhecida como *Quad*, com o propósito de fomentar a cooperação político-militar entre esses países, claramente vocacionada para conter a expansão chinesa na região do Indo-Pacífico (IISS, 2022). Ademais, Washington e Londres articularam um acordo de cooperação militar com a Austrália, referenciado como AUKUS, endossando, entre outros termos, a transferência de tecnologia de propulsão nuclear para os submarinos de ataque da marinha australiana, vetor naval de grande relevância em uma estratégia de contenção da China por negação do uso do mar (IISS, 2022).

Figura 1 – Diagrama de relações no conflito de Taiwan⁵



Fonte: Os autores com base em Carpenter (2021), Easton (2017), Fravel (2008), Greer (2018), Grossman & Mayers (2019), Heginbotham *et al.* (2015), Mearsheimer (2005, 2013) e IISS (2021, 2022).

5 O diagrama de relações faz parte da metodologia de planejamento estratégico militar (FERREIRA; TEIXEIRA JÚNIOR, 2021), contudo, como modelo simplificado da realidade, não retrata todos os atores que, eventualmente, podem ser envolvidos no conflito, como a Índia. A expressão “possível coalizão” reflete os interesses comuns de segurança dos atores conectados em relação ao conflito em tela.

Todavia, é preciso considerar a postura de ambiguidade estratégica de Washington relativa ao conflito de Taiwan. Os Estados Unidos endossam o compromisso com os esforços de defesa da ilha,⁶ por meio de assistência militar e fornecimento de material bélico, mas não atestam uma intervenção militar direta em caso de beligerância. Os EUA mostram-se favoráveis a uma solução pacífica negociada, entretanto, refutam a declaração unilateral de independência por parte de Taipé. Por outro lado, não é prudente desconsiderar os russos. China e Rússia são membros da Organização para Cooperação de Xangai e desfrutam de forte parceria político-militar no corrente momento, não obstante seus latentes antagonismos históricos.

Desde o início do século XXI, verifica-se, com base no consistente crescimento econômico chinês, um ambicioso programa de ampliação, reformas e modernização do Exército de Libertação Popular, as forças armadas de Pequim (IISS, 2021). Hodiernamente, a China tem pleno domínio de quase todas as tecnologias militares empregadas no combate multidimensional contemporâneo, assumindo a vanguarda em alguns setores de pesquisa, notadamente na área dos mísseis balísticos antinavio e dos veículos planadores hipersônicos (IISS, 2022).

A despeito dos investimentos de Taipé em suas forças armadas, é notável o desequilíbrio militar a favor dos chineses, em termos quantitativos e qualitativos. As forças terrestres do PLA superam as congêneres taiwanesas em dez vezes. A superioridade chinesa em material bélico, sejam carros de combate, aeronaves de caça, submarinos ou outros equipamentos, guarda proporções quase similares. Em termos tecnológicos, enfatiza-se o notável avanço de Pequim em armas hipersônicas, caças de quinta geração, navios aeródromos, mísseis antinavio, defesas antiaéreas, satélites e outros sistemas militares. Nesse contexto, destacam-se a Força de Foguetes do PLA, dotada com cerca de 2.000 mísseis balísticos e de cruzeiro, de variados alcances, e a Força de Apoio Estratégico, que incorpora unidades de guerra eletrônica, cibernética e psicológica, sendo responsável, ainda, pelas operações espaciais chinesas (UNITED STATES, 2021a).

Porém, há que ressaltar a grande influência de aspectos subjetivos no poder relativo de combate, como a efetividade da doutrina, a liderança militar, a motivação das tropas, assim como o nível de profissionalismo e adestramento das forças armadas, *inter alia*. Nem sempre a vantagem numérica e tecnológica assegura a vitória (BIDDLE, 2004). Ademais, salienta-se que, na comparação precedente das forças antagonistas, não estão relacionadas as forças militares de uma eventual coalizão de países, liderada pelos Estados Unidos. Nesse caso, a vantagem chinesa seria minimizada ou mesmo anulada⁷.

Sob o enfoque do aparato militar de Taiwan, é possível afirmar que suas forças armadas, não obstante a prevalência numérica e tecnológica de Pequim, estão muito bem-preparadas para o combate defensivo contra desembarques anfíbios, bem como para o combate urbano. Suas bases militares estão desdobradas, majoritariamente, na costa ocidental da ilha, voltadas para o Estreito de Taiwan, com ênfase na defesa costeira apoiada em caças modernos, embarcações rápidas de ataque e baterias de artilharia dotadas com mísseis antinavio. Suas principais bases navais localizam-se ao sul e ao norte, em Kaohsiung e Keelung, respectivamente. Taipé, reconhecendo a disparidade

6 O apoio dos EUA baseia-se na lei conhecida como Taiwan Relations Act (TRA), aprovada em 1979 (EASTON, 2017).

7 Para uma percepção mais acurada do balanço de forças no conflito, consultar o comparativo das capacidades militares chinesas e estadunidenses no Pacífico Ocidental desenvolvido por Heginbotham et al. (2015).

militar a favor de Pequim, tem realizado fortes investimentos em sistemas bélicos assimétricos, tais como mísseis antiaéreos e anticarro portáteis, minas navais, submarinos e aeronaves remotamente pilotadas. Com o propósito de minorar os efeitos de um ataque missilístico chinês, os taiwaneses promoveram a fortificação de suas bases militares e centros de comando, assim como construíram abrigos encravados nas montanhas da costa oriental para proteger suas aeronaves de caça (EASTON, 2017). A fim de otimizar o desempenho em combate, Taipé conduz correntemente um processo de transição do recrutamento obrigatório para o serviço militar voluntário e profissional. Outrossim, é preciso considerar a grande capacidade taiwanesa de mobilização de recursos humanos, que pode atingir até um milhão e meio de soldados.

Tendo por base as considerações progressas, a manobra de crise⁸ do governo chinês, na busca de uma solução pacífica da controvérsia, emprega uma combinação de ações estratégicas, destacando-se o uso de negociações diretas, coação político-econômica, operações psicológicas e cibernéticas, bem como manobras navais, exercícios anfíbios e incursões aéreas na ADIZ taiwanesa (EASTON, 2017). O pensamento estratégico chinês enfatiza os conceitos de guerra irrestrita e de conflito na zona cinzenta,⁹ aplicáveis a uma concepção estratégica indireta, que admite, entretanto, a aplicação direta de força militar em caráter limitado. O comportamento do governo chinês de escalar a crise busca modificar o *status quo* e lograr seu objetivo político – reunificar o país – ao mesmo tempo que procura controlar o enfrentamento coercitivo para evitar um embate armado multidimensional contra os Estados Unidos e seus aliados, de resultados imprevisíveis.

Em contrapartida, é notória a ação político-diplomática estadunidense no intuito de consolidar alianças militares com países amigos no Indo-Pacífico para potencializar sua estratégia dissuasória contra os chineses. A aplicação da estratégia norte-americana pode ser exemplificada pelas operações combinadas de adestramento para promover a interoperabilidade de forças multinacionais, bem como pela transferência de armamentos sensíveis e tecnologias críticas a parceiros regionais. Por conseguinte, é plausível caracterizar a postura estadunidense pela dissuasão estendida (nuclear e convencional), presença avançada, projeção de poder e contenção geoestratégica em profundidade.

Como complemento do que precede, nota-se que as bases militares dos Estados Unidos e de seus aliados estão dispostas em duas linhas (cadeias de ilhas), que proporcionam profundidade estratégica ao dispositivo de contenção. A base dessa concepção estratégica reside no fato de que, sendo uma nação dependente do comércio marítimo para sustentar seu crescimento econômico, a China encontra-se em desvantagem geográfica ante as referidas cadeias de ilhas, que restringem o seu livre acesso ao Pacífico Ocidental.

8 “Processo de condução da crise que tem por finalidade básica conseguir uma paz vantajosa, evitando que ela evolua para o conflito armado. Compreende um conjunto de ações desencadeadas para distender, estabilizar ou escalar em relação à situação de crise” (BRASIL, 2015, p. 161).

9 Guerra irrestrita fundamenta-se em ações políticas, legais, econômicas, financeiras, psicológicas, cibernéticas, terroristas e de outras naturezas como alternativas complementares ao confronto militar direto (LIANG; XIANGSUI, 1999). Por sua vez, conflito na zona cinzenta significa um enfrentamento coercitivo, em situação de crise político-estratégica, por meio de diversificados instrumentos do poder nacional, inclusive ações violentas limitadas, em um nível abaixo do conflito armado ou da guerra (MAZARR, 2015).

Figura 2 – Estratégia de Contenção da China (Cadeias de Ilhas)



Fonte: United States (2010, p. 23).

Não obstante a inexistência de litígios territoriais sino-americanos, os Estados Unidos, recorrentemente, executam operações navais intituladas *Freedom of Navigation* no Mar da China Meridional e no Estreito de Taiwan, para reforçar os preceitos constantes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), contestando as reivindicações marítimas chinesas consideradas excessivas¹⁰. Como ocorrido em 2020, em 2021 foram conduzidos trânsitos no Estreito de Taiwan a uma taxa média de uma ocorrência mensal (IISS, 2022).

Taiapé, por sua vez, atua no campo da política externa para retirar a liberdade de ação de Pequim no âmbito da comunidade internacional, conduz operações de informação¹¹ para potencializar a resistência nacional e para obter apoio da opinião pública mundial, assim como evidencia suas capacidades militares, por meio de sucessivos exercícios militares, a fim de dissuadir os chineses. No entanto, avalia-se que o sucesso de sua manobra externa seja limitado. Taiwan não goza do reconhecimento político da comunidade internacional, à exceção de poucos países como Honduras, Paraguai e Palau, *inter alia*, além de não ser membro das Nações Unidas desde 1971, ocasião em que foi substituída pela República Popular da China.

10 Contrariam o contido na UNCLOS, em particular os direitos de navegação e os limites das águas jurisdicionais.

11 De acordo com Brasil (2015, p. 198), são “Ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares. Executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. [...]”. De forma complementar, é possível afirmar que Operações de Informação consistem na atuação sinérgica de capacidades relacionadas ao fluxo de informações, no intuito de proporcionar conhecimentos e consciência situacional ao comando, informar e influenciar grupos e indivíduos, realizar ações de interdição não cinéticas, bem como afetar o processo decisório de oponentes, ao mesmo tempo que neutraliza os efeitos das ações adversas na dimensão informacional.

O sucesso da manobra de crise chinesa, respaldada na competência,¹² está condicionado à capacidade dos recursos militares do PLA e à credibilidade de Pequim. É sabido que, neste momento, a China tem restrições navais para consumir uma invasão anfíbia às ilhas taiwanesas. Não obstante, possui plenas condições de realizar operações de interdição e de bloqueio contra Taiwan. Por outro lado, não falta à liderança política chinesa apetite para utilizar meios violentos, mormente em função dos interesses em jogo. A mensagem coercitiva, amplamente explicitada por comunicação diplomática e declarações oficiais, é sistematicamente tonificada por demonstrações de força e ações militares provocativas. Resta a Pequim assumir os custos da punição em face da relutância de Taipé.

Para identificar as opções estratégicas de Pequim, considerar-se-ão, essencialmente, os dois métodos estratégicos básicos utilizados no âmbito nacional e militar – ação direta e ação indireta – destacando-se que não estão contemplados na presente reflexão o método da aproximação indireta¹³ e o método nuclear, estes intrínsecos à estratégia militar. Como premissas de análise, julgam-se verossímeis o envolvimento dos Estados Unidos e seus aliados na possível beligerância, de forma limitada e sem invasões à China continental, bem como a prevalência do interdito nuclear, mesmo em caráter tático (HAMMES, 2012; KREPINEVICH, 2010).

De início, abordar-se-á o método da ação indireta. Segundo a opinião dos autores e de muitos analistas internacionais, o referido método estratégico, nas esferas nacional e militar, configura a opção prioritária para os chineses e de maior probabilidade de ocorrência (FRAVEL, 2008). Tal assertiva tem como base a reduzida liberdade de ação (BEAUFRE, 1998) desfrutada por Pequim junto à opinião pública externa e à comunidade internacional, bem como a insuficiência de forças militares ante a oposição taiwanesa robustecida por uma presumível coalizão liderada pelos Estados Unidos. Todavia, a relevância do objetivo político estabelecido pela liderança sínica fundamenta o uso da violência armada, em caráter limitado, na hipótese de fracasso de suas ações puramente coercitivas.

No domínio da estratégia nacional, em alinhamento ao supracitado método, visualiza-se a utilização do modelo de ações sucessivas, que implica a combinação da pressão indireta, da ameaça direta e de ações militares limitadas em força¹⁴. No caso em tela, os chineses promovem, preliminarmente, demonstrações de força militar materializadas por exercícios de assalto anfíbio e manobras navais no Pacífico Ocidental, ações meramente coadjuvantes das pressões político-diplomáticas, da coação econômico-financeira e da guerra psicológica empreendidas por Pequim. Em uma segunda fase, atualmente em curso, o uso indireto do poder militar assume um papel protagonista por intermédio de ações militares provocativas, com o propósito de escalar a crise.

12 Modalidade de coerção estratégica, a competência configura ameaça ativa de uso da força, coagindo o oponente a alterar comportamento contrário aos interesses do Estado coator (SCHELLING, 1966).

13 A carência de requisitos operacionais, tais como a surpresa e a transitabilidade, contraindica a aproximação indireta.

14 Os modelos estratégicos citados neste trabalho são a ameaça direta, pressão indireta, ações sucessivas, conflito violento e conflito prolongado (BEAUFRE, 1998).

Na etapa final, a China admitiria o uso direto de seu aparato bélico por meio de ações agressivas limitadas, tais como operações de interdição associadas ou não ao estabelecimento de uma zona de exclusão marítima e aérea no entorno de Taiwan. Analistas como Carpenter (2021) alertam, ainda, para a possibilidade de uma ofensiva limitada nas ilhas de Kinmen e Matsu, próximas à costa chinesa, para fins de barganha na mesa de negociações, uma situação típica de *fait accompli*.

A combinação, sequencial ou cumulativa (WYLIE, 1967), das estratégias da interdição, bloqueio e ofensiva (limitada),¹⁵ bem como a dosagem da força aplicada, notabilizam a arte operacional. Por conseguinte, há inúmeros arranjos estratégicos passíveis de serem empregados com base no método supracitado. Conforme consta do relatório anual ao Congresso, direcionado às questões de segurança envolvendo a República Popular da China, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos relata o seguinte:

Documentos do PLA descrevem uma campanha conjunta de bloqueio na qual a RPC empregaria bloqueios cinéticos do tráfego marítimo e aéreo, incluindo a interrupção das importações vitais de Taiwan para forçar a sua capitulação. Ataques de mísseis em larga escala e possíveis capturas de ilhas *offshore* de Taiwan acompanhariam o bloqueio conjunto, na tentativa de alcançar uma rápida rendição de Taiwan, enquanto, ao mesmo tempo, seriam posicionadas forças aéreas e navais para realizar semanas ou meses de operações de bloqueio, se necessário (UNITED STATES, 2021a, p. 116).

Em contrapartida, o método da ação direta implica, peremptoriamente, a invasão de Taiwan, no intuito de neutralizar suas forças armadas e conquistar seu território por meio da estratégia da ofensiva, desencadeada em larga escala nos múltiplos domínios do combate. Segundo Easton (2017), a importância geoestratégica de Taiwan, a cultura militar chinesa, assim como a obstinada resistência de Taipé ante a compêlência sínica, constituem os principais argumentos para o uso intensivo da violência, a despeito dos custos e riscos associados.

Nesse contexto, a modelagem estratégica chinesa compreenderia, em situação de crise, a ameaça direta por meio do uso coercitivo do poder militar em caráter protagonista, reforçado por outros instrumentos do poder nacional, como anteriormente exposto. O fracasso da manobra de crise conduziria ao modelo de conflito violento, consubstanciado por variadas ações militares vinculadas às estratégias da ofensiva (invasão), bloqueio, interdição e pacificação, tais como: ataques aéreos e missilísticos, ataques cibernéticos, estabelecimento de zona de exclusão, operações de assalto anfíbio, operações terrestres ofensivas e operações contra forças irregulares, *inter alia*.



15 A estratégia da interdição visa degradar capacidades militares e ativos estratégicos do oponente, por meio de ataques e incursões. A estratégia do bloqueio consiste na interrupção do fluxo de pessoas e bens nos portos, aeroportos e passagens fronteiriças da parte rival. A estratégia da ofensiva caracteriza-se por ações armadas a fim de neutralizar resistências inimigas, conquistar acidententes capitais e estabelecer controle territorial em área de interesse.

Em complemento aos métodos precedentes, Pequim adotaria uma postura defensiva contra a coalizão dos países aliados de Taiwan, respaldada por um forte sistema antiacesso e de negação de área (A2/AD)¹⁶ (TANGREDI, 2013). A atitude chinesa de defesa ativa poderia ser combinada com a estratégia da interdição, tendo como finalidade a degradação de ativos estratégicos de seus oponentes na região do conflito. Contudo, tais operações de interdição contra o território de países aliados dos Estados Unidos poderia justificar a retaliação de seus rivais contra alvos situados na China continental.

De qualquer maneira, independentemente do método selecionado pela liderança chinesa, não parece que a solução da disputa em tela ocorra sem algum nível de violência. Conforme assevera Mearsheimer (2005, 2013), Taipé não se deixará coagir e Pequim não desistirá de reintegrar Taiwan ao seu território (CHINA, 2022). Dada a configuração do tabuleiro geopolítico e da balança de capacidades materiais dos países envolvidos (HEGINBOTHAM *et al.*, 2015), é provável que o impasse estratégico seja rompido pela força das armas em algum momento futuro. Ratificando as assertivas anteriores, cita-se a declaração do presidente Xi Jinping (*apud* GREER, 2018, n.p.), por ocasião do 19º Congresso do Partido Comunista Chinês:

Temos vontade firme, plena confiança e capacidade suficiente para derrotar qualquer forma de secessão independentista de Taiwan. Nunca permitiremos que qualquer pessoa, organização ou partido político separe qualquer parte do território chinês da China, em qualquer momento ou de qualquer forma.

Figura 3 – Manobra Estratégica da China

Método da Ação Indireta	
<p>1ª Fase: Pressão Indireta (face a Taiwan e EUA/aliados) - Presença e dissuasão (demonstrações de força)</p> <p>2ª Fase: Ameaça Direta - Face a Taiwan: presença e dissuasão (ações militares provocativas) - Face aos EUA e aliados: presença e dissuasão (demonstrações de força)</p> <p>3ª Fase: Uso de Força Limitada - Face a Taiwan: bloqueio, interdição e/ou ofensiva (limitada - ilhas de Kinmen e Matsu) - Face aos EUA e aliados: defensiva (A2/AD)</p>	
Método da Ação Direta	
<p>1ª Fase: Ameaça Direta - Face a Taiwan: presença e dissuasão (ações militares provocativas) - Face aos EUA e aliados: presença e dissuasão (demonstrações de força)</p> <p>2ª Fase: Conflito Violento - Face a Taiwan: bloqueio, interdição, ofensiva (invasão anfíbia) e pacificação - Face aos EUA e aliados: defensiva (A2/AD) e interdição (?)</p>	

Fonte: Os autores (2022).

16 Sistema conjunto de defesa ativa, integrado por sensores, armas e vetores, com a finalidade de impedir ou dificultar o acesso de forças inimigas às suas bases avançadas no teatro de operações (antiacesso), bem como retirar a liberdade de ação dessas forças no interior da referida área, impedindo-as de projetar poder (negação de área) (UNITED STATES, 2017).

Exploradas as opções estratégicas da China, dissertar-se-á sobre a postura estratégica de Taiwan e seus aliados, mormente os Estados Unidos da América em coalizão com países como o Japão. Em verdade, em razão da insuficiência dos recursos militares taiwaneses para neutralizar decisivamente o poderio militar e econômico de Pequim, será apenas examinado o método da ação indireta. Nesse contexto, o governo taiwanês deseja manter o *status quo* territorial e sua autonomia político-econômica, adotando um comportamento de estabilização da crise geopolítica (EASTON, 2017; MEARSHEIMER, 2013). Na atualidade, observando um modelo de pressão indireta apoiado prevalentemente em ampla campanha psicológica e ações de política externa, Taipé tenciona reforçar laços de cooperação e parcerias com nações amigas, assim como explicitar a resolução de seu povo para preservar sua autodeterminação e as liberdades individuais. Em complemento, na esfera militar, desenvolve as estratégias da presença e da dissuasão, por intermédio do desdobramento de contingentes das forças armadas em todas as suas ilhas, de manobras militares regulares com realização de fogos e de exercícios periódicos de mobilização de reservistas, a fim de demonstrar capacidades bélicas e prontidão operacional permanente.

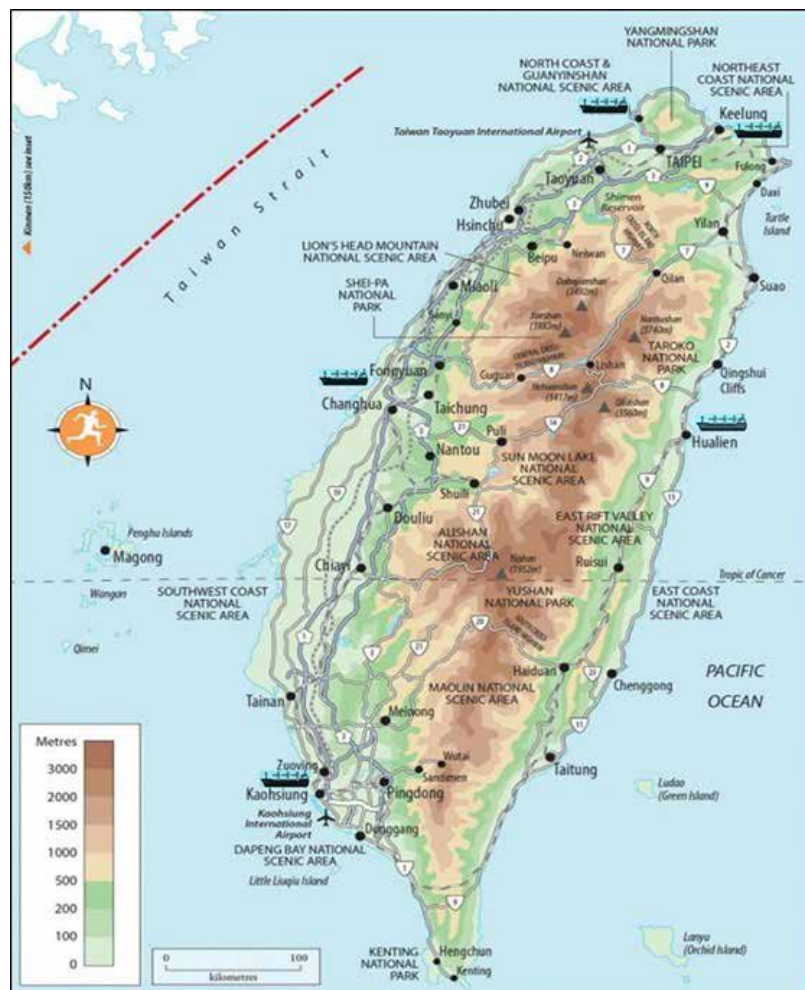
Todavia, como retaliação a atos de agressão por malogro das ações dissuasórias, os taiwaneses adotarão uma atitude defensiva, possivelmente combinada com a interdição de ativos estratégicos de Pequim, particularmente sua infraestrutura portuária, a fim de desorganizar a concentração estratégica das forças invasoras, inviabilizar o desembarque anfíbio, erodir as capacidades ofensivas rivais e elevar os custos da empreitada chinesa, impactando o cálculo racional do uso da violência. Na eventual ocorrência de operações anfíbias bem-sucedidas e da conquista do território taiwanês pelo aparato bélico sínico, seguramente espera-se mudança na condução estratégica da contenda, por parte de Taipé, para o modelo de conflito prolongado, com base nas ações de resistência às forças invasoras. Nesse caso, é lícito supor que movimentos de insurgência autóctones promoverão a guerra irregular nas montanhas e nos grandes centros urbanos de Taiwan, causando acentuado desgaste físico e psicológico nas tropas chinesas de ocupação.

Antagonizando a estratégia chinesa, os norte-americanos e seus aliados, supostamente, optarão pelo método estratégico de ação indireta, visto que tentar-se-á limitar a amplitude do conflito, evitar sua escalada para um confronto nuclear e, ao mesmo tempo, impor custos insuportáveis a Pequim. Desde o início da crise, norte-americanos e seus parceiros buscam reforçar a dissuasão taiwanesa, estabelecendo presença avançada e realizando recorrentes demonstrações de força na região do conflito. Não obstante, havendo falha dissuasória, a coalizão liderada pelos estadunidenses desempenharia operações militares intrínsecas às estratégias do bloqueio (afastado), da interdição e da defensiva, no intuito de assegurar a livre navegação no Pacífico Ocidental, degradar o poder nacional e as forças militares chinesas, assim como garantir a integridade territorial dos países aliados, preservando, tanto quanto possível, o caráter limitado da beligerância. Os autores avaliam que, ao longo de todo o conflito, a comunicação diplomática será fundamental para a clara demarcação de “linhas vermelhas”, com a finalidade de mitigar o risco de um enfrentamento nuclear entre os Estados Unidos e a China.

3. ANÁLISE OPERACIONAL

Em prosseguimento à análise estratégica, convém caracterizar, preliminarmente, o ambiente operacional do conflito. No tocante à demografia e área, Taiwan possui 23,5 milhões de habitantes e uma superfície aproximada de 36.000 km². Estabelecendo foco na orografia taiwanesa, é possível identificar, de norte a sul, uma cadeia de montanhas distribuída na porção centro-oriental do território e qualificada por densa vegetação e picos entre os 3.000 e 4.000 metros de altitude, o que torna a costa oriental bastante escarpada e promove uma concentração demográfica na planície da costa ocidental. Essa configuração fisiográfica restringe sobretudo a realização de operações aeroterrestres de vulto, bem como inviabiliza assaltos anfíbios na costa oriental. De acordo com Easton (2017, p. 145), “O litoral de 770 milhas de Taiwan é notavelmente inadequado para operações anfíbias. Aproximadamente 75 por cento da ilha é coberta por montanhas e o resto é principalmente terreno demasiadamente urbanizado ou inóspito”.

Figura 4 – Mapa de Taiwan

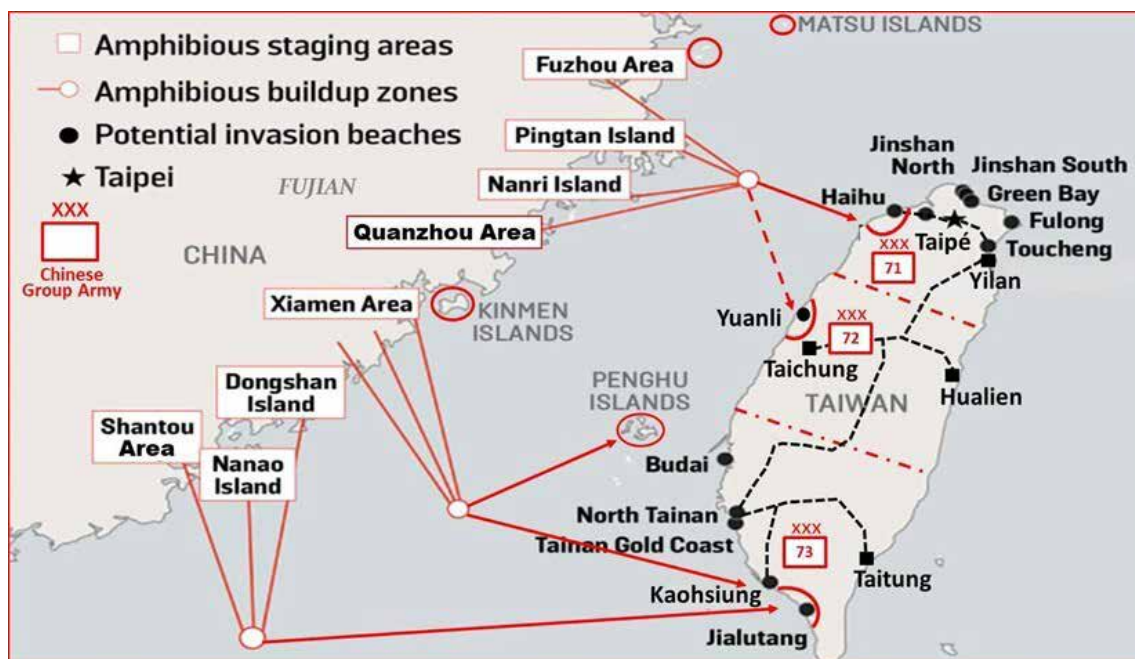


Fonte: Maps Taiwan (2022).

Tendo em consideração um cenário de guerra limitada, será pormenorizada a estratégia operacional chinesa associada à hipótese de conflito armado, decorrente da tentativa de invasão das ilhas de Taiwan, por tratar-se da opção estratégica de maior complexidade. Além disso, presumir-se-á a oposição militar dos Estados Unidos e seus aliados à ofensiva chinesa. Segundo o referido cenário, o Comando do Teatro de Operações Oriental realizaria operações militares, a partir da província de Fujian, em todos os domínios do espaço de batalha¹⁷, para reduzir o poder econômico de Taiwan e neutralizar suas forças armadas, com a finalidade de conquistar e pacificar suas ilhas. Ademais, manteria a integridade territorial chinesa em sua área de responsabilidade e degradaria o poder militar da coalização oponente, neutralizando, se necessário, suas bases de apoio no entorno de Taiwan.

Dada a importância dos desembarques para a vitória chinesa, analisaremos o desenvolvimento da campanha consoante a doutrina chinesa de assalto anfíbio (UNITED STATES, 2021b), tal como o conceito operacional de antiacesso e negação de área (TANGREDI, 2013). De forma a melhor compreender a interação estratégica em questão, a análise considerou a estratégia operacional dos Estados Unidos e seus aliados. Com base no cenário em tela, a campanha militar do Comando do Teatro Oriental do PLA foi didaticamente preconcebida em sete fases operacionais, a saber: concentração de forças, interdição missílica, operações aéreas e navais, operações anfíbias, operações terrestres, pacificação e desmobilização. Por serem produto de conjectura, as fases mencionadas podem, efetivamente, ser unificadas ou subdivididas, conforme o planejamento operacional do estado-maior chinês que venha a se concretizar.

Figura 5 – Exemplo de Esquema de Invasão de Taiwan



Fonte: Adaptado de Greer (2018).

17 De modo geral, consideram-se cinco domínios do espaço de batalha: o terrestre, o marítimo, o aéreo, o espacial e o cibernético. Alguns estrategistas admitem a existência do domínio informacional, que abrange as ações psicológicas, cibernéticas e de guerra eletrônica (GOURÉ, 2019).

Durante a fase inicial de concentração das forças para a invasão, unidades militares de todos os ramos do PLA seriam mobilizadas e deslocadas para locais de concentração nas províncias de Fujian, prioritariamente, Zhejiang e Guangdong, sobretudo nos arredores das cidades portuárias de Fuzhou, Quanzhou, Xiamen e Shantou. Em paralelo, tropas de operações especiais seriam infiltradas nas ilhas taiwanesas, com o propósito de reconhecer infraestruturas críticas, instalações militares, locais de desembarque e o dispositivo defensivo de Taipé. Nessa fase, a identificação e seleção de alvos, sejam instalações ou forças inimigas, por diversificados meios de inteligência, exercem papel fulcral para a condução dos fogos cinéticos e não cinéticos em fases posteriores.

Decerto, um agrupamento de forças dessa magnitude não passaria despercebido do sistema de inteligência de Taiwan, este baseado em agentes infiltrados, radares de vigilância, guerra eletrônica e aeronaves de alerta antecipado, assim como da inteligência proporcionada pelos aliados. Mesmo que uma dissimulação militar fosse tentada, como um falso exercício de adestramento, a surpresa estratégica seria improvável de ser obtida pelos chineses. Por sua vez, a concentração de vultosa força de assalto na costa de Fujian criaria uma oportunidade tentadora para um ataque preemptivo por parte de Taiwan, efetivado por seus mísseis de ataque terrestre, passíveis de lançamento por plataformas aéreas e terrestres, para a destruição de alvos fixos na costa chinesa. Segundo Easton (2017, p. 91), a literatura militar chinesa descreve a situação pré-invasão da seguinte forma:

O inimigo escrutina e monitora nossas áreas costeiras, o que torna os planos para os movimentos das tropas de desembarque anfíbio do exército e sua reunião difíceis de ocultar. O inimigo na ilha tem capacidades de reconhecimento e de guerra eletrônica que estão melhorando constantemente. Seus métodos de reconhecimento de longa distância, alta fidelidade e sobreposição transformam noites escuras em dias claros.

Na fase de interdição missílica, mísseis balísticos e de cruzeiro da Força de Foguetes do PLA seriam lançados, assim como desencadeadas ações não cinéticas pela Força de Apoio Estratégico, retratadas por ataques cibernéticos e medidas de ataque eletrônico. O propósito de tais ataques seria neutralizar bases aéreas e navais, incapacitar centros de comando, bloquear radares de vigilância e desorganizar o sistema defensivo taiwanês, bem como degradar ativos estratégicos, como centros político-administrativos, infraestruturas portuárias e aeroportuárias, usinas de energia, refinarias de petróleo, plantas siderúrgicas, polos científico-tecnológicos e outros alvos de alto valor (CSIS, 2020). Ademais, a Força de Apoio Estratégico desempenharia operações espaciais a fim de neutralizar os satélites adversários. A potencial destruição causada por essa operação de interdição seria avassaladora. Todavia, é preciso considerar que os taiwaneses estão, há décadas, em preparação contínua para resistir a uma possível invasão, “endurecendo” suas instalações militares com abrigos e depósitos subterrâneos, hangares revestidos por concreto, sistema de túneis e bases encravadas em montanhas, *inter alia*. Taipé presume uma boa taxa de sobrevivência de seus recursos militares protegidos em face de um eventual ataque sínico.

Na sequência das operações, aproveitando-se da desorganização ocasionada pelo ataque anterior, a força aérea chinesa buscaria a obtenção da superioridade aérea, requisito necessário para o controle da área marítima no Estreito de Taiwan e para a realização das operações de interdição aeroestratégica contra os alvos sobreviventes da fase progressa. Muito provavelmente seria estabelecida uma zona de exclusão aérea e marítima no entorno de Taiwan, efetivada por um bloqueio naval e patrulhas aéreas de combate. A marinha chinesa poderia, adicionalmente, com seus caças embarcados em porta-aviões e navios de guerra dotados com mísseis de ataque terrestre, bater alvos de interesse do Teatro Oriental. Em complemento, forças de operações especiais, previamente infiltradas nas ilhas taiwanesas, realizariam ações diretas, do tipo comandos, contra os alvos resistentes ao bombardeio aéreo e missílico, de grande relevância para a manobra operacional, incluindo as missões de decapitação de autoridades civis e militares. Em contrapartida, a oposição aérea dos norte-americanos e aliados tornaria a superioridade aérea chinesa, no mínimo, questionável.

Criadas as condições necessárias, lançar-se-iam as operações de assalto anfíbio contra Taiwan. Nessa fase da campanha, analistas internacionais consideram algumas variações sequenciais no assalto às ilhas taiwanesas. A manobra operacional tradicional, de forma sucessiva, compreende desembarques anfíbios em três etapas: inicialmente, nas ilhas de Kinmen e Matsu, em seguida, nas Ilhas Pescadores e, por último, na ilha principal de Taiwan. Segundo Wood e Ferguson (2001, p. 56),

O Exército de Libertação Popular poderia obter uma série de vantagens importantes, caso invadisse Taiwan realizando a operação em três fases: capturando Quemoy (Kinmen) e outras ilhas próximas ao continente, capturando as Ilhas Pescadores, e atacando a costa ocidental de Taiwan. Ao atacar esses objetivos em sucessão, os chineses poderiam concentrar grande superioridade numérica contra cada um deles e tornar o próximo objeto menos defensável.

Todavia, Easton (2017) assinala a possibilidade de um assalto simultâneo às ilhas de Kinmen, Matsu e Pescadores. De outro modo, é plausível considerar a conquista concomitante das Ilhas Pescadores e Taiwan, ou mesmo um assalto síncrono de todas as ilhas taiwanesas, no intuito de proporcionar surpresa tática e rapidez às operações anfíbias. De qualquer maneira, é quase unanimidade a necessidade de expugnar, logo ao início da operação anfíbia, as ilhas de Kinmen e Matsu, pois essa ação neutralizaria as defesas avançadas de Taiwan, provendo segurança ao embarque, à travessia e ao fluxo logístico. Em reforço a essa tese, Easton (2017, p. 115) destaca que: “De acordo com estudos do PLA, operações preliminares e rápidas para neutralizar as ilhas exteriores de Taiwan são imperativas pela geografia local”.

As operações de assalto anfíbio requerem ações de dissimulação militar, com o propósito de iludir o adversário e anular sua capacidade de reação, bem como forte apoio de fogo, aéreo e naval, para neutralizar as resistências na costa inimiga. No caso em tela, há limitação de locais favoráveis ao desembarque na costa taiwanesa, dificultando sobretudo a obtenção da surpresa. De fato, estudos militares taiwaneses identificam apenas 14 praias propícias ao assalto anfíbio (EASTON, 2017). Contudo, ao associá-las a outras condições ambientais, como a proximidade desejável de um porto¹⁸ e a existência de um atrativo operacional,¹⁹ esse número torna-se bastante reduzido. Destarte, a literatura especializada prioriza duas áreas na costa ocidental, consideradas mais favoráveis ao desembarque: a noroeste, próximo a Taoyuan e à capital Taipé; e a sudoeste, junto ao importante porto e centro industrial de Kaohsiung (EASTON, 2017). Todavia, no intuito de diversificar os locais de desembarque e facilitar a dissimulação, cabe considerar uma área de praia na região centro-oeste da ilha, ao norte do porto de Taichung, de amplitude limitada. Não obstante a restrição física, a referida área reúne os imperativos básicos para o assalto anfíbio, sendo uma boa alternativa para os chineses.

Em paralelo, há que considerar os longos períodos sob condições hidrológicas e meteorológicas desfavoráveis às operações anfíbias no Estreito de Taiwan, particularmente entre os meses de novembro e março. No período de maio a setembro, são comuns tufões e tempestades tropicais. De fato, apenas os meses de abril e outubro são favoráveis à travessia do estreito e ao desembarque anfíbio (EASTON, 2017). À vista do que precede, percebe-se como será desafiador para Pequim superar as limitações espaciais e temporais impostas pela geografia, embora tais restrições não sejam impeditivas.

Como requisito basilar, o controle do espaço aéreo sobrejacente à área do objetivo anfíbio deve ser alcançado por meio de forças aeronavais e/ou meios aéreos baseados em terra. A proximidade de Taiwan à costa chinesa proporciona ambas as possibilidades, considerando a existência de bases da força aérea do PLA no Teatro Oriental, além dos dois porta-aviões da marinha de Pequim. De forma complementar, previamente ao início das ações em terra, é preciso controlar a área marítima adjacente à área de desembarque, que inclui, além do espaço aéreo, a superfície do mar e a massa líquida subjacente. Para tal, utilizam-se forças navais de superfície, apoiadas ou não por submarinos. Decerto, as forças armadas de Taiwan, reforçadas pelos meios da coalizão, contestarão o controle chinês do espaço aéreo e da área marítima considerados, por meio de aeronaves de caça, submarinos, navios rápidos de ataque, minagem defensiva, sistemas antiaéreos e baterias costeiras de mísseis antinavio.

18 Os principais portos estão localizados em Keelung e Taipé ao norte, Kaohsiung a sudoeste, Taichung a centro-oeste e Hualien a centro-leste.

19 Aspectos do ambiente operacional, sejam físicos ou humanos, que possam motivar a execução de operações na referida área (BRASIL, 2014a).

As forças anfíbias do PLA, sejam fuzileiros navais ou tropas do exército (UNITED STATES, 2021b), teriam por missão conquistar e manter cabeças de praia,²⁰ de sorte a garantir o desembarque das forças terrestres para o prosseguimento das operações militares no interior da ilha. Em contraposição ao assalto, os taiwaneses fortificaram, há muito, os poucos locais disponíveis para os desembarques anfíbios. Como parte desse esforço, construíram casamatas de concreto e instalações subterrâneas para lançadores de mísseis antinavio, peças de artilharia, depósitos de munição e centros de comando. Adicionalmente, planejaram o rápido lançamento de minas navais e terrestres, ouriços de aço e obstáculos de arame nas praias consideradas. Dada a complexidade do assalto anfíbio, agravada pelo notável esforço defensivo taiwanês, considera-se que esse será o momento de maior criticidade de toda a campanha chinesa.

Após a consolidação das cabeças de praia, as unidades do exército chinês neutralizariam os defensores restantes e buscariam a conquista do território taiwanês. Em um primeiro momento, as forças terrestres do PLA seriam forçadas a combater nos grandes centros urbanos da faixa ocidental da ilha e, posteriormente, teriam de operar em terreno montanhoso, ao longo dos poucos eixos existentes, para controlar a porção centro-oriental de Taiwan. Ao final da conquista territorial, provavelmente as forças do PLA ainda seriam obrigadas a uma luta prolongada contra movimentos de insurgência, organizados para resistir aos invasores. Nesse momento da campanha, as unidades de operações especiais chinesas desempenhariam papel protagonista nas ações de contrainsurgência (ABODO, 2021). Cabe destacar que o terreno montanhoso, coberto por densa vegetação, favorece sobremaneira o homizio de forças guerrilheiras. Além disso, as grandes cidades de Taiwan constituem regiões propícias à ação clandestina das forças subterrâneas da insurgência. Em princípio, a motivação oriunda do sentimento nacionalista e o apoio da população taiwanesa serão os ingredientes elementares para um combate irregular de longa duração e de muitas baixas, que colocará em prova a determinação política de Pequim.

Ao longo de todas as fases da campanha chinesa, o sistema antiacesso e de negação de área seria peça fundamental para garantir a integridade territorial e patrimonial da China continental, impedir a interferência da coalizão durante a invasão, assim como neutralizar o apoio militar aliado a Taiwan. Para conseguir tal intento, o sistema chinês desdobra-se em camadas, cada qual incorporando, *inter alia*, meios navais (submarinos e navios de guerra), aeronaves (caças e bombardeiros) e plataformas terrestres, capazes de lançar mísseis de ataque terrestre, antinavio e antiaéreos, contra alvos fixos e móveis, em trânsito ou situados no Pacífico Ocidental. Outrossim, dispõe de recursos espaciais (satélites para fins diversos), radares de vigilância, drones de reconhecimento e ataque, ativos cibernéticos e vetores de guerra eletrônica.

20 “Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da Força-Tarefa Anfíbia e da Força de Desembarque e que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra” (BRASIL, 2014b, p. A-5).

Apreciando a região do conflito, é lícito supor que as bases avançadas estadunidenses localizadas em Guam, Yokosuka, Okinawa e Sasebo, entre outras, constituiriam alvos primários dos sistemas síncios de ataque terrestre. As bases de Sasebo e Okinawa encontram-se dentro da faixa de cobertura dos mísseis balísticos chineses de curto alcance DF-15 (900 km) e DF-16 (1.000 km). Yokosuka, por sua vez, está ao alcance dos mísseis de cruzeiro de ataque terrestre CJ-10 (1.500 km) e dos mísseis balísticos de médio alcance DF-17 (2.000 km)²¹. Já a base de Guam somente pode ser batida pelos mísseis balísticos de alcance intermediário DF-26 (4.000 km) (CSIS, 2020).

O aparato bélico de Pequim, no sentido de aproximação das forças norte-americanas, pode engajar suas forças-tarefas navais além da segunda cadeia de ilhas – primeira camada de A2/AD – notadamente com sistemas militares de maior alcance, a exemplo dos mísseis balísticos de alcance intermediário DF-26 (4.000 km), em sua versão antinavio. Ademais, há que considerar os submarinos nucleares de ataque (*Type* 091 e 093) e os bombardeiros estratégicos H-6K (raio de combate de 3.500 km), ambos armados com mísseis de cruzeiro antinavio. Em uma segunda camada, entre as duas cadeias de ilhas, os chineses podem empregar todos os sistemas precedentes, reforçados por mísseis balísticos antinavio de médio alcance DF-21D (1.500 km) e caças de ataque JH-7 (raio de combate de 1.650 km) dotados de mísseis de cruzeiro antinavio.

Na terceira e última camada, entre a costa chinesa e a primeira cadeia de ilhas, Pequim utiliza sobretudo sistemas de menor alcance, tais como: submarinos convencionais; minas navais; mísseis de cruzeiro antinavio YJ-12 (400 km), YJ-18 (540 km) e YJ-62 (400 km), lançados de baterias costeiras e navios de guerra; sistemas antiaéreos embarcados e terrestres HQ-9 (300 km) e HQ-22 (170 km); bem como caças multifuncionais (J-10, J-11, J-15, J-16 e J-20). É oportuno assinalar que a China dispõe de equipamentos militares de origem russa,²² como sistemas antiaéreos e aeronaves de caça, *inter alia*. Em suma, pode-se deduzir que o sistema A2/AD do PLA pode ser considerado um dos centros de gravidade de Pequim.

Encerrando a análise da campanha chinesa, é preciso considerar o enorme esforço logístico necessário à sustentação das operações militares em solo taiwanês, a ser implementado basicamente por meios navais e aéreos, cruzando o Estreito de Taiwan, sob forte oposição do aparato bélico da coalizão liderada pelos norte-americanos. Talvez essa tenha sido uma das muitas justificativas para a criação da Força Conjunta de Apoio Logístico do PLA. Por outro lado, não se pode desprezar a acentuada relevância das operações de informação para a vitória, sob quaisquer perspectivas. Operações psicológicas, cibernéticas e de guerra eletrônica constituem instrumentos vitais para qualquer empreendimento militar.

21 Mísseis equipados com veículos planadores hipersônicos (HGV).

22 A China, além de seus mísseis autóctones, emprega o sistema antiaéreo S-400, de origem russa, com 400 km de alcance.

Em contraposição aos objetivos de Pequim, a coalizão liderada por Washington realizaria operações militares inerentes às estratégias do bloqueio (afastado), da interdição e da defensiva. Segundo esse raciocínio, a estratégia operacional da coalizão poderia combinar, no tempo e no espaço, de forma sequencial ou cumulativa, operações de interdição marítima, negação do uso do mar, interdição aeroestratégica, bombardeio naval, operações defensivas terrestres, defesa aeroespacial e costeira, além da escolta do tráfego marítimo dos países aliados. Reforçando esse pensamento, Grossman e Meyers (2019, p. 106) sintetizam as opções militares dos EUA: “Em resposta a essa mudança no equilíbrio militar, o debate sobre a estratégia militar dos EUA em relação à China se solidificou em torno de três estratégias: ataques ao continente, bloqueio afastado ou negação marítima”.

Hammes (2012), examinando as características geográficas do entorno estratégico da China, recomendou a aplicação de um bloqueio afastado – operações de interdição marítima – nos gargalos estratégicos das linhas de comunicações marítimas da China, mormente nos estreitos de Málaca, Sunda, Lombok e outras ligações com os oceanos Índico, Atlântico e Ártico. Nesses locais específicos, exteriores à segunda cadeia de ilhas, seria exercido o controle de área marítima. Dessa forma, evita-se a ameaça representada pelo potente sistema A2/AD sínico, especialmente no interior da primeira cadeia de ilhas, mas torna-se possível asfixiar a economia chinesa e, por conseguinte, impactar seu esforço de guerra. Considerando ser pouco provável o controle de áreas marítimas no interior da primeira e segunda cadeias de ilhas, buscar-se-ia a negação do uso do mar nessas regiões, que seria desempenhada por submarinos de ataque contra embarcações militares e mercantes, minagem ofensiva dos portos adversários, assim como ataques aéreos e fogos antinavio oriundos de baterias costeiras, a partir de bases regionais. Decerto, essa estratégia atinge outro importante centro de gravidade de Pequim: seu comércio marítimo.

Por uma outra abordagem, as forças da coalizão poderiam recorrer à interdição aeroestratégica e ao bombardeio naval, empregando mísseis de ataque terrestre lançados por aeronaves e submarinos, para neutralizar alvos militares e ativos estratégicos da China, sobretudo seu sistema A2/AD, sua infraestrutura portuária e sua indústria energética. Essas ações de interdição aumentariam os custos da beligerância e a pressão sobre a liderança sínica, acelerando a solução política do litígio ou, pelo menos, a obtenção de um acordo de cessar-fogo. A destruição de alvos na China continental dependerá das limitações políticas impostas ao poder militar, que podem ser estabelecidas para preservar, na medida do possível, o interdito nuclear e o caráter limitado da contenda. Hammes (2012, p. 4) desaconselha o ataque contra alvos no território continental chinês e declara: “Os Estados Unidos devem aceitar que o arsenal nuclear da China impõe restrições à maneira como as forças americanas podem atacar os ativos chineses”. Sob condições restritivas, os ataques cibernéticos constituem um valioso instrumento alternativo para a interdição dos ativos inimigos dependentes de sistemas digitais.

Em acréscimo ao que precede, faz-se necessário estabelecer medidas defensivas nos territórios dos países aliados, que devem incluir: a defesa aeroespacial; a defesa costeira; a defesa antiaérea; a segurança física e cibernética de infraestruturas críticas; bem como operações contra desembarque anfíbio. Sob essa ótica, a coalizão precisa considerar o desembarque de tropas terrestres na ilha de Taiwan para reforçar suas ações de defesa, desde que haja oportunidade. Ademais, é mister prover segurança ao tráfego marítimo dos países aliados, por meio da escolta de seus comboios mercantes, assegurando o acesso aos portos de suas correspondentes costas orientais.

4. CONCLUSÃO

É cabível inferir que a atual crise político-estratégica no Estreito de Taiwan, envolvendo a China e os Estados Unidos, além de outros atores implicados na controvérsia, tende a ser estabilizada, ao menos no momento presente, como já ocorrido nas crises de 1954, 1958 e 1995/1996. Segundo o cálculo racional de custos, riscos e benefícios, pode-se depreender que, em tese, Pequim buscará atingir seus objetivos políticos, materializados pela reunificação chinesa, por meio do método da ação indireta, com ênfase em ações estratégicas coercitivas político-diplomáticas, psicológicas e econômicas, associadas a ações militares limitadas, sob a forma de ameaças ou mesmo em caráter restritivo e/ou ofensivo. Evidentemente, relevantes acontecimentos no cenário regional ou global, pressões domésticas e outros fatores podem alterar o ambiente estratégico, impulsionando o governo chinês ao uso da violência intensiva para reintegrar Taiwan. Nesse contexto, citam-se uma eventual declaração unilateral de independência por parte de Taipé, o desdobramento de forças militares alienígenas e a instalação de armamento nuclear em território taiwanês.

A postura estratégica chinesa se justifica, basicamente, pela ausência de liberdade de ação junto à comunidade internacional e à opinião pública mundial, aliada à insuficiência de capacidades militares²³ para conquistar as ilhas taiwanesas e, ainda, neutralizar a coalizão oponente. O aparato militar estadunidense, por si só, representa uma oposição considerável ao intento ofensivo chinês. Outrossim, não há premência no corrente cenário geopolítico que exija soluções de curto prazo. Entretanto, se porventura a compelência chinesa malograr, o emprego eventual de ações militares limitadas em força, mediante as estratégias do bloqueio e da interdição, deve ser considerado em função da importância dos objetivos políticos de Pequim e da magnitude dos interesses em jogo, concernentes à soberania, à integridade territorial e à segurança nacional da República Popular da China.

23 Atualmente, Pequim ainda não dispõe dos recursos navais necessários para invadir Taiwan, pois há insuficiência de navios de assalto anfíbio na marinha chinesa. Entre 2025 e 2027, a China possivelmente tenha plenas capacidades materiais para tal intento. Desde 2019, a China tem produzido poderosos navios de assalto anfíbio Type-075, que agregam substanciais capacidades às proporcionadas pelos navios de desembarque Type-071 (IISS, 2022).

Pode-se deduzir que há exígua probabilidade de ocorrência de uma invasão de Taiwan por tropas anfíbias e aerotransportadas chinesas. Essa assertiva decorre de circunstâncias geopolíticas desfavoráveis ao emprego da violência, de fatores estratégicos que contraindicam a ação direta e de complicadores operacionais que obstaculizam o desenvolvimento das operações militares sínicas em território taiwanês. Soma-se aos aspectos mencionados o elevado risco de escalada nuclear no decorrer do conflito armado, de consequências calamitosas para ambas as partes contendoras e para todas as nações do mundo.

Por fim, ressaltam-se os enormes desafios de uma operação anfíbia em larga escala, explicitados nas seções precedentes, tais como: restrição de áreas adequadas ao desembarque, seja por via marítima ou aérea; limitadas janelas temporais sob condições hidrológicas e meteorológicas favoráveis; orografia montanhosa da ilha de Taiwan; concentração populacional na costa ocidental; apoio logístico dificultado pelo obstáculo marítimo; contestação aérea e naval de possível coalizão liderada pelos Estados Unidos; provável combate de resistência empreendido pelos taiwaneses, *inter alia*.

É lícito concluir que a China continuará a coagir os taiwaneses com o propósito de forçá-los a aceitar a reunificação, preferencialmente por meio de uma solução pacífica. Não obstante, o uso da violência, de forma limitada ou em larga escala, não pode ser descartado, como atestam explicitamente documentos oficiais do Estado chinês (CHINA, 2022). A despeito dos notáveis custos e riscos de uma invasão chinesa de Taiwan, como recurso extremo, o fenômeno da guerra é, ao fim e ao cabo, um jogo de probabilidades permanentemente envolto pela incerteza. Ademais, estratégia é uma questão de escolha, nem sempre subordinada à prevalência da racionalidade.

REFERÊNCIAS

ABODO, Sam. What would China's counterinsurgency strategy look like? **The National Interest**, [Washington, DC], Nov. 15, 2021. Disponível em: <https://nationalinterest.org/blog/buzz/what-would-china%E2%80%99s-counterinsurgency-strategy-look-196322>. Acesso em: 24 maio 2022.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BIDDLE, Stephen. **Military power: explaining victory and defeat in modern battle**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações**. 4. ed. Brasília, DF: Exército, 2014a. (EB20-MF-10.103). Disponível em: http://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/CMB/publicacoes/manual_de_campanha_manual_de_fundamentos.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015. (MD35-G-01). Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Doutrina básica da Marinha**. 2. rev. Brasília, DF: Marinha, 2014b. (EMA-305).

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003. (Texto para discussão, n. 939). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2865/1/TD_939.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARPENTER, Ted Galen. How China could test the U.S. commitment to Taiwan. *In*: CATO INSTITUTE. Washington, DC: CATO Institute, Nov. 2, 2021. Disponível em: www.cato.org/commentary/how-china-could-test-us-commitment-taiwan. Acesso em: 24 maio 2022.

CHINA. Embassy of the People's Republic of China in the Kingdom of Norway. Embassy news. **The Taiwan Question and China's Reunification in the New Era**. Oslo: Embassy of the People's Republic of China in the Kingdom of Norway, Aug. 2022. Disponível em: http://no.china-embassy.gov.cn/eng/zjsg_2/sgxw/202208/t20220810_10739670.htm. Acesso em: 8 nov. 2022.

CSIS. China Power. **How are China's land-based conventional missile forces evolving?** Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, Sep. 2020. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/conventional-missiles/>. Acesso em: 24 maio 2022.

EASTON, Ian. **The Chinese invasion threat**: Taiwan's defense and American strategy in Asia. Manchester: Eastbridge Books, 2017.

ECHEVARRIA II, Antulio J. **Military strategy**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2017.

FERREIRA, Walter da C.; TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. **Estratégia militar aplicada**: metodologia de emprego. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FRAVEL, M. Taylor. Power shifts and escalation: explaining China's use of force in territorial disputes. **International Security**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 44-83, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30130518>. Acesso em: 24 maio 2022.

FRAVEL, M. Taylor. **Active defense**: China's military strategy since 1949. Princeton: Princeton University Press, 2019.

FREEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. Coercion. *In*: WILLIAMS, Paul D. (ed.). **Security studies**: an introduction. 2. ed. Nova York: Routledge, 2013. p. 206-220.

GOURÉ, Dan. A new joint doctrine for an era of multi-domain operations. **Real Clear Defense**, [s. l.], May 24, 2019. Disponível em: https://www.realcleardefense.com/articles/2019/05/24/a_new_joint_doctrine_for_an_era_of_multi-domain_operations_114450.html. Acesso em: 28 out. 2022.

GRAY, Colin S. Inescapable geography. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 22, n. 2-3, p. 161-177, 1999.

GREER, Tanner. Taiwan can win a war with China. **Foreign Policy**, Washington, DC, Sep. 2018. Disponível em: foreignpolicy.com/2018/09/25/taiwan-can-win-a-war-with-china. Acesso em: 22 jan. 2022.

GROSSMAN, Derek; MEYERS, John Speed. Minding the gaps: US military strategy toward China. **Strategic Studies Quarterly**, Montgomery, v. 13, n. 4, p. 105-121, 2019. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-13_Issue-4/Grossman.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

HAMMES, T. X. **Offshore control**: a proposed strategy for an unlikely conflict. Washington, DC: Institute for National Strategic Studies, June 2012. Disponível em: <https://inss.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-278.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

HEGINBOTHAM, Eric *et al.* **The U.S.-China military scorecard**: forces, geography and the evolving balance of power, 1996-2017. Santa Monica: RAND Corporation, 2015. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR392.html. Acesso em: 29 out. 2022.

HSIEH, John Fuh-Sheng. Continuity and change in the US–China–Taiwan relations. **Journal of Asian and African Studies**, [Thousand Oaks], v. 55, n. 2, p. 187-200, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0021909620905051>. Acesso em: 24 nov. 2022.

IISS. **The military balance 2021**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: Routledge, 2021.

IISS. **The military balance 2022**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: Routledge, 2022.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea Battle?** Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. Disponível em: <https://csbaonline.org/uploads/documents/2010.02.19-Why-AirSea-Battle.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

MAPS TAIWAN. Taiwan passeios mapa. [S. l.]: Maps Taiwan, 2022. Disponível em: <https://pt.maps-taiwan.com/taiwan-passeios-mapa>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MAZARR, Michael J. **Understanding deterrence**. Santa Monica: RAND Corporation, 2018. Disponível em: www.rand.org/pubs/perspectives/PE295.html. Acesso em: 1 jan. 2022.

MAZARR, Michael J. **Mastering the gray zone**: understanding a changing era of conflict. Carlisle: US Army War College Press, Dec. 2015. Disponível em: <https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1427&context=monographs>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MEARSHEIMER, John J. Taiwan in the Shadow of a Rising China. **Taiwan Journal of Political Science**, [s. l.], n. 58, 2013. Disponível em: <https://ntupsr.s3.amazonaws.com/psr/wp-content/uploads/2014/02/03.1-John-J.-Mearsheimer1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

MEARSHEIMER, John J. The rise of China will not be peaceful at all. **The Australian**, [s. l.], Nov. 18, 2005. Disponível em: <https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/06/The-Australian-November-18-2005.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

RÜHLE, Michael. Deterrence: what it can (and cannot) do. **NATO Review**, [Brussels], Apr. 20, 2015. Disponível em: www.nato.int/docu/review/articles/2015/04/20/deterrence-what-it-can-and-cannot-do/index.html. Acesso em: 25 out. 2022.

SHELLING, Thomas C. **Arms and influence**. London: Yale University Press, 1966.

TANGREDI, Sam J. **Anti-access warfare**: countering A2/AD strategies. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Definition of aggression**. New York: UN, 1974. A/RES/29/3314.

UNITED STATES. Department of Defense. **Annual report to congress**: military and security developments involving the People's Republic of China. Washington, DC: Department of Defense, 2010. Disponível em: www.globalsecurity.org/military/library/report/2010/2010-prc-military-power.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

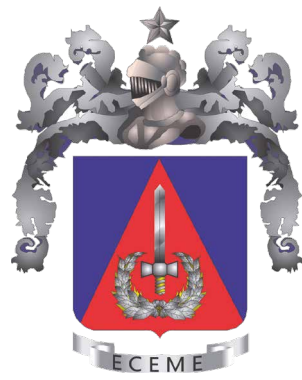
UNITED STATES. Department of Defense. **Joint operations**. Washington, DC: Department of Defense, 2017. JP 3-0. Disponível em: https://irp.fas.org/doddir/dod/jp3_0.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **Military and security developments involving the People's Republic of China 2021**: annual report to congress. Washington, DC: Department of Defense, 2021a. Disponível em: media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-CMPR-FINAL.PDF. Acesso em: 15 jan. 2022.

UNITED STATES. Department of the Army. **Chinese tactics**. Washington, DC: Department of the Army, 2021b. ATP 7-100.3. Disponível em: https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/ARN33195-ATP_7-100.3-000-WEB-1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

WOOD, Piers M.; FERGUSON, Charles D. How China might invade Taiwan. **Naval War College Review**, Newport, v. 54, n. 4, p. 55-68, 2001. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2535&context=nwc-review>. Acesso em: 24 nov. 2022.

WYLIE, Joseph C. **Military strategy**: a general theory of power control. Annapolis: Naval Institute Press, 1967.



A utilização de cenários para a consolidação de uma política de defesa


The use of scenarios for the consolidation of a defense policy


Resumo: Trata-se de reflexão que propõe a relevância da aplicabilidade dos cenários prospectivos para o aperfeiçoamento do processo de análise e construção da Força Militar. Com um viés qualitativo, adotou-se perspectiva dedutiva, a partir de pesquisa bibliográfica, tratada com apoio da análise de conteúdo. Sendo a guerra um fenômeno social concreto, que se expressa no campo de batalha, corrobora-se a perspectiva de que as Ciências Militares se aproximam das Ciências Sociais Aplicadas. Assim sendo, sugere-se que a aplicação dos cenários prospectivos, decorrente de uma análise multidisciplinar, proporciona elementos de reflexão que contribuem analiticamente para um estudo mais sólido da Força Militar e, por conseguinte, um aprimoramento das capacidades militares necessárias para a conquista dos Objetivos Nacionais de uma Nação. Neste contexto, destaca-se a necessidade de se conceber uma metodologia coerente para a condução das análises e observações coletadas, a fim de se evitar a parcialidade e o individualismo das conclusões, assim como relata o ganho na qualidade das análises com o incremento dos cenários prospectivos como fator substantivo no processo de análise da Força Militar, essencialmente, na definição das capacidades militares ideais.

Palavras-chave: ciências militares; gestão de defesa; cenários prospectivos; capacidades militares; análise de conteúdo.

Abstract: This is a reflection that proposes the relevance of the applicability of prospective scenarios for the improvement of the analysis process for the construction of the Military Force. With a qualitative bias, a deductive perspective was adopted, based on bibliographic research, treated with the support of content analysis. Since war is a concrete social phenomenon, which is expressed on the battlefield, the perspective that Military Sciences approach Applied Social Sciences is corroborated. Therefore, it is suggested that the application of prospective scenarios, resulting from a multidisciplinary analysis, provides elements of reflection that analytically contribute to a more solid study of the Military Force and, therefore, an improvement of the necessary military capabilities to achieve the Objectives. Nationals of a Nation. In this context, the need to devise a coherent methodology for conducting the analyzes and observations collected is highlighted, to avoid the bias and individualism of the conclusions, as well as reporting the gain in the quality of the analyzes with the increase of the scenarios prospects as a substantive factor in the analysis process of the Military Force, essentially, in the definition of the ideal military capabilities.

Keywords: military sciences; defense management; prospective scenarios; military capabilities; content analysis.

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon 
Exército Brasileiro.
Comando Militar do Sudeste.
São Paulo, SP, Brasil.
eduardomigon@gmail.com

Marco Aurélio Vasques Silva 
Exército Brasileiro.
Comando da 1ª Região Militar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
marcovasques79@yahoo.com

Recebido: 04 maio 2022

Aprovado: 12 dez. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1. INTRODUÇÃO

Os cenários são cada vez mais utilizados como um meio para testar e aperfeiçoar o desempenho organizacional, além de agregar conteúdo aos processos decisórios organizacionais das instituições públicas ou privadas, em ambientes dinâmicos.

No campo da Segurança & Defesa, os cenários são utilizados para o planejamento das forças militares, contudo, diferenciando-se de tempos em tempos. Por exemplo, os cenários de planejamento pós-Guerra Fria eram diferentes dos cenários utilizados durante a Guerra Fria, principalmente, em virtude da maior disponibilidade de meios de simulação computadorizada e outras ferramentas de análise (LARSON, 2019).

Além disso, a abordagem do pós-Guerra Fria, quanto à utilização de cenários para o planejamento das forças militares, iniciou-se com uma determinada estrutura de força planejada e alternativa, passando para uma testagem, a fim de se obter o sucesso, com um nível de risco baixo a moderado. Em seguida, avaliava-se a capacidade da força militar para atender aos requisitos de várias combinações de cenários simultâneos ou sobrepostos. Por fim, uma força militar que atendesse a esses requisitos e cenários, com risco baixo a moderado, era considerada uma força robusta (LARSON, 2019).

Para tanto, segundo o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (UNITED STATES, 2001), os cenários concretizam a representação, o planejamento de uma situação ou estado hipotético, fruto de uma combinação de operações que podem ser conduzidas. Contudo, estes planejamentos são orientados por conceitos estratégicos, que auxiliam no esforço da planificação das forças militares a serem empregadas, fornecendo uma estrutura para relacionar estas forças aos fins estratégicos.

Em complemento, estes planejamentos, ou podem ser considerados também uma análise estratégica, envolvem a decodificação da política e da estratégia de defesa em finalidades, formas e meios militares. No entanto, tal processo de decodificação não deve ser confundido com um planejamento operacional detalhado relacionado a planos de operações ou planos conceituais desenvolvidos pelos Comandantes das Forças Militares, ou até mesmo com o planejamento de resposta a crises, apesar de se ter uma orientação operacional (UNITED STATES, 2011).

A fim de subsidiar uma análise robusta, durante a administração Obama (2009-2017), os cenários foram agrupados em um ou mais grupos, chamados Integrated Security Constructs (ISCs). Cada ISCs, com um objetivo específico, representava um estado hipotético, combinando diferentes tipos de operações que poderiam ser conduzidas (UNITED STATES, 2010). Esta inovação na forma de planejar possibilitou instrumentos para especificar os estados hipotéticos alternativos, cada um composto por uma combinação de cenários simultâneos e sobrepostos. Desta forma, esta nova configuração de planejamento proporcionou a construção de uma força militar, que atendesse aos requisitos de diferentes ISCs e, por conseguinte, gerando uma força mais robusta (LARSON, 2019).

Não obstante, considerando que os cenários prospectivos são uma ferramenta sólida, contudo não única, que auxilia no planejamento das políticas de defesa e segurança, busca-se neste trabalho ressaltar a relevância da utilização dos cenários prospectivos para o robustecimento da construção das políticas e capacidades que envolvem a Segurança & Defesa. Desta forma, o presente texto aborda, de uma nova maneira, a cotidiana visão de analisar a utilização dos cenários prospectivos e como estes cenários corroboram para a edificação de políticas públicas robustas, na área de Segurança & Defesa.

Além do mais, não é um objetivo principal descrever os métodos e formas de construção de cenários, assim como aprofundar no processo de confecção dos cenários, e sim, dar vistas ao importante papel dos cenários prospectivos como um recurso que auxilia e subsidia o processo de tomada de decisão, na área de Segurança e Defesa, como na área do conhecimento científico.

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Habitualmente, a Cultura Contemporânea influencia a Ciência, e esta Ciência agrupa uma gama de conhecimentos empíricos e pragmáticos da pesquisa aplicada, construindo a importância da epistemologia. Assim sendo, a conceituação filosófica, na qual as ideias são trabalhadas, é de uma peculiaridade essencial, destacando os pressupostos filosóficos do método utilizado, além de orientar a construção de soluções de forma claras para os problemas encontrados, adequadas a realidade da pesquisa científica (TESSER, 1994).

Além do mais, a verificação das tendências teóricas e empíricas, dentro da obra literária, agrega um conjunto de efeitos benéficos, tal como o incentivo ao debate acerca dos méritos relativos das novas tendências, colaborando para um incremento no entendimento das posições epistemológicas, das metodologias utilizadas e da comunicabilidade das alegações e conhecimentos apresentados. Com tudo, esses debates intensificam a consciência e a reflexão, propiciando uma melhor experiência metodológica à comunidade acadêmica.

A base epistemológica assevera um ponto de vista pelo qual o escritor visualiza e raciocina o ambiente ao seu redor. Por conseguinte, pode-se dizer que epistemologia consiste no estudo criterioso das hipóteses e dos resultados das inúmeras ciências, transformando-se, assim, em uma teoria do conhecimento e influenciando sobremaneira na escolha futura dos desenhos e métodos de pesquisa que serão adotados (TESSER, 1994). Em vista disto, os indivíduos são capazes de atingir certos objetivos propostos apenas mediante o raciocínio lógico e por experiências. À vista disso e devido à dinâmica e complexidade dos temas apresentados, necessita-se de uma teoria com ligação com as diversidades, o que se conecta de modo direto com a Teoria da Complexidade, inserido no final do século XX no meio acadêmico (CILLIERS; RICHARDSON, 2001).

Constata-se ainda que a simples leitura dos conceitos epistêmicos não propicia o entendimento de forma clara entre as diferentes áreas científicas, sejam elas as Ciências Sociais (BYRNE, 1997), as Ciência Políticas (CAIRNEY, 2012), as Ciências Militares (LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008) etc. Desta forma, a Teoria da Complexidade propicia a integração descontínua dos conceitos, como também amplifica e amplia a compreensão, ofer-

tando outras possibilidades fundamentadas no espaço e no tempo. Por conseguinte, a Teoria da Complexidade viabiliza a conexão entre os conhecimentos acerca da evolução conceitual da Guerra, a importância da experiência individuais para os estudos científicos e as Ciências Militares. Com a exploração, classificação e interpretação dos conceitos epistêmicos, reconhecem-se os limites e obtém-se o entendimento da complexidade e da problemática, viabilizando uma perspectiva das partes menores e o entendimento dessas partes faculta a percepção do todo.

Metodologicamente, a obra estrutura-se por meio de uma pesquisa qualitativa, procurando a identificação dos principais conceitos epistêmicos, o que viabiliza o reconhecimento dos diferentes pontos de vista, além de caracterizar, deste modo, uma revisão sistemática da pesquisa. Os conceitos disparem pesquisados contribuíram para uma discussão intensa e sólida, e por consequência, a edificação de novas apreciações, não quantificando as circunstâncias. A coleta dos conceitos contribui para o esclarecimento do pensamento desenvolvido, arquitetando um universo de significados, e não se resumindo às variáveis (MINAYO, 2001).

O conjunto de conceitos filosóficos será trabalhado com o apoio do conceito de “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977). Deste conjunto conceitual, será condensada a tipologia, a taxonomia e os indicadores associados (FRANCHI; MIGON; VILLARREAL, 2017), aglutinando as etapas de pré-análise, exploração e interpretação dos conceitos epistêmicos, e gerando as circunstâncias apropriadas para o processamento e a comprovação das conclusões dentro de um contexto social, além de propiciar uma verificação mais robusta dos artigos e livros selecionados.

O presente texto caracteriza-se por uma revisão bibliográfica de referências teóricas já analisadas, investigando e contrapondo as questões visualizadas. A associação de diferentes perspectivas aos temas centrais do texto permite a compreensão e a visualização da evolução conceitual dos cenários prospectivos, das aplicabilidades destes cenários na área de Segurança & Defesa e os aspectos positivos, motivando a interestruturação das redes e alianças (PARIS, 2004). O texto inicia-se de um plano detalhado, independente da metodologia, no entanto, edifica-se com base em uma teoria densa, legitimando o estudo consolidado (DEACON, 2011).

A investigação estruturada e interligada entre os pilares da base conceitual corrobora para uma homogeneidade no processo de verificação, buscando sempre opor um conceito ao outro, construindo novas perspectivas, sem finalizar a discussão, dando uma melhor transparência ao processo. Nesse contexto, observa-se a existência de inúmeros trabalhos sobre o processo de construção e a aplicabilidade dos cenários prospectivos, sem, contudo, aprofundar no viés das contribuições desta aplicação para a área de Segurança & Defesa, particularmente, quanto à Gestão de Defesa. Assim, o presente trabalho filosófico procura expor uma revisita ao conceito do cenário prospectivo, da aplicabilidade dos cenários prospectivos e as suas colaborações para a área de Segurança & Defesa.

A coleta de dados foi intensificada pela seleção e leitura analítica das fontes. Após esse processo consolidaram-se as observações, contrapondo os pontos relevantes. A investigação realizou-se nas bases de dados elencadas no Quadro 1, no período de 15 de janeiro a 18 de abril de 2022. Com suporte na base de dados, a revisão literária inclui um escopo de artigos e revistas

que tratam conceitualmente da Guerra, das Ciências Militares, de Cenários Prospectivos e da relação dos cenários prospectivos com a área de Segurança & Defesa e as Ciências Militares, em que o idioma utilizado para a pesquisa nos sites internacionais foi, essencialmente, o idioma inglês, em virtude da restrita coletânea de publicações no idioma português.

Quadro 1 – Detalhes do mapeamento de termos na literatura

Base de Dados	Strings de busca
Google academic Scientific Electronic Library SciELO Science Direct CAPES SAGE journals Routledge Fundação Getúlio Vargas RAND Corporation	Guerra Violência Experiência Arte da Guerra Ciências Militares Clausewitz

Fonte: Os autores (2022).

A pesquisa considerou os trabalhos a partir do Livro *Scenarios and strategic management*, de Michel Godet, de 1987, em ordem cronológica, entretanto, não tendo como objetivo realizar um levantamento histórico completo sobre a epistemologia dos Cenários, objetivando manter, essencialmente, o foco nos conhecimentos obtidos a partir da utilização dos cenários prospectivos na área de Segurança & Defesa. Adotaram-se, ainda, os critérios de idioma (português/inglês/francês/espanhol), tipos de documentos (artigo/revisão) e área de conhecimento (ciências sociais aplicadas) para a seleção do material. Identificou-se 28 fontes para consulta, entre artigos e livros, possibilitando assim embasar a pesquisa, demonstrando vasta produção, principalmente, no idioma inglês. Assim, o presente texto apoia-se intensamente na pesquisa e nas obras de outros escritores.

O debate e o estudo da utilização dos cenários prospectivos na área de Segurança & Defesa é um fenômeno antigo, com um debate intenso e, praticamente, inesgotável, bem como, tem-se configurado uma temática de destaque crescente na comunidade acadêmica nacional e internacional. Ainda assim, tal debate não é o objetivo do presente artigo trabalhar tais definições.

3 A APLICABILIDADE DOS CENÁRIOS PROSPECTIVOS

A apreensão com o que pode vir a acontecer é uma necessidade orgânica dos seres humanos, que conduz o próprio homem a fascinação em dominá-lo, com o intuito de garantir a sua continuidade (GEUS, 2002). Com base nesta ideia, uma forma de abordar e gerenciar as incertezas das suposições sobre o futuro ou até mesmo, uma forma de especular sobre relacionamentos incertos e a dinâmica da mudança, inicia-se com a possibilidade em examinar as consequências

de uma ação ou um conjunto de ações dentro de contextos possíveis e hipotéticos. Este processo de exame ou verificação tem como propósito focar a atenção nos processos causais e nos pontos de decisão, viabilizando a uma Organização tomar decisões mais solidas. Desta forma, estas ferramentas de abordagem são identificadas como cenários (KAHN; WIENER, 1967; KLEINER, 1996; SHEARER *et al.*, 2006). Em um ambiente empresarial, os cenários têm como função primordial a mitigação das incertezas, assim como disponibilizar uma ferramenta que dê suporte a definição de estratégias.

Ainda em relação a definição de cenário, pode-se afirmar que os cenários consolidam um grupo de descrição de uma conjuntura futura, bem como as possibilidades que conduzem uma condição atual a uma condição futura. Outrossim, os cenários não determinam uma realidade futura, mas sim, uma representação, norteados as ações atuais direcionadas para um futuro possível e desejável (GODET, 1987). Em complemento, Schwartz, Leyden e Hyatt (2000) reforçam a concepção de que os cenários disponibilizam um ordenamento da percepção acerca das projeções alternativas futuras, propiciando um auxílio na identificação dos aspectos de possíveis mudanças no ambiente presente.

Contudo, Shearer (2009) corrobora que os cenários são relatos fictícios que desenham um processo de mudança ao longo de um tempo, descrevendo os casos, as ações e as consequências que estão relacionadas de forma eventual, posto isto, entendidos como juízos preditivos, que retratam o que pode acontecer e não situações que acontecerão ou mesmo que provavelmente acontecerão. Para tanto, os cenários organizam as observações dentro de estruturas definidas¹, fornecendo um meio de relacionar e compreender as ocorrências isoladas em uma única disposição, comparando os significados e facilitando a discussão das opções de planejamento.

Para tanto, os cenários prospectivos não estão associados à definição ou à determinação do que irá ocorrer, como tampouco consiste em uma previsão ou projeção definida pela qualificação e quantificação (GODET, 1993). Schwartz, Leyden e Hyatt (2000) ressaltam que se deve buscar fatos e percepções que desafiem os pressupostos já preestabelecidos, no entanto, sem se perder em meio à profusão de informações qualitativas e quantitativas, sendo evitado tal situação, por meio do emprego de filtros para seleção.

Os cenários inspiram as decisões ou ações que conduzem ao sucesso, reduzindo o risco, possibilitando assim ao decisor agir com antecedência. Dentro deste contexto, os cenários prospectivos surgem como uma forma de uniformização do modo de agir e pensar do grupo, estimulando, além disso, o incremento da criatividade, a consolidação da comunicação e a edificação de uma consciência situacional (MARCIAL; COSTA, 2001).

Shearer (2009) ressalta a relevância na distinção entre cenário e futuro alternativo, visto que, por vezes, estes termos são usados de forma intercambiável dentro da literatura acadêmica. Com isso, um futuro alternativo equivale, basicamente, a um estado possível. Entretanto, já um cenário prospectivo define-se como um meio para atingir aquele estado possível. Cada cenário pode servir como marcos pelos quais os decisores podem acompanhar o surgimento e o progresso ao longo de um caminho, que orienta a um futuro específico. Todavia, o futuro alternativo

1 Para aprofundar sobre a organização das estruturas que compõem os cenários, sugere-se a leitura complementar do artigo de Shearer (2009), que consta na lista de referências.

objetiva quantificar as consequências associadas a um determinado caminho, possibilitando aos tomadores de decisão fazer um balanço, de mesmo modo que pode servir como um instrumento para comparar as decorrências dos diferentes caminhos de mudança.

Steinitz (1990) relata que para realizar um planejamento com base em cenários prospectivos deve-se, inicialmente, descrever o estado inicial, em conteúdo, espaço e tempo, identificando as principais características do objeto de interesse para o estudo. Após a definição das partes ou ambiente, tem-se que estabelecer como são as relações funcionais e estruturais entre essas partes. Outro ponto crucial para a análise é a verificação do funcionamento do atual ambiente, caracterizando, assim, a linha de base do estudo, em princípio, as condições atuais. De mais a mais, deve-se verificar como o ambiente pode ser alterado, por conseguinte, por quais ações, onde e quando, buscando demonstrar a complexidade da mudança. Dependendo das necessidades de um determinado estudo, as mudanças podem incluir aquelas provocadas por forças exógenas², tais como pressões sociais, econômicas e políticas, ou até mesmo, por ações endógenas, como a implementação de planos, investimentos ou regulamentações. As condições de mudança futura comumente consideradas incluem a implementação de planos e um futuro sem surpresas.

Além de tudo, outro ponto consiste na identificação das previsões que as mudanças podem causar em relação às avaliações iniciais da linha de base. Por fim, observa-se a forma como a paisagem deve ser alterada e como os cenários alternativos podem afetar o ambiente. De posse dessas observações, os decisores estarão preparados para escolher como o ambiente pode ser alterado ou como se preparar para as previsões que estão além do seu controle (STEINITZ, 1990). Marcial e Costa (2001) expõem que o horizonte temporal dos cenários consiste em um lapso temporal que depende da dinâmica e evolução das técnicas utilizadas, podendo variar, em média, de dez anos. Sendo assim, sugere-se que esta cobertura temporal não tenham um horizonte temporal menor que cinco anos, ressaltando-se que tal fator poderá refletir nas decisões a serem tomadas (PORTER, 1992).

Neste contexto, cabe destacar que a estrutura de análise do planejamento com base em cenários prospectivos é orientada por decisões, e não por dados ou informações. Assim sendo, os conhecimentos adquiridos devem apoiar o processo de tomada de decisão e este processo não deve ser estruturado em torno dos dados disponíveis (SHEARER, 2009). Além do que, Marcial e Costa (2001) robustecem a ideia de que atitude prospectiva do cenário conduz a uma visão longa, atentando-se a uma análise de longo prazo, com amplitude, buscando a interseção com outras informações. De mais a mais, fortalece-se a concepção da pesquisa a fundo para a edificação dos fatores e tendências relevantes.

2 A influência das forças endógenas e exógenas é um fator que não deve se desprezar durante o processo de análise dos cenários, intervindo até mesmo a confecção de planos e a definição de ações futuras, a fim de se evitar surpresas. Para aprofundar sobre as relações das forças endógenas e exógenas, sugere-se a leitura complementar do artigo de Steinitz (1990), que consta na lista de referências.

4 CENÁRIOS PROSPECTIVOS E UMA VISÃO SOBRE A APLICABILIDADE NA ÁREA DE SEGURANÇA E DEFESA

Na área de Segurança e Defesa, observa-se que os cenários prospectivos apoiam e auxiliam a revisar as políticas correlatas, particularmente, quanto aos requisitos desejados de uma força militar. Contextualizando, tal afirmativa, o Departamento de Defesa dos EUA (UNITED STATES, 1993) reporta que, durante uma revisão do estudo sobre a estrutura das Forças Militares do Governo de George HW Bush, foram listados cinco questões críticas para se estruturar uma força militar, entre elas, cita-se a necessidade de definir os interesses da nação; as ameaças potenciais; a definição da estratégia para o enfrentamento de tais ameaças potenciais, com a delimitação do tamanho e tipo de força militar a ser enfrentada; visualização da base doutrinária militar futura; e, por fim, o nível de risco que os Estados Unidos da América assumiria por não serem capazes de proteger simultaneamente todos os interesses de segurança nacional. Em complemento a este estudo, Larson, Orletsky e Leuschner (2001) sugeriram adicionar a esta lista de questões críticas, a questão orçamentária³ disponibilizada para a Defesa para a concretização dos objetivos ou metas planejadas.

Paralelamente, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América define os cenários como um reporte de uma ação em curso ou futura, em especial, com objetivos estratégicos, incluindo informações acerca de ameaças, contextos, antecedentes político-militares das forças amigas e inimigas, suposições, restrições, limitações e outros pontos de interesses desejados para o planejamento. Todavia, os cenários representam um desafio tangível, podendo não retratar os fatos mais prováveis, do mesmo jeito que espelha uma situação em que a evolução de um estado para outro pode ser explicada de diferentes maneiras, dependendo do ponto de vista de cada um e da ênfase dada às diferentes influências (UNITED STATES, 2011).

Contudo, na área de Segurança & Defesa, pode-se observar ainda a utilização do planejamento com base em cenários em assuntos diversos, tal como o estudo patrocinado pelo Departamento de Defesa Norte-americano que envolve as observações acerca das relações entre as operações militares, no Centro Nacional de Treinamento do Exército, sediado no *Fort Irwin*⁴, e as necessidades de gestão ambiental, ao longo das décadas de 1980 e 1990, à medida que novas iniciativas de treinamento foram planejadas. Grande parte do debate foi centrado na proteção da tartaruga do deserto, listada como uma espécie ameaçada pelo Serviço de Pesca e Vida Selvagem, em abril de 1990, com os esforços voltados para a elaboração de um plano de conservação para a região (CHAPMAN, 1997).

Outro exemplo, neste contexto foi o estudo desenvolvido ao redor do *Fort Huachuca*⁵, que está em operação desde 1877, na região definida pela Bacia do Alto San Pedro, para a inclusão

3 A questão orçamentária é um fator intensamente debatido na atualidade, visto a relevância para a continuidade na execução de qualquer projeto, principalmente, na área de Segurança & Defesa. Os autores Larson, Orletsky e Leuschner (2001) aprofundam o conhecimento e o debate do assunto no artigo "Defense planning in a decade of change", que consta na lista de referências.

4 Fort Irwin fica localizado no estado da Califórnia - Condado de San Bernardino (CHAPMAN, 1997).

5 Fort Huachuca fica localizado no estado do Arizona - Condado de Cochise (BAHRE; MCPHERSON, 1995; KEPNER; EDMONDS & WATTS, 2002).

de *habitat* de pastagem que se tornou menos comum na região devido à supressão por incêndios. Além disso, verificou-se que as preocupações envolvem o estudo, a manutenção do *habitat* de nidificação e forragem para o morcego migratório de nariz comprido, listada como uma espécie ameaçada de extinção em 1988 (BAHRE; MCPHERSON, 1995; KEPNER; EDMONDS & WATTS, 2002). Tais estudos demonstram a diversidade do emprego dos cenários para a área de Segurança & Defesa.

Por outro viés, em virtude da incerteza que envolve os assuntos internacionais, visto a complexidade e volatilidade, os Estados Unidos da América reconheceram que o ambiente de segurança não se tornou benigno, fazendo com que o governo norte-americano planejasse suas forças armadas não apenas para enfrentar as possíveis ameaças, pelo contrário, visualizou-se a necessidade frente a imprevisibilidade do mundo de buscar um planejamento das capacidades militares voltadas para um futuro potencialmente mais ameaçador. Diante disto, à época, as incertezas da segurança internacional e a instabilidade na antiga União Soviética e na Europa Oriental poderiam conduzir não apenas a guerras regionais, mas a uma remilitarização da política externa russa (UNITED STATES, 1993)⁶.

Desta forma, o Departamento de Defesa Norte-americano optou por reformular o processo de avaliação das forças militares, buscando, assim, os requisitos não apenas em termos de ameaças imediatas, mas sim, utilizando uma abordagem baseada em capacidades para o planejamento, além de sustentar que estas forças pudessem realizar tarefas militares que vão desde o espectro de missões de combate até aquelas não especificamente relacionadas ao combate, tais como a presença avançada, contraterrorismo, assistência humanitária, entre outras (UNITED STATES, 1993).

Consequentemente, os cenários prospectivos foram adaptados em *Quadrennial Defense Reviews (QDR)* - Revisões Quadrienais de Defesa (tradução nossa) para melhor apresentar um portfólio cada vez mais rico de detalhes, descrevendo as ameaças e os desafios, que exigiam um desenvolvimento das capacidades. Contudo, os desafios para o aperfeiçoamento do processo de construção dos cenários prospectivos são inúmeros, devendo, dessa maneira, buscar considerar uma maior variedade e combinação de tipos de missão para avaliar a próxima construção do planejamento. No caso dos Estados Unidos da América, com base no *Quadrennial Defense Reviews (QDR) 2001*, buscou-se traçar como requisitos a eliminação de armas de destruição em massa e outras missões de combate a estas armas de destruição em massa (UNITED STATES, 2001).

Segundo o Departamento de Defesa (UNITED STATES, 2012), apesar da complexidade da construção dos cenários prospectivos colaborarem para o planejamento da força militar, o resultado desse tipo de planejamento deve ter como objetivo primordial a garantia da defesa da pátria. Além do mais, esse planejamento tem como premissa a dissuasão da agressão e da coerção em quatro regiões-chave, assim como realizar duas grandes campanhas de vários tipos, tais como operações de eliminação de armas de destruição em massa, a fim de buscar resultados decisivos que conduzissem à vitória, e a sustentação às operações de contingência de menor escala em andamento.

⁶ Para compreender a evolução do pensamento estratégico no planejamento das forças e capacidades militares no Departamento de Defesa Norte-americano, assim como a evolução do processo de avaliação dos futuros requisitos de defesa e as principais opções de política de defesa para a estruturação das forças militares, sugere-se a leitura complementar do “Force structure: issues involving the Base Force” (UNITED STATES, 1993).

Não obstante, a capacidade de análise dos cenários prospectivos é um fator relevante dentro do processo de revisão das capacidades das forças militares (LARSON, 2018). Para tanto, o Departamento de Defesa tem o encargo de revisar as capacidades analíticas, assim como avaliar a gama de missões que são de interesse contemporâneo; identificar deficiências e as lacunas que impeçam a realização de avaliações igualmente confiáveis das missões não convencionais. Além do mais, deve-se buscar identificar as mudanças doutrinárias, organizacionais, de treinamento, material, liderança e de educação, pessoal e instalações que possibilitem, no futuro, um aperfeiçoamento da competência analítica, a fim de agregar uma melhor abordagem das capacidades necessárias para atingir os objetivos traçados.

Neste contexto, salienta-se também a necessidade de revisar, refinar e desenvolver o processo de análise da estrutura de risco e desenvolver as bases necessárias para avaliar com maior fidelidade o nível de risco associado aos diferentes níveis de força, capacidades planejadas e recursos disponibilizados (UNITED STATES, 2001).

Segundo Larson (2019), dentro da realidade do Departamento de Defesa Norte-americano, a fim de buscar um planejamento da força militar adequado aos objetivos traçados, particularmente de defesa da pátria, é importante o desenvolvimento de cinco categorias de planos de defesa que se interligam e se sobrepõem, embora distintos, Plano de Formulação do Conceito, Planos de Requisitos, Planos de Capacidade, Planos de Mobilização e Planos de Crise.

O Plano de Formulação do Conceito busca traçar as metas, missões, objetivos e diretrizes de política de segurança nacional. Os Planos de Requisitos descrevem os recursos que devem ser alocados, além de estabelecer conceitos estratégicos e a forma de composição das forças militares, segundo o pensamento dos Comandantes Militares, dadas as orientações e objetivos da nação, compromissos, políticas e avaliações de ameaças, tendo como base os cenários prospectivos. Os Planos de Capacidade descrevem como fazer e o que fazer com os recursos existentes, tendo como base as capacidades militares e civis disponíveis. Os Planos de Mobilização estabelecem uma ligação entre os Planos de Requisitos e os Planos de Capacidade, em tempo de guerra ou de emergência nacional, assim como edifica as etapas necessárias para organizar e alocar os recursos necessários. Por fim, os Planos de Crise buscam chamar a atenção para as percepções dos interesses nacionais e ambientar as forças amigas das capacidades e limitações das forças oponentes (COLLINS; SEVERNS; GLAKAS, 2019).

Larson (2018) reforça que o aprimoramento das capacidades do processo de análise do Departamento de Defesa em avaliar a estrutura da força militar, os requisitos e as avaliações de risco intensificam uma melhor transparência dos argumentos do Departamento de Defesa, possibilitando uma clara compreensão por parte dos decisores e da Sociedade, demonstrando um planejamento claro e sólido, assim como uma maior transparência ao processo, visto que baseiam-se em argumentos analíticos claros, facilitando a alocação de recursos orçamentários para o desenvolvimento das capacidades desejadas.

5 CONCLUSÃO

O presente ensaio teórico visa trazer à tona algumas reflexões acerca do que são os cenários prospectivos e como esses cenários podem ser utilizados na área de Segurança & Defesa, proporcionando uma revisita quanto à relevância da utilização dos cenários para o planejamento da força militar, assim como o seu valor no processo decisório. Para tanto, iniciou-se com um aprofundamento do tema, quanto ao esclarecimento sobre conceito de cenário, com o debate dos aspectos epistemológicos, permitindo a melhor compreensão do emprego e das possíveis informações a serem obtidas, assim como o suporte à decisão. Em função da própria natureza do objeto de estudos, buscou-se uma visão interdisciplinar, apontando algumas intersecções com outras áreas do conhecimento.

A ideia do robustecimento do emprego dos cenários prospectivos exige um aprofundamento amplo no campo filosófico, e, empiricamente, direcionando para uma teorização das diversas maneiras possíveis de visualizar o conceito dos cenários e como essas informações podem ser representadas, assim como as diversas interpretações que podem dar suporte à compreensão do tema.

Contudo, um ponto significativo em relação à definição de cenário, além da possibilidade dos cenários de consolidarem uma descrição de uma conjuntura futura ou um ordenamento da percepção acerca das projeções alternativas futuras, é que os cenários não definem uma realidade futura, e sim, uma representação, norteando as ações para um futuro possível e desejável.

A sistematização do processo de análise é uma ferramenta que se destaca por meio da descrição do estado inicial, com base no conteúdo, espaço e tempo, passando pela observação do ambiente, com o levantamento dos pontos significativos de mudança. Além do mais, verifica-se as forças exógenas e endógenas que podem favorecer ou dificultar quaisquer mudanças e, por fim, a averiguação do objetivo que quer ser alcançado. Neste contexto, uma ideia, que é robustecida, é a capacidade de gestão e organização deste processo, por meio de uma sistematização de ideias e procedimentos, favorecendo a qualidade e confiabilidade da informação ao decisor para o direcionamento das decisões com a implementação de planos e, por conseguinte, a consolidação dos objetivos traçados em um futuro sem surpresas.

Além do mais, esta sistematização de análise consolida a ideia de que a atitude prospectiva do cenário direciona a uma visualização de uma situação a longo prazo, com amplitude e intersecção com outras informações, possibilitando a edificação de uma investigação de fatores e tendências sólidas. Assim, tal visualização colabora para um planejamento atual robusto e, em consequência, um enfrentamento dos óbices futuros em melhores condições físicas e financeiras, com uma previsibilidade nas ações necessárias.

Como base neste viés teórico, visualiza-se uma transformação significativa e positiva na forma de observar e analisar o processo de planejamento das forças militares, particularmente, quanto às capacidades necessárias ao enfrentamento do fenômeno da guerra, viabilizando uma readequação das forças e uma melhor resposta à Sociedade. Esta mudança de perspectiva proporciona uma correção de rumos e uma reestruturação das capacidades disponíveis, sob uma nova óptica de análise dos requisitos e da abordagem das ameaças, construindo uma consciência mais abrangente.

Na área de Segurança & Defesa, em virtude das incertezas resultantes da complexidade e volatilidade dos assuntos internacionais, uma significativa colaboração dos cenários foi a quebra de paradigmas quanto ao planejamento baseado em ameaças em prol de um planejamento baseado em capacidade, fazendo com que se buscasse um planejamento das forças militares não apenas para o enfrentamento de prováveis ameaças.

Observa-se, ainda, que os cenários prospectivos apoiam a definição dos interesses da nação, assim como a definição da estratégia para o enfrentamento das ameaças potenciais e uma visualização da base doutrinária militar futura, levando em consideração as questões orçamentárias, refletindo sobre o atual status quo e o desenho de uma nova base doutrinária, bem como das capacidades militares que melhor respondem as necessidades da Nação, essencialmente, da Sociedade.

Dentro do papel de relevância dos cenários prospectivos para a área de Segurança & Defesa, assume-se que a utilização dos cenários prospectivos visa não apenas o planejamento futuro e o apoio ao processo decisório, mas também a ideia de previsibilidade, particularmente, quanto ao orçamento financeiro, mitigando os riscos e reduzindo as imprecisões nos momentos de recessão econômica ou, até mesmo, os cortes orçamentários. Nesta perspectiva, a previsibilidade garante uma continuidade no processo de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de novas capacidades, abreviando quaisquer óbices ou contratempos que possam vir a surgir.

O incremento do processo de revisão das capacidades das forças militares é outra colaboração que merece destaque quanto aos cenários prospectivos. Os cenários possibilitam a avaliação das missões de interesse, assim como as deficiências e lacunas existentes na base doutrinária, organizacional, treinamento, material, liderança e de educação, pessoal e instalações, assegurando uma melhor aproximação das capacidades bélicas que levem a conquista dos objetivos traçados.

Além do mais, de acordo com o Departamento de Defesa Norte-americano, o fato da existência de ameaças evidentemente identificáveis não expressa uma obrigatoriedade no planejar das forças armadas para fazer frente a essas ameaças, pelo contrário, contudo, a imprevisibilidade dos acontecimentos reforça a linha de pensamento de que a força militar deve ser planejada com base em capacidades militares, reforçando ainda mais uma abordagem baseada em capacidades para formular as forças militares. Desta forma, a força militar tornar-se-ia uma força capaz de moldar o ambiente de segurança internacional, mitigando os riscos e buscando que as ameaças não se consolidem.

Portanto, com exemplos que passam por situações mais simples, como o manuseio de áreas de preservação, apoio substancial à decisão, suporte à previsibilidade, encontram-se evidências consistentes de que os cenários prospectivos possibilitam não apenas uma maior consciência das contingências, mas também alteram as expectativas e a percepção sobre os possíveis eventos futuros.

REFERÊNCIAS

BAHRE, C. J. Human impacts on the grasslands of southeastern Arizona. **The Desert Grassland**, [s. l.], p. 230-264, 1995.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa (Portugal): Edição 70, 1977.

BYRNE, D. Complexity theory and social research. **Social Research Update**, Surrey, n. 18, p. 1-6, 1997. Disponível em: <https://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU18.html>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CAIRNEY, P. Complexity theory in political science and public policy. **Political Studies Review**, [London], v. 10, n. 3, p. 346-358, 2012.

CHAPMAN, A. W. **The National Training Center matures: 1985-1993**. Fort Monroe, VA: Military History Office, United States Army Training and Doctrine Command, 1997.

CILLERS, P.; RICHARDSON, K. Special editors' introduction: what is complexity science? A view from different directions. **Emergence: complexity and organization**, Mahwah, NJ, v. 3, n. 1, p. 5-24, 2001.

COLLINS, J. M.; SEVERNS, E. A.; GLAKAS, T. P. **US defense planning: a critique**. London; New York: Routledge, 2019.

DEACON, T. W. **Incomplete nature: how mind emerged from matter**. New York; London: WW Norton & Company, 2011.

FRANCHI, T.; MIGON, E. X. F. G.; VILLARREAL, R. X. J. Taxonomy of interstate conflicts: is South America a peaceful region? **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/QpBrSBdwNCJg8rqRw5sJxSL/abstract/?lang=en>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GEUS, A. de. **The living company**. Boston: Harvard Business Press, 2002.

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à ação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

GODET, M. **Scenarios and strategic management**. London: Butterworths, 1987.

KAHN, H.; WIENER, A. J. **The year 2000: a framework for speculation on the Next Thirty Years**. New York: Macmillan, 1967.

KEPNER, W. G.; EDMONDS, C. M.; WATTS, C. J. **Remote sensing and geographic information systems for decision analysis in public resource administration**: a case study of 25 years of landscape change in a southwestern watershed. Las Vegas: U.S. Environmental Protection Agency, 2002.

KLEINER, A. **The age of heretics**: Heroes, outlaws, and the forerunners of corporate change. New York: Currency Doubleday, 1996.

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. **Complex systems and applied linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LARSON, E. V. *et al.* **Defense planning in a time of conflict**: a comparative analysis of the 2001-2014 quadrennial defense reviews, and implications for the Army. Santa Monica, CA: RAND Arroyo Center, 2018.

LARSON, E. V. **Force planning scenarios, 1945-2016**: their origins and use in defense strategic planning. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2019.

LARSON, E. V.; ORLETSKY, D. T.; LEUSCHNER, K. **Defense planning in a decade of change**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2001.

MARCIAL, E. C.; COSTA, A. J. L. O uso de cenários prospectivos na estratégia empresarial: vidência especulativa ou inteligência competitiva? *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001. **Anais** [...]. Campinas: ANPAD, 2001.

MCPHERSON, G. R. The role of fire in the desert grasslands. *In*: MCCLARAN, M. P.; VAN DEVENDER, T. R. (ed.). **The desert grassland**. Tucson: University of Arizona Press, 1995. p. 130-151.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petropolis: Vozes, 2001.

PARIS, R. **At war's end**: building peace after civil conflict. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SCHWARTZ, Peter; LEYDEN, Peter; HYATT, Joel. The long boom: a vision for the coming age of prosperity. **The Choice**. Basic Books, 2000.

SHEARER, A. W. Scenario-based studies for landscape planning. *In*: SHEARER, A. W. *et al.* **Land use scenarios: environmental consequences of development.** [Boca Raton]: CRC Press, 2009. p. 1-15.

SHEARER, A. W. *et al.* Examining development-related uncertainties for environmental management: Strategic planning scenarios in Southern California. **Landscape and Urban Planning**, [s. l.], v. 77, n. 4, p. 359-381, 2006.

STEINITZ, C. A framework for theory applicable to the education of landscape architects (and other environmental design professionals). **Landscape Journal**, [Wisconsin], v. 9, n. 2, p. 136-143, 1990.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educare** Revista, Curitiba, n. 10, p. 91-98, dez. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RqVtSyMvVkrCQVGtbxKYZpt>. Acesso em: 28 nov. 2022.

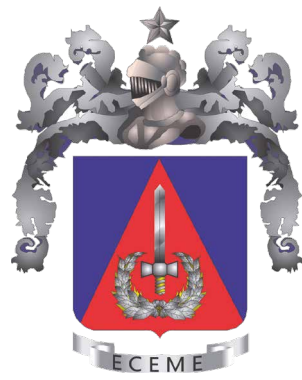
UNITED STATES. Department of Defense. **Directive 8260.05: Support for Strategic Analysis (SSA).** Washington, DC: Department of Defense, July 2011a. Disponível em: <https://www.esd.whs.mil/portals/54/documents/dd/issuances/dodd/826005p.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. General Accounting Office. **Force structure: issues involving the Base Force.** Washington, DC: General Accounting Office, Jan 1993. (GAO/NSIAD-93-65). Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/nsiad-93-65.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **Quadrennial Defense review report.** Washington, DC: Secretary of Defense. Retrieved September, 2001. Disponível em: <https://history.defense.gov/LinkClick.aspx?fileticket=2kXpc8tN42U%3d&tabid=9114&portalid=70&mid=20230>. Acesso em: 6 dez. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **Quadrennial Defense review report.** Washington, DC: Secretary of Defense, Feb 2010. Disponível em: https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/quadrennial/QDR2010.pdf?ver=vVJYRVwNdnGb_00ixF0UfQ%3d%3d. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **Sustaining U.S. global leadership: priorities for 21st Century Defense.** Washington, DC: Secretary of Defense, Jan 2012. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/defense_guidance-201201.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.



O sistema ASTROS como uma ferramenta de dissuasão e presença

The ASTROS system as a deterrence and presence tool

Resumo: Neste artigo, propomos analisar se o sistema ASTROS pode ser uma ferramenta da estratégia de presença e dissuasão extrarregional. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, à luz da literatura que aborda o Sistema de Foguetes de Artilharia para Saturação de Área, focando na estratégia de dissuasão preconizada na Estratégia Nacional de Defesa (END) e na presença indicada na Estratégia Militar Terrestre e em como é utilizado em outras nações, particularmente com a utilização da estratégia de Antiacesso e Negação de área (A2/AD). O estudo visa apresentar as possibilidades de emprego do sistema ASTROS, como uma ferramenta de A2/AD, concluindo sobre a sua capacidade de colaborar com a estratégia de dissuasão extrarregional e presença. Por fim, o trabalho é relevante para contribuir com a Força Terrestre na construção das capacidades militares terrestres em virtude do que ficou estabelecido na END.

Palavras-chave: sistema ASTROS; dissuasão extrarregional e presença; antiacesso e negação de área.

Abstract: The purpose of this article is to analyze if the ASTROS system can be used as a tool for strategic deterrence. The article draws on research from a thorough literature review focused on the Artillery Saturation Rocket System (ASTROS), strategic aspects of the Brazilian National Defense Strategy (NDS), the Land (Terrestrial) Military Strategy, and foreign nation's use of similar artillery pieces. Additionally, a key aspect of this study is the analysis of the Anti-Access Area Denial (A2/AD) strategy. This study finds that the ASTROS system can serve as a component of A2/AD, concluding on its ability to collaborate with strategic deterrent. Finally, the work explores how land forces can effectively contribute in the construction of the land military capabilities by virtue of what was established in the to the NDS.

Keywords: ASTROS system; extrarational deterrence and presence; anti-access and area denial.

Ângelo Oliveira Alves 

Exército Brasileiro.

Diretoria de Avaliação e Promoções

Brasília, DF, Brasil.

angelooa31@gmail.com

Recebido: 04 maio 2022

Aprovado: 12 dez. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 INTRODUÇÃO

A atual Estratégia Nacional de Defesa 2020 (END) abordou que é essencial que o Brasil dedique contínua atenção à sua defesa, haja vista a condição sistemática de instabilidade dos relacionamentos entre os países e a emergência de novas ameaças no cenário internacional, apresentando as estratégias e ações estratégicas para atingir os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) da Política Nacional de Defesa (PND).

A END diz que “A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região” (BRASIL, 2020c, p. 33) e estabeleceu esta postura por meio da Estratégia de Defesa (ED) como ED 2, “Fortalecimento da capacidade de dissuasão”, que visou aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao país condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações. Duas de suas ações estratégicas de defesa (AED) são:

AED-8 Dotar o País de Forças Armadas modernas, bem equipadas, adestradas e em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões.

AED-9 Demonstrar a capacidade de se contrapor à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, dos limites das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo nacional (BRASIL, 2020c, p. 63).

A Força Terrestre adota o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), que está estruturado em seis capítulos para definir como o Exército está organizado e preparado para ser empregado, a fim de cumprir sua missão, alinhado com o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) e tendo como embasamento conceitual as análises dos diplomas legais vigentes, com uma vertente denominada **Concepção Estratégica**, que estabeleceu como fundamentos de sua estratégia: a **Dissuasão** e a **Presença**.

Dissuasão

No contexto global, o Brasil não é o Estado mais forte, tampouco o mais fraco. Assim, deve-se mostrar aos possíveis agressores, que a resposta será de tal forma violenta e efetiva, que sua vitória será muito improvável e, mesmo nesse caso, suas perdas cobriam um preço impagável.

A Dissuasão é o primeiro combate, evitando crises e permitindo que a sociedade brasileira resista a pressões oriundas de qualquer ator.

Presença

Caracteriza-se sob dois aspectos fundamentais:

- primeiro, direcionado à expressão militar, no qual a presença militar, no território nacional, tem por finalidade cumprir a destinação constitucional, sendo efetivada pela criteriosa articulação das organizações militares no território e pela capacidade de rápido deslocamento de tropas para qualquer região do País, caracterizando a mobilidade estratégica. (grifo nosso)
- no segundo aspecto, direcionado às expressões psicossocial e política, baseia-se no desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade. As Estratégias da Dissuasão e da Presença estão mutuamente ligadas, ou seja, o sucesso de uma contribui para o êxito da outra (BRASIL, 2019d, p. 8).

A Política Militar Terrestre/2019 (PMT/2019), escriturada no SIPLEx, apresenta o objetivo número 1. “CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL”, dizendo que ela será obtida com a qualificação e preparação dos recursos materiais e humanos, dotando-os de mobilidade e elasticidade com capacidade para desencorajar qualquer agressão militar, deste modo, mantendo o alinhamento com os documentos de defesa (PND e END).

Para atingir o objetivo n.º 1 da PMT/2019, o Exército Brasileiro (EB) construiu estratégias e ações estratégicas, alinhadas para o desenvolvimento de Capacidades Militares Terrestres (CMT) e o EB adota a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), que serão atingidas pelos Programas Estratégicos do Exército (PrgEE).

Silva (2020) explica que o PBC foi adotado em 2013 pelo EB, como metodologia para orientar a geração de forças para enfrentar ameaças incertas, pois visa suscitar capacidades futuras, agregando sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI, que são as chamadas capacidades operativas (CO).

Ressalta-se que um grupo de CO com ligações funcionais reunidas, para desenvolver e potencializar as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida, constituem uma Capacidade Militar Terrestre (CMT).

Convém destacar que, também em 2013, o Estado-Maior do Exército (EME) selecionou as capacidades a serem desenvolvidas para a Força Terrestre. Entre elas, está a Capacidade Militar Terrestre de Superioridade no Enfrentamento e a CO de Apoio de Fogo.

A Superioridade no Enfrentamento, que segundo o Catálogo de Capacidades EB20-C-07.001 (BRASIL, 2015c), é definida como ser capaz de cumprir as missões atribuídas, utilizando-se dos meios disponíveis para impor a sua vontade sobre o inimigo, derrotando-o.

A CO Apoio de Fogo é definida por ser “capaz de apoiar as operações das forças amigas com fogos potentes, profundos e precisos, buscando a destruição, neutralização ou supressão de objetivos e das forças inimigas” (BRASIL, 2015b, p. 10).

O Sistema de Artilharia de Mísseis e Foguetes (ASTROS) representa, muito bem, a CO Apoio de Fogo e contribui diretamente com a CMT Superioridade no Enfrentamento, sendo desenvolvido e operacionalizado pelo Programa Estratégico ASTROS 2020.

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica e documental que pretende abordar o sistema ASTROS como uma ferramenta de dissuasão extrarregional e presença, passando pela estratégia de antiacesso e negação de área, sendo dividido em um debate teórico sobre dissuasão antiacesso e negação de área (A2/AD); o sistema ASTROS; o sistema ASTROS como um meio de dissuasão extrarregional e; considerações finais.

2 DEBATE TEÓRICO SOBRE DISSUAÇÃO ANTIACESSO E NEGAÇÃO DE ÁREA (A2/AD)

O conceito da estratégia de antiacesso e negação de área (A2/AD) foi elaborado por analistas estadunidenses a partir da década de 1990, após a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), apresentando uma Revolução em Assuntos Militares e surgindo o conceito de “A2/AD”, em 2003, no *Center for Strategic and Budgetary Assessments, Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge*.

Se as estratégias antiacesso (A2) visam impedir a entrada das forças dos EUA em um teatro de operações, então as operações de negação de área (AD) visam impedir sua liberdade de ação nos limites mais estreitos da área sob o controle direto de um inimigo. Assim, as operações de AD incluem ações de um adversário no ar, em terra e sob o mar para contestar e impedir operações conjuntas dos EUA dentro de seu espaço de batalha defendido (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003, p. ii, tradução nossa).

Esta estratégia surgiu para reduzir capacidades militares do oponente (tropas, plataformas de combate e meios de transporte) no ar, na terra ou na água, dissuadindo de entrar em determinada região, por receio de perder seus meios.

O manual norte-americano *Joint Operations - JP 3-0*, 2017, apresenta em seus conceitos o termo longo alcance vinculado com A2 e curto alcance com AD, o que pode direcionar as ferramentas para serem utilizadas na execução destas tarefas:

Antiacesso. Ação, atividade ou capacidade, geralmente de **longo alcance**, projetadas para evitar que a força inimiga avançasse para entrar em uma área operacional. Também chamado de A2. (Aprovado para inclusão no Dicionário DOD.) (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. GL-6)

Negação da área. Ação, atividade ou capacidade, geralmente de **curto alcance**, projetadas para **limitar a liberdade de ação de uma força inimiga dentro de uma área operacional**. Também chamado de AD. (Aprovado para inclusão no Dicionário DOD.) (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. GL-6, tradução e grifo nosso).

As capacidades **A2, geralmente de longo alcance**, impedem ou inibem um avanço da força de entrar em uma área operacional (AO). Se uma força é capaz de superar as capacidades A2 de um inimigo, **recursos adicionais de AD** podem **limitar a liberdade de ação** de uma força dentro de um AO. (UNITED STATES, 2017a, p. I-3, tradução nossa, grifo nosso).

O Manual de Campanha Grupo de Artilharia Antiaérea, EB70 MC 10.365, também apresenta os conceitos doutrinais de antiacesso e negação de área (A2/AD):

Antiacesso (anti-access - A2) a ação destinada a retardar o desdobramento de forças inimigas em um teatro, reduzir a liberdade de manobra ou fazer com que as forças operem a distâncias maiores do local do conflito. O antiacesso (A2) afeta o movimento para um teatro.

A negação de Área (area denial - AD) é a ação destinada a impedir operações em áreas onde um adversário não pode ter acesso. A intenção é criar uma área na qual o inimigo não possa operar sem risco extremo. A negação de área afeta as manobras dentro de um teatro (BRASIL, 2021a, p. 14-1).

Os conceitos apresentados nestes manuais sobre de A2/AD revelam que o A2 visa impedir ou retardar a entrada de uma força inimiga no Teatro de Operações, atingindo os meios inimigos desde o mais longe possível, e que, o AD busca diminuir a liberdade de ação e capacidade de manobra da força oponente, após a entrada na área de operações, ou seja, os meios desenvolvidos para este fim devem ter estes requisitos básicos.

Segundo Ferreira (2011, p. 62), são exemplos de capacidades antiacesso:

[...] **mísseis balísticos e de cruzeiro**, lançados do ar, da **superfície** ou de submarinos; sistemas de vigilância e reconhecimento de longo alcance; submarinos nucleares; e sistemas de ataque cibernético e espacial. As capacidades de negação de área são: forças navais, aéreas e terrestres integradas; sistemas de defesa antiaérea; **mísseis antinavio de médio e curto alcance**, lançados do ar, mar ou terra; submarinos a diesel; munições inteligentes; sistemas de guerra eletrônica; e lanchas de ataque (grifo nosso).

O Dicionário de segurança e defesa, organizado por Héctor Luis Saint-Pierre e Marina Gisela Vitelli, corrobora com a ideia de Ferreira, que mísseis balísticos podem ser usados como meios de antiacesso, como também, na negação de área (A2/AD):

Capacidades antiacesso compreendem aquelas que **impedem o acesso do adversário** ao teatro de operações, consistindo basicamente de **mísseis balísticos** antinavios, armamentos antissatélites (Asat), submarinos nucleares ou com propulsão independente de ar (AIP), aviação antinavio de longo alcance e minas navais. As capacidades de negação de área, por sua vez, objetivam **negar a liberdade de ação dentro do teatro de operações**, e são constituídas por mísseis cruzadores antinavios, minas inteligentes, mísseis antiaéreos baseados em terra (SAMs), munições de ataque direto conjunto (JDAM), **mísseis balísticos de teatro e artilharia costeira**. Pelo fato de essas capacidades possuírem sistemas táticos bastante similares, eventualmente intercambiáveis, criou-se o conceito do A2/AD para referenciá-las em conjunto (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p. 362, grifo nosso).

Deste modo, o sistema de mísseis é uma importante ferramenta para contribuir com A2/AD, atendendo aos requisitos propostos e nos diferentes espaços do campo de batalha.

A partir de 1980, Mearsheimer (1983) apresentou o conceito de dissuasão convencional e Teixeira Júnior (2020) vincula a postura dissuasória, a modalidade convencional, pelo método da negação, por meio de um sistema/capacidade de antiacesso e negação de área (A2/AD), dentro de um ambiente multidomínio.

O Dicionário de segurança e defesa estabelece enlace do termo dissuasão à A2/AD, ao receio de perder custosos meios de combate:

[...] dissuasão diz respeito à utilização de meios menos custosos, mas que, potencialmente, resguardam os países de possíveis hostilidades. Nesse caso, vale destacar a adoção da A2/AD, sigla que, traduzida, significa antiacesso (*antiaccess*, AA ou A2) e negação de área (*area-denial*, AD). Esse conceito compreende um conjunto de meios militares assimétricos, mais baratos e preferidos por potências ascendentes, que potencialmente seriam utilizados para confrontar a capacidade de projeção de forças estadunidenses, o A2/AD é uma resposta assimétrica, pois, em vez de se usar capacidades similares às do atacante (o porta-aviões, por exemplo), utilizam-se meios menos dispendiosos para evitar a derrota, em vez de garantir uma vitória absoluta. Os países que atualmente mais investem nessas tecnologias são China, Irã e Rússia (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p. 362).

Colaborando com o conceito acima, Mitchell (2015) apresenta que uma maneira de dissuadir um inimigo é dificultar que ele atinja seu objetivo (dissuasão por negação), gerando medo e danos aos militares atacantes, mas também, receio dos custos que serão infligidos durante agressão. Para funcionar, o defensor precisa ter capacidade letal suficiente para demonstrar que a vitória será impossível ou difícil de obter.

Conforme Joshi (2019), países como Rússia, Índia e China vêm utilizando a estratégia de A2/AD para dissuadir potenciais inimigos ou ameaças de tentarem prejudicar seus interesses, por meio de forças convencionais, particularmente com forças de mísseis ou foguetes.

Outros conceitos importantes são os das operações e da força tarefa multidomínio:

Operações multi-domínio (MDO): operações realizadas em vários domínios e espaços contestados para superar os pontos fortes (ou inimigos) de um adversário, apresentando-os com vários dilemas operacionais e/ou táticos através da aplicação combinada da postura de força calibrada; emprego de formações multi-domínio; e convergência de recursos entre domínios, ambientes e funções no tempo e nos espaços para alcançar objetivos operacionais e táticos.

Força-Tarefa multi-domínio (MDTF): nova formação do Exército capaz de executar operações multi-domínio, projetada para fornecer ataques conjuntos de precisão de longo alcance, bem como integrar as operações de defesa aérea e de mísseis, guerra eletrônica, espaço, ciber-segurança e informações em competição e conflito para fornecer à Força Conjunta e à coalizão de novas capacidades para permitir a derrota das estratégias antiacesso e negação de área dos adversários. (UNITED STATES, 2021, p. 32, tradução nossa, grifo nosso).

Com o conceito de multidomínio ampliou-se a estratégia do A2/AD, que passou a atuar em todos os campos: espacial, cibernético, terrestre, aéreo e marítimo. Deste modo, buscando negar o acesso do inimigo sobre áreas de interesse, desde o mais longe possível, atuando por camadas de círculos concêntricos.

Para Teixeira Júnior (2020), somente com o desenvolvimento de estruturas, doutrinas e conceitos operacionais as capacidades de A2/AD serão atingidas, além de que é necessário obter produtos de defesa que permitam produzir um sistema de defesa em camadas multidomínio.

Taulois (2016) argumenta que a estratégia A2/AD é uma defesa em camadas, em que as mais externas utilizam os sistemas cibernéticos e espaciais, atuando nas dimensões aérea, terrestre e marítima, dificultando a coordenação, o comando e o controle das operações. Nas camadas mais internas, aplicam-se sistemas de armas dos meios navais, aéreos e terrestres disponíveis, particularmente os mísseis.

General Rocha Paiva (2014) apresentou no texto *Dissuasão Extrarregional, assim é só Discurso* que, para o Brasil, as áreas que são passíveis de utilização desta estratégia são: as bacias petrolíferas da região Sudeste e Sul, o saliente Nordeste e de Roraima, além da foz do Rio Amazonas que são regiões que podem sofrer influência ou acesso de potências extrarregionais. Porém, para que tal sistema estratégico seja efetivo, é necessário ter um conjunto de defesa coeso e composto por um monitoramento funcional; forças aprestadas e prontas; capacidade cibernética e de guerra eletrônica; defesa antiaérea; sistemas de mísseis de longo alcance ar, terra e mar; e plataformas dotadas de mobilidade estratégica tripuladas ou não.

Figura 1 – Possíveis meios de A2/AD Brasil



Fonte: Adaptado de Google Earth (2022).

O Gen Rocha Paiva (2016) escreveu no EBlog, *A Defesa Precisa de Integração Estratégica*, que o Brasil deve desenvolver um Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área (SCDANA):

O SCDANA, propriamente dito, enquadraria subsistemas de Segurança Cibernética; Monitoramento e Controle Territorial, Marítimo e Aeroespacial, integrados e com satélite brasileiro; Defesa Antiaérea; **Mísseis** de Longo Alcance, balísticos e **de cruzeiro, lançados de plataformas móveis terrestres**, navais e aéreas; e Forças Conjuntas de Defesa e Projeção de Poder, com elevado nível de aprestamento, bem como outras a serem completadas por mobilização. Os **subsistemas de maior efeito dissuasório** seriam os de Segurança Cibernética, de Defesa Antiaérea e de Mísseis Estratégicos (ROCHA PAIVA, 2016, n.p., grifo nosso).

Evidências mostram que a estratégia A2/AD está sendo utilizada por potências emergentes, com armas e munições de menor custo, para dissuadir forças que possuam armamentos e equipamentos mais poderosos. Em um primeiro momento, utiliza-se um sistema combinado de longo alcance, buscando não permitir o acesso do inimigo ao Teatro de Operações (TO), desde o mais longe possível, nos mais diversos espectros do campo de batalha: espacial, cibernético, comando e controle, aéreo e marítimo. Em uma segunda etapa, atuando para negar área, dentro do TO, limitando a liberdade de ação do oponente, com sistemas integrados de armas por terra, ar e mar: mísseis antinavio, antiaéreo, estratégicos, balísticos e de cruzeiro; munições guiadas com precisão; navios de superfície, pequenas embarcações e submarinos, desta maneira, restringindo as ações inimigas.

3 O SISTEMA ASTROS

O desenvolvimento do ASTROS (*Artillery Saturation Rocket System*) foi iniciado em 1981, pela empresa AVIBRAS, com foguetes de diferentes calibres e diversos tipos de cabeças, sendo exportado para diversos países e empregado em combate com sucesso na região do Golfo Pérsico (AVIBRAS, 2021a).

A partir de 1990, o sistema ASTROS II foi incorporado ao Exército Brasileiro e, em 1991, foi produzido e exportado mais um lote do material, já provado em combate (AVIBRAS, 2021a).

De acordo com o Manual Experimental Artilharia de Campanha de Longo Alcance (BRASIL, 2017b, p. 1-2), o ASTROS é composto por viaturas lançadoras do sistema e empregam os foguetes de saturação de área SS-30, SS-40, SS-60 e SS-80, utilizando, ainda, o foguete de treinamento TS-09 70, de 70 mm, para adestramento das guarnições por meio da Simulação Viva, sendo composto por viaturas MK3M (modernizadas) e MK6, todas com capacidade de lançar foguetes guiados SS-40G e o Míssil Tático de Cruzeiro (MTC-300).

As viaturas são todas do mesmo tipo, o veículo básico (VBA/T2B - Chassi TATRA) de características militares, blindado, 6X6, carga útil de 10 t, com capacidade de rodagem em qualquer terreno, com sistema integrado de localização, de diferentes versões: Lançadora Múltipla Universal (LMU) – linha de fogo; Viatura Posto Meteorológica (MET) – meteorologia; Viatura de Comando e Controle (VCC) e Posto de Comando e Controle (PCC) – Comunicações e Direção; Viatura Remuniadora (RMD) e Viatura Oficina Veicular – Logística; Unidade Controladora de Fogo (UCF) – Direção e Coordenação e a Viatura de Rastreamento (STREV) – acompanhamento da trajetória de foguetes e mísseis.

Figura 2 – Sistema ASTROS



Fonte: AVIBRAS (2021b).

O sistema ASTROS faz parte da Artilharia de Campanha, conforme prescreve o manual EB70-MC-10.224 (BRASIL, 2019a, p. 2-2), “A Artilharia de Campanha, de acordo com a natureza, classifica-se em Motorizada, Blindada, Mecanizada, Paraquedista, Aeromóvel, de Selva, de Montanha e de **Mísseis e Foguetes**” (BRASIL, 2019a, p. 2-2, grifo nosso).

O Manual de Campanha: Fogos, EB20-MC-10.206 (BRASIL, 2015b, p. 2-14) fala que a Artilharia de Campanha é um sistema composto por subsistemas: Linha de Fogo; Observação; Busca de Alvos; Topografia; Meteorologia; Comunicações; Logística; e Direção e Coordenação. Ela atua de forma sistêmica, compreendendo um conjunto de pessoas, processos e meios que integram a função de combate Fogos. Deste modo, o sistema ASTROS também está organizado desta forma.

Atualmente, o sistema ASTROS tem a capacidade de lançar foguetes e mísseis, sendo desenvolvido e fabricado pela empresa brasileira AVIBRAS desde a década de 1980, possuindo características de multicalibre, de alta mobilidade, de lançar foguetes a longa distância, deste modo, concebido como um sistema de armas estratégico com grande poder de dissuasão.

O Projeto Estratégico ASTROS 2020 teve como objetivo dotar a Força Terrestre de meios capazes de prestar apoio de fogo de longo alcance e com elevada precisão, derivando em diversos subprojetos, como exemplo, o foguete guiado e o míssil tático de cruzeiro (MTC).

O foguete guiado SS-40G está sendo desenvolvido com base nos foguetes convencionais, que contam com cálculo de tiro para trajetória balística. Esta munição recebe as coordenadas do alvo e utiliza sistemas de atuação com jatos laterais na fase propulsada e de superfícies aerodinâmicas móveis, na configuração denominada “canard”, que na fase de mergulho para o alvo, contribuem para a redução do Círculo de Erro Provável (CEP), diminuindo a área atingida e aumentando a saturação na área eficazmente batida por uma rajada.

O míssil MTC-300 é uma munição com o propósito de ser lançada a partir da plataforma da LMU, com possibilidade de levar 200 kg de carga bélica convencional a uma distância de até 300 km com precisão em CEP menor ou igual a 30 m, produzindo o mínimo de dano colateral e podendo atingir alvos estratégicos, conferindo à Força Terrestre uma maior capacidade de dissuasão extrarregional.

A transformação do projeto em programa aumentou as possibilidades de desenvolvimento do trabalho, garantindo a continuidade e a constância do fluxo de recursos.

O PrgEE ASTROS 2020 passou a ter em seu escopo um forte (Forte Santa Bárbara, que reúne diversas organizações militares de artilharia), um comando de artilharia (C Art Ex), uma Base de Administração e Apoio (B Adm Ap), dois grupos de mísseis e foguetes (6º GMF e o 16º GMF), um centro de instrução, um centro de logística, uma bateria de busca de alvos, com o desenvolvimento dos foguetes guiados SS-40G e do MTC-300, entre outros projetos.

Os GMF mantêm a capacidade de realizar a saturação de área, empregando tanto os foguetes normais, como os foguetes guiados, sendo dotados de 18 (dezoito) LMU cada, colaborando com a capacidade de dissuasão convencional.

Conforme o manual EB70-MC-10.224 (BRASIL, 2019a, p. 2-2,2-3), a artilharia de campanha de mísseis e foguetes pode realizar as seguintes tarefas:

2.4.11 ARTILHARIA DE CAMPANHA DE MÍSSEIS E FOGUETES

2.4.11.1 A Artilharia de Campanha de Mísseis e Foguetes é constituída pelos Grupos de Mísseis e Foguetes, dotados de lançadores de mísseis e foguetes, com a missão de realizar fogos contra alvos táticos e alvos de interesse dos níveis operacionais e estratégicos.

2.4.11.2 Tarefas Específicas

2.4.11.2.1 A Artilharia de Campanha de Mísseis e Foguetes executa as seguintes tarefas:

- a) desencadear, em curto espaço de tempo, uma considerável massa de fogos capaz de saturar uma área, neutralizando ou destruindo alvos inimigos;
- b) entrar e sair de posição rapidamente;
- c) engajar, simultaneamente, diversos alvos, mantendo uma boa massa de fogos sobre eles;
- d) deslocar-se, com rapidez, mesmo através campo;
- e) realizar rápida ajustagem sobre alvos inopinados;
- f) operar com técnicas de direção de tiro tradicionais e/ou automatizadas (exceção do Míssil Tático de Cruzeiro - MTC);
- g) operar com diferentes tipos de foguetes, possibilitando variações de alcance e calibre, de acordo com a natureza do alvo, com a sua localização e com o efeito desejado;
- h) utilizar em suas munições carga militar de emprego geral ou especial e combiná-las com diferentes tipos de espoleta;
- i) engajar alvos estratégicos, nas primeiras fases do conflito; e alvos operacionais e táticos no desenrolar da manobra; e
- j) ser transportado nos três modais: aéreo, aquático e terrestre, graças as suas dimensões e peso.

Além das tarefas acima, o material pode colaborar com a interdição de uma área no campo de batalha. Segundo o manual MD35-G-01, “interdição” tem as seguintes definições:

INTERDIÇÃO - 1. Ato ou efeito de dificultar ou impedir, por qualquer meio, o uso, pelo inimigo, de uma área ou via, a fim de privá-lo da capacidade de prover os suprimentos e reforços para apoio das próprias forças. Ver TAREFA DE INTERDIÇÃO. 2. Denominação dos tiros aplicados numa área ou ponto para impedir sua utilização pelo inimigo. 3. Ato administrativo por meio do qual a autoridade competente veda a utilização de um aeródromo, no todo ou em parte, para pousos e decolagens, temporária ou definitivamente, na aviação civil. 4. Ver OPERAÇÃO DE INTERDIÇÃO. (BRASIL, 2015a, p. 150).

TAREFA DE INTERDIÇÃO - Tarefa que tem o propósito geral de destruir ou neutralizar as fontes do poder inimigo, seus suprimentos, forças e estruturas de apoio (BRASIL, 2015a, p. 265).

OPERAÇÃO DE INTERDIÇÃO - Operação executada para dificultar ou impedir que o inimigo se beneficie: de determinada região, de pessoal, de instalações ou de materiais. As ações realizadas, nessa operação, abrangem normalmente o emprego maciço de fogos aéreos e de artilharia, realização de assaltos aeromóveis e aeroterrestres, infiltração de tropas especiais, sabotagens, barreiras e ações de guerrilha (BRASIL, 2015a, p.193).

As definições de interdição acima, nos mostram que esta ação visa negar uma área ou acesso a regiões por parte do inimigo, dificultando ou impedindo, o uso de uma área ou via, capacidade existente no sistema ASTROS.

Um contraponto para o sistema é que o Brasil é signatário do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (*Missile Technology Control Regime – MTCR*), desde 1995. Este acordo visa evitar a proliferação, limitar a produção e a venda de sistemas de foguetes completos (incluindo mísseis balísticos, veículos de lançamento espacial e foguetes de sondagem) e sistemas de veículos aéreos não tripulados (incluindo sistemas de mísseis de cruzeiro, drones de alvo e reconhecimento) com capacidades que excedem 300 km/500 kg, alcance/limite de carga útil; instalações de produção para tais sistemas e; os principais subsistemas, incluindo estágios de foguetes, veículos de reentrada, motores de foguetes, sistemas de orientação e mecanismos de ogivas (MISSILE TECHNOLOGY CONTROL REGIME, 2021).

Apesar de ser associado ao MTCR, o Brasil desenvolveu a tecnologia e conhecimento para fabricar mísseis e foguetes com alcance de trezentos quilômetros, podendo desenvolver munições que atinjam distâncias superiores, capacidade que poderia ser utilizada em caso de necessidade. Deste modo, deter o conhecimento técnico e a capacidade de produção também contribui com dissuasão.

Contudo, este sistema está alinhado com a estratégia de dissuasão e presença, que segundo o manual de Estratégia, EB20-MF-03.106 são:

Dissuasão: caracteriza-se pela manutenção de **forças** militares suficientemente **poderosas** e **prontas para emprego imediato**, capazes de **desencorajar** qualquer **agressão militar**.

Presença: caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também preponderantemente pela **capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País**, quando necessário (BRASIL, 2020b, p. 4-5, grifo nosso).

O sistema ASTROS é extremamente versátil, caracterizando-se pela flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES), além da pronta resposta e pela letalidade. Os pressupostos básicos para atender a estes requisitos são as mobilidades estratégica e tática, fundamentos para a rápida concentração ou dispersão de tiros, contribuindo assim, com a estratégia da dissuasão e presença do Exército Brasileiro.

4 O SISTEMA ASTROS COMO UM MEIO DE DISSUAÇÃO EXTRARREGIONAL

A END, 2020, preconiza que “A concepção estratégica de defesa do País, em tempo de paz ou de crise, está pautada na capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças [...]” (BRASIL, 2020c, p. 33) e fala ainda que, “A capacidade de dissuasão, que consiste não só na disponibilidade e prontidão de meios militares adequados, como também da capacitação do seu pessoal, é uma ferramenta da diplomacia” (BRASIL, 2020c, p. 37).

O termo dissuasão é definido, nos manuais Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (EB20-MF-03.109) e Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102), como:

DISSUAÇÃO – Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, 2018d, p. 92).

DISSUAÇÃO – caracteriza-se pela manutenção de Forças Militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar (BRASIL, 2019b, p. 5-2).

ESTRATÉGIA DA DISSUAÇÃO – Estratégia que se caracteriza pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar (BRASIL, 2019b, p. 109).

O sistema ASTROS possui disponibilidade, prontidão e pessoal capacitado, para atuar e evitar que o País seja ameaçado por forças estrangeiras. Além de ser um material testado em conflitos e ser comprado por muitos países, como ferramenta de defesa e dissuasão extrarregional. Tal fato comprova a sua eficácia e eficiência nos conflitos modernos.

A Política Militar Terrestre, 2019, prega a intenção de contribuir com a dissuasão extrarregional, para isto deve:

Disponer de Organizações Militares com elevada prontidão, mobilidade (estratégica e tática), letalidade e proteção (individual e coletiva), suficientes para desaconselhar ou desviar ameaças, reais ou potenciais, em qualquer expressão do poder, inibir a concentração de forças hostis junto à fronteira terrestre, contribuir para a dissuasão nas águas jurisdicionais e no espaço aéreo do País (BRASIL, 2019g, p. 6).

Neste contexto, o EB estabeleceu a sua concepção estratégica, que criou as Forças de Emprego Estratégico (F Emp Estrt). Tais Forças possuem poder de combate para atuar em situações de crise ou conflito armado, criando o desequilíbrio estratégico, por meio da dissuasão, estando aptas para atuar em qualquer parte do território nacional e em outras áreas de interesse estratégico brasileiro. Elas devem possuir, organizar ou receber módulos (modularidade e elasticidade), para poder executar grandes deslocamentos estratégicos.

O 6º GMF é, como um todo, um dos módulos especializados que integra as F Emp Estrt, como apoio de fogo, agregando poder de combate aos elementos de manobra. Além disso, a Concepção Estratégica (BRASIL, 2019d, p. 17) diz que, “Todas as OM do EB contribuem para a Estratégia da Presença e/ou da Dissuasão”.

FORÇA DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA – Forças terrestres com poder de combate para possibilitar, nas situações de crise/conflito armado, o desequilíbrio estratégico por meio da dissuasão, da ofensiva e da projeção de força (inserida na projeção de poder). São aptas a atuar em qualquer parte do território nacional e em outras áreas de interesse estratégico do Estado brasileiro (BRASIL, 2018d, p. 122).

Cabe ressaltar ainda que, no conflito da Ucrânia, foram neutralizados dois Batalhões de Infantaria Mecanizados pela artilharia de foguetes russa, nos dois primeiros minutos de combate. Fato que mostra o poder de combate e de dissuasão da Artilharia de Foguetes e seu papel no combate no nível tático e de negação de área.

O ASTROS, material de fabricação nacional, dispõe de capacidades técnicas de saturação de área, de disparar diferentes tipos de foguetes, de entrar e sair rapidamente de posição, de deslocamento estratégico em todo território nacional, de ser transportado por qualquer modal, inclusive com o apoio da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira. Com o míssil tático de cruzeiro e o foguete guiado, em fase final de desenvolvimento, aumentando ainda mais suas capacidades, deste modo, a Força Terrestre acredita que o ASTROS é um importante meio dissuasório e de presença, colaborando com a sua concepção estratégica.

Com o desenvolvimento destas novas capacidades do sistema, o material pode atuar desde o mais longe possível, atingindo alvos no nível estratégico, com objetivo de dificultar a movimentação e o posicionamento de suas tropas, colaborar com a proteção estratégica e produzir efeito psicológico sobre o adversário, dissuadindo de realizar qualquer atuação contra o país, avaliando bem o risco de tal intento.

Tal situação colabora com a implementação da estratégia A2/AD, podendo atuar, o mais longe, com seus mísseis, de forma conjunta com meios cibernéticos, marítimos e aéreos, sendo empregado para dificultar a aproximação de forças inimigas, por ar, mar e terra. Como também, em uma segunda fase, para negar ou interditar área dentro do TO, com seus foguetes. Cabe ressaltar que, para que a estratégia de A2/AD funcione, há necessidade de integrar e formar um sistema com capacidades que se complementam para impedir ou negar ao oponente entrar no Teatro de Operações, um Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área (SCDANA), o que potencializaria ainda mais a capacidade deste material.

Ressalta-se, ainda, a pesquisa e inovação constante deste material e munições, que estão no estado da arte e que também são obtidas pelas outras Forças Armadas Brasileiras, como exemplo o Míssil de Cruzeiro de Longo Alcance (MICLA-BR) para Força Aérea Brasileira, o Míssil Antinavio nacional (MANSUP) e bateria de ASTROS pela Marinha do Brasil. Há uma real viabilidade do MANSUP poder ser lançado de plataforma terrestre, pela LMU do sistema ASTROS, que é uma plataforma de lançamento multicalibre, sendo adaptável a diversos tipos de munições. A constante pesquisa, evolução tecnológica e inovação nesta área, por si só, já é uma ferramenta dissuasória.

O material é vocacionado para realizar operações de interdição ou negação de área, com os seus foguetes, esse tipo de operação é executado para dificultar ou impedir que o inimigo se beneficie de determinada região, de instalações ou de materiais, fazendo-o avaliar bem o custo-benefício de qualquer ação hostil.

Teixeira Júnior (2020, p. 15, grifo nosso) diz que:

O sistema ASTROS – Sistema de Foguetes de Artilharia para Saturação de Área – é uma capacidade fundamental para uma futura concepção brasileira de antiacesso e de negação de área. Com plataforma de elevada mobilidade, o ASTROS possui a capacidade de fogos de saturação e de emprego de foguetes guiados (BRASIL, 2018). Com o recente desenvolvimento de mísseis táticos de cruzeiro (AV-MTC) de 300 quilômetros alcance (BARREIRA & HUGHES, 2019), o sistema ASTROS poderá ser uma peça basilar de um conceito operacional de A2/AD brasileiro.

O sistema pode se fazer presente em todo o território nacional e com o MTC em fase final de desenvolvimento, fato que ampliará ainda mais seu escopo e sua capacidade de intervir, impedindo o acesso ou negando área. Deste modo, sendo um importante meio de dissuasão extrarregional e de antiacesso e negação de área, possibilitando, ainda, desenvolvimento do estudo da missílica e desenvolvimento de novos projetos nesta área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa ASTROS 2020 está alinhado com as AED-8 e AED-9, da END, e dotando as Forças Armadas de um meio moderno, em estado de permanente prontidão, capaz de desencorajar ameaças e agressões, além da capacidade de se contrapor à concentração de forças opoentes nas proximidades das fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras.

As Forças Armadas, particularmente o Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil, dispõem de 07 (sete) baterias ASTROS, o que representa 42 (quarenta e duas) peças lançadoras, possibilitando um grande volume de fogo, garantindo o poder de combate e apresentando este material com real capacidade de infringir danos aos possíveis meios hostis.

O desenvolvimento e utilização do míssil tático de cruzeiro permitirá contribuir na ação do antiacesso, atuando em alvos estratégicos desde o mais longe possível, com o objetivo de impedir e dissuadir que o inimigo se aproxime e concentre seus meios no Teatro de Operações.

O sistema de mísseis e foguetes brasileiro, ASTROS, representa um meio efetivo de aplicar a estratégia e o conceito de A2/AD, sendo base para integrar um futuro Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área e seu processo contínuo de desenvolvimento e de inovação é extremamente importante para o futuro da estratégia de dissuasão e defesa brasileira.

Por fim, conclui-se que o sistema ASTROS é uma ferramenta de dissuasão e presença, pois dispõe de mobilidade estratégica, de capacidade de multicalibre, de possibilidade de atuar nos três níveis de condução das operações: estratégico, operacional e tático; com possibilidade de diminuir a capacidade de combate do inimigo, abalando seu moral, fazendo que ele avalie o risco e reduzindo seu potencial ofensivo.

REFERÊNCIAS

AVIBRAS. **Avibras 60 anos, fazendo a história impulsionando o futuro**. São José dos Campos: Avibras, 2021a. Disponível em: <https://www.avibras.com.br/site/midia/noticias/425-avibras-60-anos.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

AVIBRAS. **Sistema ASTROS**. São José dos Campos: Avibras, 2021b. Disponível em: <https://www.avibras.com.br/site/areas-de-atuacao/defesa/astros.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior. **Manual escolar formatação de trabalhos científicos**. Rio de Janeiro: ECEME, 2017a. (ME 21-253).

BRASIL. Exército. **Manual experimental artilharia de campanha de longo alcance**. Brasília, DF: Exército, 2017b.

BRASIL. Exército. **Portaria nº 043-COTER, de 27 julho de 18**. Nota Doutrinária no 01/2018 – “Comando de Artilharia do Exército”. Brasília, DF: Exército, 2018a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Decreto legislativo no 179, de 14 dezembro de 2018**. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 2 de 2017 (Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2018/decretolegislativo-179-14-dezembro-2018-787452-publicacaooriginal-156961-pl.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015a. (MD 35-G-01). Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de campanha**: artilharia de campanha nas operações. Brasília, DF: Exército, 2019a. (EB70-MC-10.224). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4508/3/EB70MC10224.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de campanha**: fogos. Brasília, DF: Exército, 2015b. (EB20-MC-10.206). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/82/1/EB20-MC-10.206.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de campanha**: grupo de artilharia antiaérea. 2. ed. Brasília, DF, 2021a. (EB70-MC-10.365). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9357/1/EB70-MC-10.365%20MC%20GAAAE.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de campanha**: grupo de mísseis e foguetes. ed. experimental. Brasília, DF: Exército, 2021b. (EB70-MC-10.363). Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9117/1/EB70-MC-10.363__GMF.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de fundamentos**: doutrina militar terrestre. 2. ed. Brasília, DF: Exército, 2019b. (EB20-MF-10.102). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4760/1/EB20-MF-10.102.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de fundamentos**: estratégia. 5. ed. Brasília, DF: Exército, 2020b. (EB20-MF-03.106).

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 128-EME, de 30 julho de 2018**. Diretriz de Implantação do Projeto de Instrumentação de Campo de Instrução, integrante do Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 (EB20-D-08.016). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018c. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_128_eme_30jul2018.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 309-EME, 23 de dezembro de 2014**. Aprova o Catálogo de Capacidades do Exército (EB20 C 07.001). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015c. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/04_estado_maior_do_exercito/port_n_309_eme_23dez2014.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 431-EME, de 10 outubro de 2017**. Aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020, (EB20-D-08.007). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017c. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_431_eme_10out2017.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 1.966, de 3 dezembro de 2019**. Aprova a Estratégia Militar Terrestre 2019, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2019c. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_exercito/port_n_1966_cmdo_eb_03dez2019.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 1.967-Cmt Ex, de 3 dezembro de 2019**. Concepção Estratégica do Exército. Brasília, DF: Exército, 2019d.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 1.968, de 3 dezembro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico do Exército 2020-2023, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2019e. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/04_planos/port_n_1968_cmdo_eb_03dez2019.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 1.985, de 10 dezembro de 2019**. Aprova a Missão do Exército, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2019f. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_exercito/port_n_1985_cmdo_eb_10dez2019.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Portaria no 1.986, de 10 dezembro de 2019**. Aprova a Política Militar Terrestre 2019, integrante do sistema de Planejamento Estratégico do Exército. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2019g. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_exercito/port_n_1986_cmdo_eb_10dez2019.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Glossário de termos e expressões para uso no Exército**. 5. ed. Brasília, DF: Exército, 2018d. (EB20-MF-03.109). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1148/1/Gloss%C3%A1rio%20EB%202018.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa [e] estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF: ministério da Defesa, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

FERREIRA, Renato Rangel. **Operações navais no século XXI**: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. 2011. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000006/000006b6.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

JOSHI, Sameer. Demystifying the anti-access/area denial (A2/Ad) threat. **Medium**, [s. l.], Apr. 2019. Disponível em: <https://sameerjoshi73.medium.com/demystifying-the-anti-access-area-denial-a2-ad-threat-d0ed26ae8b9e>. Acesso em: 11 dez. 2022.

KREPINEVICH, A.; WATTS, B.; WORK, R. **Meeting the anti-access and area-denial challenge**. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. Disponível em: <https://csbaonline.org/research/publications/a2ad-anti-access-area-denial/publication/1>. Acesso em: 12 dez. 2022.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. O desafio da dissuasão convencional no ambiente multidomínio: antiacesso e negação de área como resposta. **Revista Análise Estratégica**, Brasília, DF, v. 18, n. 4, set./ nov. 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/7011>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional deterrence**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

MITCHELL, A. Wess. The case for deterrence by denial. **The American Interest**, Concord, MA, Aug. 2015. Disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2015/08/12/the-case-for-deterrence-by-denial/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MISSILE TECHNOLOGY CONTROL REGIME. [S. l.]: MTCR, 2021. Disponível em: <http://www.mtcr.info/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. Dissuasão Extraterregional, assim é só Discurso, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pensamento/noticia/13883/Dissuasao-Extraterregional--assim-e-so-Discurso/> Acesso em: 30 mar. 2021

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. A defesa precisa de integração estratégica. **EBlog**: Blog do Exército Brasileiro, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/gen-bda-r1-luiz-eduardo-rocha-paiva.html>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SILVA, Charles Domingues da. O planejamento baseado em capacidades e o advento do Exército do futuro: convergências. **Revista Análise Estratégica**, Brasília, DF, v. 17, n. 3, jun./ago. 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/6408>. Acesso em: 8 dez. 2022.

TAULOIS, Pedro Luiz. **A estratégia antiacesso/ negação de área (A2/AD)**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2016.

UNITED STATES. Department of the Army. **Army multi-domain transformation**: ready to win in competition and conflict. [Washington, DC]: Department of the Army, Mar. 2021. (Chief of Staff Paper, 1). Disponível em: <https://api.army.mil/e2/c/downloads/2021/03/23/eeac3d01/20210319-csa-paper-1-signed-print-version.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNITED STATES. Department of the Army. **Joint operations**. [Washington, DC]: Department of the Army, 2017a. (Joint Publication 3-0).

Tempo de pátrio altruísmo em prol da defesa naval*

Time of homeland altruism in favor of naval defense

Resumo: Para o bem ou para o mal, todas as nações do mundo serão forçadas a responder aos efeitos das mudanças científico-tecnológicas exponenciais em um futuro próximo, segundo Romano (2018). Nessa perspectiva de inovações científicas, e pela prospecção de ameaças inusitadas à expressão do Poder Nacional, investimentos em Defesa para o aprimoramento da força naval tornam-se necessários, visando o acompanhamento de tendências mundiais. Conforme Deger e Sen (1995), a literatura existente sobre as causas e efeitos dos gastos militares nos países em desenvolvimento é controversa, sem respostas definitivas. Pela análise de estudos relacionados à Economia da Defesa, o presente trabalho demonstra a importância de decisões político-econômico-sociais, de cunho altruísta e de caráter orgânico-nacionalista, na tentativa de equilibrar despesas públicas, quanto ao *trade-off* “manteiga *versus* canhão”, em relação à Defesa (Naval). O benefício é, de qualquer forma, positivo para a nação, pois a cultura altruísta é intrínseca a um povo forte, consciente e comprometido com as gerações vindouras.

Palavras-chave: defesa naval brasileira; nova era tecnológica; ciência e tecnologia; economia da defesa.

Abstract: For better or worse, all the nations of the world will be forced to respond to the effects of exponential scientific-technological changes in the near future, according to Romano (2018). In this perspective of scientific innovations and by prospecting for unusual threats to the expression of National Power, investments in defense become necessary for the improvement of naval power, aiming to keep up with global trends. According to Deger and Sen (1995), the existing literature on the causes and effects of military spending in developing countries is controversial, without definitive answers. Through the analysis of studies related to Defense Economics, the present work demonstrates the importance of political-economic-social decisions, of an altruistic nature and of an organic-nationalist character, in an attempt to balance public expenses, regarding to the trade-off “butter *versus* gun”, in relation to Defense (Naval). The benefit is, in any case, positive for the nation, as altruistic culture is intrinsic to a strong, conscious people committed to future generations.

Keywords: Brazilian naval defense; new technological era; science and technology; defense economy.

*Este artigo foi produzido no âmbito do projeto PROCAD-DEF20191325566P da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). As perspectivas, opiniões e conclusões nele apresentadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não devendo ser interpretadas como possuindo apoio ou endosso de qualquer órgão ou política do Governo brasileiro.

Laís Raysa Lopes Ferreira 

Escola de Guerra Naval.
Programa de Pós-graduação
em Estudos Marítimos.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
lalaraysa@hotmail.com

Recebido: 03 jun. 2022

Aprovado: 19 nov. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 INTRODUÇÃO

Conforme Romano (2018), o rápido ritmo de avanço da ciência e de suas aplicações práticas (com a tecnologia se tornando o instrumento mais dinâmico, poderoso e transformador em mãos humanas) determinará o futuro de uma nação – como viabilidade ou sentença; a depender da clara compreensão acerca de tecnologias exponenciais e da determinação para a ação em prol do social (para o benefício comum). O desafio para os países em desenvolvimento se acentua, em um momento configurado como de transição para uma nova era, no qual as ações políticas despropositadas, que não salvaguardam os interesses nacionais, poderão conduzir a um estado econômico-social crítico e polarizado.

Também, o momento é específico em relação à Defesa Naval, que é Nacional, já que existe a necessidade do aprimoramento da força frente às mudanças transformadoras tecnológicas (que podem ser revolucionárias)¹, para a manutenção da soberania do Estado pelo fortalecimento de seu Poder Naval. Assim, o emprego de recursos em defesa torna-se necessário.

Segundo Santos (2018), uma barreira à política e à gestão da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) na área de defesa é o fato de os governos apresentarem restrições orçamentárias e enfrentarem demais agendas prioritárias.

No entanto, quanto à relação entre despesas com a defesa *versus* desenvolvimento econômico em um Estado, uma vez que questões de segurança não tradicionais estão sendo enfrentadas por países (em uma era de globalização), Franco (2000) destaca que uma estrutura de tomada de decisão que viabilize maior investimento em defesa pode ser sistematicamente pensada.

De fato, há uma série de ameaças e contingências futuras, conhecidas e desconhecidas, a serem atendidas pelas forças armadas, conforme Hartley (2011)².

E, principalmente, para o caso de países em desenvolvimento, além do enfrentamento de ameaças, que é uma questão de necessidade; segundo Franco (2000), o emprego de recursos em defesa não seria de todo improdutivo, uma vez que viabiliza a construção de infraestrutura em um Estado e o investimento em capital humano.

Adams e Leatherman (2011) retratam como um mito a dedução de que o investimento em defesa nacional está relacionado a um aumento da segurança nacional.

No entanto, se o nível pleno de segurança não é uma garantia, ao menos, deve existir o apoio-consciente público ao tema pátrio, o empenho do Estado, e a satisfação pelo pleno cumprimento do dever quanto aos objetivos fundamentais da Política Nacional de Defesa, em relação à devida preparação para a guerra ou contra ameaças inusitadas. Sobretudo em uma perspectiva de futuro próximo, no qual a ciência e a tecnologia são aplicadas ao setor marítimo e naval.

1 A opinião de especialistas acerca de uma “revolução nos assuntos militares” (RAM) é destacada em Baylis, Wirtz e Gray (2018, p. 144, tradução nossa) – em desenvolvimento desde a Guerra do Golfo (1991). O período é caracterizado pela agregação de tecnologia disruptiva (robótica e inteligência artificial) a atividades, antes, executadas por humanos (BAYLIS; WIRTZ; GRAY, 2018; FERREIRA, 2021; FERREIRA, 2022a, 2022b).

2 “Defence spending also resembles an insurance policy designed to meet a range of known and unknown future threats and contingencies” (HARTLEY, 2011, p.11).

Franco (2000) deixa claro que, para se garantir a certeza de que a contribuição para a segurança superará o aumento do custo, o critério de decisão final acerca de gastos com a defesa deve reconhecer objetivos nacionais, formas alternativas de atingi-los, um modelo ou conjunto de regras de tomada de decisão para padronizá-los, e informações de custo.

Precavendo os nacionais quanto à preparação para o futuro (não muito distante) do Brasil, este trabalho objetiva demonstrar a importância de que decisões acertadas sejam tomadas quanto ao *trade-off* “manteiga *versus* canhão” relativo a investimentos em Defesa (Naval).

Na primeira seção, uma perspectiva sobre a transição para uma era vindoura, particularmente em relação ao avanço científico-tecnológico que definitivamente alcançará o meio civil (modificando paradigmas anteriormente estabelecidos), será abordada; na segunda, será apresentada uma perspectiva de emprego futuro da tecnologia (por seu uso dual) para o âmbito militar naval, em um acompanhamento de tendências. Questões acerca da tomada de decisão relativas ao *trade off* “manteiga *versus* canhão” serão analisadas na terceira seção. Em virtude do momento global de transição para uma nova era científico-tecnológica exponencialmente avançada (em que o aprimoramento naval é tendência mundial) e conforme desafios ameaçadores e tecnologia já acessível, decisões político-econômico-sociais altruísticas (no sentido orgânico-nacionalista) são relevantes e positivas.

2 PERSPECTIVA SOBRE O FUTURO “DAS COISAS”

De acordo com Romano (2018), o futuro será bem diferente do hoje (e incerto) – algo entre extremos utópicos e distópicos – uma vez que, a humanidade estaria alcançando um ponto de inflexão e entrando em uma nova era, muito mais transformadora, na qual as capacidades físicas, e também as cognitivas humanas, poderão ser superadas, de forma acelerada, por máquinas “inteligentes”.

Correntes de pensamento acerca do futuro podem ser classificadas entre otimistas emocionais, pessimistas emocionais, otimistas racionais e pessimistas racionais, conforme Romano (2018) – na opinião dos otimistas, a nova era tecnológica proporcionará um período cheio de oportunidades, progresso e abundância; em que todas as aflições históricas da humanidade acabarão por serem resolvidas (da fome à guerra) e, para os pessimistas, será repleto de perigo e conflito. Como certo, Romano (2018) aponta para uma grande transição, já em curso (altamente arriscada, imprevisível e longa), que proporciona enormes desafios aos Estados.

Durante grande parte do século XX, como citado em Romano (2018), a mudança tecnológica desempenhou um papel positivo na melhoria do bem-estar social (aumento do padrão de vida), especialmente de setores marginalizados da população; particularmente, ao aumentar a produtividade do trabalho. No entanto, esse efeito tem desaparecido nas últimas décadas, e essa letargia levou a uma concentração crescente de renda e riqueza entre uma elite internacional (que agora tem mais em comum entre si do que com seus próprios concidadãos). Novas tecnologias podem agravar radicalmente essas tendências em todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, se não forem orientados a incluir, ou proteger, sua própria força de trabalho manual e profissional nos esforços produtivos.

Para Romano (2018), no século XXI, a inovação não será mais voltada para a geração de empregos de caráter repetitivo e previsível – alguns especialistas acham que essa realidade será mais benigna se toda a ênfase for colocada no aumento da produtividade; no entanto, esse horizonte não é o mesmo para todos os países: países desenvolvidos têm muito mais probabilidade de conseguir os ajustes necessários, enquanto o impacto socioeconômico pode ser repentino e dramático quando essas mudanças atingirem os países em desenvolvimento.

Romano (2018) identifica algumas tendências tecnológicas dessa nova era, inextricavelmente relacionadas, resultantes da combinação e maior recombinação de novas ideias e tecnologias existentes: a) hiperconectividade; b) digitalização inteligente; c) autoaprendizagem de máquinas; d) robótica inteligente; e) IoT (*Internet of Things*); f) veículos autônomos; g) *blockchain*; h) projeto total de sistema; i) realidade virtual e aumentada; j) tradução universal; k) energia renovável; l) sistemas sustentáveis; m) eletrônica de nanotubos; n) nanotecnologia avançada; o) genômica e vida sintética; p) neurotecnologia; q) interface cérebro-computador; r) medicina individualizada; s) produtividade radical de recursos; t) química verde; u) ecologia industrial; e, v) progresso da inteligência geral artificial. Produtos e serviços resultantes dessas tendências seguirão os ciclos de expectativas infladas de tecnologia, aparecendo no mercado cada vez mais rápido.

Em países com economias não muito inclusivas e pouco inovadoras, conforme Romano (2018), novas ondas de mudança tecnológica exacerbam o grau de polarização socioeconômica (fator determinante na forma como os efeitos da mudança tecnológica se materializarão numa grande transição), pois a alta polarização pode inibir consequências positivas e amplificar negativas (como deslocamento de empregos, extrema desigualdade, salários estagnados, e deflação tecnológica); e então, as consequências são, previsivelmente, desastrosas para suas sociedades, trazendo mais injustiças e instabilidade social e política.

De fato, o progresso tecnológico vai ser imposto aos países em desenvolvimento de fora para dentro, e estes terão que adotá-lo e adaptá-lo, a fim de minimizar seus efeitos negativos e aproveitar seu enorme potencial, se concentrando de imediato na compreensão do problema e na busca por soluções – “se os países em desenvolvimento não conseguirem aproveitar a última onda de mudança e oportunidade, provavelmente serão esmagados por ela” (ROMANO, 2018, p. 16, tradução nossa) – o melhor a ser feito é responder em tempo hábil às rápidas mudanças, preparando a sociedade de forma proativa, e empreendendo o mais ambicioso esforço de treinamento no setor industrial e de manufatura, bem como na administração pública e privada, com o Estado apoiando especificamente as empresas, para que haja uma rápida reconversão e requalificação dos seus trabalhadores (principalmente regiões e setores mais vulneráveis).

Assim, segundo Romano (2018), cada Estado deverá enfrentar a grande transição de acordo com suas circunstâncias, com o objetivo geral de patrocinar e adaptar tecnologias para reverter, ou pelo menos atrasar, os seus efeitos negativos: a) redefinindo sua natureza, objetivos e práticas, para enfrentar os desafios iminentes; b) difundindo o acesso ubíquo às novas tecnologias (por meio de financiamento e investimento em infraestrutura em toda a gama de empresas criativas, para induzir aplicações tecnológicas inclusivas que criem empregos e usem parte da riqueza

que pode ser gerada para cuidar dos deslocados e manter os mercados vibrantes); e c) identificando novas estratégias (com a inclusão de novas maneiras de apoiar a educação, a iniciativa privada e camadas inovadoras da sociedade), pois o ritmo e a capacidade de inovação tecnológica alcançados definirão a natureza da economia e, portanto, a riqueza e a estrutura social.

3 O PODER MARÍTIMO E O PODER NAVAL DO FUTURO

Uma nação marítima poderosa possui a *expertise* sobre os aspectos técnico, científico, industrial, comercial-econômico e militar da atividade marítima, a partir do modo como a segurança marítima é idealizada pelo Estado; e sua frota militar surgirá de maneira natural, segundo Mahan (1965).

De acordo com o *Global Marine Technology Trends 2030* (LLOYDS REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON, 2015), o mundo está no meio de uma revolução tecnológica global e os avanços em informática e tecnologia da informação, biotecnologia, nanotecnologia e tecnologia de materiais vêm ocorrendo em ritmo acelerado, com potencial para provocar mudanças radicais em todas as dimensões da vida. Apesar dos desafios, as transformações tecnológicas podem contribuir com oportunidades para o futuro. Pela análise de tendências socioeconômicas, políticas, ambientais, científicas e tecnológicas (dentro do ambiente global), o documento fez uso da metodologia interdisciplinar de varredura de horizonte (*horizon scanning*), ferramenta de gestão (matéria prima para o desenvolvimento do pensamento estratégico, inovação e gerenciamento de riscos e problemas) – que não aponta para certezas absolutas (mas sim, para o conforto com a incerteza, a ambiguidade e a complexidade); e permite responder à questão de como o futuro será diferente, identificando as bases para investimentos, oportunidades e ameaças potenciais implícitas por essas tendências, situações e eventos: desafios futuros que serão enfrentados pelo setor marítimo e naval.

Ao demonstrar que o domínio marinho dependerá de interações entre pessoas, economias e recursos naturais, o *Global Marine Technology Trends 2030* (LLOYDS REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON, 2015) apresenta três cenários possíveis por graus de cooperação política global (intimamente ligados às tendências sociais, exploração de recursos sustentáveis, empregos, riqueza, paz e guerra), a saber: *Status Quo*, *Global Commons* e *Competing Nations*. No primeiro cenário (*Status Quo*), que é o atual, o principal interesse das pessoas é voltado para o desenvolvimento social (especialmente, padrão de vida e empregos), com o Governo se esforçando para satisfazer as necessidades das pessoas a partir de soluções de curto prazo. No segundo cenário (*Global Commons*), os interesses primários mudam para a preocupação com a limitação de recursos e a degradação ambiental – o desejo por um mundo mais sustentável será desenvolvido, com justiça na distribuição de riqueza (organizações agirão para forjar acordos internacionais para o bem comum). No terceiro cenário (*Competing Nations*), o Estado agirá principalmente em seu próprio interesse nacional, havendo pouco esforço acerca de acordos entre os Governos para o desenvolvimento sustentável e normas internacionais.

Fato é que, em todos os cenários, a indústria naval crescerá e desempenhará papéis positivos e de expansão, conforme o *Global Marine Technology Trends 2030* (LLOYDS REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON, 2015), pois o uso de tecnologias aumentará a capacidade da marinha de projetar poder militar, que depende diretamente da obtenção de amplo acesso ao espaço de batalha (incluindo o *cyberespaço*), e da capacidade de coagir, deter e intervir em seu papel de combate para proteger os interesses nacionais (habilidades fundamentais para o caso de conflito naval, por exemplo).

De igual maneira, para o caso de operações humanitárias, a capacidade naval pode dar uma contribuição significativa, ao fornecer ajuda humanitária e alívio em desastres em tempos de crise – um importante papel estratégico internacional (assim, a função naval envolve trabalhar com parceiros internacionais e autoridades civis para fornecer evacuações e repatriações, ajuda vital e restauração de infraestrutura), como citado em *Global Marine Technology Trends 2030* (LLOYDS REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON, 2015).

A capacidade de projeção naval também é relevante para a segurança no domínio marítimo, necessária para a proteção dos cidadãos, do território e do comércio de uma nação contra terroristas, criminosos, piratas, insurgentes patrocinados pelo Estado e restrições ilegais à liberdade de navegação, segundo o *Global Marine Technology Trends 2030* (LLOYDS REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON, 2015) – a função naval é apoiar a identificação de ameaças à segurança nacional e prevenir atos ilícitos, tanto de forma independente quanto com parceiros internacionais.

De acordo com o *Global Marine Trends 2030* (LLOYD'S REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF STRATHCLYDE, 2013), a compreensão acerca dos possíveis futuros e de como moldá-los, contribui para o entendimento da relação entre a vitória nas batalhas e o orçamento de defesa, pois o pensamento preciso sobre as operações esperadas terá um impacto substancial no custo empregado nas plataformas navais que serão utilizadas, tendo em vista a sua vida útil (um pouco mais que 25 anos) – assim, observa-se a importância de se pensar em conceitos operacionais para 2030 e além.

De forma geral, no mundo, gastos com defesa têm aumentado:

Estima-se que as despesas militares globais tenham sido de \$ 1.917 bilhões em 2019, o nível mais alto desde 1988. O total foi 3,6% maior em termos reais do que em 2018 e 7,2% maior do que em 2010. As despesas militares brasileiras caíram ligeiramente em 2019, em 0,5 por cento, após dois anos consecutivos de crescimento (SIPRI, 2020, p. 1, tradução nossa).

Sempre haverá esperança acerca de que os crescentes níveis de educação e o compartilhamento de conhecimento aumentem a paz e diminuam os conflitos, porém, as Marinhas são implantadas onde (e quando) essa perspectiva falha. Baseado no potencial de conflito futuro, caso a humanidade não se desenvolva em cooperação, tais falhas podem ocorrer em locais de interesses marítimos (zonas de tensão), de acordo com o documento *Global Marine Trends 2030* (LLOYD'S REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF STRATHCLYDE, 2013) (Figuras 1 e 2) – com relação ao Atlântico Sul, esse espaço foi destacado para o caso do cenário *Competing Nations* (Figura 2); o que amplia a percepção acerca da importância estratégica da costa brasileira.

Figura 1 – Zonas de tensão – *Global Commons***Figura 2 – Zonas de tensão – *Competing Nations***

Fonte: Lloyd's Register, Qinetiq e University of Strathclyde (2013, p. 108).

Quanto à evolução recente de navios e sistemas navais, seu desenvolvimento tem sido mais significativo em tecnologia da informação (TI), em detrimento de pessoal ou plataformas e sistemas mecânicos. E, a adoção da tecnologia naval de sistemas mecânicos para eletromecânicos e eletrônicos do século XX continuará, conforme o *Global Marine Trends 2030* (LLOYD'S REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF STRATHCLYDE, 2013). Dessa forma, as Marinhas estarão cada vez mais complexas e integradas por redes de informação militar, com potencial próprio de reparação e autonomia; e a necessidade de colocar o pessoal fora de perigo, especialmente para a modalidade de guerra naval centrada na tecnologia, é crescente.

De acordo com o *Global Marine Trends 2030* (LLOYD'S REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF STRATHCLYDE, 2013), a escalada na capacidade naval sugere que haverá oportunidades de crescimento para o setor naval. Os principais fatores de poder naval (plataformas navais, armas e mão-de-obra) serão mantidos para 2030, sendo que a capacidade de armamento crescerá, enquanto o número de plataformas e pessoal serão renovados, em vez de expandidos. Quanto às armas a serem desenvolvidas para as plataformas navais, serão significativamente mais poderosas, pois a operação remota terá aumentado, armas de energia direcionada terão amadurecido, e o *cyberespaço* será o novo campo de batalha. Já o tamanho e a velocidade dessas plataformas dependerão de avanços tecnológicos e disponibilidade de recursos. A operação e controle de sistemas marítimos autônomos será uma questão chave.

O *Global Marine Technology Trends 2030* (LLOYD'S REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON, 2015) cita que o papel do navio de guerra em 2030 começará a mudar com o uso de sistemas autônomos e sistemas remotamente pilotados, proporcionando maior alcance com menos risco, além de maior flexibilidade da missão. Sistemas autônomos operarão acima (na linha d'água) e abaixo da superfície do mar, implementando conceitos inovadores na condução de operações navais, oferecendo o potencial de mudar radicalmente a natureza da segurança marítima. A inteligência artificial (IA) e técnicas de aprendizado de máquina serão bastante exploradas, como tecnologia de suporte e habilitação de tais sistemas. No entanto,

[...] sistemas autônomos também estarão amplamente disponíveis, para uso geral de qualquer consumidor; fornecendo tecnologias de baixo custo que podem ser exploradas por nações menores, organizações terroristas e atores não-estatais, muitos dos quais não estarão em conformidade com as restrições legais e éticas (LLOYD'S REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON, 2015, p. 102).

4 “MANTEIGA E CANHÕES”: UMA (OUTRA) DECISÃO

De acordo com Smith (1999), por meio de uma força militar, o soberano tem o dever de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes, uma vez que os hábitos naturais do povo os tornam totalmente incapazes de se defenderem, a menos que o Estado tome algumas novas medidas para a defesa pública. Logo, é apenas por meio de um exército permanente que a civilização de qualquer país pode ser perpetuada, ou mesmo preservada por um tempo considerável, desfrutando de um grau de ordem e paz interna por sua influência.

Porém, a defesa de uma sociedade torna-se cada vez mais cara à medida que ela avança na civilização, conforme Smith (1999), pois a arte da guerra, ciência muito intrincada e complicada (apesar de nobre), também cresce gradualmente no progresso do aperfeiçoamento. A revolução na arte da guerra torna muito mais difícil e, conseqüentemente, muito mais caro defender uma sociedade; no entanto, o grande gasto com a superioridade bélica dá uma vantagem evidente à nação que puder arcar com essa despesa.

Gastos com defesa podem ser definidos como “o custo de manutenção de pessoal, equipamento e instalações, tanto em tempos de paz como em conflito, com o objetivo de assegurar um nível adequado de dissuasão e segurança” (FONFRÍA, 2013, p. 178, tradução nossa); podendo gerar efeitos positivos ou negativos sobre o crescimento econômico de um país, conforme Almeida (2001); não havendo consenso definitivo sobre a relação entre os gastos com defesa e o desenvolvimento da nação, ao contrário, diferentes possibilidades sobressaem, diferentes relações possíveis, devendo cada caso ser tratado individualmente.

Deger e Sen (1995) abordam as questões complexas que se levantam acerca da temática sobre gastos militares com a defesa, em relação ao crescimento econômico, segurança e governança de países considerados em desenvolvimento – por aspectos centrais e fundamentais da inter-relação entre defesa e desenvolvimento, que são difíceis de modelar e quantificar formalmente (inclusive, algumas análises econométricas sofrem com a falta de um modelo teórico firme).

Em relação às ciências econômicas, Santos (2018) cita a necessidade de se reavaliar significativamente as bases teórico-metodológicas da economia da defesa para a melhor compreensão da área, por sua particularidade e natureza, eminentemente interdisciplinar.

Por ser um bem público, a predisposição existente de se pagar pela defesa nacional é difícil de ser estimada, conforme Franco (2000); daí, a aquisição de armas e o orçamento de defesa acaba por ser um processo de tomada de decisão, que envolve um conjunto complicado de questões, e que deve equilibrar a necessidade militar de confidencialidade com o objetivo de tornar as decisões governamentais justificáveis para um público mais amplo. Acerca do assunto, Santos (2018) cita o *trade-off* entre investimento na área de defesa e na área social.

Um dos conceitos econômicos mais facilmente aplicáveis à análise de defesa, *trade-off* diz respeito à própria limitação de escolha diante da escassez, de acordo com Almeida (2001); também tradicionalmente conhecido como o dilema “manteiga *versus* canhões”. Segundo este ponto de vista, a nação deverá alocar seus recursos de forma a produzir bens civis ou militares de acordo com sua necessidade e, ao mesmo tempo, zelar para que a produção de ambos os bens

se dê com a utilização dos recursos disponíveis da forma mais eficiente possível, sob pena de se incorrer em imperdoável desperdício das potencialidades nacionais. Acontece que a noção do *trade-off* opera uma sensível mudança no próprio conceito de custo na tomada de decisão, que deixa de ser avaliado em termos puramente financeiros para incorporar a ideia de que o custo de se produzir algo corresponde à opção de se deixar de produzir alguma outra coisa também necessária.

Mas, para o momento atualmente vivenciado no Brasil, abrir mão de qualquer produção que seja (manteiga ou canhão), definitivamente, não deveria ser uma opção. Num certo nível de comprometimento político-gerencial, trabalho pró-social conjunto, conscientização pública e nacionalismo-orgânico altruístico, uma possível intercessão seria ideal. É importante que as decisões político-econômico-sociais brasileiras sejam acertadas e sérias, voltadas para a educação, desenvolvimento da nação e anticorrupção.

Quanto à consideração econômica das questões de defesa, é necessário o entendimento de sua singularidade e de sua característica essencial de bem público, de acordo com Almeida (2001); e essa noção deve ser explicada à sociedade, diretamente ou, por meio de seus representantes, de forma a desfazer o divórcio cidadão-soldado, enquadrando a análise dos orçamentos da defesa segundo uma lógica coerente e adequada às suas peculiaridades, em particular, à dificuldade de mensuração de resultados.

Diante da escassez de recursos para atender a infinitas demandas, a ideia do fazer “mais com menos” adquire importância capital, conforme Almeida (2010), reunindo noções de eficácia e eficiência, vinculadas ao conceito de transparência e *performance* da gestão pública.

Uma análise de custo-eficácia pode ser utilizada, segundo Franco (2000), selecionando-se um método que minimize os custos potenciais dos gastos com defesa e maximize os lucros, por exemplo, considerando melhorias na eficiência dos recursos de defesa, de modo que mais defesa possa ser produzida com menos dinheiro, ou, em tempos de cortes de defesa, manter o mesmo nível de defesa e aplicar recursos excedentes para outros objetivos nacionais – uma proposta que implica ter um pensamento mais criativo em relação à combinação de recursos.

Ambros (2017) também aborda as principais discussões que permeia a relação entre defesa e desenvolvimento (se os gastos militares geram crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico na sociedade como um todo), e cita que, apesar de não ser possível confirmar a relação positiva ou negativa entre crescimento econômico e gastos militares, a tecnologia envolvida nos processos das empresas relacionadas à defesa pode contribuir para o desenvolvimento de um país.

De acordo com Almeida (2001), a economia oferece sim a oportunidade de estudo do tema (como ferramenta analítica para as questões da defesa nacional) sob uma ótica integradora (entre os setores civil e militar) em relação à política nacional; e essa integração pode gerar um reforço mútuo aos dois campos do conhecimento, com benefícios significativos para ambos.

Como a defesa é uma atividade típica do Estado, indelegável para o setor privado, a política de defesa constitui política pública porque sua realização somente é possível com a intervenção da força estatal, como destacado em Almeida (2010) – e ainda, do ponto de vista político, a defesa nacional deve constituir uma política de Estado e não uma política de governo.

Assim, deve haver um arranjo político subjacente à estrutura de defesa nacional, que, ao reunir militares e civis, partidos políticos e sociedade, permita sua condução acima das simples rivalidades, possibilitando participação ativa na definição de prioridades, alocação de recursos e elaboração do orçamento.

Furtado (1962) defende que o desenvolvimento da economia brasileira alcançou um grau de diferenciação progressiva que permite ao país conquistar a autodeterminação no plano econômico, tendo condições de tomar as decisões mais fundamentais concernentes ao mesmo. Havendo responsabilidades implícitas nesse enorme poder de decisão, há a necessidade de um aumento da ação consciente do poder público, com o Estado devidamente aparelhado para o exercício de suas funções como principal instrumento do desenvolvimento.

A análise econômica limita-se apenas a expor friamente a realidade, que na prática é muito mais desafiadora, e aponta, portanto, para a necessidade de ação, de acordo com Furtado (1962). Uma filosofia orientadora de ação seria necessária para que o assunto relativo ao desenvolvimento fosse abordado com absoluta franqueza, a fim de ser possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, para a implementação de uma política consciente de reconstrução social. A tomada de consciência plena dos objetivos da ação política nacional em função do destino do povo e de sua cultura seria um dever, que conduz a uma atitude positiva e otimista, com respeito à autodeterminação da comunidade.

Também em Almeida (2001), o país deve ser levado a pensar economicamente sua defesa, com o propósito de melhor gerir suas possibilidades e aproveitar ao máximo seu potencial; ou seja, precisa pautar a análise de suas questões de defesa a partir da recorrente e limitadora relação entre necessidades infinitas e recursos escassos. Trata-se de uma oportunidade de emprestar embasamento teórico adequado a uma análise integrada do planejamento e da execução do orçamento da defesa, a partir de um processo decisório, sobretudo no que se refere à necessidade de definição de estratégias, de emprego de meios apropriados e de fins adequados aos meios disponíveis e ao interesse geral da nação.

Portanto, para se compreender a natureza dos gastos militares nos países em desenvolvimento, é preciso ir além do domínio da economia, para Deger e Sen (1995); particularmente, ferramentas da economia política são adequadas à temática, uma vez que, as questões de despesas militares e as discussões acaloradas sobre segurança, legitimidade e governança estão ligadas ao *ethos* social, cultural e político do país em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Romano (2018), diante da acelerada mudança tecnológica, o próprio conceito de vida está mudando para a maioria da população mundial e, num futuro breve, para toda a humanidade. Adaptar-se a novas circunstâncias é complicado; mas, fazer isso em um mundo em rápida mudança é realmente desafiador – dificilmente concebe-se uma adaptação acelerada e exponencial acerca do ambiente. Ademais, as organizações, instituições e mercados são ainda mais lentos, pois se movem de forma linear e desajeitada, sem se aperceberem que o momento de transição vivenciado é particular, por afetar aspectos econômico-sociais devido a inovações de ruptura que representam um salto tecnológico, como bem destacado em Longo (2007).

Longo (2007) cita que a importância da ciência e tecnologia (C&T) é estratégica num Estado, e a intervenção dos governos no seu desenvolvimento é crescente nos países que assim percebem; além do que, o “custo crescente das pesquisas e a complexa infra-estrutura física e ambiência social para que o mesmo floresça” (LONGO, 2007, p. 10) devem ser considerados. Daí a importância do direcionamento do Governo, na formulação de políticas e estratégias, para articular e coordenar as atividades a fim de atender às demandas, atuais e futuras, relevantes para a nação.

Decisões orçamentárias em prol da defesa podem parecer fora do curso se for improvável que a nação venha a se envolver em guerras ou sofrer ameaças, num breve período de tempo, segundo Adams e Leatherman (2011).

No entanto, o investimento em defesa não deve se limitar a circunstâncias momentâneas. Pelo contrário, deve ser contínuo e, principalmente, prospectivo; conforme tendências mundiais (que acompanham o ritmo tecnológico frenético), para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Defesa brasileira.

Outrossim, a possibilidade de formas novas e medonhas de ameaças é existente, de acordo com Sandler e Hartley (2007); já que o mundo pós-Guerra Fria não se tornou um lugar de paz, mas permanece perigoso (conflitos regionais, redes terroristas transnacionais, estados desonestos e armas de destruição em massa – químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, são exemplos).

Com as intensas trocas comerciais entre os Estados e o avanço tecnológico acessível, a situação ameaçadora passa a assumir dimensões globais (principalmente, se a ordem mundial não se mantiver). Sandler e Hartley (2007) identificam essa nova era devido à globalização, que envolve novas tecnologias, novas práticas de negócios e fluxos internacionais aprimorados. Esses fluxos, cada vez maiores, significam que os armamentos e exércitos estariam menos equipados para impedir a entrada de invasores indesejados; o que representa uma série de desafios à segurança coletiva, que confronta os Governos com contramedidas caras e difíceis de alcançar. Também há desafios no desenvolvimento de respostas de ação coletiva eficazes e no enfrentamento dispendioso da proliferação nuclear.

Tais ameaças representam, portanto, um desafio direto à legitimidade dos Governos, conforme Deger e Sen (1995); uma análise apenas econômica do referido assunto tende a ser parcial e será capaz de captar apenas uma parte das complexidades envolvidas.

Assim, “as nações devem reconfigurar suas defesas para enfrentar novas contingências” (SANDLER; HARTLEY, 2007, p. 612, tradução nossa).

Moreira (2011) explicita uma nova realidade brasileira, de estímulo à discussão sobre a defesa a partir de uma menor dependência externa em termos de equipamentos militares (para que o país seja um parceiro na produção e desenvolvimento das tecnologias envolvidas, avançando capacitações autóctones), gerada pela emissão de orientações políticas de alto nível para o setor – a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa (ambas atualizadas em 2020), no qual o Governo brasileiro especifica seu entendimento sobre a temática, parte da agenda nacional, objetivando induzir o salto tecnológico direcionado à nova inserção internacional brasileira (MOREIRA, 2011).

Preparar e manter um sistema de defesa eficaz para um país como o Brasil não é algo trivial, de acordo com Moreira (2011), e com os avanços da ciência e de suas aplicações tecnológicas (que tem na indústria de armas uma de suas mais sofisticadas expressões), as bases materiais que conformam os meios de força do Estado ganharam enorme peso na equação de defesa, pois os investimentos em sistemas e plataformas de combate são de alto valor, e também, de longo prazo (o que proporciona uma dimensão geracional ao empreendimento).

Hartley (2011) retrata a ideia de sacrifício público-social em prol da defesa (custos de oportunidade), da parte do Governo, dos ministérios de defesa nacionais e das forças armadas, para a garantia da formulação de uma política de defesa eficiente pelos tomadores de decisão.

Para o Brasil, a defesa pátria é indissociável do desenvolvimento do país e leva em conta sua situação socioeconômica (entre outros objetivos fundamentais) (BRASIL, 2020). E o aprimoramento da Defesa Naval se mostra relevante em cenários prospectivos, pois diz respeito à expressão de Poder Nacional (BRASIL, 2020).

Portanto, em um tempo como o atual, os desafios impostos pela mudança tecnológica transformacional (em curso) devem alcançar o modo de pensar a Defesa Naval.

A Doutrina Militar Naval (BRASIL, 2017) descreve que a implementação de projetos inovadores e o incentivo à construção de meios navais em estaleiros nacionais contribuem para o fortalecimento da infraestrutura de construção naval brasileira e o aumento da oferta de empregos no setor. E, a absorção tecnológica, possibilita a elevação de patamar tecnológico em áreas de interesse naval, com a possibilidade de arrasto tecnológico para a sociedade civil (por aplicação dual); como também, a adaptação ou o desenvolvimento de novas tecnologias, com a nacionalização de produtos de defesa, e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa.

Devido à herança científico-tecnológica e aos sucessivos avanços da indústria marítima e naval, a relevância das Marinhas só tenderá a crescer no século XXI, juntamente com a importância dos oceanos e do comércio internacional no mundo globalizado, conforme Moreira (2018).

Também, o desafio em prol do desenvolvimento do país possui dimensão nunca antes imaginada, dada a configuração prospectiva de avanço em CT&I. Daí, a população brasileira precisa estar ciente da delicada situação, para se posicionar corretamente quanto às escolhas político-representativas, além de moral e culturalmente desperta para o aprimoramento intelectual intrínseco, que será mandatário num futuro próximo.

Moreira (2011) destaca ser necessária a dosagem entre as políticas, estratégias, instituições, orçamentos, recursos humanos e materiais, com a ação concertada e continuada de diversos setores do Estado e da sociedade (academia, indústria, empresariado, entre outros), sendo um “dever irrenunciável de cada geração decidir com que recursos contará a vindoura para se defender de contingências que porventura lhe sobrevenham” (MOREIRA, 2011, p. 129).

Como um comportamento pró-social humano, que pode reger a relação de comprometimento com o amanhã das gerações, evidências experimentais indicam que o altruísmo é uma força poderosa e única (FEHR; FISCHBACHER, 2003).

A aplicação de tal ferramenta aponta para a conscientização de todos os nacionais, como também para a seriedade de ações políticas decisivas, dissociadas da corrupção, relacionadas à cultura ocidental nacional, que vise o bem-comum (utilizando, inclusive, a CT&I para esse fim) – numa tentativa de garantir o digno “*butter and gun*” para a nação brasileira, em um momento tão crítico; visto que, num futuro próximo, o crescimento exponencial tecnológico estará demandando uma nova realidade “das coisas”, em que essa clássica dicotomia poderá ser mais pragmaticamente (ou relativamente) associada assim: a manteiga estará mais para “*olive oil*” e o canhão para “*laser gun*”, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, G.; LEATHERMAN, M. Five Myths about Defense Spending. **The Washington Post**, Washington, DC, Jan. 14, 2011. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2011/01/14/AR2011011406194_pf.html. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, C. W. L. de. Economia e orçamento para a defesa nacional. **Revista do TCU**, Brasília, DF, v.32, n.90, p. 22-33, 2001. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTC/article/view/1047>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ALMEIDA, C. W. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, Campinas, v.16, n.1, p. 220-250, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641351>. Acesso em: 15 dez. 2022.

AMBROS, C. C. Indústria de defesa e desenvolvimento: controvérsias teóricas e implicações em política industrial. **AUTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais**, Porto Alegre, v.6, n.11, p. 136-158, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641351>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; GRAY, C. S. **Strategy in the Contemporary World**. New York: Oxford University Press, 2018.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Doutrina militar naval**. Brasília, DF: Marinha, 2017.EMA 305.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Políticanacional de defesa [e] estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

DEGER, S.; SEN, S. Military expenditure and developing countries. *In*: HARTLEY, K.; SANDLER, T. (org.). **Handbook of defense economics**. Amsterdam: Elsevier, 1995. v. 1. p. 275-307.

FEHR, E.; FISCHBACHER, U. The nature of human altruism. **Nature**, London, v. 425, n.6960, p. 785-791, Oct. 2003.

FERREIRA, L. R. L. *E-navigation: solução safety e sustentável para uma nova era?* **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 481-510, 2021. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/1146>. Acesso em: 31 out. 2022.

FERREIRA, L. R. L. Ensinar robôs a navegar é salvação estratégica? Uma indução a partir da Operação Kamikaze. **Revista de Direito e Negócios Internacionais da Maritime Law Academy - International Law and Business Review**, Santos, v. 1, n. 2, p. 54-78, 2021a. Disponível em: <https://mlawreview.emnuvens.com.br/mlaw/article/view/38>. Acesso em: 31 out. 2022.

FERREIRA, L. R. L. Avisos aos Navegantes: Possibilidade de “Robôs” na BR do Mar. **Revista Marítima Brasileira**. V. 142, Nr. 04/06. 2022b.

FONFRÍA, A. El gasto en defensa en España: una nota metodológica. **Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos**, Madrid, v. 1, p. 177-198, 2013.

FRANCO, P. **La economía de defensa**: introduccion. ColbyCollege, Waterville: Maine, 2000. Manual elaborado para Nacional Defense University, Centro de Estudios Hemisféricos para la Defensa.

FURTADO, C. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

HARTLEY, K. **The economics of defence policy**: a new perspective. London: Routledge, 2011.

LLOYD’S REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF STRATHCLYDE. **Global marine trends 2030**. [London]: Lloyds Register Group, 2013. Disponível em: <https://www.futurenavics.com/wp-content/uploads/2013/10/GlobalMarineTrends2030Report.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

LLOYDS REGISTER; QINETIQ; UNIVERSITY OF SOUTHAMPTON. **Global marine technology trends 2030**. [London]: Lloyds Register Group, 2015. Disponível em: <https://eprints.soton.ac.uk/388628/1/GMTT2030.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

LONGO, W.P. **Conceitos básicos sobre ciência, tecnologia e inovação**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007.

MAHAN, A. T. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. London: Methuen & Company Ltd., 1965.

MOREIRA, W. S. Do carvão ao petróleo e à energia nuclear: a marinha se transforma. *In*: ABREU, G. M. de; BARBOSA JÚNIOR, I. (org.). **Marinha do Brasil**: uma Síntese Histórica. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e de Documentação da Marinha, 2018. v. 1. p. 284-307.

MOREIRA, W. de S. Obtenção de produtos de defesa no Brasil: o desafio da transferência de tecnologia. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 127-149, 2011. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/345>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ROMANO, J. R. L. **La gran transición**: retos y oportunidades del cambio tecnológico exponencial. Buenos Aires: Editora Fondo de Cultura Económica, 2018.

SANDLER, T.; HARTLEY, K. Defense in a globalized world: an introduction. *In*: SANDLER, T.; HARTLEY, K. (org.). *Handbook of defense economics*. Amsterdam: Elsevier, 2007. v. 2. 607-621.

SANTOS, T. Economia de defesa como uma categoria geral de análise nas ciências econômicas. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/763>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SMITH, A. **The wealth of nations books IV-V**. London: Penguin Books, 1999.

SIPRI. **Trends in military expenditure**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 2020.

Estados Unidos e China: a disputa do século XXI. É só poder?

The United States and China: the dispute of the Twenty-First Century. Is it just power?

Resumo: A disputa hegemônica entre EUA e China, evento contemporâneo fulcral, nos infere a refletir sobre o futuro do ordenamento global. Tradicionais recursos de poder (político, econômico e militar), inexoravelmente, se farão presentes. Nesse contexto, variáveis específicas exercerão influência sobre o processo, com destaque para a liderança no segmento científico-tecnológico, a balança do poder militar, as políticas de alianças e a os fatores ideacionais centrais que caracterizam as diferentes visões de mundo. À medida que a aludida disputa ganha impulso, cresce em importância a leitura apurada dos eventos de natureza conjuntural e suas conexões com questões estruturais marcantes das relações internacionais. As análises decorrentes darão suporte ao inevitável reordenamento das estratégias nacionais. Este artigo objetiva descortinar as variáveis supracitadas, relacionando-as em causa e efeito ao dominante pensamento estratégico ocidentocêntrico. A conclusão busca retratar alguns desafios relacionados à eventual construção de um novo ordenamento global.

Palavras-chave: disputa hegemônica; ordem mundial; estratégia nacional.

Abstract: The hegemonic dispute between the US and China, a key contemporary event, leads us to reflect on the future of the global order. Traditional resources of power (political, economic and military), inexorably, will be present. In this context, specific variables will influence the process, with emphasis on leadership in the scientific-technological segment, the balance of military power, alliance policies and the central ideational factors that characterize the different worldviews. As the aforementioned dispute gains momentum, the accurate reading of events of a cyclical nature and their connections with outstanding structural issues in international relations grows in importance. The resulting analyzes will support the inevitable reordering of national strategies. This article aims to unveil the aforementioned variables, relating them in cause and effect to the dominant Western-centric strategic thinking. The conclusion seeks to portray some challenges related to the eventual construction of a new global order.

Keywords: hegemonic dispute; global order; national strategy.

Guilherme Otávio

Godinho de Carvalho 

Exército Brasileiro. Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx)
Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil
guilhermeart90@gmail.com

Recebido: 11 jul. 2021

Aprovado: 10 jan. 2023

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 INTRODUÇÃO

A ordem internacional liberal herdada da Segunda Guerra Mundial (II GM), ratificada, em parte, no período pós-Guerra Fria, vem sendo colocada à prova. Há alguns anos, em diferentes graus, sugere-se o transcurso de um processo de deslocamento de poder, do Ocidente para o Oriente. A alegação da ocorrência de uma suposta transição hegemônica (ora em curso) dos Estados Unidos da América (EUA) para a China, acompanhada pelo afloramento de outros polos de poder – essencialmente regionais – emoldura a ideia (CARVALHO, 2022, p. 94). Tal quadro pode ser caracterizado pela emergência de uma ordem internacional multipolar, onde duas potências buscam a condição hegemônica e outros Estados (ou blocos) tentam desempenhar papéis relevantes no processo de conformação de uma nova ordem global.

As tradicionais teorias das Relações Internacionais (RI) identificaram, há muito, a importância dos períodos de transição entre hegemonias, salientando a relevância dos atores e das dinâmicas revisionistas envolvidos na disputa, bem como os eventuais impactos erosivos na estabilidade do sistema internacional. O *mainstream* dos analistas, entre os quais os norte-americanos, consideram a China a única rival geopolítica realmente capaz de ameaçar a posição dos EUA no topo da ordem global. Nessa perspectiva, estrategistas têm trabalhado no assessoramento dos agentes envolvidos nos processos decisórios de mais alto nível dos seus países, buscando as melhores soluções para a plêiade de instigantes questões que ora se evidenciam.

Allison (2020) argumenta que a fulminante ascensão da China provoca uma mudança sísmica no equilíbrio de poder global. Do repertório de desafios à hegemonia norte-americana, que vai desde uma robusta ascensão econômica até o crescente empoderamento no campo militar, a China apresenta algo novo ao seu principal rival: vantagem competitiva em destacados nichos do campo científico-tecnológico. Desde o início do século XX, os EUA capitanearam todas as revoluções tecnológicas, apresentando-se como o indutor dos processos de transformação a elas vinculados. Atualmente, ao se posicionar como um competidor que domina parcela de relevantes segmentos na esfera tecnológica, a China demonstra disposição para travar duros embates pela liderança no setor. Entre os segmentos diretamente impactados, destaca-se o de defesa.

Valendo-se de um significativo potencial econômico, a China emprega parcela da sua vultosa poupança interna em diversas partes do mundo. Investimentos em infraestrutura que viabilizem acesso a recursos naturais e/ou favoreça o estabelecimento de corredores logísticos estratégicos, associados à concessão de empréstimos financeiros sob condições muito “especiais”, integram o rol de opções do país. Desse quadro, emerge uma intrincada rede de nações que compõem o repertório de política externa chinesa, parte dela focada no engajamento econômico e financeiro de nações e corporações. Blackwill e Harris (2016), ao explorarem o conceito de *geoeconomia*¹, defendem a ideia do protagonismo chinês nesse

1 O uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos favoráveis, considerando os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país (tradução nossa) (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 20).

segmento, “considerando a China como a melhor lente disponível para entender como as ferramentas geoeconômicas operam na prática” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 93).

Diferentemente de outras potências, a China não desfruta de garantias de segurança consolidadas. A baixa institucionalidade da arquitetura de defesa no seu entorno estratégico leva o país a buscar a máxima autonomia do seu poder militar. Pesados investimentos na obtenção de capacidades para o Exército de Libertação Popular (ELP) externalizam um dos componentes centrais da grande estratégia da China, indicando a intenção dos formuladores de política do país em estabelecer uma estrutura militar que garanta seus interesses econômicos e estratégicos. Tal situação poderia nos levar a inferir o incremento da fricção com outros atores globais.

Nesse contexto, no jogo das grandes potências, a expansão de áreas de influência e a recomposição de parcerias e alianças estratégicas tendem a tipificar as dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas contemporâneas. Do conjunto de variáveis incidentes, é incontestável que o poder duro venha a continuar ocupando lugar de destaque. Aos fundamentos materiais (militares e econômicos) a ele vinculados, associa-se uma crescente assertividade diplomática, orientada para a defesa de interesses nacionais e para a comunicação de valores imateriais. Diferentes perspectivas, visões de mundo e autopercepções nos leva a refletir como e em que grau as mencionadas variáveis serão consideradas nas fluidas dinâmicas da política internacional (CARVALHO, 2022).

Sucessivos debates teóricos que emolduram o campo de estudo das RI são ancorados em reflexões filosóficas e epistemológicas, influenciadas por diferentes formas de enxergar o mundo. Lentes focais e monocromáticas têm sido substituídas por outras que possibilitam uma leitura mais ampla e plural dos fenômenos internacionais, gerando novas estratégias de captura e interpretação da realidade. A representação clássica de um mundo marcado pela competição e pela imposição da força estaria sendo substituída, crescentemente, pela de uma ordem global caracterizada por complementaridades e interdependências.

Na esteira das chamadas “viradas”, a emergência de atores “subalternos” e de “periferia” reforçam um discurso contestatório à predominância do poder duro, compartilhando concepções menos competitivas e mais inclusivas. Uma possível síntese que traduza a essência desse movimento no campo das RI seria algo como “o mundo atual clama por coisas diferentes”. Todavia, a aceleração e o aprofundamento de um eventual processo de transição hegemônica, nos moldes das clássicas disputas geopolíticas, parecem desafiar as propostas analíticas supramencionadas.

Assim, ao acrescentar complexidade à competição internacional ora instalada, a conjugação de fatores materiais e ideacionais nos permite formular a seguinte indagação: **seriam os tradicionais conceitos, referências e perspectivas ocidentocêntricas, em especial aqueles que superlativam a centralidade da distribuição de poder no sistema internacional, suficientes para compreender a emergência da competição sino-estadunidense pela hegemonia global? Enfim, é só poder?**

Ao tentar responder à pergunta e estimular algumas reflexões, este artigo debate as capacidades de China e EUA transformarem seus recursos de poder em poder real, ressaltando a relevância das variáveis científico-tecnológica e militar no processo. Destaca o significado e

o peso das ideias na competição, como a tradução (comunicada) de valores, interpretações de mundo e autopercepções. Conceitualmente, explora algumas limitações da chamada visão ocidentocêntrica, na intenção de jogar luzes sobre algumas características do atual processo de transformação da ordem mundial. Para tal, o trabalho se divide em três seções, além desta introdução e de uma conclusão.

A primeira seção aborda a competição travada no campo da ciência e tecnologia (C&T) e a sua proximidade com questões de defesa, destacadamente quanto à obtenção de capacidades militares que agregam tecnologias capazes de impactar a distribuição do poder global. Na segunda seção, são traçadas considerações sobre o valor e o peso das “visões de Mundo” na composição da matriz de variáveis que permeia o jogo das grandes potências. A terceira seção traz à reflexão a efetividade e a resiliência da tradicional visão ocidentocêntrica na compreensão das dinâmicas contemporâneas, abordando, superficialmente, como o processo de definição da agenda internacional interage com a provável emergência de um sistema multipolar. Na conclusão, argumenta-se que a disputa sino-estadunidense abarca desde questões referentes à distribuição de poder até fatores ideacionais atinentes às suas visões de mundo.

2 A COMPETIÇÃO NO CAMPO DA C&T E SUA INTERAÇÃO COM O SEGMENTO DE DEFESA

Não faz tanto tempo assim – 30 anos ou menos –, a China figurava timidamente em qualquer *ranking* que retratasse níveis de educação, ciência e inovação. Atualmente, após vigorosos investimentos na qualificação de recursos humanos, referenciados em sólida estratégia, o país ocupa lugar de destaque como desenvolvedor e fornecedor de tecnologias de ponta. Ao analisarmos seus resultados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)², cuja pontuação é superior à média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)³, identifica-se, claramente, a origem dos avanços obtidos.

Na China, o crescente investimento em educação se traduz em reflexos positivos para diversos segmentos da economia. A parcela de valor agregado global em produtos com alta tecnologia cresce, ininterruptamente, com destaque para segmentos como computação, semicondutores, fármacos e equipamentos de comunicações. O progressivo número de patentes⁴ e o montante investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) corroboram para o incremento da valoração do seu papel como país detentor de elevada capacidade autóctone de inovação tecnológica, em que pese a ainda ser considerado uma incubadora da pirataria cibernética e da espionagem corporativa⁵.

2 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://exame.com/mundo/pisa-mostra-que-a-china-e-o-pais-a-ser-copiado-em-educacao/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

3 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

4 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2021/article_0002.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

5 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://mittechreview.com.br/como-a-china-se-tornou-uma-gigante-de-espionagem-cibernetica-sem-igual-e-duradoura/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

O mais recente Plano Quinquenal do Partido Comunista da China - PCCh (2021-2025)⁶ lista sete áreas estratégicas consideradas essenciais para a “segurança nacional e o desenvolvimento geral”: inteligência artificial (IA), computação quântica, circuitos integrados, genética e pesquisas biotecnológicas, neurociência e o setor aeroespacial. De acordo com o documento, o país pretende criar laboratórios nacionais e reforçar programas acadêmicos para desenvolver e apoiar algumas das citadas tecnologias. Ademais, vacinas, exploração em mar profundo e reconhecimento de voz também se fazem presentes no rol de metas. Pela primeira vez, o PCCh dedicou um capítulo exclusivamente ao tema tecnologia, divulgando a intenção de elevar o gasto com P&D em mais de 7% ao ano, representando, em termos absolutos, 2,4% do PIB.

O contexto de uma “guerra tecnológica” está pressionando Pequim a “desamericanizar” cadeias de suprimentos tecnológicos. A estratégia visa substituir insumos dos EUA por tecnologia doméstica ou de fornecedores alternativos no sudeste asiático e na Europa. Melhorar a inovação doméstica e proteger as cadeias de tecnologia são prioridades no 14º Plano Quinquenal do PCCh. Nesse quadro, é provável a ocorrência de uma bifurcação das cadeias produtivas entre China e EUA em áreas como telecomunicações, infraestrutura, armazenamento de dados, armamentos e cabos de dados submarinos.

A China lidera a produção de terras-raras, enquanto os EUA dominam a de semicondutores e *softwares* necessários para fabricação de *chips*. A disputa na área de semicondutores é o principal exemplo de como a cadeia de valor que envolve os dois países está se desfazendo (ou pelo menos se enfraquecendo). Os EUA punem empresas chinesas e querem impulsionar a produção local⁷. A China estoca *chips* e analisa meios próprios de fabricação.

As próximas gerações da telefonia móvel representam uma quebra de paradigma da nossa era, possibilitando o uso de dispositivos e aplicações que só adquirem funcionalidade mediante o franqueamento de um grande tráfego de dados. Do conjunto de tecnologias disruptivas que dependerão da referida condição, emerge, em importância, a IA. Ao adicionar cognição a robôs e armamentos, cujas aplicações são promissoras para alavancar capacidades militares em todos os níveis e domínios, a IA reúne potencial de alterar as tradicionais e conhecidas características dos conflitos, delegando aos seus detentores vantagens estratégicas fundamentais. Nesse sentido, atual liderança da China no segmento de quinta geração de telefonia móvel (5G) tende a lhe permitir a obter benefícios de forma mais imediata.

Quanto à disponibilidade de poder militar, a assimetria é significativa. Os EUA mantêm seus gastos militares em níveis elevados, o que lhe garante a liderança mundial há décadas. Segundo o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2021)⁸, as despesas militares estadunidenses alcançaram a cifra de US\$ 778 bilhões em 2020, o que representou um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior e 39% do total das despesas militares globais.

6 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0237_5th_Plenum_Proposal_EN-1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

7 Em outubro de 2022, o governo norte-americano editou uma dura medida que restringe o acesso de empresas chinesas à tecnologia de *chips*, fato que acirrou a competição comercial e tecnológica entre os dois países.

8 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Foi o terceiro ano consecutivo de crescimento, após sete de reduções contínuas. Parcela relevante do mencionado aumento é atribuída ao incremento de investimentos em P&D, assim como ao andamento de vários projetos de longo prazo, vinculados à modernização do arsenal nuclear e de todo o setor de defesa dos EUA.

Em 2020, a China se manteve na vice-liderança dos gastos militares globais (US\$ 252 bilhões). Da análise superficial do perfil desembolsado, expressiva parcela foi destinada à obtenção de equipamentos militares com alto valor tecnológico agregado (aeronaves, satélites, sistema de navegação inercial próprio, mísseis, interferidores cibernéticos etc.), alguns deles de origem nacional. Juntos, EUA e China representam 2/3 das despesas mundiais com o setor militar.

A ocorrência de testes vinculados ao desenvolvimento de mísseis hipersônicos, por parte da China, despertou a atenção da comunidade internacional. O domínio de capacidades atreladas a um sistema de bombardeio orbital fracionado (FOBS, em inglês), embora não seja algo inédito, alça o país asiático a uma posição diferenciada no rol de ameaças efetivas aos EUA. Um eventual sucesso na superação das defesas antimísseis norte-americanas pode ensejar uma corrida armamentista cara, indesejável e perigosa⁹.

A imprensa internacional, recentemente, divulgou imagens atribuídas à construção de silos para mísseis balísticos intercontinentais, no deserto da província de Gansu, no noroeste da China, alertando especialistas internacionais em segurança para o tema¹⁰. Estima-se que o ELP tenha à sua disposição cerca de 200 ogivas nucleares em condições de serem operadas, o que tem gerado especulações no Pentágono sobre uma eventual mudança na estratégia nuclear chinesa, preocupação externada no *Annual Report to Congress – Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China*¹¹. Embora persista uma clara assimetria nuclear favorável aos EUA, a incorporação de novas capacidades eleva o grau de disponibilidade e prontidão das forças armadas chinesas, impactando a balança de poder.

Também conectado à dimensão aeroespacial e com alto valor tecnológico agregado, o segmento satelital tem adquirido relevância crescente no espectro da competição entre as grandes potências. A intenção do uso do espaço para fins não pacíficos é acompanhada por destacados investimentos no desenvolvimento de tecnologias voltadas para armas antissatélites. EUA, China e Rússia travam uma disputa relativamente silenciosa, carregada de intensos debates e troca de acusações, o que tem exigido sofisticada articulação diplomática. O Tratado sobre a Prevenção da Colocação de Armas no Espaço Exterior (PPWT)¹², que Pequim e Moscou submetem à ONU, é um exemplo de instrumento de concertação ora em avaliação.

9 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/10/18/hypersonic-china-missile-nuclear-fobs/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

10 Sobre o assunto, consultar os links disponíveis em: <https://www.economist.com/china/2021/07/31/china-is-rapidly-building-new-nuclear-missile-silos> e <https://foreignpolicy.com/2021/06/30/china-nuclear-weapons-silos-arms-control/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

11 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-CMPR-FINAL.PDF>. Acesso em: 12 dez. 2022.

12 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/proposed-prevention-arms-race-space-paros-treaty/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Do exposto, é possível inferir que, apesar da pandemia da covid-19 e da redução de parte de sua atividade econômica, a China tem conseguido sustentar a produção de sua indústria high-tech, assinalando obstinação pela liderança tecnológica mundial. Tal postura encontra relação direta às suas ambições geopolíticas de potência em ascensão e impulsiona a disputa com os EUA. Como instrumentos capazes de agregar recursos de poder, o desenvolvimento e o domínio de tecnologias disruptivas, cada vez mais associadas a sofisticados equipamentos militares, estão, progressivamente, intensificando conexões com as estratégias nacionais. Nesse ambiente de competição, o manejo da corrida tecnológica em prol de objetivos e interesses nacionais assume centralidade, agregando complexidade às disputas geoestratégicas e geopolíticas.

3 O PAPEL E O PESO DAS IDEIAS

Na base da formulação teórica do realismo clássico, Morgenthau (2003) atribuiu significativa relevância à condição estrutural do sistema internacional, destacando a busca pela maximização do poder estatal frente a uma estrutura anárquica, resultante da interminável defesa dos interesses nacionais. Ao arrazoar a existência de limitações ao exercício do poder no sistema internacional, Morgenthau apresenta a balança de poder¹³ como a mais importante medida de restrição e constrangimento.

Walt (2021, n.p.) elenca um conjunto de condicionantes que minimiza a probabilidade de China e EUA irem à guerra, ressaltando que, além de fatores geográficos (tamanho, população e localização), os dois países possuem armas nucleares, o que limita a capacidade de qualquer um de constranger ou obrigar o outro a impor suas vontades. Nessa linha, argumenta que, provavelmente, nenhum país converterá o outro à sua ideologia política preferida. “Gostem ou não, as duas potências terão que coexistir por muito tempo”. Parece adequado, portanto, recordar a sintetização do contexto de disputas estratégicas e conflitos indiretos que caracterizou a Guerra Fria: “paz impossível, guerra improvável” (ARON, 1948).

Em discurso no Congresso dos EUA, em abril de 2021, o presidente Joe Biden, ao externar algumas das suas metas de governo, reconheceu que seu país enfrenta uma nova era de competição, necessitando readequar as estratégias para melhorar seu jogo. Ao defender a democracia, Biden ressaltou que os EUA têm a obrigação e o dever de se manter como a referência mundial do modelo político, o que, por conseguinte, o impele a se contrapor às autocracias - “[...] temos que provar que a democracia funciona” (UNITED STATES, 2021, n.p., tradução nossa).

A defesa dos valores fundamentais que identificam os EUA como nação tem origem na fundação do país, quando a base estrutural de suas organizações político-sociais foi estabelecida. Diferentemente de seus vizinhos, os habitantes do norte do “Novo Mundo” desfrutavam de relativa liberdade e autonomia política – incomuns à época –, cabendo-lhes decidir sobre as principais questões internas. Tal quadro amalgamou o desenvolvimento de uma mentalidade autônoma de governança, incipiente sinal do representativo valor da liberdade para aqueles pioneiros.

13 A aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada uma delas tenta manter ou alterar o status quo, leva necessariamente a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder, bem como a políticas que se destinam a preservar esse equilíbrio (MORGENTHAU, 2003, p. 321).

Moïsi (2009) descreve que a história dos EUA (assim como a de Israel) foi construída com base na “esperança messiânica e na crença de uma América como terra da redenção, libertação e de um novo começo”. A república, fundada como idealista, vibrante e modesta, em menos de dois séculos se expandiu até a condição de império. O otimismo, o individualismo, a flexibilidade, o culto à excelência e a convicção de ser único constituíram os ingredientes-chave do sucesso. “Os EUA, desde a sua gênese como nação, se viram como um projeto em construção, e não como uma memória ou tradição a ser protegida ou ultrapassada” (MOÏSI, 2009, p. 109).

A ideia do “destino manifesto” se confunde com a da existência de uma tradição de política exterior norte-americana¹⁴, cujo cerne pode ser traduzido em um discurso do candidato derrotado (por Obama), Mitt Romney, em 2012: “Deus não criou este país para que fosse uma nação de seguidores. Os EUA não estão destinados a ser apenas um dos vários poderes globais em equilíbrio. Os EUA devem conduzir o mundo ou outros o farão”. Schlesinger (1992) vincula tal convicção a um “providencialismo”¹⁵, que teria contribuído para impelir o país (do ponto de vista ideacional) a promover a liberdade e a democracia pelo mundo, bem como imprimido alguns dos principais contornos àquilo que é conhecido como o excepcionalismo norte-americano.

Todavia, ao longo da história recente, ao lançar mão do uso da força para atingir objetivos políticos, vinculando-os à ideia de um “destino missionário”, os EUA acabaram contribuindo para conformar a imagem de uma potência imperialista perante parcela do sistema internacional. Durante a Guerra Fria, quando a universalização dos valores norte-americanos se imbricou com a estratégia da contenção (territorial e ideacional) do comunismo, a amplificação do intervencionismo como estratégia de defesa dos interesses norte-americanos concorreu para a mencionada assertiva. Sem embargo, pode-se inferir a ocorrência de um “espelhamento estratégico” entre EUA e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) naquele período, cada qual buscando expandir e consolidar áreas de influência. Atração e coerção alimentaram os debates sobre o papel de cada modelo na formulação das grandes estratégias durante a Guerra Fria.

Na obra “Ascensão e Queda das Grandes Potências” (1989), Paul Kennedy argumentou que o somatório total dos interesses norte-americanos e das suas obrigações globais extrapolaria as capacidades do país de defendê-los, simultaneamente. Desde o término da II GM, seria a primeira vez que a maior potência global encararia o debate que abraça um incômodo paradigma: a possibilidade do processo de transferência de poder se estabelecer. Com o fim da Guerra Fria e na esteira dos acontecimentos decorrentes do atentado de 11 de setembro de 2001, o mundo observou uma mudança de postura estratégica por parte dos EUA e dos seus principais aliados. A emergência da guerra ao terror e dos conflitos a ela atrelados acabaram criando condições para que uma China, até então “contida e aparentemente satisfeita”, aproveitasse as oportunidades que se descortinavam. O país resolveu mostrar ao mundo que o Império do Meio estava decidido a retomar seu lugar no sistema internacional. E da sua maneira.

14 Mead (2006) propôs a categorização da política exterior dos EUA em quatro “escolas”: hamiltoniana, jeffersoniana, jacksoniana e wilsoniana.

15 O “providencialismo” é entendido como uma condição vinculada à forte influência da religião sobre a sociedade norte-americana, remetente à ideia de ser os Estados Unidos uma nação escolhida por Deus para ser a referência e o exemplo para toda a humanidade. Embasa a crença na “missão messiânica” e no papel de “nação escolhida por Deus”.

A visão de Xi Jinping para a China, traduzida pela expressão “o sonho chinês”, busca capturar o desejo da nação ser rica, poderosa e respeitada. Assim como os EUA, a ideia de um excepcionalismo chinês, associada à filosofia confuciana, está internalizada na mais antiga civilização do mundo. No início da década de 1970, ao se preparar para assessorar Nixon na empreitada de aproximação com a nação asiática, Henry Kissinger já havia assimilado que as relações internacionais da China eram a expressão externa dos seus princípios de ordem social e política internos. Na interpretação de Kissinger, o país comunista considerava o sistema internacional altamente hierarquizado e não igualitário. Assim, o entendimento das dinâmicas que regem a ordem internacional seria uma derivação da expressão confuciana “conhece o teu lugar”.

Após longa dominação chinesa na Ásia, a primeira metade do século XIX marca o início do período conhecido “o século da humilhação”. Derrotas militares, colonização econômica e ocupação por potências estrangeiras imprimiram ressentimentos profundos na civilização chinesa. Às gerações mais novas, um ensinamento é massivamente repassado: “nunca esquecer; outra vez, jamais”. Em 1949, sob o comando de Mao, a vitória dos comunistas na guerra civil resgatou a expropriada soberania. Ainda que o país tenha se livrado da dominação imperialista estrangeira, o preço cobrado pelo novo regime foi altíssimo. Somente após a morte de Mao (1976), com a ascensão de Deng Xiaoping, uma nova transformação teve início, com desdobramentos até os dias atuais.

A China, potência insatisfeita com a ordem internacional vigente, almeja ser alçada a uma condição diferente daquela que se encontra hoje. Desde 2010, o país asiático se tornou a segunda economia mundial, podendo ultrapassar a norte-americana até o final da década de 2020. Projetos ambiciosos, como o “*Belt and Road Initiative*”, potencializam sua projeção internacional e viabilizam sua grande estratégia, instrumentalizada por uma assertiva política externa, centralizada na expressão do poder econômico e alicerçada por um pujante poder militar.

Paralelamente, visando alcançar seus objetivos políticos, o Estado chinês se utiliza, com relativo sucesso, de recursos de *soft power*. Ainda que a liderança do Ocidente nesse campo seja real, esforços têm sido feitos para potencializá-lo. Elementos culturais (diplomacia cultural), humanitários (“diplomacia das máscaras”) e associados à cooperação econômica são alguns exemplos. Alternando relações com potencial de gerar dependência econômica (investimentos) e engajamentos financeiros (empréstimos que caracterizam “armadilhas financeiras”), a grande estratégia chinesa vai sendo viabilizada. Ao aumentar sua capacidade de se fazer presente em diversas partes do mundo, bem como seu poder de influência sobre segmentos estatais e não-estatais, a visão de Xi Jinping de “tornar a China grande outra vez” – combinando prosperidade e poder – vai se estabelecendo.

Segundo Walt (2021), a China acredita que uma ordem mundial adequada seja, essencialmente, westfaliana. O país enfatiza a soberania territorial, a não interferência e privilegia as necessidades do coletivo (como a segurança econômica) em detrimento dos direitos ou liberdades do indivíduo. Enfim, a China almeja um sistema internacional que ofereça segurança para o modelo autocrático do seu PCCh. Os EUA, em contraste, há muito promovem uma ordem

mundial baseada nos chamados valores liberais, cujas bases ideacionais estão centradas na valorização de certos direitos inalienáveis, consubstanciados no respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos. Ainda que busquem fortalecer suas narrativas, ambas as potências não são, integralmente, fiéis ao conteúdo dos seus discursos.

Ao se referir ao robustecimento do poder militar do ELP, Xi Jinping resume o processo da seguinte forma: “combater e vencer guerras”. Para o líder chinês, “visando concretizar o grande renascimento da nação chinesa, devemos assegurar a harmonia entre um país próspero e um exército forte”. Allison (2020) destaca que a força das palavras – e da ideia nela contida – é particularmente importante para a China, pois busca recuperar a humilhação sofrida nas mãos das potências estrangeiras. Ainda que o discurso se apresente dessa forma, aparentemente não significa que a China queira combater (por já). Todavia, ancorado em objetivos de longo prazo, o recado tem endereço certo.

Gray (2016), buscando analisar como ideias e práticas interagem na operacionalização da *high politic*, apresenta a cultura estratégica como “a unidade essencial para toda experiência estratégica”. Mesmo ressaltando a inadequação de considerar todo comportamento estratégico sujeito à influência cultural, Colin Gray alerta que as dimensões da estratégia são expressas em comportamento (de pessoas e instituições) ancorado na cultura¹⁶. “A estratégia tem muitas dimensões, e uma delas é a cultural”.

A corrente construtivista das RI, ao analisar a política externa por meio do seu principal eixo – a diplomacia –, busca tornar claro que a construção política da narrativa e da sua operacionalização são componentes da cultura estratégica do ator estatal a que está vinculada. Considera, assim, a cultura estratégica como imprescindível instrumento analítico nas áreas da tomada de decisão política, da segurança e defesa, da geopolítica, da geoestratégia, da inteligência estratégica e da cultura organizacional.

Não obstante EUA e China manifestarem, em larga escala, interesses políticos e econômicos conflitantes, os valores embutidos nos discursos de ambas as nações apresentam traços de convergência. A ideia do excepcionalismo é uma característica comum aos dois povos, assim como a crença de que ambos agem com honestidade de propósitos e fidelidade aos seus “destinos manifestos”. Tais qualidades (ou características) acabam por tipificar e qualificar as culturas identitárias de China e EUA, com reflexos na conformação de suas políticas exteriores.

Nessa perspectiva, as análises direcionadas à vigorosa emergência da China como eventual postulante à quebra do *status quo* suportado pelos EUA não devem ser reduzidas às tradicionais (e importantes) questões geopolíticas. O peso dos fatores ideacionais é substantivo, reunindo potencial para influenciar na mitigação ou no agravamento dos imponderáveis debates que se sucederão ao longo do instável processo de transferência de poder ora apreciado.

16 Cultura ou culturas compreendem as ideias, atitudes, tradições, hábitos mentais e métodos preferidos de operação, persistentes e socialmente transmitidos, que são mais ou menos específicos a uma comunidade de segurança particular, geograficamente baseada, que tenha uma experiência histórica única (GRAY, 2016, p.176).

4 O OCIDENTOCENTRISMO E A AGENDA INTERNACIONAL

Hobson (2012) argumenta que os principais conceitos desenvolvidos por muitos dos mais relevantes estudiosos das RI para explicar assuntos globais – tanto sob uma ótica histórica quanto conjuntural ou preditiva – são profundamente centrados no modelo de pensamento do Ocidente. Com base em referenciais que fazem mais sentido sob a ótica de uma “civilização ocidental”, análises provincianas seriam produzidas desconsiderando uma visão mais universalista e, conseqüentemente, mais inclusiva, ocasionando prejuízo no julgamento de valor dos fenômenos internacionais.

Haveria, dessa forma, uma divisão normativa entre um “universalismo ocidental” e um “particularismo não-ocidental” por um lado, e “modernidade ocidental” e “tradição não-ocidental” por outro. Fruto dessa distorção, o estabelecimento de uma agenda global costuma ser visto como algo possível apenas para o Ocidente. Esse privilégio ocidental acaba não reconhecendo – ou desprezando – a agência não-ocidental, que só adquire alguma relevância quando representa uma ameaça fundamental para o Ocidente. Assim, presume-se que, sob a ótica da “civilização ocidental”, uma ordem global futura não-ocidental seria “caótica, desorientadora e perigosa” (STUENKEL, 2018).

Por óbvio, ao considerarmos o argumento supramencionado, o objeto ora apreciado neste trabalho é afetado, merecendo pertinente reflexão. Stuenkel (2018) pondera que o modelo amplamente aceito de “difusionismo ocidental” é baseado na premissa de que a história é um processo conduzido pelo Ocidente, o que enfraqueceria a parcela não-ocidental das contribuições para as formulações reflexivas do ambiente internacional. Ao negligenciar-se eventos importantes ocorridos fora do contexto europeu – em especial sob uma ótica histórica mais pregressa –, acontecimentos relevantes atinentes aos mais de quatro mil anos de história chinesa são minimizados, podendo ocasionar eventuais distorções e construções de narrativas enviesadas.

Mearsheimer (2015) argumenta que o declínio relativo do Ocidente tornará o mundo mais instável e perigoso, com potencial para a eclosão de uma guerra, perspectiva que o autor realista classifica como “deprimente”. Outros analistas inferem, sob o mesmo pano de fundo, que a fragilidade estrutural resultante reduzirá, significativamente, a capacidade dos Estados de cooperarem de maneira efetiva. Uma nova norma seria cada vez mais a “ausência de normas”. Tais abordagens se ancoram, simultaneamente, na centralidade do papel do Ocidente e no descrédito atribuído à multipolaridade, condições que fragilizariam o poder de concertação global à medida que a ausência do *hegemon* incrementaria instabilidade ao sistema internacional.

Por outro lado, uma breve digressão histórica apontaria dificuldades aos defensores das supramencionadas perspectivas em explicar os diversos momentos de instabilidade vividos sob a ordem liberal liderada pelos EUA, inclusive a ocorrência de guerras e outros conflitos violentos. Kissinger (2014) alega que, no processo de construção da ordem mundial no pós-II GM, o excepcionalismo e o idealismo estadunidenses foram essenciais. Todavia, no âmbito

dos debates que suscitam suspeição acerca de uma irrefutável legitimidade¹⁷ norte-americana na condução do processo, observa-se, recorrentemente, a inferência da prática da coerção no decurso de diversos acontecimentos. Ao não ter desconsiderado o emprego de todos os recursos de poder disponíveis para dar forma e sentido próprio à ordem internacional, Washington incorporou a supremacia do seu “*way of life*” e, por consequência, foi seletivo o suficiente para subestimar a relevância de outras possibilidades de agências, de culturas e de pensamentos.

A maré democrática surgida após a derrocada soviética (1991), que abarcou diversas partes do mundo, levou ao falso entendimento de que “haveria um fim da História”, materializada pela vitória da democracia liberal ocidental sobre o modelo autocrático difundido pela extinta URSS. Mais recentemente, a Primavera Árabe reacendeu sentimento semelhante, logo arrefecido pela imposição da complexa realidade vivida nos países que participaram do movimento (somente a Tunísia levou a cabo as ideias ali defendidas). Levitsky e Ziblatt (2018) descrevem, argumentativamente, a recente emergência de uma crise do sistema político norte-americano, inserida no contexto de um eventual processo de declínio democrático mundial. Nesse contexto, depreende-se o afloramento de dúvidas acerca da prevalência (ou não) de um modelo político capaz de emoldurar o processo de redistribuição de poder.

Os EUA (e o Ocidente de maneira geral) valorizam os fatores ideacionais como sendo os grandes impulsionadores do processo de “conversão global”. Ancorados na visão da cultura democrática liberal, minimizam, discursivamente, o papel do poder militar na criação e na manutenção da ordem global vigente. Ainda que a argumentação seja sedutora, não encontra, na totalidade, amparo na realidade conjuntural e histórica. A emergência de governos autocratas e/ou populistas tem contribuído para degradar a tese de que os chamados “valores ocidentais” terão, perenemente, força o suficiente para modelar o ordenamento internacional. A tese da emergência de uma “multipolaridade bipolar”, tendo a China (uma ditadura comunista) como a potência com disposição de desafiar a hegemonia mundial com os EUA, corrobora no questionamento da pujança perene do modelo ocidentocêntrico.

No contexto do contemporâneo fenômeno que nos propusemos apreciar, é possível identificar alguns pontos com potencial para conformar estratégias de enfrentamento/acomodação. A ocorrência de um sentimento de resgate de imagem, seja baseado em revisionismo (China) ou em desgaste (EUA), impele Washington e Pequim a se repositarem, estrategicamente, nos diversos tabuleiros globais. Na persecução de seus objetivos, estratégias fundadas em *hard power* concorrerão, inevitavelmente, com posturas concertativas e acomodativas, o que exigirá articulações políticas e diplomáticas sofisticadas. A disputa por áreas de influência, tão marcante no período da Guerra Fria, tende a se intensificar, requerendo habilidade na administração dos recursos de *soft/smart power*. Poder duro e ideias fomentarão a competição, em um mundo que observa a exacerbação do nacionalismo – alimento farto para o fomento da competição.

17 Legitimidade, na política internacional, significa a autoridade reconhecida para governar na hierarquia internacional. Tal conceito pressupõe a existência de uma “sociedade internacional” (CLARK, 2003). David Lake elaborou a teoria da autoridade relacional, conceitualizando a legitimidade nas RI (LAKE, 2009).

Sob outra perspectiva, a interdependência econômica, variável fundamental para interpretar o real alcance dos movimentos direcionados para causar efeitos de constrangimento, coação ou punição, continuará a desempenhar papel regulador na balança de poder. Não alcançará, todavia, a profundidade e a abrangência teorizadas por Keohane e Nye (1977). Ainda que menos belicista do que a Era Maoísta (1949-1976), o perfil contemporâneo da política externa chinesa, inaugurada por Deng Xiaoping (1978-1992)¹⁸, tem sofrido ajustes duros, adquirindo vieses ativos e confrontacionistas. A ascensão de Xi Jinping (2012) e a recente reorganização do PCCh¹⁹ parecem contextualizar o atual período de mudanças. Reforma militar, segurança cibernética, finanças e política externa são algumas das áreas centrais abrangidas pelo processo ora em andamento. Por outro lado, o governo Biden NEparece não estar muito disposto a reverter algumas medidas tomadas pelo seu antecessor e que assinalaram o aprofundamento da competição com a potência asiática, demonstrando que “o pivô para a Ásia” é a coluna de sustentação da grande estratégia norte-americana contemporânea.

Nesse contexto, torna-se oportuno retornarmos ao debate sobre definição da agenda internacional, tema tradicionalmente associado às potências estabelecidas. Amparadas na efetividade de seus recursos de poder, as grandes nações projetam particular influência (e controle) sobre organismos internacionais, o que as eleva à condição de agentes privilegiados no processo de formulação de agendas. Liderança política, credibilidade internacional e relevante capital intelectual, entre outros fatores, compõem, sob a perspectiva das potências ocidentais, os pressupostos necessários para habilitar Estados ao papel de conformadores do “grande debate global”.

Todavia, ainda que a condição ampla de assimetria global possa constranger a participação de nações emergentes no processo de formulação da agenda internacional, é lícito inferir que este não é impenetrável. Dentre os fatores supracitados, depreende-se ser a credibilidade internacional um pressuposto acessível, em especial àqueles Estados comprometidos com os chamados “bens públicos globais”. Todavia, à credibilidade devem estar associadas outras condicionantes correlatas, tais como a reputação (relativa à legitimidade decorrente de bons resultados no trato de agendas internas análogas) e capacidade diplomática reconhecida (relativa à boa tradição de política exterior).

A pandemia da covid-19, mudanças climáticas, questões demográficas, migrações, defesa dos direitos humanos, armas de destruição em massa, entre outros temas presentes na agenda internacional contemporânea, demandam ações revestidas de concertação e aproximação. Nessa perspectiva, a capacidade de atração global assume relevância, degradando (mesmo que parcialmente) a potencialidade de ação direta dos poderes econômico e militar. Na disputa pelo protagonismo nos debates que envolvem os grandes temas globais, tanto EUA quanto China têm se valido, cada vez mais, de recursos de *smart power*.

18 Ascensão pacífica, de natureza passiva e não-confrontativa, baseada na transformação efetiva de seus recursos de poder econômico em poder real. A abertura e as profundas reformas promovidas no período alicerçaram o robusto desenvolvimento econômico chinês, transformando o país e inaugurando uma nova era na geopolítica global. A célebre frase de Deng Xiaoping “não importa a cor do gato, contanto que ele cace o rato” resume o pragmatismo político da era pós-Mao. (CARRIÇO, 2013)

19 Sobre o assunto, consultar o link disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/after-xi>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Clark (2003) argumenta que, nas transições de poder, uma questão essencial em jogo é a manutenção ou a aquisição de prestígio. É ele que determina quem dá as ordens e dirige o sistema internacional, a natureza desta ordem e como ela será exercida – mediante meios coercitivos ou pela autoridade legítima. Ao adequar suas estratégias para lidar com a emergência de Pequim, os EUA (e o Ocidente) se virão obrigados a revisar e repensar alguns conceitos ligados à visão de um mundo essencialmente ocidentocêntrico. O recorrente hábito de interpretar processos singularmente específicos segundo modelos de elevada generalidade induz à repetição de erros estratégicos, a um custo reiteradamente mais elevado.

5 CONCLUSÃO

Partindo-se de um quadro mais abrangente, que seja capaz de emoldurar algumas das principais incertezas que caracterizam a emergente competição hegemônica, é lícito considerar que a disputa sino-estadunidense abarca desde as tradicionais questões afetas à distribuição de poder (geopolíticas, geoeconômicas e geoestratégicas) até fatores ideacionais atinentes às suas visões de mundo.

Os contornos de multipolaridade que o sistema internacional vem adquirindo, com a possível prevalência (mesmo que temporal) de uma bipolaridade assimétrica, exigirão a readaptação das estratégias nacionais dos Estados atentos ao fenômeno. A competição pela conformação de áreas de influência (ou algo similar) será marcada por sofisticada diplomacia e pelo emprego de tradicionais recursos de poder. Atração, persuasão e dissuasão serão palavras cada vez mais presentes no vocabulário dos estrategistas e dos tomadores de decisão, vigilantes que estarão ao tabuleiro global.

Espera-se das grandes potências as principais iniciativas. Todavia, aos Estados emergentes aplicados, a capacidade de reconhecer oportunidades se tornará o grande diferencial. A essas nações, brevemente, o maior desafio a ser superado será identificar, estrategicamente, a mais vantajosa forma de se reposicionar frente aos inexoráveis movimentos sistêmicos. Elevar (ou não) o perfil de atuação internacional, potencializar recursos de poder econômico e militar, dinamizar a inserção comercial, posicionar-se frente aos grandes debates globais, entre outras, serão variáveis presentes nas contemporâneas formulações estratégicas dos Estados.

Da difusão de debates sobre o que é relevante para ser estudado/analísado pelo campo das RI, emergem distintas visões. Do confronto entre as alegadas “miopias” dos olhares tradicionais com as novas lentes de leitura de um mundo em transformação, infere-se que não foi apenas o mundo que mudou, mas também o olhar sobre este mundo. Neste artigo, ao apreciarmos a atual competição entre EUA e China no contexto do subcampo da Segurança Internacional, é possível concluir que o fenômeno não deve ser observado, exclusivamente, sob a ótica da distribuição de poder.

Ao analisarmos, sumariamente, a variável “disputa pela liderança do domínio científico-tecnológico”, inferimos sobre inexoráveis transbordamentos para o segmento de segurança, explorando algumas prováveis incertezas aderentes ao jogo das grandes potências. Buscou-se ressaltar a centralidade da C&T na alteração da balança de poder mundial, indicando uma provável e gradual redução da assimetria de poder militar entre EUA e China, impulsionada pela evolução de tecnologias disruptivas e pela obtenção de novas capacidades.

Argumentamos que há uma crescente relevância da influência de fatores ideacionais na construção da retórica de política externa, tanto dos EUA quanto da China, com reflexos para o processo de competição pela hegemonia. Fundamentamos que fatores materiais, intrinsecamente associados ao acúmulo de recursos de poder, não serão suficientes para movimentar, sozinhos, as peças do tabuleiro, o que emprestará complexidade à provável conformação de uma nova ordem internacional. A crise do mundo arrastará consigo a crise da teorização do mundo.

Não obstante as peculiaridades nacionais características de sociedades complexas, uma interpretação do fenômeno chinês segundo uma estilização ocidental é absolutamente incompleta. Ao se manter a resiliência de um pensamento ocidentocêntrico com vista a fundamentar estratégias voltadas para o atual (e futuro) momento de competição hegemônica, é muito provável que limitações referenciais não ofereçam, com efetividade e eficácia, a elasticidade e a amplitude suficientes para a construção das opções estratégicas adequadas.

A despeito de ser a corrida pelo acúmulo de poder duro o ditame tradicional que regula o ritmo das competições na arena internacional, esforços em busca de acomodação e redução de conflitividade serão imperiosamente necessários. Em um momento de reorganização dos tradicionais quadros de aliança globais, indispensáveis para a consecução dos difusos objetivos políticos das grandes potências (e com reflexos para todo o sistema internacional), é importante que prevaleça a inteligência diplomática e a capacidade de negociação, ferramentas políticas arrefecedoras de uma indesejável escalada na disputa pela hegemonia mundial. E não é só poder que moverá as peças no jogo das grandes potências.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, G. **A caminho da guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- ARON, R. **Le grand schisme**. Paris: [Gallimard], 1948.
- BLACKWILL, R.; HARRIS, J. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.
- CARRIÇO, A. Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 23-33, jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3gAsKya>. Acesso em: 11 out. 2021.
- CARVALHO, G. O. G. Disputa hegemônica, fatores ideacionais e disputa do tabuleiro internacional: entre a ideologia e o pragmatismo. **Análise Estratégica**, Brasília DF, v. 23, n. 1, 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/9336>. Acesso em: 30 out. 2021.
- CLARK, I. Legitimacy in a global order. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 29, n. S1, p. 75-95, Dec. 2003.
- GRAY, C. S. **Estratégia moderna**. Tradução Geraldo Alves Portilho Júnior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.
- HOBSON, J. **The eurocentric conception of world politics: western international theory 1760-2010**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. [Rio de Janeiro: Elsevier], 1987.
- KEOHANE, R. O; NYE, J. Power and Interdependence: **World Politics in Transition**. Boston: Little Brown, 1977.
- KISSINGER, H. **World order: reflections on the character of nations and the course of the history**. New York: Penguin Press, 2014.
- LAKE, D. A. Relational authority and legitimacy in international relations. **American Behavioral Scientist**, [s. l.], v. 53, n. 3, 2009.
- LEVITSKY, S.; ZIBLAT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MEAD, W. R. **Uma orientação especial: a política externa norte-americana e sua influência no mundo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

MEARSHEIMER, J. J. Can China rise peacefully? **The National Interest**, [Washington, DC], Oct. 25, 2015. Disponível em: <https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully>. Acesso em: 10 out. 2021.

MOÏSI, D. **A geopolítica das emoções**: como as culturas do Ocidente, do Oriente Médio e da Ásia estão remodelando o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2009.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SIPRI. Armament and disarmament/Arms and military expenditure. **Military expenditure**. Solna, Sweden: Stockholm International Peace Research Institute, 2021. Disponível em: <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/military-expenditure>. Acesso em: 8 out. 2021.

STUENKEL, O. **O mundo pós-ocidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

UNITED STATES. The White House. **Remarks by President Biden in address to a Joint Session of Congress**. Washington, DC: The White House, Apr. 28, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/04/29/remarks-by-president-biden-in-address-to-a-joint-session-of-congress/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

WALT, S. The world might want China's rules: Washington shouldn't assume its values are more attractive to others than Beijing's. **Foreign Policy Magazine**, Washington, DC, May 4, 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/05/04/the-world-might-want-chinas-rules/>. Acesso em: 10 out. 2021



A Logística na Batalha de Tannenberg: o alto preço da incompetência


The logistics at the Battle of Tannenberg: the high price of incompetence

Resumo: O termo Logística é bem amplo, abrangendo atividades como a obtenção de produtos, o transporte, a distribuição e o emprego-final pelo usuário. A Logística começou a ser estudada de forma científica, no meado do século XIX e início do século XX, por autores como Clausewitz e Jomini. O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o apoio logístico aos exércitos, alemão e russo, e como estes influenciaram no resultado da Batalha de Tannenberg, ocorrida durante a 1ª Guerra Mundial. A metodologia utilizada foi o *process tracing*, apoiado por uma ampla pesquisa bibliográfica. Como resultado, verificou-se que a ineficiência da logística do exército russo teve uma grande contribuição para a vitória final da Alemanha em Tannenberg. Além disso, tiveram implicações para a Logística com novos conceitos, como o *Supply Chain*, e a sua divisão nos níveis estratégico, operacional e tático.

Palavras-chave: logística; Exército; Tannenberg.

Abstract: The term Logistics is very broad, covering activities such as acquisition products, transport, distribution and sustainment by the user. Logistics began to be studied scientifically, in the mid-nineteenth and early twentieth centuries, by authors such as Clausewitz and Jomini. The present work has the general objective of analyzing the logistical support to the German and Russian armies, and how they influenced the outcome of the Battle of Tannenberg, which took place during the Great War. The methodology used was process tracing, supported by an extensive bibliographic research. As a result, the inefficiency of Russian army logistics was found to have a major contribution to Germany's final victory at Tannenberg. In addition, they had implications for Logistics with new concepts, such as the Supply Chain, and its division into strategic, operational and tactical levels.

Keywords: logistics; Army; Tannenberg.

Rodrigo Tavares Ferreira 
Exército Brasileiro. Batalhão de Dobragem,
Manutenção de Paraquedas e Suprimento
pelo Ar (B DOMPSA)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
rotafe@yahoo.com.br

Recebido: 20 set. 2022

Aprovado: 10 jan. 2023

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo sobre como o apoio logístico prestado aos exércitos em uma batalha pode influenciar diretamente para o seu sucesso ou derrota. O caso estudado foi a Batalha de Tannenberg, acontecida na Primeira Guerra Mundial (I GM) (1914-1918), envolvendo os exércitos dos Impérios Alemão e Russo.

A logística militar pode ser compreendida como uma atividade que viabiliza o esforço de guerra das forças armadas, com a previsão e provisão de suprimentos e com a movimentação de pessoal e material necessários no campo de batalha (BRASIL, 2015a; SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

O alicerce da logística militar moderna, calcada em estudos técnicos e científicos, foi iniciado durante as campanhas napoleônicas no século XIX. Antes das batalhas serem travadas pelo exército francês, Napoleão Bonaparte ordenava a seus comandantes que fizessem os cálculos das provisões necessárias, que estabelecessem bases com as reservas dos suprimentos e que fossem extraídos os recursos dos territórios ocupados. Dessa forma, o genial Corso constatou que a maior efetividade do seu exército estava ligada à disponibilização de recursos e meios para os seus soldados, deixando “a mão” o alimento, o armamento, a munição e o fardamento necessários para o combate (CREVELD, 2000; DEL RE, 1955).

O primeiro autor a documentar a importância da logística para um exército foi o alemão Carl von Clausewitz. Em sua obra *Vom Krieg*, ele relatou uma série de princípios, regras, conceitos, normas e ensinamentos que constituiu o alicerce doutrinário da guerra moderna. O autor observou a responsabilidade do governo na logística dos exércitos com a construção de armazéns, na aquisição de víveres e na mobilização dos meios de transporte para os exércitos, colocando a logística como uma responsabilidade nacional (DEL RE, 1955; VON CLAUSEWITZ, 1883).

No mesmo sentido, o Barão Antoine-Henri Jomini, em sua obra *Precis de L'art de la guerre*, argumentou que a logística abrangia todo ou quase todo o campo das atividades militares de apoio ao combate, como a organização das marchas e dos acampamentos (DEL RE, 1955; JOMINI; MENDELL; CRAIGHILL, 2007).

Ambos os autores em suas obras buscaram demonstrar que o sucesso ou fracasso dos exércitos passou a depender da logística, com a eficiência da mobilização dos recursos nacionais e com o comando-e-controle sobre a movimentação das tropas. Neste sentido, as campanhas militares do Piemonte (1859) e a Guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871) demonstraram que a rápida disponibilização dos recursos dos países beligerantes aos seus exércitos tinham o poder de impactar diretamente no resultado das campanhas militares. A consequência direta disso foi que a logística começou a ser encarada no sentido estratégico (CREVELD, 2000; DEL RE, 1955; KISSINGER, 2012; SONDHANUS, 2013).

No ano de 1914, na frente ocidental da guerra, o exército alemão estava às portas de Paris, pressionando o exército francês a montar uma defesa desesperada de sua capital. Para aliviar esta pressão, a França encalçou a Rússia, sua aliada, para que abrisse uma frente oriental contra a Alemanha, o que obrigaria o Estado Germânico a lutar em duas frentes.

Esta atitude pode ser constatada nas palavras do Embaixador francês na Rússia, Maurice Paléologue, numa audiência com o Czar Nicolau II: “Suplico a Vossa Majestade que ordene aos seus exércitos que iniciem uma ofensiva imediata; caso contrário, o exército francês corre o risco de ser esmagado” (TUCHMAN, 1998, p. 238). Finalmente, o Império Russo cedeu às investidas francesas e avançou com seus exércitos sobre o território alemão da Prússia Oriental (MASSIE, 2014; TUCHMAN, 1998).

A invasão do território considerado o “berço da raça germânica” (DURSCHMIED, 2003, p. 220) levou à reação do Império Alemão contra o Russo que culminou na Batalha de Tannenberg, ocorrida no período de 25 e 29 de agosto de 1914, tendo como contendores o Primeiro e o Segundo Exércitos russos e o Oitavo Exército alemão (MASSIE, 2014; TUCHMAN, 1998).

O resultado desta escaramuça foi uma fragorosa derrota russa que selou “a sorte da Rússia czarista como potência bélica” (DURSCHMIED, 2003, p. 232). No mesmo sentido desta afirmação, o General Guchkov, Ministro da Guerra russo, declarou que depois da Batalha de Tannenberg ele “chegara à firme convicção de que a guerra estava perdida” (TUCHMAN, 1998, p. 357). Corroborando com esta assertiva, nota-se que uma das consequências indiretas desta derrota russa ocorreu três anos depois, em 1917, com a assinatura do tratado de paz de Brest-Litovsk, onde a Alemanha exigiu da Rússia “a anexação de toda a área do Báltico, uma fatia da Bielo-Rússia, um protetorado de fato sobre a Ucrânia independente e uma indenização enorme” (KISSINGER, 2012, p. 233). Certificando as exposições dos fatos apresentados, o General alemão Max Hoffmann descreveu a vitória em Tannenberg como “uma das grandes vitórias da História” (TUCHMAN, 1998, p. 355).

Em função das reflexões apresentadas surgiu o problema de pesquisa: como o apoio logístico, dos exércitos alemão e russo, influenciou no resultado da Batalha de Tannenberg?

Para responder a este questionamento, o presente artigo tem como objetivo geral: analisar os apoios logísticos prestados ao Oitavo Exército Alemão (8º Ex Ale) e ao Grupo Noroeste do Exército Russo, e como esses influíram no desenlace da Batalha de Tannenberg. Com este propósito, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender as manobras dos exércitos na Batalha de Tannenberg;
2. Explicar a doutrina logística comum aos principais exércitos europeus na 1ª Guerra Mundial;
3. Apresentar características físicas da Prússia Oriental e a sua influência no apoio logístico dos exércitos alemão e russo;
4. Apresentar o apoio logístico ao 8º Ex Ale; e
5. Apresentar o apoio logístico ao Grupo Noroeste do Exército Russo.

De acordo com esses objetivos, percebe-se que relevância deste trabalho está na falta de estudos históricos mais aprofundados sobre a importância da logística para os exércitos nas suas campanhas militares.

A metodologia de pesquisa utilizada foi o *process tracing*, frequentemente empregado para os estudos de caso de segurança, como também para a explicação de um fato histórico. O *process tracing* procura identificar, compreender e encadear os eventos críticos e as suas causas, demonstrando os fatores que influenciaram ou que aumentaram a probabilidade para o resultado da Batalha de Tannenberg. As fontes de evidência para a pesquisa foram livros, artigos científicos e manuais (GODOY, 2006; MAHONEY, 2015; YIN, 2001).

2 AS MANOBRAS DOS EXÉRCITOS NA BATALHA DE TANNENBERG

Para entender o que deu certo ou errado na logística dos exércitos alemão e russo, e seu peso no desfecho da Batalha de Tannenberg, faz-se imperativo conhecer as composições das forças, as suas missões, as estratégias planejadas, as manobras que foram realizadas e, por fim, avaliar do resultado. Isto posto, esta campanha foi dividida em três fases: a ofensiva russa, a reorganização do exército alemão e a contraofensiva alemã.

O 8º Ex Ale era comandado pelo General **Maximilian** von Prittwitz, e tinha como missão a defesa da Prússia Oriental, era composto pelo I Corpo (General Von François), XVII Corpo (General Mackensen), XX Corpo (General Scholtz), I Corpo de Reserva (General von Below), III Divisão de Reserva (Von Morgen), I Divisão de Cavalaria e pela Divisão Landwehr, possuía um efetivo total de, aproximadamente, 135 mil homens. Seus soldados eram treinados, disciplinados e com conhecimento sólido do terreno. Além disso, o 8º Ex Ale tinha a possibilidade de receber o reforço do Segundo e Terceiro Exército Alemão e da Oitava Divisão de Cavalaria (DURSCHMIED, 2003; KEEGAN, 2003; MASSIE, 2014; SONDHANUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Na fronteira com a Alemanha, estava destacado o Grupo Noroeste do Exército Russo, comandado pelo General Yakov Jilinsky, que mobilizou o 1º Exército (General Pavel Rennenkampf) e 2º Exército (General Alexander Samsonov), com o total de 98 divisões de infantaria e 37 divisões de cavalaria, reforçados por 29 divisões, o que perfazia um efetivo com cerca de 400.000 mil homens. Devido a uma mobilização feita às pressas, o enorme efetivo russo estava mal treinado e mal preparado, e para piorar a conjuntura, não tinha conhecimento adequado do terreno (DURSCHMIED, 2003; KEEGAN, 2003; MASSIE, 2014; SONDHANUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Com as evidências apresentadas, pode-se perceber que a diferença numérica entre os alemães e os russos era enorme. Para a ofensiva, os russos destacaram 480 batalhões contra 130 alemães (HASTINGS, 2014; SONDHANUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

2.1 A ofensiva russa

O Grupo Noroeste do Exército Russo tinha a missão de invadir a Prússia Oriental com os seus 1º e 2º Exércitos. Os russos tinham o conhecimento da frágil defesa alemã, e decidiram atacar as posições do 8º Ex Ale com os seus exércitos simultaneamente, realizando um movimento de pinça. O plano era o exército de Rennenkampf iniciar o ataque e atrair para si o grosso das forças alemãs. Depois de dois dias de combates, com os alemães totalmente engajados em luta com o 1º Exército, o 2º exército de Samsonov, os contornaria pelo sul dos lagos Masurianos, cercando-os pela retaguarda e daria o golpe decisivo. Dessa forma, o exército russo esperava destruir a defesa alemã e abrir as portas para uma invasão mais profunda ao território alemão na direção de Berlim (KEEGAN, 2003; MASSIE, 2014; SONDHANUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Assim, conforme o planejado, no dia 12 de agosto, uma divisão de Cavalaria do 1º Exército Russo, à frente do avanço principal, invadiu a Prússia, tomando a cidade de Marggrabowa, distante oito quilômetros da fronteira russa. O General Rennenkampf, ao receber os relatórios deste ataque, deduziu que os alemães não planejavam uma defesa forte ao leste. Por conseguinte, o Comandante do 1º exército, em 17 de agosto, ordenou o avanço antes do previsto no território inimigo, desprezando o seu incompleto serviço de suprimento. Esta ofensiva foi interrompida pela Floresta Tomingen, tendo ao sul a barreira natural dos lagos Masurianos (TUCHMAN, 1998).

No sul da Prússia, Samsonov não conseguia acompanhar o avanço do 1º Exército, devido às péssimas condições das estradas arenosas. Para piorar a situação, o Alto Comando Russo não conseguia coordenar as ações dos seus dois exércitos, por não ter uma linha de comunicação estabelecida devido à falta de fios (TUCHMAN, 1998).

Apesar da desvantagem numérica, o General von Prittwitz teve dificuldade para manter as posições defensivas do 8º Ex Ale, conforme ordens emitidas pelo Alto Comando do Exército Alemão. Tentando explorar a surpresa, o 8º Ex Ale atacou o 1º Exército Russo, culminando na Batalha de Stallupönen. Os alemães conseguiram infringir cinco mil baixas aos russos e capturar três mil prisioneiros, perdendo 1.200 homens. Após esse embate, os alemães retiraram-se para a cidade de Gumbinnen (MASSIE, 2014; SONDHANUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Dois dias depois, no dia 19 de agosto, o Exército de Rennenkampf reiniciou seu avanço para Gumbinnen. Neste ponto, o 1º Exército, que estava a menos de 25 quilômetros da fronteira russa, começou a ressentir da irregularidade na distribuição dos suprimentos, que não chegavam às suas unidades (DURSCHMIED, 2003; TUCHMAN, 1998).

No dia 20 de agosto, na Batalha de Gumbinnen, os russos tiraram proveito da sua superioridade numérica e, com um bom uso de sua artilharia, conseguiram derrotar parcialmente os alemães, abrindo caminho para a cidade de Königsberg. Com este revés, o General Von Prittwitz entrou em pânico, e deu ordens para o 8º Exército recuar até o rio Vístula, cedendo aos russos a Prússia Oriental (MASSIE, 2014; SONDHANUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Após as batalhas de Stallupönen e Gumbinnen, os russos acreditavam que os alemães estavam em uma fuga desesperada. Posto isto, o Alto Comando Russo insistiu para que o General Samsonov prosseguisse na ofensiva “para enfrentar o inimigo que recua diante do General Rennenkampf e cortar sua retirada para o Vístula” (TUCHMAN, 1998, p. 341). Samsonov não tinha a sua disposição linhas férreas que permitisse o deslocamento rápido de suas tropas, que se locomoviam por estradas arenosas, como também o general tinha informações de que o inimigo não estava em retirada, mas se reorganizando. Outro fato era que Rennenkampf não podia perseguir seu inimigo para obter uma vitória definitiva, por suas linhas de suprimento funcionarem de forma precária (TUCHMAN, 1998).

Diante dos reveses, o Alto Comando do Exército Alemão decidiu substituir o comandante do 8º Ex Ale na região, afastando o General von Prittwitz e convocando da aposentadoria, o General Paul von Hindenburg, que nomeou como seu Chefe de Estado-Maior o General Erich Ludendorff. Estes dois generais e o Coronel Max Hoffmann, Subchefe de Operações do Oitavo Exército, provocaram uma mudança nos rumos dos combates na Prússia Oriental (SONDHAUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

2.2 A reorganização do exército alemão

O Coronel Hoffmann sabia que a retirada não era o melhor caminho a ser seguido. Ele tinha um plano para deter o avanço russo. O plano de Hoffmann consistia em deixar, ao norte, um destacamento do 8º Ex Ale como força de cobertura para observar e distrair o 1º Exército Russo e, aproveitando-se da excelente rede ferroviária alemã, transferir dois corpos do exército de Hindenburg para o sul para enfrentar o vulnerável exército de Samsonov, desferindo-lhe o golpe fatal. Desse jeito, os alemães poderiam jogar toda sua força, por vez, contra cada exército russo (HASTINGS, 2014; TUCHMAN, 1998).

Para que este plano fosse executado, os alemães fizeram missões de reconhecimento, utilizando inclusive um avião Fokker, ocorrido pela primeira vez nas operações de guerra. Com isso, o Comando Alemão descobriu que o Exército de Rennenkampf estava parado para descansar e se reequipar, e que existia uma enorme brecha entre os exércitos russos, devido aos lagos Masurianos. Ademais, os alemães interceptaram duas mensagens de rádio russas, que revelaram que as ordens emitidas a Rennenkampf não ameaçariam pequeno efetivo do 8º Ex Ale, ao norte, e que Samsonov deveria perseguir os alemães, que o Alto Comando Russo acreditava estar derrotados (DURSCHMIED, 2003; TUCHMAN, 1998).

Outrossim, o fator sorte contribuiu para o ousado plano. Hoffmann tinha um conhecimento pessoal de uma briga particular entre Rennenkampf e Samsonov, ocorrida durante guerra russo-japonesa (1904-1905). Assim, ele depreendeu que Rennenkampf não teria pressa em ajudar Samsonov (TUCHMAN, 1998).

Hindenburg apoiou o plano de Hoffman e, em 24 de agosto, o Oitavo Exército tomou a decisão de jogar quase todos os seus soldados contra Samsonov, deixando apenas duas divisões de cavalaria para enfrentar Rennenkampf. No dia 25 de agosto, os alemães concluíram o transporte das suas tropas para o sul. Agora, o exército de Samsonov enfrentaria um exército

semelhante em tamanho e superior em artilharia (DURSCHMIED, 2003 GILBERT, 2017; MASSIE, 2014; SONDHAUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Assim sendo, os Corpos dos Generais Mackensen e Below atacariam a ala direita de Samsonov. No centro, o XX Corpo do General Scholtz, apoiado pela Divisão Landwehr e pela Terceira Divisão de Reserva do General Von Morgen, deveriam apoiar o ataque principal de Mackensen e Below. Na direita alemã, o General Von François envolveria e atacaria a ala esquerda russa (TUCHMAN, 1998).

Figura 1 – A ofensiva russa e a reorganização do 8º Ex Ale



Fonte: Hastings (2014, p. 261).

2.3 A contraofensiva alemã em Tannenberg

No dia 26 de agosto, os russos entraram em Rastenburg, localizada no centro da Prússia. Em 27 de agosto, os combates recomeçaram ao lado dos lagos da Masúria, próximo das povoações de Frögenau e Tannenberg. O Oitavo Exército alemão atacou o Segundo Exército russo, conseguindo flanquear a sua ala direita, o que gerou um recuo desordenado dos inimigos. Na estrema esquerda russa, pesados bombardeios da artilharia alemã caíram sobre as suas posições, fazendo-os abandonarem seus postos, fracionando o exército de Samsonov. A manobra de pinça inicialmente planejada pelo exército russo estava desfeita com a derrota do Segundo Exército (GILBERT, 2017; TUCHMAN, 1998).

No dia 29 de agosto, as forças de Hindenburg cercaram por três lados o exército de Samsonov, e as tropas russas, exaustas, fizeram o que puderam. Neste mesmo dia, o General Samsonov suicidou-se, por receio de defrontar o Czar. Em 30 de agosto, o 2º Exército desintegrou-se e capitulou (HEBERLEIN, 2021; MASSIE, 2014; SONDDHAUS, 2013).

O saldo da derrota em Tannenberg para a Rússia foi péssimo: de 92.000 a 95.000 de seus soldados foram aprisionados; entre 300 e 500 peças de artilharia foram capturadas, de um total de 600 canhões que pertenciam ao 2º Exército; e milhares de cavalos foram capturados. Para transportar todos os prisioneiros, animais e materiais capturados, os alemães utilizaram mais de 60 trens. De resto, estima-se que mais de 30.000 soldados russos estavam entre os mortos e desaparecidos. Por outro lado, os alemães sofreram entre 12 e 20 mil baixas, de um total de 135 mil que foram empregados na ação (GILBERT, 2017; HASTINGS, 2014; MASSIE, 2014; SONDDHAUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Após esta vitória estrondosa sobre o 2º Exército, os alemães se voltaram para o norte com o objetivo de derrotar o exército do General Rennenkampf, e expulsá-los definitivamente da Prússia Oriental. O 8º Exército alemão, agora reforçado por tropas vindas da frente ocidental, atacou e derrotou os russos em uma ofensiva, que durou entre 4 e 14 de setembro, ficando conhecida como a Primeira Batalha dos Lagos Masurianos (HEBERLEIN, 2021; MASSIE, 2014; SONDDHAUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Em suma, as consequências da derrota em Tannenberg foram: “o Segundo Exército russo deixara de existir, o General Samsonov estava morto e, de seus cinco comandantes de Corpos, dois foram capturados e três afastados por incompetência” (TUCHMAN, 1998, p. 356). Além de tudo, a culpa da derrota “recaiu sobre o General Jilinsky, que foi substituído, e sobre Rennenkampf, que foi desligado do exército” (MASSIE, 2014, p. 309).

3 A DOCTRINA LOGÍSTICA COMUM AOS PRINCIPAIS EXÉRCITOS EUROPEUS NA 1ª GUERRA MUNDIAL

Desde meados do século XIX até o início do século XX, os países europeus tiveram um enorme desenvolvimento tecnológico e uma gigantesca produção de material fazendo com que estes recursos fossem canalizados para os exércitos nas zonas de combate. Para tal propósito, a logística militar foi dividida em três níveis distintos: o estratégico, o operacional e o tático. De forma incipiente, os exércitos estabeleceram uma *Supply Chain* (cadeia de suprimentos) que interligava estes níveis, mantendo um fluxo contínuo das provisões (BALLOU, 2006; BOWERSOX; CLOSS, 2011; DEL RE, 1955; GOLDONI, 2012; SILVA; MUSETTI, 2003).

O nível estratégico estava focado no esforço nacional na guerra, onde os países mobilizavam os seus recursos pessoais e materiais, desenvolviam suas infraestruturas e obtinham os suprimentos necessários para seus exércitos, com: a aquisição de equipamentos de defesa produzidos pela indústria nacional, o estabelecimento dos acordos comerciais entre os países aliados com a importação de artigos que não eram produzidos e/ou viviam à custa dos territórios dominados com confisco de matérias-primas e dos produtos industrializados (DEL RE, 1955; SILVA; MUSETTI, 2003).

No nível operacional, encontrava-se o sustentáculo logístico às campanhas militares. Aqui, os exércitos estabeleciam suas bases, que eram localizadas distantes da zona de combate, nelas estavam concentrados os principais estoques de suprimento, os hospitais de campanha, as oficinas e o pessoal mobilizado. Nestes locais, eram organizados e planejados a distribuição dos suprimentos e o apoio adequado aos corpos de exércitos (DEL RE, 1955; KING; BIGGS; CRINER, 2001).

No nível tático, era prestado o apoio logístico diretamente às unidades dos exércitos que estavam em combate, com a distribuição dos diversos materiais, com chegada do pessoal para recompletar as unidades e com as evacuações dos feridos (DEL RE, 1955; KRESS, 2002).

Esta divisão por níveis, na logística militar, afirmou o princípio do reabastecimento contínuo dos suprimentos que era adotado pelos exércitos europeus, de forma incipiente, desde as guerras napoleônicas e foi aperfeiçoado na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), sendo objeto de estudo no *Fort Leavenworth* pelo exército dos Estados Unidos da América (FERREIRA; BARROS, 2020; JOMINI; MENDELL; CRAIGHILL, 2007; KING; BIGGS, 2001).

Neste princípio, os exércitos recebiam nas suas bases os suprimentos, oriundos do nível estratégico. Posteriormente, os provimentos eram deslocados a uma Estação-Armazém localizada numa zona intermediária. Finalmente, as provisões eram transportadas até a Estação de Reaprovisionamento, alcançando a linha de frente. Entretanto, para que o reabastecimento contínuo dos suprimentos funcionasse corretamente era necessário deslocar as instalações logísticas para áreas mais próximas das zonas de combate, sempre que os exércitos avançavam suas posições (DEL RE, 1955; JOMINI; MENDELL; CRAIGHILL, 2007; KING; BIGGS, 2001).

Era muito complexo manter o fluxo de suprimento entre a retaguarda e o *front*, para isso, era necessário possuir um sistema de transporte eficiente. Para tanto, os exércitos estudavam as condições do terreno na área das operações, as distâncias que seriam percorridas, as quantidades de pessoal e material que seriam transportados, os meios de transporte disponíveis e, por último, preparavam os comboios que iriam distribuir os alimentos, as munições, os armamentos, as ambulâncias, os animais, as bagagens, os equipamentos, os fardamentos, o gado para corte, os medicamentos e as munições necessárias para as tropas em combate (CREVELD, 2000; DEL RE, 1955; JOMINI; MENDELL; CRAIGHILL 2007; KING; BIGGS; CRINER, 2001).

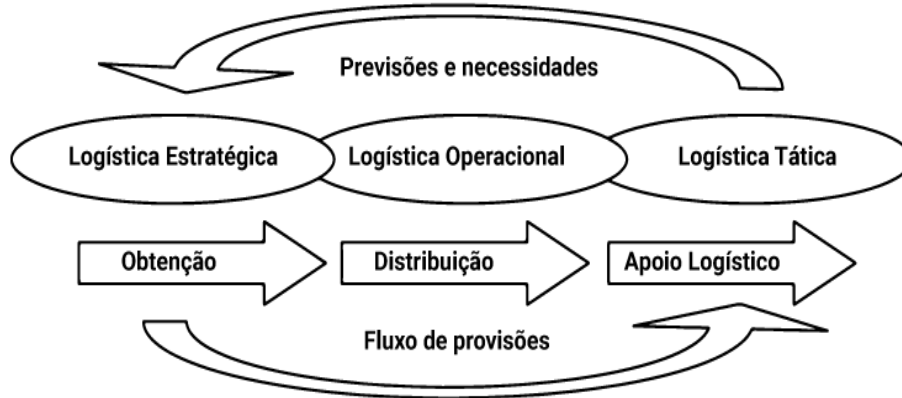
Sobre os modais de transporte, desde a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a ferrovia tornara-se o mais importante meio de transporte para os exércitos, devido a sua rapidez, por possuir uma grande capacidade de carga e por percorrer grandes distâncias na Europa, que possuía uma malha ferroviária de, aproximadamente, 322.000 quilômetros. Apesar destas vantagens apresentadas, o trem tinha itinerários rígidos e limite operativo, não garantindo que o pessoal e o suprimento necessários chegassem a todos os locais. Assim sendo, para concluir o transporte até a linha de frente, era imprescindível o embarque dos suprimentos e do pessoal em carroças. Dessa maneira, a carroça – com sua baixa velocidade, limitada capacidade de carga e dependente de cavalos e mulas para o seu deslocamento – tornou-se o meio de transporte mais utilizado para o apoio logístico. Posteriormente, os caminhões e os automóveis foram incorporados aos comboios dos exércitos, o que fez aumentar as demandas por gasolina, óleos e lubrificantes (CREVELD, 2000; DEL RE, 1955; KEEGAN, 2003; KING; BIGGS; CRINER, 2001; MACMILLIAN, 2013).

Os comboios eram montados sobre um sistema intermodal, isto é, justapondo mais de um modal de transporte, utilizando as ferrovias, as carroças e os veículos motorizados para levar todo o pessoal e os suprimentos necessários à linha de frente (DEL RE, 1955; KING; BIGGS; CRINER, 2001).

Na I GM, os efetivos dos exércitos eram enormes e, para manter o seu poder de combate, a doutrina logística vigente previa que os suprimentos mais importantes eram a comida, para homens e animais, e a munição, principalmente a munição da artilharia. Com isso, os exércitos possuíam uma reserva mínima destes suprimentos, mas as suas provisões emergenciais não eram calculadas cientificamente. Por consequência, numa eventual interrupção no fluxo de suprimento, as unidades deveriam suportar até serem novamente abastecidas, o que poderia levar muitos dias. Prevendo este problema, os comandantes, quando possível, sobrecarregavam seus meios de transporte com víveres, em prejuízo das dotações das munições da sua unidade (CREVELD, 2000; DEL RE, 1955; MURRAY, 1997).

A Figura 3 demonstra a doutrina logística vigente nos exércitos da Europa, durante a I GM:

Figura 3 – A doutrina logística dos exércitos europeus na I GM



Fonte: Elaborado com base em Del Re (1955); Jomini, Mendell, Craighill (2007); Silva e Musetti (2003); United States, (2000).

Para o perfeito funcionamento da logística militar, conectando os seus três níveis apresentados na Figura 3, o seu planejamento e preparação deveriam obedecer às condicionantes citadas a seguir:

Quadro 1 – Condicionantes da logística

Condicionantes	Observações
Determinação de necessidades	Previsão mínima de materiais, serviços e recursos humanos
Disponibilidade de recursos	Aproveitar os recursos locais para o emprego do exército
Determinação de fatores restritivos	Levantar e estudar se a rede viária é compatível com meios de transporte
Disponibilidade de itens críticos	Previsão de uma reserva emergencial de itens críticos
Ligação com os elementos apoiados	Assegurar o apoio logístico com suprimentos oriundos do escalão superior para os elementos apoiados
Continuidade de apoio	Assegurar o apoio à linha de frente até o fim da operação
Aspecto apoio cerrado	Menor distância, medida pelos sistemas de transporte, para a linha de frente

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2019); Del Re (1955); Jomini, Mendell e Craighill (2007); King, Biggs e Criner (2001).

4 AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA PRÚSSIA ORIENTAL E A SUA INFLUÊNCIA NO APOIO LOGÍSTICO DOS EXÉRCITOS ALEMÃO E RUSSO

Os aspectos físicos de uma região com as suas principais cidades, seu relevo, seu solo, sua vegetação, sua hidrografia e a sua infraestrutura, causam reflexos na movimentação das tropas, na comunicação entre os exércitos e na organização do apoio logístico (BRASIL, 2017, 2019). Por isso, torna-se relevante conhecer as características físicas da Prússia Oriental.

A Prússia Oriental era um território localizado no extremo-leste do Império Alemão na fronteira com a Rússia, com cerca de 300 km de extensão, 150 km de profundidade e banhado ao norte pelo Mar Báltico. Atualmente, esta região encontra-se dividida entre a Lituânia, a Polônia e a Rússia (BERGALLI, 1940; KIFFER, 2011).

As principais cidades alemãs da região estavam localizadas ao Norte, como Königsberg, que possuía fortificações do exército germânico, Gumbinnen, Marienburg e Insterburg, esta era distante 60 km da fronteira russa. Nesta região, existiam fazendas que produziam cereais e laticínios. Em contrapartida, o Sul era deserto e abandonado, habitado por alguns camponeses miseráveis (KIFFER, 2011; TUCHMAN, 1998).

O relevo predominante na região era composto por grandes espaços planos com o solo arenoso e argiloso. O Sul era poeirento e infestado de mosquitos, tornando-o hostil e com poucos recursos para alimentar os homens e os animais. No Norte, existiam pântanos e florestas densas, como a Floresta Tomingen. Outrossim, nesta região, existe um desfiladeiro, com cerca de 48 quilômetros de largura, próximo à cidade de Insterburg. O relevo era um fator restritivo para o movimento das tropas (DURSCHMIED, 2003; KIFFER, 2011; TUCHMAN, 1998).

A hidrografia local possui inúmeros cursos d'água, os mais relevantes são os rios Vístula e o Angerapp, e inúmeros lagos, com destaque para os lagos Masurianos, próximo à fronteira com a Rússia, que formavam uma barreira de 75 km de largura entre o norte e o sul da Prússia (BERGALLI, 1940; DURSCHMIED, 2003; KIFFER, 2011; KEEGAN, 2003).

Os sistemas de ramais ferroviários no interior alemão eram excelentes, “riscavam” toda a área e ligavam as principais cidades. Assim, os alemães podiam movimentar suas tropas rapidamente por todo território, o que lhes dava uma grande mobilidade para enfrentar o avanço do inimigo em qualquer área (DURSCHMIED, 2003; KIFFER, 2011; KEEGAN, 2003; TUCHMAN, 1998).

Na Rússia, não havia linhas férreas suficientes que ligavam as suas principais regiões à Prússia, e as bitolas das suas ferrovias “tinham sido deliberadamente construídas com uma bitola maior do que as alemãs” (TUCHMAN, 1998, p. 68), como uma proteção preventiva contra uma pretensa ofensiva alemã ao território russo. Além disto, o seu gigantesco território dificultava o estabelecimento das linhas de comunicações, e conseqüentemente, a coordenação dos movimentos de qualquer tropa (DURSCHMIED, 2003; MASSIE, 2014; KEEGAN, 2003; KIFFER, 2011; TUCHMAN, 1998).

As estradas, ao norte da Prússia, eram longas e retilíneas, mas à medida que se aproximavam da fronteira russa se estreitavam, permitindo apenas o tráfego de carroças. No Sul, as estradas eram arenosas, insuficientes e não suportavam tráfego pesado, tornando-se um óbice para o trânsito de homens e animais (DURSCHMIED, 2003; KIFFER, 2011; TUCHMAN, 1998).

Conclui-se, parcialmente, que as características físicas da Prússia Oriental facilitavam as operações defensivas, influenciando no apoio logístico às unidades de combate, conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Características físicas e a sua influência no apoio logístico

Características físicas	Influência no apoio logístico	
	Exército alemão	Exército russo
Cidades	Königsberg e Insterburg tinham a possibilidade para o apoio logístico dispor itens críticos para o exército.	Não havia cidades russas importantes próximas. Não havia facilidade para o apoio logístico dispor itens críticos para o exército.
Relevo	Fator restritivo ao movimento das unidades logísticas.	Fator restritivo ao movimento das unidades logísticas.
Hidrografia	Fator restritivo ao movimento das unidades logísticas.	Fator restritivo ao movimento das unidades logísticas.
Ferrovias	Rede ferroviária compatível – facilidade de ligação das unidades logísticas com as unidades combatentes.	Rede ferroviária incompatível – fator restritivo ao movimento das unidades logísticas. A bitola russa era mais larga.
Rodovias	Rede rodoviária compatível - facilidade de ligação das unidades logísticas com as unidades combatentes.	Rede rodoviária incompatível - fator restritivo ao movimento das unidades logísticas.

Fonte: Elaborado com base em Brasil, (2019); Durschmied (2003); Kiffer, (2011); Keegan (2003);e Tuchman (1998).

5 O APOIO LOGÍSTICO DO 8º EXÉRCITO ALEMÃO

O apoio logístico do 8º Ex Ale foi montado sobre um sistema de transporte que tinha a sua disposição os ramais ferroviários existentes na Prússia Oriental, que junto com as carroças, estabeleceram o fluxo de suprimentos regular saindo de Königsberg, sua principal guarnição, para as tropas em Gumbinnen, Marienburg e Tannenberg, obedecendo ao princípio doutrinário do reabastecimento contínuo (DEL RE, 1955; DURSCHMIED, 2003 KING; BIGGS; CRINER, 2001; SONDHHAUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Por conseguinte, os soldados do 8º Ex Ale se deslocavam por trens com todos seus equipamentos, armamentos, munições e cavalos, como também as tropas de reforço oriundas da frente ocidental, constituindo-se um fator decisivo para deter o avanço dos russos e para a sua derrota (DURSCHMIED, 2003; SONDHHAUS, 2013; TUCHMAN, 1998).

Para a alimentação das suas tropas, cada regimento alemão possuía sua cozinha de campanha, constituída com carroções de cozinha puxadas por quatro cavalos. Este dispositivo permitia a preparação da comida, mesmo com o exército em movimento (TUCHMAN, 1998). Além do mais, cada soldado possuía uma ração de reserva, contendo café moído, um frasco com uísque, duas latas de carne, duas latas de legumes e dois pacotes de pão duro, “um tipo de pão não fermentado” (TUCHMAN, 1998, p. 199).

Em 1914, a Alemanha já se destacava mundialmente como uma grande produtora de armamentos, munições e produtos químicos, graças a empresas como Krupp, Skoda, Bayer e BASF. Neste ano, o exército alemão possuía em seu estoque mais de 8.000 peças de artilharia pesada, em 1870, seu estoque era de 1.585 peças. Além disso, cada soldado da infantaria alemã tinha a dotação de 2.000 a 3.000 munições por fuzil (BLAINEY, 2010; CREVELD, 2000; GOLDONI, 2012; KEEGAN, 2003; LE COUTEUR; BURRESON, 2006; TUCHMAN, 1998).

Em resumo, pode-se verificar que o 8º Ex Ale tinham um eficiente sistema de transporte que ligava de forma eficaz sua base a várias regiões da Prússia, permitindo o rápido movimento das tropas e provisões, e seus soldados tinham disponibilidade de itens críticos, como alimentos, armamentos e munições.

6 O APOIO LOGÍSTICO NO GRUPO NOROESTE DO EXÉRCITO RUSSO

A base principal russa estava localizada na cidade de Baranovichi distante em torno de 420 quilômetros de Insterburg, e a cerca de 510 quilômetros de Königsberg, ou seja, os 1º e 2º exércitos russos tinham uma linha de suprimentos muito extensa e, com as suas linhas de comunicações não estabelecidas, dificultava a coordenação do seu apoio logístico (DURSCHMIED, 2003; MASSIE, 2014; MACMILLIAN, 2013; KIFFER, 2011; KEEGAN, 2003; TUCHMAN, 1998).

Os exércitos tinham um sistema de transporte muito limitado, principalmente, devido à diferença do tamanho da bitola das ferrovias russas e alemãs. Dessa maneira, os russos não conseguiam utilizar os seus vagões, o que restringiu a distribuição de suprimentos e o movimento das tropas. Para usar as ferrovias alemãs, os russos precisavam alterar o tamanho da bitola ou capturar

os trens alemães. Assim sendo, os dois corpos de cavalaria do General Rennenkampf que, além de sua missão de reconhecimento, tinham ordens para impedir a retirada dos vagões ferroviários alemães (DURSCHMIED, 2003; KEEGAN, 2003; MACMILLIAN, 2013; TUCHMAN, 1998).

Com a falta dos trens, o transporte de suprimentos do exército russo passou a depender muito das suas carroças, o que era um entrave, por sua baixa velocidade e pequena capacidade de carga. Outro problema para este tipo de transporte eram as estradas arenosas totalmente inadequadas para o tráfego pesado de mais de 400.000 mil homens, com os seus equipamentos, somados à população alemã em fuga. Logo, as estradas transformaram-se em atoleiros (KIFFER, 2011; KEEGAN, 2003; MASSIE, 2014; TUCHMAN, 1998). Conforme relatou um comandante de uma unidade de artilharia do exército de Samsonov:

Esta areia desgraçada, ela é um inferno para os homens e para os canhões. Os cavalos já estão sem forças e meus homens têm de empurrar no braço as peças de artilharia. A cada cem metros alguma coisa quebra. Devemos ficar felizes se conseguirmos fazer vinte quilômetros por dia (DURSCHMIED, 2003, p. 220).

Por consequência, quando os exércitos receberam as ordens para avançar no território hostil e afastaram-se de suas bases, as suas colunas de distribuição de provisões colapsaram, transgredindo ao princípio do reabastecimento contínuo dos suprimentos. Desse modo, a falta das provisões começou a ser sentida pelo exército a apenas 25 quilômetros da fronteira russa. De 17 a 19 de agosto, os níveis de suprimento baixaram de forma desesperadora, tudo era insuficiente, o alimento para homens e cavalos, a munição, os fuzis, as botas e os remédios (DURSCHMIED, 2003; MACMILLIAN, 2013; TUCHMAN, 1998).

Os soldados consumiam uma enorme quantidade de alimentos, principalmente pão e chá. Como as rações não chegavam, a alimentação dos russos tornou-se miserável. Em algumas unidades, os soldados chegaram a ficar 72 horas sem qualquer tipo de alimento. Os homens famintos e exaustos não avançavam na direção do inimigo, passavam boa parte do seu tempo buscando alimento, matando os bois e galinhas que encontravam (DURSCHMIED, 2003; TUCHMAN, 1998). Em pouco tempo, “a cavalaria de elite dos cossacos não passava de um bando de saqueadores e incendiários” (DURSCHMIED, 2003, p. 219).

As reservas de rifles, metralhadoras, armamento pesado e munições do exército eram insuficientes, devido a uma indústria bélica incipiente. Deste modo, a infantaria russa começou a campanha com 850 cartuchos por arma, menos da metade que os alemães dispunham, com os seus 2.000 a 3.000 cartuchos. Com alguns dias de luta, os projéteis começaram a faltar e a solução encontrada pelo Alto Comando Russo foi repartir a sua pouca munição de um corpo de exército com outro (BLAINEY, 2010; GOLDONI, 2012; MASSIE, 2014; TUCHMAN, 1998).

As tropas russas não tinham botas suficientes, fazendo com que os soldados caminhassem lentamente e com seus pés envolvidos por trapos e, para agravar o problema, não havia ataduras para os feridos (DURSCHMIED, 2003; TUCHMAN, 1998).

A deficiência da logística no exército russo pode ser retratada nas palavras do coronel Sergei Michailovich Glagolev:

Olhem para estes camponeses famintos, a maioria deles jamais manuseou um fuzil. É impossível chamar isto de exército. Os alemães deslocam suas unidades por trem, suas tropas, descansadas, podem ser mobilizadas rapidamente, não importa onde. Nós nos arrastamos sem botas e nossos soldados estão cansados antes de a batalha começar (DURSCHMIED, 2003, p. 217).

De maneira sucinta, pode-se aferir que o Grupo Noroeste do Exército Russo não possuía uma ligação operativa entre a sua base e as suas tropas, os seus meios de transporte eram limitados e os seus soldados não tinham acesso a suprimentos críticos, como a comida, os armamentos, as munições e o fardamento.

7 CONCLUSÃO

Na I GM, a logística militar preocupava-se em suprir os homens, com o alimento, os animais, os equipamentos e a munição, e transportar tudo o que fosse necessário para o cumprimento da missão do exército.

Em síntese, na Batalha de Tannenberg, verificou-se que fatores como o comando das tropas, a comunicação, o efetivo mobilizado, as características físicas da Prússia Oriental e a disponibilidade de itens críticos interferiram no apoio logístico e, por consequência, no desfecho das operações conduzidas por ambos os exércitos, conforme a Quadro 3:

Quadro 3 – Fatores que afetaram as manobras dos exércitos e o apoio logístico

Fatores	Implicações para o apoio logístico	
	A regularidade da máquina de guerra germânica	Os desajustes no exército russo
Comando	Unido em prol da defesa da Prússia.	Desunido por questões pessoais.
Comunicação	Estabelecida, inclusive com a utilização de um avião de reconhecimento.	Não havia linha de comunicação estabelecida. O Alto Comando Russo não tinha informações precisas sobre o inimigo e não conseguia coordenar ações dos dois exércitos.
Efetivo mobilizado	Pequeno efetivo. Tropas treinadas, disciplinadas e com conhecimento do terreno.	Superioridade numérica da força russa. Tropas mal treinadas, mal preparadas e sem conhecimento do terreno.
Características físicas da Prússia Oriental	Facilidade para as operações defensivas.	Linha de frente muito extensa. Dificuldade para operação ofensiva.
Disponibilidade de meios e itens críticos	Rede ferroviária e rodoviária compatíveis – possibilidade de se movimentar rapidamente pelo território.	Rede ferroviária e rodoviária incompatíveis – fator restritivo ao movimento das unidades logísticas.

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2019); Durschmied (2002); Keegan (2003); Kiffer (2011) e Tuchman (1998).

De acordo com os argumentos apresentados, pode-se concluir que o Plano de Hoffmann, que culminou com a contraofensiva do 8º Ex Ale, só foi possível graças ao apoio logístico eficaz, porque: o exército alemão conseguiu conectar perfeitamente o nível estratégico da logística com o operacional e tático, criando um fluxo contínuo de suprimentos, onde a indústria bélica alemã produzia armamentos e munições suficientes aos soldados; a doutrina do reabastecimento contínuo foi obedecida, devido ao funcionamento assertivo do sistema de transporte intermodal, que levou as tropas e as provisões necessárias para a linha de frente; e os soldados tinham munições e alimentos suficientes, preservando o poder de combate do exército.

Por outro lado, a ofensiva dos exércitos de Rennenkampf e Samsonov não teve êxito devido ao apoio logístico ineficiente, porque: a base principal do Grupo Noroeste do Exército Russo estava muito distante da linha de frente, entre 400 a 500 quilômetros; o sistema de transporte era muito limitado, os russos não conseguiam utilizar os seus trens e dependiam de carroças, o que restringiu a distribuição de provimentos e a movimentação das tropas, com isso, as colunas de distribuição de provisões colapsaram; não foi estabelecido um fluxo contínuo de suprimentos, transgredindo o princípio do reabastecimento contínuo; a indústria bélica russa não produzia os rifles, as metralhadoras, o armamento pesado e as munições em quantidades suficientes; os soldados, que estavam famintos e exaustos, não tinham vontade de lutar contra o inimigo, passando boa parte do seu tempo em busca de alimento.

Além disso, a incompetência do Grupo Noroeste do Exército Russo em organizar a sua logística custou um preço muito alto ao Exército do Império com: 92.000 a 95.000 de soldados aprisionados, de 300 a 500 peças de artilharia capturadas, incalculáveis feridos e mortos, o General Samsonov estava morto, o General Rennenkampf foi demitido e o General Jilinsky foi substituído do comando do Grupo Noroeste. O mais grave de tudo isso foi que o Segundo Exército russo deixou de existir, terminando com a reputação da Rússia Czarista como uma potência bélica.

Por meio da revisão bibliográfica realizada, foi possível comprovar a divisão da logística em três níveis distintos, o estratégico, o operacional e o tático. Além disso, foi identificada a importância do estabelecimento da *Supply Chain* (cadeia de suprimentos) interligando esses três níveis, para a manutenção do fluxo contínuo das provisões aos exércitos. Estas lições aprendidas na Primeira Guerra Mundial tiveram reflexos profundos no campo da logística militar, perdurando até os dias atuais, *a posteriori*, seus conceitos foram absorvidos aos poucos pela logística empresarial.

Por fim, pode-se afirmar que o apoio logístico adequado, às tropas de combate do exército alemão, e o apoio logístico sofrível, à linha de frente russa, contribuíram de forma decisiva para a grande vitória alemã na Batalha de Tannenberg.

REFERÊNCIAS

- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. Porto Alegre: Bookman. 2006.
- BERGALLI, A. Apontamentos de geografia militar. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 315, 1940. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6494>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BLAINEY, G. **Uma breve história do século XX**. 2. ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2010.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2011.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Catálogo de Capacidades do Exército 2015-2035**. Brasília, DF: Exército, 2015a. (EB20-C-07.001). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/433>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Manual de campanha: a logística nas operações**. Brasília, DF: Exército, 2019. (EB70-MC-10.216). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3875/3/EB70MC10216.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Manual de campanha: operações**. 5. ed. Brasília, DF: Exército, 2017. (EB70-MC-10.223). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/848/3/EB70-MC-10.223-%20Opera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de mobilização militar**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015b. (MD41-M-02). Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/logistica_mobilizacao/md41a_ma_02a_manuala_mobilizacao_militara_2a_ed_2015.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022.
- CREVELD, M. World War I and the revolution in logistics. *In*: CHICKERING, R.; FOSTER, S. (ed.). **Great war, total war: combat and mobilization on the Western Front, 1914-1918**. Washington, DC: German Historical Institute; Cambridge University Press, 2000. p. 57-72.
- DEL RE, J. J. **A intendência militar através dos tempos**. Rio de Janeiro: Companhia Editôra Americana, 1955.

DURSCHMIED, E. **Fora de controle**: como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FERREIRA, R. T.; BARROS, F. A. O apoio logístico na Primeira Guerra Mundial e as funções suprimento e transporte. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 156, n. 3, 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/REB/article/view/6902>. Acesso em: 13 dez. 2022.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: SILVA, A. B. da; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

GOLDONI, L. R. F. Guerra, revolução industrial e desenvolvimento tecnocientífico. **Coleção Meira Mattos**: revista das ciências militares, Rio de Janeiro, n. 26, 2012. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/167>. Acesso em: 13 dez. 2022.

GILBERT, M. **A Primeira Guerra Mundial**: os 1.590 dias que transformaram o mundo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

HASTINGS, M. **Catástrofe 1914**: a Europa vai à guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HEBERLEIN, A. **Arendt**: entre o amor e o mal: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JOMINI, A-H.; MENDELL, G. H.; CRAIGHILL, W. P. **The art of war**. [Massachusetts]: Courier Corporation, 2007.

KEEGAN, J. **História ilustrada da Primeira Guerra Mundial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003

KIFFER, A. G. **Campanha da Prússia Oriental, 1914**. Joinville: Clube de Autores, 2011.

KING, B.; BIGGS, R. C.; CRINER, E. R. **Spearhead of logistics**: a history of the United States Army Transportation Corps. Washington, DC: Government Printing Office, 2001.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KRESS, M. **Operational logistics: the art and science of sustaining military operations**. 2nd ed. New York: Springer Science; Business Media New York, 2002.

LE COUTER, P.; BURRESON, J. **Os botões de Napoleão**: as 17 moléculas que mudaram a história. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MACMILLAN, M. **The war that ended peace**. London: Profile Books, 2013.

MAHONEY, J. Process tracing and historical explanation. **Security Studies**, [London], v. 24, n. 2, p. 200-218, 2015.

MASSIE, R. K. **Nicolau & Alexandra**: o relato clássico da queda da Dinastia Romanov. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MURRAY, W. Thinking about revolutions in military affairs. **The Joint Force Quarterly**, Washington, DC, v. 16, p. 69-76, 1997. Disponível em: <https://ndupress.ndu.edu/portals/68/Documents/jfq/jfq-16.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SANTOS, D. M. A.; OLIVEIRA, F. A. D. de Clausewitz e a complexidade no Século XXI: visitando opções para a Logística de Defesa no Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 64, p. 176-200, 2017. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/947>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial história completa**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, C. A. V. da; MUSETTI, M. A. Logísticas militar e empresarial: uma abordagem reflexiva. **Revista de Administração - RAUSP**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 343-354, out./dez. 2003. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/V3804343.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

TUCHMAN, B. **Canhões de Agosto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

UNITED STATES. Marine Corps. **Tactical-level logistics**. Department of the Navy. Quantico, VA: U.S. Marine Corps, 2000. (MCWP 4-11).

VON CLAUSEWITZ, C. **Vom kriege**: Hinterlassenes werk des generals Carl von Clausewitz. [S. l.]: R. Wilhelmi, 1883.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Exército Imperial Japonês no período entreguerras: conceito operacional, planos de guerra e os objetivos estratégicos do estado japonês


Imperial Japanese Army in the interwars period: operational concept, war plans and the japanese state strategic goals

Resumo: Este artigo consiste em uma pesquisa inicial e exploratória sobre a formulação doutrinária do Exército Imperial do Japão e seu consequente conceito e planejamento operacional no entreguerras. O conceito desenvolvido neste período e, eventualmente, aplicada na 2ª Guerra Mundial na Ásia, era denominado *Sokkusen Sökketsu* (“Combate Rápido, Decisão Rápida”). Por intermédio de uma metodologia histórico-explanatória, objetiva-se demonstrar que o desenvolvimento desta formulação de forma independente, no período em tela, resultou em um descolamento entre os objetivos do Estado japonês e os objetivos elencados na guerra. Para isto, o artigo inicialmente realiza um breve debate acerca da relação entre doutrina e Grande Estratégia e, posteriormente, busca relacionar a formulação doutrinária japonesa ao seu contexto internacional, securitário e histórico. Deste modo, argumenta-se que a avaliação doutrinária e operacional não pode existir descolada do contexto histórico, econômico e social em que o país se encontra. Ou seja, a efetividade doutrinária deve ser considerada a partir dos objetivos estratégicos de um Estado.

Palavras-chave: Japão; conceito operacional; China; 2ª Guerra Mundial; 2ª Guerra Sino-japonesa.

Abstract: This article consists of an initial and exploratory research on the doctrinal formulation of the Imperial Army of Japan and its consequent concept and operational planning in the interwar period. The concept developed in this period, and eventually applied in World War II in Asia, was called *Sokkusen Sökketsu* (“Fast Combat, Fast Decision”). The article uses a historical-explanatory methodology. Its objective is to demonstrate that the doctrine’s independent formulation resulted in a detachment between the objectives of the Japanese State and the objectives listed in the war. For this, the article initially discusses the relationship between doctrine and Grand Strategy and, later, seeks to relate the Japanese doctrinal formulation to its international, security, and historical context. Thus, it is argued that the doctrinal and operational assessment cannot exist detached from the historical, economic, and social context in which the country finds itself. That is, the doctrinal effectiveness must be considered from the strategic objectives of a State.

Keywords: Japan; operational concept; China; Second World War; Second Sino-Japanese War.

Paulo Gilberto Fagundes Visentini 

Paulo Gilberto Fagundes Visentini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações
Internacionais (NERINT-UFRGS).
Porto Alegre, RS, Brasil.
paulovi@ufrgs.br

Bruno Magno 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações
Internacionais (NERINT-UFRGS).
Porto Alegre, RS, Brasil.

National Chengchi University. Taiwan
Center for Security Studies (TCSS-NCCU)
Taipei. Taiwan.
brunomgn@gmail.com

Recebido: 16 set. 2022

Aprovado: 13 jan. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em uma pesquisa inicial e exploratória sobre a formulação de conceitos operacionais do Exército Imperial do Japão. Mais especificamente, uma análise sobre sua formulação nas décadas de 1920 e 1930 e a sua relação com os objetivos estratégicos japoneses do período. Conclui-se que a doutrina e conceitos formulados estavam descolados dos objetivos estratégicos do Estado japonês e, em última consequência, provocaram uma guerra prolongada contra a China e sua subsequente derrota para este país e os demais aliados na Segunda Guerra Mundial.

Para atingir este objetivo, inicialmente, são feitas algumas considerações teóricas sobre as perspectivas e abordagens utilizadas na análise. A seguir, é brevemente analisado o contexto econômico, político e internacional do Japão neste período. Em terceiro lugar, se analisa como o Exército respondeu a este contexto. E, por fim, se realiza uma análise do conceito operacional adotado pelo Exército Imperial Japonês no período em tela. À guisa de conclusão é feita uma reflexão do impacto desta doutrina e conceitos operacionais na Segunda Guerra Sino-japonesa e consequentemente na derrota japonesa.

No início do século XX, o Japão garantiu o seu ingresso no rol das grandes potências ao se desfazer do sistema de tratados desiguais, impostos por meio de uma diplomacia de canhoneiras no século anterior, derrotar a Rússia, sendo a primeira derrota militar de uma potência europeia por uma não-europeia, e fazer parte da coalizão vitoriosa na I Guerra Mundial. Dessa forma, integrou e participou da construção da arquitetura do Sistema Internacional do imediato pós-Grande Guerra erigida pela Liga das Nações. Entretanto, apesar desse novo sistema ser marcado pela tentativa de comprometer as potências em regimes de governança que procuravam evitar novas conflagrações, ele falhou em atacar as suas causas. Ou seja, não foram instaurados mecanismos de regulamentação financeira, econômica e comercial, mantendo profundas desigualdades entre as potências estabelecidas e as emergentes, tornando a manutenção de zonas exclusivas de influência o único meio de superar barreiras protecionistas em situações de crise do sistema.

O contexto internacional descrito, combinado à instabilidade política interna na China e a dependência japonesa de sua zona de influência neste país, posicionou ambos, progressivamente, em rota de colisão. Para o Japão, impôs-se a opção por dois caminhos, o primeiro seria de uma liderança primordialmente econômica na região para a manutenção de sua Revolução Nacional¹ e o segundo seria a manutenção de zonas de influência pela força e a preparação para uma guerra contra a URSS. A crise econômica, as deficiências institucionais e a colisão entre os interesses japoneses e ocidentais permitiram que ascendesse ao governo japonês, por meio da usurpação do poder civil, uma coalizão de forças do Exército e de segmentos do *zaibatsu* que optou pelo segundo caminho.

1 Revolução Nacional aqui é compreendida em uma perspectiva furtadiana (em referência à Celso Furtado e sua teoria do subdesenvolvimento), ou seja, a alteração das estruturas do Estado por meio da internalização do centro de decisão (antes transnacional) para a superação do subdesenvolvimento e inserção internacional autônoma. Esta internalização do centro de decisão se daria, de forma simplificada, por meio de três iniciativas: centralização política, industrialização econômica e modernização militar, o que no caso do Japão correspondeu à agenda da Restauração Meiji (1868) (MAGNO, 2018, p. 16-18, 35-40).

Enquanto a China, a partir do fim da década de 1920, retomou sua agenda de Revolução Nacional sob a liderança do *Guomindang* (GMD)², que enfrentou um cenário de disputa interna com o Partido Comunista Chinês (PCCh) e com os Senhores da Guerra pela supremacia. Essa instabilidade foi vista pelo Exército japonês como a oportunidade ideal para consolidar sua zona de influência exclusiva sobre a China e se preparar para uma confrontação com a URSS.

Contudo, a opção adotada pelo Exército Imperial Japonês e, posteriormente, pelo próprio Estado japonês, condiziam com seus objetivos estratégicos ou uma Grande Estratégia? Ainda, a formulação doutrinária deste período condizia com esta suposta Estratégia? Sustenta-se que, em realidade, o Japão passava por um período de impasse ou indecisão estratégica e que, por esse motivo, sua doutrina não condizia com os objetivos militares estabelecidos no período.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

De acordo com o Exército brasileiro, a doutrina militar consiste em: “[...] conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, disposto de forma integrada e harmônica, fundamentados principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamento e orientar ações” (BRASIL, 2019, p. 1-2).

Contudo, a compreensão do conceito de doutrina militar pode ser diferente de país para país. Esta divergência estaria relacionada a fatores tecnológicos, disputas facionais internas, percepção de segurança e ameaça, competição entre lideranças civis e militares sobre prioridades orçamentárias, de segurança e objetivos estratégicos em diferentes países (CHAPMAN, 2009, p. 1).

Apesar destas possíveis diferenças conceituais, é consenso que a doutrina militar abarca a totalidade de uma força militar, sendo o princípio orientador no âmbito de todos os níveis da guerra: Estratégico, Operacional e Tático; e o fator que define a conduta da guerra de um Estado. Contudo, os níveis da guerra possuem uma hierarquia, eles não são estanques. Eles se sobrepõem entre si e não possuem uma delimitação clara. Em uma avaliação acadêmica esta delimitação varia de acordo com a unidade de análise em tela (HARVEY, 2022, p. 83-84).

Dada a abrangência que a doutrina militar possui sobre todos os níveis da guerra e a interrelação presente entre estes diferentes níveis, é de comum acordo, na literatura de Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Pensamento Militar, que a formulação doutrinária de determinada força militar, não está relacionada apenas a uma correlação de forças interna. A formulação doutrinária também se relaciona aos objetivos estratégicos do Estado no ambiente internacional ou, ainda, a manutenção de sua segurança em um Sistema Internacional anárquico (AVANT, 1993, p. 410-411; CHAPMAN, 2009, p. 1). Em realidade, o foco do debate em torno da doutrina militar está em como este processo de formulação se dá: Qual é o peso relativo entre fatores domésticos e internacionais? Quem possui mais interferência em sua for-

2 *Guomindang* (GMD) ou *Kuomintang* (KMT) a depender da norma de transliteração adotada, é o Partido Nacionalista Chinês, responsável pela instauração da República em 1911, durante a Revolução Xinhai, sob a liderança de Sun Yat-sen, posteriormente responsáveis pela reunificação do Estado chinês em 1928, durante a Expedição ao Norte, já sob a liderança de Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek). Em 1949, seria derrotado na Guerra Civil pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), transferindo a sede de seu governo para Taiwan.

mulação, civis ou militares? Ou ainda, o que origina, ou quem está mais propenso a formular doutrinas ofensivas, defensivas, ou de dissuasão? (AVANT, 1993; KIER, 1995; POSEN, 1984).

Apesar deste artigo não pretender responder a estes questionamentos, eles são relevantes para o problema enunciado: é possível uma doutrina militar dar origem à conceitos operacionais que resultem em planos divergentes aos interesses e objetivos estratégicos do Estado. Pretende-se responder a este questionamento com este breve estudo de caso e avaliar por qual percurso este fenômeno pode se dar.

Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, exploratória e especulativa, não se pretende construir uma teoria definitiva para explicar este fenômeno. Mas sim, alertar para a necessidade de se incluir nos modelos explicativos sobre formulação de doutrina e conceitos operacionais, avaliações mais abrangentes sobre o Sistema Internacional e o momento histórico no qual o Estado a ser analisado está inserido. Este alerta se faz ainda mais necessário, quando não está a se analisar os Estados da Europa Ocidental ou os EUA, visto que as formulações estratégicas e doutrinárias dos demais Estados são reativas à atuação destes atores no Sistema Internacional³.

Considera-se que a doutrina militar constitui parte integrante dos objetivos estratégicos de um Estado no Sistema Internacional e de sua política externa, seja por disciplinar o uso dos recursos existentes para a aplicação militar, seja por manifestar intenções aos demais Estados (POSEN, 2016, p. 160). Nesse sentido, para Posen (1984, p. 13), a doutrina militar consistiria em um subcomponente da Grande Estratégia⁴ de um Estado e, por conseguinte, componente da mais alta política estatal. A partir desta reflexão podemos utilizar o seguinte conceito para definir mais precisamente a doutrina: “Doutrina militar é um ‘conjunto de princípios do Exército utilizados para guiar suas ações em sustentação dos objetivos nacionais’. [...] Em termos clausewitzianos, doutrina reflete a operação da ‘gramática da guerra’ (JENSEN, 2006, p. 4, tradução nossa).

E a partir desta perspectiva clausewitziana retornamos à relação entre a doutrina e a política. Ainda segundo Posen, na perspectiva clausewitziana da guerra, a política está presente em todos os aspectos da conduta da guerra, apesar de não possuímos uma fórmula exata para a implementação destes princípios ou objetivos políticos na doutrina (POSEN, 2016, p. 167-168). Se a Grande Estratégia constitui a mais alta política de um Estado, é necessário compreendê-la para se analisar a formulação, sucesso ou fracasso de uma doutrina militar específica.

3 O estado-da-arte da literatura sobre doutrina militar moderna é, em larga medida, resultante de estudos de caso (em variados momentos históricos) de quatro países: EUA, Inglaterra, França e Alemanha. Nestes estudos originais, os modelos explicativos construídos tendem a minimizar os aspectos sistêmicos do ambiente internacional, tendo em vista que estes países atuam de forma autônoma no Sistema Internacional e, em grande parte, suas políticas e interesses internos possuem repercussões em todo o Sistema Internacional. Apesar destas teorias e modelos explicativos oriundos destes estudos de caso serem extremamente úteis para quaisquer pesquisas sobre doutrina militar, a aplicação deste instrumental de forma automática e acrítica em estudos de caso de outros países em variados momentos históricos pode se mostrar enviesada e anacrônica (BLACK, 2004, p. 66-68).

4 Para Posen (1984, p. 13), a Grande Estratégia consiste em uma cadeia de meios e finalidades político-militares, em suas palavras “uma teoria do Estado sobre como melhor ‘causar’ segurança para si mesmo”. A Grande Estratégia deve identificar ameaças para a segurança do Estado e formular respostas políticas econômicas e militares.

Contudo, não se sustenta que abordagens institucionalistas como a de Avant (1993) ou culturalistas como a de Kier (1995), que enfatizam variáveis internas para a formulação doutrinária, não possuem capacidade explicativa. Mas sim que, no estudo de caso em tela (e possivelmente em demais estudos que não envolvam grandes potências ocidentais) esta lógica está subordinada à dinâmica internacional e à formulação da Grande Estratégia.

Por exemplo, o modelo explicativo institucionalista das incubadoras de Jensen (2006), é utilizado para explicar novas formulações doutrinárias no Exército dos EUA. As incubadoras consistiriam em subunidades militares livres de hierarquias burocráticas civis ou militares, livres para a experimentação doutrinária (JENSEN, 2006, p. 17-18). Em seu estudo de caso, Jansen qualifica as incubadoras de forma positiva, visto que seriam responsáveis pela capacidade de inovação e adaptação doutrinária do Exército estadunidense.

Contudo, inovações doutrinárias não existem alheias aos processos históricos, ao Sistema Internacional e a Grande Estratégia de um Estado. O caso do Exército Kwantung, que será analisado ao longo do artigo, se assemelha ao de uma incubadora, no entanto, com efeitos extremamente deletérios para o Exército japonês e para o Estado como um todo.

Esta organização militar agiu, durante um largo período, praticamente à revelia do governo de Tóquio, formulou sua própria concepção de política externa, de doutrina e de operações, que, em algum momento, subordinou a política externa japonesa e se tornou a doutrina oficial do Exército japonês. No campo da Grande Estratégia e política externa, esta formulação resultou na guerra total contra a China e posteriormente contra os EUA. No campo da doutrina, resultou em uma formulação baseada e válida para a experiência na Manchúria, mas incapaz de fornecer respostas válidas para uma guerra prolongada contra a China e posteriormente com os EUA.

A doutrina japonesa deu origem ao conceito operacional a ser analisado do sokkusen soketsu, “combate rápido e decisão rápida”. Este conceito privilegiava a ofensiva acima de tudo, na busca de uma batalha rápida e decisiva. Era algo aplicável na Manchúria a partir da ampla infraestrutura férrea existente, mas impraticável na vastidão da China sem uma indústria de motores adequada. Em um momento histórico de instabilidade no Sistema Internacional e de transição tecnológica (do vapor para o motor à explosão), da guerra motorizada e da guerra a partir do ar, o Japão se inseriu sem uma doutrina e conceitos operacionais adequados aos seus objetivos estratégicos. Em parte, como se procurará demonstrar, isso se deveu a um vácuo na formulação da Grande Estratégia. Desse modo, não havia um consenso básico na alta política japonesa que orientasse suas instituições civis e militares e sua formulação doutrinária.

3 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO JAPÃO NA DÉCADA DE 1920: A DEMOCRACIA TAISHO

Durante a década de 1920, o Japão vivera um período de grande prosperidade econômica. Em grande parte, isso se deu no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial. Com as economias europeias devotadas ao esforço de guerra, a economia japonesa cresceu de forma acelerada, ocupando os mercados abandonados pelos europeus (MIYAZAKI, 2009, p. 29; SHIGEMITSU, 1958, p. 26). Essa prosperidade foi acompanhada por um momento de efervescência cultural, de maior participação política da população com movimentos sociais e ampliação de direitos (como a instituição do sufrágio universal masculino). Houve um esforço da política externa para a manutenção da arquitetura regional do Internacionalismo Conservador⁵ e a implementação de uma política de não intervenção para a China. Esse período ficou conhecido como Democracia Taisho e, *grosso modo*, estendeu-se de 1918 até 1927.

Entretanto, os impactos consecutivos do Grande Terremoto de Tóquio⁶ (1923), da Crise Financeira Showa (1927)⁷ e da Grande Depressão (1929) minaram os fundamentos políticos e econômicos da Democracia Taisho (SHIGEMITSU, 1958, p. 27). O Japão tornou-se cada vez mais dependente do comércio e dos investimentos em suas zonas de influência, especialmente da Manchúria, que já em 1910 respondia por 40% do comércio com a China (MIYAZAKI, 2009, p. 29-30). No período 1917-1929, 16,7% dos ativos externos japoneses encontravam-se no Leste asiático, e no período de 1930-1939 este valor saltou para 35,2%. A relação entre Investimento Externo japonês e o PNB subiu de 0,91% em 1922 para 3,61% em 1937 (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 44). A participação do comércio exterior no PNB japonês saiu de 27% no período 1917-1926 para 33,7% no período 1927-1936, sendo que a participação do Leste asiático nesse comércio girava em torno de 47,6% nas exportações e 37,4% das importações (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 43, 46, 50-51). Em 1945, ao fim da guerra, 37,5% dos ativos externos japoneses estavam concentrados na Manchúria e Norte da China (MIYAZAKI, 2009, p. 41).

Mesmo nesse cenário de dependência com relação à Manchúria, combinado com uma forte crise internacional, o Japão se voltou para uma política econômica contracíclica de expansão fiscal e congelamento dos gastos militares, especialmente em custeio. Esta política foi levada a cabo por Takahashi Korekiyo, um dos principais formuladores da política econômica japonesa do período Taisho, 11º Primeiro Ministro do Japão (1921-22) e Ministro das Finanças (1931-36)

5 A categoria Internacionalismo Conservador foi utilizada por Robert Schulzinger para analisar o conteúdo da diplomacia do entreguerras. Pode-se afirmar que as iniciativas diplomáticas deste período se caracterizaram pela predominância de acordos e tratados negociados caso a caso entre as grandes potências sobre as organizações internacionais. O anticomunismo se apresentava como o elemento de consenso do Internacionalismo Conservador. A entrada da URSS e a saída do Japão da Liga das Nações demonstraram o esgotamento desse modelo (SCHULZINGER, 2002 apud MARTINS, 2013, p. 185).

6 O Grande Terremoto de Tóquio foi responsável pela morte de mais de 100 mil pessoas e mais de 50 mil famílias perderam suas casas. A destruição provocada pelos terremotos foi potencializada por uma série de incêndios. As perdas giraram entre 5,5 e 10 bilhões de ienes, e houve queda nas exportações, que tornaram a balança de pagamentos negativa.

7 A Crise Financeira Showa foi uma corrida bancária resultante da bolha especulativa provocada pelos esforços de recuperação econômica após o Grande Terremoto de Tóquio. Como consequência, grandes bancos japoneses quebraram e os *zaibatsu* (conglomerados industriais familiares que serão abordados adiante) tomaram controle do sistema bancário japonês.

incumbido de tirar o Japão da Grande Depressão. Takahashi conseguiu reverter a recessão japonesa e devolver a economia urbana ao pleno emprego ainda em 1935, uma década antes dos EUA⁸ (PAINE, 2012, p. 41). Sua política era baseada na saída do padrão-ouro, desvalorização da moeda para o estímulo de exportações, incentivo do consumo, investimento em obras públicas, controle civil sobre os gastos militares, cooperação com o ocidente e apoio à unificação chinesa e seu desenvolvimento econômico (PAINE, 2012, p. 41-42). Takahashi representava uma política de liderança pelo poder econômico e era privilegiada pelas autoridades civis de Tóquio, mas provocava grande ressentimento nos militares por congelar o seu orçamento e por não apoiar intervenções diretas no território chinês.

Especificamente, a política econômica japonesa e sua política para a China estavam intrinsecamente ligadas, os gabinetes civis buscavam a cooperação com o Ocidente e uma política de progressiva estabilização da China. No campo econômico, recomendavam o gasto doméstico em detrimento do gasto em custeio militar, para consolidar indústria e infraestrutura e, assim, investir em um programa de modernização militar (PAINE, 2012, p. 15). O conceito era semelhante ao da Restauração Meiji: ter uma economia forte para possuir um exército forte.

Entretanto, a política de Takahashi aos poucos seria desconstruída, encerrando o período da Democracia Taisho. Entre os fatores críticos que provocaram o seu desmantelamento, destacaram-se o apoio de grande parcela dos conglomerados que compunham o sistema *zai-batsu*⁹ ao golpe de Estado, o vácuo institucional deixado após o fim do governo dos *genro*¹⁰ e a desobediência militar frente aos gabinetes civis, que visavam ao aumento de gastos militares e uma solução militar para a China, culminando em uma rebelião militar em fevereiro de 1936 (MAGNO, 2015, p. 42).

8 Este feito o levou, posteriormente, a ser reconhecido como o John Maynard Keynes do Japão (PAINE, 2012, p. 41).

9 Conglomerados industriais verticalizados, inicialmente formados pelas famílias dos senhores de terra (*daimiyo*). Com o advento da Restauração Meiji, estas antigas famílias de samurais latifundiários assumiram o seu papel como capitães da indústria, após renderem suas terras ao novo governo imperial centralizado.

10 “*Genro*” é designação usada no Japão para os samurais que promoveram a restauração Meiji. A literatura anglo-saxônica traduz a expressão como “oligarcas”. Contudo, entre nós, o termo “oligarca” é utilizado usualmente para designar a classe dos latifundiários, cujo poder depende do controle de recursos naturais e mão de obra. No Japão, o que mais se aproxima disto são os *Daimios*, justamente contra os quais se levantaram os *genro*, portanto, “oligarca” induz a erro de interpretação. Além disto “caudilho” em nosso meio é utilizado para designar líderes cujo poder emana do carisma, ou prestígio, e da interferência na política através de bandos armados. A designação “caudilho” aproxima-se mais dos “*Genro*”, samurais intermediários, dotados de liderança e carisma, hábeis no uso de armas e na conduta de tropas (HALL, 1985, p. 246-247 apud MOREIRA DA SILVA *et al.*, 2011).

4 O EXÉRCITO IMPERIAL DO JAPÃO NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

O ambiente internacional no período entreguerras foi marcado pela tentativa de estabelecer regimes internacionais no que concernia segurança, defesa e governança, vide o Tratado da Conferência Naval de Washington (1922). Entretanto, falhou em regulamentar relações econômicas e dirimir disputas comerciais. Devido ao processo de reconstrução europeu e a crise econômica e financeira do final da década de 1920, propagou-se um ambiente marcado pelo protecionismo econômico, entre 1929 e 1931 as exportações japonesas caíram pela metade, enquanto os chineses aumentavam as tarifas para entrada de produtos japoneses e promoviam boicotes (PAINE, 2012, p. 20-21). É sintomática também a quebra do sistema bancário japonês na crise 1927, sendo possível que este fator tenha colaborado para ascensão do *zaibatsu* como grupo político predominante no apoio a uma solução militar e a sua postura agressiva no sentido de buscar o controle direto de seus investimentos em território chinês (MAGNO, 2018, p. 55).

Este perfil alçaria o *zaibatsu* ao papel de principal apoiador da aventura expansionista do Exército Kwantung. Entre 1914 e 1931, o Japão saltaria da condição de quarto maior investidor externo na China para o segundo lugar, próximo à Inglaterra. O Japão correspondia a 35,1% do total do estoque de investimento estrangeiro na China, enquanto a Inglaterra possuía 36,7% (MIYAZAKI, 2009, p. 60). O resultado foi o aumento da dependência dos *zaibatsu* em seus negócios na Manchúria – entre 1926 e 1931, a Manchúria absorveu 70% do investimento externo direto japonês – e o aumento da competição com empresas chinesas (PAINE, 2012, p. 23). Com o aumento da competição entre empresas japonesas e chinesas, os grupos de pressão ligados ao *zaibatsu* passaram a defender a adoção de políticas agressivas contra a China e viam, na expansão dos gastos militares, um meio de amenizar os efeitos do período de crise. Assim, progressivamente, o *zaibatsu* passou a apoiar políticas belicistas promovidas pelas forças armadas japonesas.

Os militares, especialmente o exército, encontravam-se divididos em duas grandes facções desde princípios da década de 1920, a *Kodoha* e a *Toseiha*. Ambas se identificavam com visões fascistas e militaristas de sociedade, acreditavam que o Japão deveria ser liderado pelo Imperador por meio das Forças Armadas, se opondo ao modelo democrático parlamentarista então vigente. Entretanto, a *Kodoha* possuía um ideário mais associado a um passado ideal japonês ligado à terra e ao código moral samurai, o Bushido, enquanto a *Toseiha* defendia a ampla modernização das Forças Armadas e uma ênfase no progresso e industrialização. Assim, a segunda facção, dominante principalmente no Exército Kwantung, encontraria apoio no *zaibatsu* (PAINE, 2012, p. 40).

Deficiências institucionais também tiveram o seu papel na ascensão dos militares no governo japonês. A Constituição Meiji era contraditória quanto às responsabilidades das forças constituídas no Estado japonês, indicando o Imperador como responsável último pelo processo decisório. Era por meio desse espaço que os *genro* governavam, a partir de sua indicação direta pelo Imperador. Após a morte da maior parte dos *genro*, os governos passaram gradualmente a refletir o resultado das eleições, tornando-se de fato uma democracia representativa. Entretanto,

apesar dos gabinetes agora representarem a vontade popular, as Forças Armadas constitucionalmente respondiam apenas ao Imperador e não ao governo eleito. O resultado foi a progressiva independência das Forças Armadas, especialmente do exército estacionado na Manchúria, com relação às decisões tomadas em Tóquio. Os principais exemplos deste fenômeno foram o atentado a Zhang Zuolin, em 1928, e o incidente de Mukden (o pretexto para a ocupação da Manchúria) em 1931, que interromperam as tentativas do gabinete em Tóquio de negociar com o presidente nacionalista Jiang Jieshi (MAGNO, 2018, p. 56).

Os militares consideravam a Manchúria uma grande base militar, a principal frente para a inevitável guerra contra a União Soviética. Independentemente da invasão japonesa da Manchúria ou da guerra contra a China, o objetivo último do Exército Imperial Japonês era a guerra contra a URSS (PAINE, 2012, p. 47). O exército via uma política externa agressiva contra a China como uma forma de superar a recessão e como um meio de conter a expansão territorial e ideológica da URSS. Desse modo, o Exército Kwantung, estacionado na Manchúria, progressivamente implementou uma política externa própria, à revelia do gabinete de Tóquio e com a aquiescência do Quartel General Imperial.

Após a invasão da Manchúria, em 1931, e o estabelecimento do Estado fantoche do Manchukuo, em 1933, os militares entregaram ao governo civil um *fait accompli*, que resultou no isolamento internacional japonês e a consequente saída da Liga das Nações. Os Exércitos Kwantung e o da Guarnição do Norte da China progressivamente empreendiam campanhas militares independentes, firmando tratados com senhores locais da guerra, expropriando propriedades chinesas e as transferindo para *zaibatsu* e anexando novos territórios ao Manchukuo ou criando governos fantoche. O governo civil não tinha meios para retroceder das iniciativas empreendidas pelo exército no continente, limitando suas políticas externa e econômica.

Soma-se às atividades militares na China, a série de tentativas de golpe e assassinatos por parte do exército, configurando um período de transição no Japão, conhecido como governo por assassinato (COOX, 1976, p. 23). Entre 1930 e 1935, ocorreram cinco tentativas de golpe perpetradas por oficiais do exército acompanhadas por tentativas e assassinatos de ministros e políticos. A percepção era de que a tomada do controle do governo pelos militares era iminente. O ápice desta disputa foi a tentativa de golpe conhecida como o Incidente de 26 de fevereiro de 1936. Nesta data, cerca de 1500 militares em Tóquio ocuparam a sede do governo e tentaram ocupar o Palácio Imperial, além de atentarem contra a cúpula do gabinete e do conselho privado do Imperador, sucedendo no assassinio de dois ex-premiês. A rebelião militar só foi debelada após três dias e resultou no desmantelamento da *Kodoha*, identificada como responsável pela iniciativa.

Apesar da rebelião não ter atingido o seu objetivo principal, de sequestrar o Imperador e instaurar um regime militar, abriu caminho para a unificação do exército em torno da *Toseiha* e acabou com qualquer perspectiva de manter o domínio de um governo civil sobre os militares. Com isto, o último *genro* ainda vivo (que também era um dos alvos dos militares revoltosos), Saionji Kimochi, aconselhou o Imperador a nomear o príncipe Konoe Fumimaro ao posto de Primeiro-Ministro – pondo termo à curta experiência democrática representativa. Segundo o *genro*, ele seria o único nome capaz de criar um governo de consenso e impedir que os militares assumissem completamente o governo (OKA, 1992, p. 45).

A combinação da política externa e econômica de *fait accompli* do Exército na China, com a instabilidade política provocada pelas tentativas de golpe, assassinato e perseguição às autoridades civis que se opunham a uma política agressiva contra a China, tornaram impossível restaurar a autoridade civil no governo japonês. Talvez o símbolo deste evento tenha sido o próprio assassinato do Ministro Takahashi Korekiyo no golpe de 1936, pois era a principal liderança civil na defesa de uma política fundamentada nos princípios estabelecidos ainda na Restauração Meiji, de manutenção da autonomia por meio do desenvolvimento econômico e modernização militar.

Konoe assumiu o gabinete em junho de 1937, com a promessa de reconciliar civis e militares e promover uma política externa em prol de uma integração panasiática. Entretanto, um mês após o início de seu governo, o Exército Kwantung provocou o incidente da Ponte de Marco Polo, o estopim da 2ª Guerra Sino-Japonesa. Dessa forma, o gabinete de Konoe ficou à mercê das decisões do Exército, virando refém da política de fato consumado e tornando o caminho da guerra sem retorno.

A partir deste momento ficava claro que o Estado japonês não agia mais sob uma Grande Estratégia consensuada. O governo civil deste período possuía uma perspectiva diferente dos objetivos estratégicos japoneses e sobre como persegui-los. Progressivamente, a concepção estratégica surgida das experiências do Exército Kwantung na Manchúria, se tornariam dominantes e os oficiais desta organização militar assumiriam o comando de todo o governo.

O poder decisório havia passado, de fato, aos militares da facção *Toseiha*, que assumiria o gabinete em 1941 com o general Tojo Hideki. A prioridade passaria a ser o controle total do Norte da China em preparação para uma guerra contra a URSS. Contudo, devido ao impasse estratégico, a falta de consenso sobre um novo perfil de inserção em um Sistema Internacional em transição e aos erros de leitura da política internacional, os planos operacionais e doutrina formuladas neste período deixaram de corresponder aos novos objetivos estratégicos ou às suas consequências. Os planos operacionais e doutrinas formuladas refletiam as experimentações e experiências do Exército Kwantung na Manchúria, não correspondendo a uma percepção das necessidades do Estado japonês, nem ao seu perfil de inserção internacional.

5 PENSAMENTO ESTRATÉGICO, CONCEITO OPERACIONAL, PLANOS DE GUERRA E ESTADO DAS FORÇAS JAPONESAS

No decorrer da década de 1930, o Japão vinha se preparando para uma guerra, mas não contra a China, e sim contra a URSS. O objetivo japonês era a proteção da Manchúria, considerada sua linha vital com o continente e com o mundo e via na URSS e no comunismo a principal ameaça a essa linha vital. Novas operações militares no Norte da China tinham como objetivo garantir uma retaguarda estratégica para Manchúria em uma eventual conflagração contra os soviéticos e impedir o seu apoio ao *Guomindang* (GMD) ou ao Partido Comunista Chinês (PCC), que eventualmente poderia levar o Japão a uma guerra em duas frentes. Em nenhum momento, o Japão se preparou ou intencionou começar uma guerra total contra a China.

A missão original das forças japonesas estacionadas no Norte da China e em outros territórios naquele país era a de proteger investimentos, propriedades e a vida de cidadãos japoneses nestas localidades. Entretanto, a partir de meados da década de 1930, aumentou a percepção de ameaça com relação à URSS sobre o Manchukuo, enquanto simultaneamente aumentava a hostilidade chinesa contra os japoneses. As hostilidades chinesas, além de representarem um grande risco para a economia japonesa, também representavam uma ameaça ao programa de modernização do Exército japonês. Soma-se a isto a possibilidade de se ter uma guerra em duas frentes, contra a URSS ao norte e contra a China no flanco oeste, um risco considerável levando-se em conta a falta de profundidade estratégica da posição japonesa. A partir destas contingências, o Exército Imperial refez os seus planos operacionais, adicionando a região Norte da China, entre a península de Shandong e a Grande Muralha, como a área de retaguarda estratégica para a confrontação com a URSS (DREA, 2011, p. 107).

Desse modo, o Exército japonês pretendia eliminar a ameaça do GMD e garantir a delimitação desta retaguarda estratégica no Norte da China a partir de uma guerra preemptiva contra a China. Entretanto, este não era o planejamento original do governo civil, este cenário foi gradualmente se formando por meio de operações encobertas dos chamados “exércitos de campo” na China, sendo o principal deles o Exército Kwantung (Guandong) comandado pelo General Tojo Hideki (que posteriormente comandaria o país durante a guerra). Em março de 1937, os comandantes dos Exércitos da China foram convocados à Tóquio para explicarem suas ações, mas na ocasião eles exigiram do governo central que não fosse dada mais nenhuma concessão à China e que se fazia necessário “esmagar o governo de Nanjing” para que se desse continuidade aos preparativos de uma guerra contra a URSS (DREA, 2011, p. 106-107).

Desde a década de 1910, existiam planos de contingência para uma guerra contra a China para defender os interesses japoneses na Manchúria. Estes planos requeriam o uso de 13 divisões para ocupar a Manchúria, parte do Norte da China e Beijing, com o uso de mais duas divisões para garantir as linhas de comunicação entre Beijing e o mar (DREA, 2011, p. 108). A partir do incidente da Manchúria em 1931 e sua subsequente ocupação, estes planos passaram a ser detalhados para uma eventualidade de uma aliança sino-soviética que colocasse em risco a posição japonesa no Norte da China e sua ocupação no Manchukuo. Os planos descreviam uma campanha de dois meses que exigiriam 16 divisões, das quais 14 seriam destinadas a enfrentar o exército vermelho e duas engajariam contra os nacionalistas. Os objetivos eram praticamente os mesmos, proteger a Manchúria, ocupar pontos estratégicos do Norte da China, incluindo Beijing, e garantir sua comunicação com o mar (DREA, 2011, p. 108). Somente em caso de uma escalada e uma guerra total e aberta contra a China, tratada como improvável, estava previsto o reforço de mais dez divisões, mas para atuação ainda no Norte da China. Operações na China central seriam limitadas à ocupação e ao bloqueio das grandes cidades no litoral e apenas duas divisões seriam destinadas para este fim (DREA, 2011, p. 108).

Apesar da existência destes planos, entre 1932 e 1936, a prioridade do Exército Kwantung era a preparação para a guerra contra a URSS. Conquanto o GMD permanecesse fraco e dividido, operações contra a China deveriam ser limitadas, evitando uma possível escalada. Esta percepção se alterou progressivamente ao longo da década de 1930. Contudo, a evolução destes planos

demonstrava que, até as vésperas da guerra, todos os planos japoneses priorizavam uma ocupação apenas do Norte da China, mesmo em uma guerra em duas frentes, não havia previsão para uma derrubada do governo do GMD ou para a conquista de todo o território. Mesmo a possibilidade de ocupação de Wuhan, no interior da China central, que foi considerada em planos de 1935, foi descartada em sua revisão de 1936 por falta de tropas e recursos (DREA, 2011, p. 108-109).

A versão final dos planos de guerra na China manteve estes objetivos, quais fossem, a ocupação do Norte da China e das principais cidades do litoral da China central (Nanjing, Shanghai e Hangzhou). Dois cenários eram previstos nos planos: o primeiro se refere a operações gerais no Norte da China e estabelecia o avanço das operações ao longo das principais ferrovias, saídas de Beijing até o rio Amarelo, prevendo a ocupação das cinco províncias do Norte da China; o segundo dizia respeito a operações contra uma aliança sino-soviética, cuja principal diferença era a redução da área de ocupação no Norte da China, devido ao redirecionamento das forças para o engajamento contra os soviéticos. Apesar destes planos advogarem por uma ocupação prolongada, nenhum deles considerava a hipótese de uma guerra prolongada e de atrito. Todo o foco era dado a batalhas iniciais, possíveis respostas à reação chinesa deveriam ser consideradas “contingentes às circunstâncias” (DREA, 2011, p. 111).

Contudo, toda a política japonesa para a China, a partir de 1936, considerava apenas soluções de força, apesar do seu objetivo maior ser conservar forças para investir em um programa de modernização militar para a confrontação com a URSS e garantir uma retaguarda estratégica no Norte da China. Esse planejamento contraditório diz respeito a três fatores. O primeiro, já referenciado, foi a completa exclusão das lideranças civis, tanto eleitas, quanto burocráticas, do processo de formulação e tomada de decisão política e estratégica após fevereiro de 1936. O segundo fator se refere à divisão entre o QG de Tóquio, que era favorável a ações limitadas contra os chineses e os “comandantes de campo” na China, que advogavam por uma guerra preemptiva contra a China. O terceiro fator diz respeito à inteligência japonesa sobre a situação chinesa.

Não obstante o Japão possuir uma eficiente inteligência de sinais na China, ter capacidade de decodificar a maior parte das comunicações chinesas e ter consciência de situação da maior parte das forças chinesas, sua inteligência política foi incapaz de compreender a situação do país após a unificação promovida pelo GMD (PEATTIE, 2011, p. 56-57). Os japoneses se utilizavam de suas experiências pregressas negociando com senhores da guerra na China e de preconceitos que descreviam os líderes chineses como corruptos e ineptos e reafirmavam a superioridade racial e do Estado japonês como líder da Ásia. A ascensão do GMD era vista como uma nova disputa entre senhores da guerra e o sentimento antijaponês que promoviam seria resultado da influência da URSS, do PCCh e de interesses paroquiais. Os japoneses não conseguiram compreender o novo momento da realidade política e social chinesa, a promoção de uma agenda de modernização e a união das diferentes forças políticas em uma frente antijaponesa, resultante justamente das iniciativas de agressão contra a China. Dentro desses cenários estabelecidos, os japoneses acreditavam que os chineses não seriam capazes de organizar uma resistência prolongada em nível nacional e que, como em eventos anteriores, aquiesceria após uma rápida e decisiva vitória militar.

Esta rápida e decisiva vitória era a base da doutrina do Exército Imperial Japonês. Seus principais manuais de comando, o “Princípios do Comando” (*totsui koriyo*) e o “Princípios das Operações” (*seno koriyo*), consideravam que a vitória era tributária do *élan* e moral superiores e da capacidade ofensiva¹¹. O conceito operacional japonês consistia em operações rápidas de alta mobilidade buscando a batalha decisiva no início da campanha. O único meio de atingir os objetivos era a ofensiva, a infantaria seria a principal arma da manobra e a artilharia tinha a função de apoiar o seu avanço. Preconizava-se fazer ataques surpresa, operações noturnas e ter a capacidade de cercar o oponente mesmo em menor número. Se suas forças se encontravam na defensiva, o comandante deveria buscar oportunidades para desferir um contra-ataque esmagador e reconquistar a iniciativa. Este conceito operacional, que buscava a batalha decisiva a qualquer custo, foi denominado de o princípio do “combate rápido e decisão rápida”, ou *sokkusen sokketsu* (DREA, 2011, p. 112-113; SATOSHI; DREA, 2011, p. 159), e fundamentou todo o planejamento operacional japonês na China, ao menos até a Batalha de Wuhan em 1938, quando chegou ao seu limite.

Apesar da forte ênfase na infantaria e na superioridade da moral do soldado japonês, este conceito operacional só era factível devido a uma força altamente treinada, à proficiência na guerra de armas combinadas, à grande superioridade de poder de fogo, à mobilidade e ao apoio aéreo e naval, não consistia em uma cega carga de baionetas como o senso comum pode eventualmente tentar reproduzir (DREA, 2011, p. 115). Este tipo de conceito operacional, era tributário das doutrinas de *attaque à l'outrance* e do culto à ofensiva que nasceu na I Guerra Mundial e inspirou fortemente a doutrina japonesa, especialmente o pensamento militar alemão. O culto à ofensiva era o resultado de uma releitura de Clausewitz baseada no nacionalismo chauvinista e no darwinismo “científico”. Era uma tentativa de justificar a guerra ofensiva de agressão por meio de um verniz científico de uma suposta sobrevivência do mais forte, no caso, a nação da raça e da moral superior (SONDHAUS, 2013, p. 42-43). Essa formulação sobreviveu no período entreguerras e serviu como base para as formulações, na Europa, da guerra de aniquilação e guerra total, que também tiveram forte influência na formulação doutrinária japonesa e, conseqüentemente, em seu conceito operacional (DREA, 2011, p. 112). Pode-se atribuir a este pensamento também a grande falha na inteligência humana japonesa, visto que seus relatórios se utilizavam de estereótipos e preconceitos para justificar sua superioridade racial e uma inevitabilidade de uma vitória militar baseada no *sokkusen sokketsu*, atribuindo aos chineses características como mesquinhos, gananciosos, corruptos e traiçoeiros (DREA, 2011, p. 131-133).

Para executar este plano operacional, o Exército Imperial Japonês contava, às vésperas da guerra, com uma força de 247 mil homens na ativa, distribuídos em 17 divisões de infantaria¹², quatro regimentos de tanques e 54 esquadrões aéreos compostos por 549 aeronaves. Parte desta ordem de batalha já se encontrava estacionada na China: o Exército de Guarnição da China, com sede na concessão japonesa de Tianjin, que contava com 2 regimentos e uma brigada mista

11 Estes preceitos eram tão absolutos que na revisão do Princípios do Comando de 1928 foram retirados os termos *rendição*, retirada e defesa do manual (DREA, 2011, p. 112).

12 Cada divisão de infantaria japonesa, em tempo de paz, era composta por 12 mil homens, divididos em duas brigadas de quatro mil homens, e regimentos de artilharia de campo, engenharia e um batalhão de transporte. Em tempo de guerra, cada divisão podia chegar a 25 mil homens (DREA, 2011, p. 118).

independente e o Exército Kwantung, estacionado em Manchukuo, que contava com quatro divisões. Outras duas divisões encontravam-se estacionadas na Coreia e mais dois regimentos de infantaria em Taiwan. Além disso, o Japão contava com uma reserva de conscritos, prontos para o emprego, de cerca de 742 mil homens em 1937 (DREA, 2011, p. 115-116).

Quanto à logística e equipamentos, os japoneses eram extremamente dependentes de ferrovias. Sua doutrina logística considerava que unidades de manobra japonesa deveriam atuar em um raio entre 190 e 290 km de uma ferrovia para que pudesse ser abastecida de forma apropriada (DREA, 2011, p. 122-123). Para motorizar completamente o exército, estimava-se serem necessários 250 mil caminhões, a indústria japonesa na década de 1930 era capaz de produzir somente 1000 caminhões por ano (DREA, 2011, p. 119). Devido a essa deficiência e a condições de terreno na China, fora das linhas férreas toda a logística era feita a pé ou com animais. Um regimento de transporte, em tempo de guerra, possuía 3.500 homens¹³, 300 cavalos e mais 2.600 animais (DREA, 2011, p. 123). Também havia deficiências na indústria de produção de munição para a artilharia e de tanques e blindados. Problemas logísticos e de produção sobrecarregariam as capacidades japonesas ao longo da guerra, minando a superioridade material e tecnológica que possuíam em relação aos chineses no início da guerra. Já contra os adversários de mesmo nível tecnológico, estas deficiências resultariam em consequências catastróficas (DREA, 2011, p. 121).

Em suma, os japoneses, apesar da superioridade material e tecnológica em relação aos chineses, possuíam uma série de deficiências que, ao longo da guerra, iriam se demonstrar críticas. Entre elas: processo decisório falho, com a sobreposição entre os comandantes de campo e o QG de Tóquio; planos operacionais vagos que não condiziam com a realidade enfrentada na guerra; dificuldades produtivas e logísticas; e um conceito operacional inadequado ao tipo de guerra que os japoneses estavam prestes a enfrentar.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO: A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA

Em 1937, com o incidente da Ponte de Marco Polo, teria início a Segunda Guerra sino-japonesa, que viria escalar à Segunda Guerra Mundial. Nesta conflagração, a China construiu um conceito operacional que se relacionava com a sua realidade econômica e política, além de possuir uma compreensão clara do inimigo e de seu objetivo estratégico. O objetivo estratégico da China era a defesa de seu processo de Revolução Nacional e o conceito utilizado foi o *chijiuzhan* ou a guerra defensiva prolongada. O *chijiuzhan* visava negar a superioridade econômica e tecnológica do inimigo por meio da extensão de suas linhas de comunicação e ampla superioridade numérica, provocando desgaste do inimigo e indefinição no campo de batalha. Buscava-se obter um impasse estratégico que forçaria a retirada do inimigo.

Enquanto isso, o Japão, que se recuperava de uma crise econômica e passava por uma grave crise institucional, possuía um objetivo estratégico vago e um conceito operacional desligado da realidade política. O objetivo estratégico japonês era a garantia de uma retaguarda estratégica para Manchukuo para uma futura guerra contra a URSS. O conceito operacional

13 As forças de transporte eram preenchidas por oficiais de segunda classe e soldados da reserva com pouca ou sem experiência. Pela logística não estar envolvida diretamente nas ações ofensivas, acabava por receber um tratamento desigual e era relegada a segundo plano (DREA, 2011, p. 123).

utilizado era o *sokkusen sokketsu*, que significava “guerra rápida, decisão rápida”. Esse conceito se baseava única e exclusivamente na guerra ofensiva e só via o seu objetivo estratégico alcançado com a destruição do inimigo, negando a possibilidade de ações políticas para a resolução da guerra. Soma-se a isto um processo decisório falho, com a sobreposição entre os comandantes de campo e o QG de Tóquio, planos operacionais vagos que não condiziam com a realidade enfrentada na guerra e dificuldades produtivas e logísticas. Além disso, o tipo de guerra que o Japão enfrentou era, em grande medida, inédito. Entretanto, a rigidez de seu processo decisório e o seu momento de crise política impediu que se adotasse um modelo de planejamento operacional mais flexível que condissesse com a realidade no campo de batalha.

Desse modo, ao longo das três principais etapas da guerra (Shanghai, Wuhan e Ichi-Go), observou-se a tentativa japonesa de definição a qualquer custo. Os chineses, por sua vez, atraíam as forças japonesas para o interior do território, desgastavam suas linhas de suprimentos e faziam uso de sua superioridade numérica até tornar-se insustentável para os japoneses a execução de grandes operações ofensivas.

Desse modo, um impasse estratégico foi estabelecido, pois os Nacionalistas não alimentavam a ilusão de uma vitória decisiva contra os japoneses em campo de batalha, mas acreditavam que se deveria impor ao seu avanço o maior custo possível, impedindo que o inimigo fosse capaz de se aproveitar dos ganhos de sua vitória tática momentânea. Apesar dos chineses perderem Beijing, Shanghai, Wuhan, Xuzhou e seu acesso ao litoral, os japoneses se tornariam incapazes de sustentar novas operações ofensivas significativas até 1944, mantendo um impasse e tornando um ônus a manutenção da ocupação de territórios¹⁴. E, mesmo com a vitória japonesa na operação Ichi-Go, a maior ofensiva de toda a guerra, Tóquio não conseguiria extrair nenhum ganho efetivo da vitória, colapsando por completo sua máquina de guerra, vindo a se render após o bombardeio atômico e a ofensiva soviética sobre a Manchúria em 15 de agosto de 1945.

14 Apesar disso, o custo da vitória para os Nacionalistas foi extremamente alto, visto que os oito anos de bloqueio e as pesadas baixas resultariam em uma extrema deterioração econômica, administrativa e produtiva do estado chinês. O resultado foi a deterioração de sua capacidade de combate, a perda de importantes territórios e uma extrema insatisfação popular. Estes fatores posicionariam os comunistas em vantagem na disputa pela liderança da Revolução Nacional chinesa que se seguiria ao fim da guerra.

REFERÊNCIAS

- AVANT, D. D. The institutional sources of Military Doctrine: hegemony in arms. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 409-430, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2600839>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BLACK, J. **Rethinking military history**. New York: Routledge, 2004.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de fundamentos: doutrina militar terrestre**. 2. ed. Brasília, DF: Exército, 2019. (EB20-MG.102). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4760/1/EB20-MF-10.102.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- COOX, A. D. **Tojo. Rio de Janeiro: Rennes Ltda, 1976**.
- CHAPMAN, B. (ed.). **Military doctrine: a reference handbook**. Santa Brabara: ABC-CLIO, 2009.
- DREA, E. J. The Japanese Army on the eve of the war. In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H. (org.). **The Battle for China: essays on the military history of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 105-137.
- HALL, J. W. **El imperio japonês**. 7. ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- HARVEY, A. S. Os níveis da guerra como níveis de análise. **Military Review – Ed. Brasileira**, Fort Leavenworth, v. 77, n. 1, p. 81-88, 2022. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2022/Harvey/>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- JENSEN, B. M. **Forging the sword: doctrinal change in The U.S. Army**. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- KIER, E. Culture and military doctrine: France between the wars. **International Security**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 65, 1995.
- MAGNO, B. **Revolução Nacional e guerra prolongada na China: análise estratégica e operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193522#>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MAGNO, B. **Segunda Guerra Sino-Japonesa**: gênese de um modo asiático de fazer a guerra? 2015 Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/140739>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MARTINS, J. M. Q. **Relações internacionais contemporâneas 2012/2**: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: ISAPE, 2013. *E-book*.

MIYAZAKI, S. Y. M. **As origens do investimento japonês na Ásia**. São Paulo: Annablume, 2009.

OKA, Y. **Konoe Fumimaro**: a political biography. Lanham: Madison Books, 1992.

PAINE, S. C. M. **The wars for Asia, 1911-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. *E-book*.

PEATTIE, M. R. The dragon's seed: origins of the war. *In*: PEATTIE, M.; DREA, E.; VAN DE VEN, H. (org.). **The battle for China**: essays on the military history of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 48-78.

POSEN, B. R. **The sources of military doctrine**: France, Britain, and Germany between the World Wars. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

POSEN, Barry R. Foreword: military doctrine and the management of uncertainty. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 159-173, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2015.1115042>. Acesso em: 7 maio 2020.

SATOSHI, H.; DREA, E. J. Japanese Operations from July to December 1937. *In*: PEATTIE, Mark R.; DREA, Edward J.; VAN DE VEN, Hans (org.). **The battle for China**: essays on the military history of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 159-180.

SCHULZINGER, R. D. **U.S. Diplomacy since 1900**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SHIGEMITSU, M. **Japan and her destiny, my struggle for peace**. New York: E.P. Dutton & Co., 1958.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial**: história completa. São Paulo: Contexto, 2013.



A cultura estratégica do Brasil aplicada ao Haiti como estudo de caso: uma breve interpretação


The strategic culture of Brazil applied to Haiti as a case study: a brief interpretation.


Resumo: Ao longo de sua história, a República do Haiti foi palco de constante instabilidade institucional, conviveu com corrupção, agudos problemas sociais, epidemias, terremotos, golpes, e uma conjuntura desfavorável que impediu seu desenvolvimento, sobretudo na perspectiva de direitos humanos. Em decorrência da instabilidade no País, em 2004, foi criada a MINUSTAH sob a liderança brasileira, a fim de pacificar o Estado, cujas tropas brasileiras ficaram no Haiti durante treze anos. Em outra perspectiva analítica, mas cujos objetos de estudos convergem a um ponto comum, em 1977, Snyder conceitua cultura estratégica, e a partir desse recorte diversos autores interpretaram e reinterpretaram o conceito. A partir de Snyder e dos demais teóricos que o sucederam, o artigo tem o objetivo de identificar o conjunto de variáveis com as quais as Forças Militares espelharam a *cultura estratégica brasileira* no Haiti. A pesquisa é descritiva, explicativa, bibliográfica e documental. As conclusões direcionam para o fato de que a cultura estratégica dos militares apresentou o seguinte perfil: ofensiva, defensiva, com traços de flexibilidade, humanidade, liderança, entre outros.

Palavras-chave: Japão; conceito operacional; China; 2ª Guerra Mundial; 2ª Guerra Sino-japonesa.

Abstract: Throughout its history, the Republic of Haiti has been the scene of constant institutional instability, it has lived with corruption, acute social problems, epidemics, earthquakes, coups, and an unfavorable situation that has impeded its development, especially from the perspective of human rights. As a result of the instability in the country, in 2004, MINUSTAH was created under Brazilian leadership, in order to pacify the State, whose Brazilian troops stayed in Haiti for thirteen years. In another analytical perspective, but whose objects of study converge to a common point, in 1977, Snyder conceptualizes strategic culture, and from this point of view several authors interpreted and reinterpreted the concept. Based on Snyder and the other theorists who succeeded him, the article aims to identify the set of variables with which the Military Forces mirrored the Brazilian strategic culture in Haiti. The research is descriptive, explanatory, bibliographical and documentary. The conclusions point to the fact that the strategic culture of the military presented the following profile: offensive, defensive, with traces of flexibility, humanity, leadership, among others.

Keywords: strategic culture; Haiti; social situation; operational employment; leadership.

Carlos Alberto Leite 
Universidade Federal Fluminense.
Programa de Pós-Graduação em Estudos
Estratégicos da Defesa e Segurança.
Niterói, RJ, Brasil.
vsml62@hotmail.com

Alexandra Sarmiento Mitre 
Pesquisadora Independente.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
vicksarmiento21@gmail.com

Recebido: 31 mar. 2022

Aprovado: 15 dez. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 INTRODUÇÃO

A República do Haiti, doravante Haiti, teve uma fase de insurgência durante a presidência de Jean – Bertrand Aristide, cujo início se deu com sua vitória nas eleições do ano de 2001, culminando com sua deposição em 2004.

Com o escopo de restabelecer a ordem no Haiti, as Nações Unidas, por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, criaram, em 2004, uma missão de paz: a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em consequência, foram enviadas tropas militares e policiais de vários Estados, com a participação de forças brasileiras cuja liderança da missão coube ao Brasil. Após treze anos a missão se encerrou em 2017 (SILVA; PAULA, 2017).

A participação brasileira no Haiti vai ao encontro da edição da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, pois as Forças Singulares deverão estar em condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, em caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária, a atender a compromissos assumidos pelo País, em particular o Exército Brasileiro (EB) deverá ter igualmente a capacidade de projetor poder a atuar no contexto dessas operações sob o mandato de organismos multilaterais (BRASIL, 2008, passim).

O *United Nations Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) editou, em dezembro de 2003, o Guia para Operações de Manutenção da Paz Multidimensionais¹ (Guia), em função da necessidade de as operações de manutenção da paz das Nações Unidas terem que se adaptar a novos desafios, cujo documento é basilar aos que participam de uma operação de manutenção da paz multidimensional, onde se enfatiza uma demanda crescente de missões de paz no formato multidimensional, em que atuam os seguintes componentes: o militar; o policial; assuntos civis; rule of law; direitos humanos; questões humanitárias; reconstrução do país, entre outros (FAGANELLO, 2013), portanto, o referido Guia foi elemento nuclear da multidimensionalidade tático – operacional do emprego das Forças brasileiras na pacificação do Haiti.

Destacam-se duas importantes normativas: o Relatório Brahimi – primeiro documento recomendativo – que ponderou a relevância, no contexto de uma operação de manutenção da paz, da observância dos princípios da *holly trinity*²: o *consentimento*, a *imparcialidade* e o *mínimo uso da força*. Este diz respeito ao planejamento e execução meticolosos das regras de engajamento no sentido de proteger civis e o pessoal envolvido na missão e na ajuda humanitária.

O segundo – a Doutrina Capstone – complementa o Relatório Brahimi na ótica dos direitos humanos na medida em que realça a necessidade de os mandatos serem concebidos sob a perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos, notadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. De mais a mais, prioriza a integração dos programas de direitos

1 Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations. Posteriormente, em 2015, o MD editou o Manual de Operações de Pacificação em que positiva a Doutrina de Operações de Pacificação visando a orientar as atividades e o emprego dos elementos da Força “em operações singulares, conjuntas, combinadas e/ou multinacionais necessárias à cooperação ou coordenação militar com as agências civis, em ambiente interagências” (BRASIL, 2015, p. 1-2).

2 A expressão cunhada por Alex Bellamy e Paul Williams a designar os três princípios básicos, interdependentes e imprescindíveis a uma operação de manutenção da paz decorrentes da experiência da UNEF I. Cf. Bellamy; Williams (2010) e Uziel (2010).

humanos durante a missão e o desempenho de atividades prematuras de *peacebuilding* que aspiram à reestruturação socioeconômica do país, desse modo, ao demarcar o *core business das peacekeeping operations* multidimensionais das Nações Unidas, a Doutrina internaliza os direitos humanos, como operações de segurança, DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração), *rule of law*, implementação de *quick impact projects* e a assistência humanitária (FAGANELLO, 2013).

Para o General do Exército Brasileiro Floriano Peixoto, as missões de paz têm uma fundamental finalidade, pois proporcionam solidariedade regional ao país que a desempenha, assim sendo, esse papel coube ao Brasil com o fito de restaurar a estrutura político-social do Haiti (VIEIRA NETO, 2017), por outro lado, o emprego de tropas brasileiras propiciou agregação de experiências profissionais e pessoais, de modo a impactar positivamente a imagem de o aparato militar brasileiro (FONTOURA; UZIEL, 2017).

O artigo tem o objetivo de identificar as variáveis da cultura estratégica – valores, crenças, atitudes, comportamento –, enfim, o DNA cultural dos militares brasileiros no Haiti.

Portanto, o presente artigo se debruçará sobre os seguintes eixos de compreensão: conceitos básicos da cultura estratégica, antecedentes político – sociais do Haiti, emprego operacional das FA brasileiras, por último, considerações finais do autor, com a ressalva de que o artigo se inicia pelo entendimento de cultura estratégica no sentido de propiciar uma visão ampla do conceito, a fim de ser aplicado à luz da participação das forças federais de segurança do Brasil fora da territorialidade brasileira, bem como há de ter – se o entendimento de que a produção acadêmica e doutrinária sobre o Haiti, esta a cargo dos pesquisadores militares, *experts* em estudos militares, é muita densa e rica, *ipso facto*, inviável de esgotarem – se as reflexões no espaço aqui destinado, mas que servirá de motivação a outras pesquisas.

2 CONCEITOS BÁSICOS DA CULTURA ESTRATÉGICA

O conceito de cultura estratégica foi internalizado por Snyder (1977), na corrente dos estudos estratégicos, em que representa a soma total de ideias, respostas emocionais condicionadas e padrões de comportamento comum que os integrantes de uma *comunidade estratégica nacional* absorvem por meio de instrução e compartilham em relação à *estratégia nuclear*.

A formulação teórica Snyderiana partiu de o tensionamento entre as duas potências nucleares da época no contexto da guerra fria: os Estados Unidos da América (EUA) e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entretantes, posteriormente, o conceito inicial que Snyder formulou foi alargado pelos demais pensadores que se debruçaram sobre a temática.

Nesse rumo, a cultura estratégica de um Estado é produto de sua história, geografia e cultura política, e representa a incorporação de atitudes e padrões de comportamento das vozes mais influentes – as lideranças política, militar e / ou opinião pública (BOOTH, 1990). Nesse contexto, a cultura política corresponde ao conjunto de crenças e sentimentos, além das variáveis atitudinais, que fomentam ordem e significado a um processo político, clareando as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores (ALMOND; VERBA, 1963),

mas que também resulta de suposições que enquadram suas escolhas sobre o comportamento militar internacional, em particular as relativas às decisões de ir para a guerra, a natureza de guerrear, ou seja, adotam – se opções *ofensivas, expansionistas ou defensivas*, com um grau de aceitação de óbitos em tempo de guerra (ROSEN, 1995 apud LANTIS; HOWLETT, 2007).

Nessa construção teórica, essa cultura se ancora em comportamentos que advêm de experiências comuns e das narrativas que modelam a identidade coletiva e as relações com outros povos, cujos comportamentos determinam os fins apropriados para se atingirem os objetivos de segurança colimados (JOHNSTON, 1995 apud SCOBELL, 2004), portanto, a cultura de um povo se liga diretamente com a sua identidade – o conjunto de significados que os atores atribuem a si próprios em relação aos outros (JOHNSTON, 1995).

Black (2012) ratifica as visões de Booth, Almond e Verba, mas entende que o conjunto de variáveis que conformam a cultura estratégica exerce influência sobre a política de poder de um país, de igual modo, Gray (2013) pondera que essa cultura tem como sustentáculos fatores de: *primeira ordem* – a geografia e a experiência histórica – ; *segunda ordem* – os conceitos, os recursos empregados e os comportamentos (*costumes*) – ; e os de *terceira ordem* – os impactos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e militares.

Nessa convergência conceitual, a *cultura estratégica* é o somatório de ideias, respostas emocionais condicionadas, padrões de comportamento comum, atitudes, crenças e sentimentos que os militares do Exército Brasileiro evidenciaram no Haiti, mercê do seu Preparo profissional no Brasil adquirido nas instituições de ensino militares e no constante adestramento diário.

De mais a mais, considerar-se-á também a visão de cultura estratégica sob a perspectiva de Rosen (1995 apud LANTIS; HOWLETT, 2007), isto é, o momento em que as forças materiais positivadas no artigo 142 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) adotaram uma postura *ofensiva e/ou defensivas*, mesmo com um grau de aceitabilidade de óbitos durante as operações militares.

3 BREVES ANTECEDENTES POLÍTICO – SOCIAIS DO HAITI

O Haiti foi uma das primeiras regiões conquistadas e colonizadas na era moderna pela *cultura eurocêntrica*, convivendo com o genocídio e o etnocídio das populações autóctones, e após o extermínio destas se implantou a escravização dos africanos em meio a epidemias, subalimentação, massacres e maus – tratos, destruição do meio ambiente e o conjunto de problemas sociais advindos, inclusive, de deportações maciças (GRUZINSKI, 1999).

Nesse contexto de instabilidade, o País recebeu os esforços de estabilização das Nações Unidas em 1993 com vistas à estruturação das instituições democráticas do Estado. Assim, efetivou – se o mandato da UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti) visando ao retorno do país à normalidade constitucional, suspensa desde o golpe, em 1991, quando houve a *quartelada* que destituiu Jean – Baptiste Aristide e ergueu Raoul Cédras ao poder. A missão da ONU e a pressão do embargo à época do governo Clinton (EUA), com aquiescência da Organização dos Estados Americanos (OEA), determinaram que Cédras assinasse o acordo *Governors Island*, admitindo a volta de Aristide ao governo (MORREL, 1993).

Mas, em fevereiro de 2004, o então presidente Aristide:

fugiu do país para o exílio em meio a protestos de rua em massa e uma rebelião armada contra seu governo cada vez mais despótico. Ele deixou para trás uma *nação devastada por guerras políticas e crises ambientais*, com um tesouro praticamente esvaziado por *anos de corrupção e roubo* (DEIBERT, 2017, n. p., grifo nosso).

Em consequência desse quadro constante de anormalidade, para Lucena (2013), a sociedade haitiana é refém de duas variáveis que são indutoras de instabilidade política no país: a segregação social e a dependência econômica persistente na estrutura social, resquício de uma herança colonial, nesse sentido: “Na triste condição de país mais pobre do Novo Mundo – único a integrar a lista dos países menos avançados (PMA), segundo critérios das agências das Nações Unidas – *o Haiti apresenta dilemas de imensa complexidade*” (SEITENFUS, 2008, p. 51, grifo nosso), de mais a mais, como se não bastasse o quadro de pobreza, o país ficou vulnerável aos interesses exógenos, mercê de sua posição estratégica para o comércio, sofrendo com rotineiras trocas de presidentes por meio de golpes militares e eleições caóticas (MENDONÇA, 2017).

Assim sendo, dado esse caos social, cria-se a MINUSTAH pela Resolução 1. 542 de 30 de setembro de 2004 (NACIONES UNIDAS, 2004a), com vistas a substituir a força multinacional de emergência, positivada pela Resolução 1. 549 de 17 de junho de 2004 (NACIONES UNIDAS, 2004b), ambas do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a garantir a estabilidade durante a vacância de poder no Haiti em função da saída de Jean – Bertrand Aristide.

A Resolução 1. 542 teve o objetivo de impor a paz³, desde que respeitados os princípios da soberania, independência, integridade territorial e unidade, por sua vez, a Resolução 1. 549 menciona a Libéria e os aspectos propagadores de violência provocados pela presença de mercenários, proliferação e tráfico de armas e de elementos minerais, vegetais e ‘humanos’, bem como de atores não estatais, posto que se trata de elemento nuclear convergente para emprego transversal e multidisciplinar de forças.

Ipsa facto, ab ovo, essa é a conjuntura com a qual as forças militares brasileiras se depararam no Haiti.

4 EMPREGO OPERACIONAL DAS FA BRASILEIRAS

Inicialmente, com a instituição da MINUSTAH assumiu o Comando das Forças de Paz o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira do Exército Brasileiro. O 1º Contingente teve o efetivo de 1.200 homens e na participação brasileira durante os 13 anos de presença no Haiti 11 (onze) oficiais – generais brasileiros comandaram as tropas. Desses, 04 chegaram ao topo da carreira: os Generais Heleno, Elito, Ramos e Leal Pujol, este, antigo comandante do EB (BRASIL, 2017).

3 No item 7 da Resolução o CSNU estabelece o mandato a ser executado pelos integrantes da MINUSTAH, justificando sua decisão à luz do Capítulo VII da Carta da ONU. Ver Naciones Unidas (2004a, p. 2).

Segundo Vieira Neto, muitos especialistas dedicam-se ao estudo das fases da experiência brasileira no Haiti, e conforme os diversos momentos da realidade nacional há o seguinte escalonamento:

(i) 2004/2005: ambientação, engajamento inicial e reordenamento da estrutura operacional e treinamento; (ii) 2005/2007: pacificação; (iii) 2007/2009: consolidação da pacificação; (iv) 2009/2010: terremoto; e (v) 2010/2017: recuperação pós-terremoto e retorno do país à normalidade (VIEIRA NETO, 2017, p. 16, grifo nosso).

O período de 2004 a 2007 se caracterizou por uma intensa atividade de *gangs* no Haiti, que ameaçou o sucesso da estabilização do Haiti e da missão da ONU. A força dessas *gangs* e suas interconexões com a estrutura política, mormente em Cité Soleil, alavancaram impactos na estrutura sócio – econômica e na rotina da população haitiana, culminando no emprego *hard power* das tropas da MINUSTAH *vis-à-vis* aos grupos armados (BRASIL, 2017): aqui se manifesta o viés *ofensivo* da cultura estratégica.

No caso particular da Pacificação de Bel Air, Cité Militaire e Cité Soleil, houve as seguintes ações: prisão dos líderes de gangues; apreensão de grandes quantidades de armas, munições e drogas; conquista da confiança da população; criação de ambiente favorável a atividades de agências humanitárias e de ONG; retorno *pari passu* dos serviços públicos essenciais e das atividades comerciais e da vida rotineira; e posse do Presidente Jovenel Moise em 7 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017).

Assim sendo, pode-se considerar que o *hard power* – ou *emprego ofensivo da cultura estratégica de matiz ofensiva* (ROSEN, 1995 apud LANTIS; HOWLETT, 2007) – se caracterizou até a 2ª fase (2005 – 2007), quando efetivamente as forças operaram, predominantemente, sob o Capítulo 7 da ONU, a fim de pacificar *manu militari* o caos reinante na região conflagrada.

De mais a mais, não existem dúvidas de que

Ao aderir ao conjunto de ações e medidas do CSNU com relação ao Haiti em 2004, o Governo brasileiro legitima em sua política externa o uso da força para solução de crise político-institucional em um país – membro das Nações Unidas (PINHEIRO, 2015, p. 91, grifo nosso).

Com esse olhar, atesta-se o *hard power*, uma face da cultura estratégica conduzida no Haiti: a de caráter ofensivo.

Por outro lado, a partir da 3ª fase (consolidação da pacificação), a cultura estratégica se revelou, predominantemente, em uma *composição defensiva, soft power*, mormente quando se deu o trabalho intenso de recuperação das estruturas haitianas em face de o terremoto.

Nesse particular, em ambos os casos, para aplicação do conceito de cultura estratégica dado por Rosen, Lanttis e Howlett, no que toca ao Emprego doutrinário das tropas brasileiras no Haiti, os termos guerra e conflito equivalem-se na medida em que, em um ou em outro caso, houve confrontos entre as forças estatais do Estado brasileiro e as *gangs* haitianas cuja dinâmica comum que as envolveu foi o emprego tático de armas de guerras, que ceifou vidas, portanto,

pode-se considerar que efetivamente o emprego de o aparato militar clausewitziano brasileiro naquele País se deu à luz do pensamento desses autores.

A opção do Brasil pela *via pacífica de conflitos* demarca o perfil do país por intermédio do pensamento doutrinário convergente com o fato de que a manutenção da paz, proteção dos Direitos Humanos e construção de soluções negociadas para problemas comuns são o modo mais efetivo de aproximar Estados e resolver problemas pela via multilateral (SÁ, 2015), de mais a mais, a atuação externa nacional, com instrumentalidade grociana, aproxima-se das normas internacionais, notadamente o Direito Internacional, com os princípios democráticos e com a *resolução que privilegia o diálogo a fim de evitar o conflito* (FAÇANHA, 2017), portanto, visualiza-se a *conformação defensiva* da cultura estratégica.

Ademais, a política externa nacional é típica de potência emergente, excludente às grandes decisões mundiais, entretentes, adota as seguintes estratégias: agir por meio de instituições multilaterais; apoiar o arcabouço internacional; e manter a “boa cidadania” nas relações internacionais, *priorizando a cooperação* e aspirando ao enfraquecimento da ação isolada das grandes potências (KENKEL, 2010), como corolário, ratifica-se a *natureza defensiva* da cultura estratégica à medida que prioriza a cooperação e o apreço pelo multilateralismo em detrimento de confrontos.

De mais a mais, a motivação brasileira no emprego das operações de paz visa, entre outros objetivos, a “demonstrar *capacidade de mobilização*” (UZIEL, 2009 apud KENKEL, 2011, p. 29, grifo nosso).

Ipsa facto, consagra-se a nítida predominância de o emprego da Força brasileira em uma modelagem de uma *cultura estratégica defensiva* à proporção que aspira à “resolução pacífica de conflitos”, convergente com o artigo 4º, VI, da Carta Política (BRASIL, 1988), de modo a priorizar o “espaço cooperativo”, nessa toada, mantém, por similitude, uma aproximação com o inciso IX do próprio artigo: “*cooperação entre os povos para o progresso da humanidade*”. Na esteira dessa exegese, identifica-se a *flexibilidade*, manifestada pela *capacidade de mobilização* a emprego em um cenário atípico das Forças brasileiras, pois, pela primeira vez, em uma missão de paz, a cargo da ONU, foram empregadas fora da tradição do Capítulo 6.

O processo decisório *interna corporis* com vistas a que o EB integrasse a MINUSTAH teve lastro na *prestação de solidariedade* a um país da zona de influência geopolítica brasileira e no aumento da participação multilateral do Brasil, mormente na *aceitação de a comunidade internacional delegar aos militares brasileiros a liderança da Força militar da Missão* (NASSER, 2012).

Em consequência, o emprego de tropas brasileiras revelou os seguintes indicadores da cultura estratégica: a *solidariedade, a confiabilidade e o respeito*, pois a comunidade internacional delegou a liderança ao Brasil de todas as forças dos respectivos países que se encontravam no Haiti.

Semelhantemente, os fatores cruciais para o sucesso de a Força Militar brasileira foram: a *adaptabilidade vis – à – vis* o caos provocado pelo terremoto, a *capacidade de iniciativa* dos oficiais à frente das ações e o *treinamento intenso*, de modo a conquistaram o respeito e a admiração das tropas militares de outros Estados e dos civis das ONG (PINHEIRO, 2015).

Sendo assim, destacam-se traços da *cultura estratégica*: adaptabilidade, iniciativa, alto grau de profissionalismo, porquanto do eficaz Preparo da Força Armada no dia a dia de suas tarefas constitucionais no Brasil, impactando reconhecimento exógeno.

Para Braga⁴ (2017), as seguintes missões couberam à Força brasileira, entre outras, à luz do Quadro abaixo, sob a perspectiva da *cultura estratégica*:

Quadro 1 – Missões *versus* cultura estratégica (Defensiva x Ofensiva)

MISSÕES	DEFENSIVA	OFENSIVA
1. Patrulhas diurnas e noturnas (a pé, motorizadas e mecanizadas).	----	X
2. Escoltas e segurança de comboios de ajuda humanitária.	X	----
3. Proteção de autoridades.	X	----
4. Segurança de grandes eventos (jogo de futebol entre Brasil e Haiti).	X	----
5. Pontos de bloqueio, pontos fortes e pontos de controle.	----	X
6. Controle, acompanhamento e proteção de manifestações populares.	X	----
7. Negociação a evitar conflitos entre grupos rebeldes.	X	----
8. Ajuda humanitária (em face de incêndios e enchentes).	X	----
9. Operações militares contra gangues armadas.	----	X

Fonte: Os Autores com base em Braga (2017).

No caso da MISSÃO 1, Braga (2017, p. 39, grifo nosso) confirma: “em todas as cidades, as patrulhas fizeram parte da rotina de todos os contingentes. *Somente até abril de 2005, mais de oito mil patrulhas já haviam sido realizadas* pela Força Militar da MINUSTAH”, portanto, indiscutível a exegese de que se caracterizou, predominantemente, o emprego de uma *modelagem ofensiva da cultura estratégica* na medida em que, até abril 2005, as tropas operavam no início da fase de pacificação, conforme o faseamento apresentado por Vieira anteriormente, à luz de uma lógica do Capítulo 7, portanto, de guerra, ademais, na operação militar de uma patrulha, principalmente à noite, o combate armado é sempre iminente.

A MISSÃO 5 caracterizou ações táticas de cunho, prioritariamente, *ofensivo*, dada a possibilidade iminente de contato via trocas de tiro com as gangues na defesa desses *pontos táticos* que definem a missão, portanto, identifica-se pontualmente a *cultura estratégica de parâmetro ofensivo*.

4 Ver Braga (2017, p. 39). O autor, à época, era Contra-Almirante (FN) Carlos Chagas Vianna Braga.

No caso específico da MISSÃO 9 – *Operações militares contra gangues armadas* –, a *cultura estratégica* se pautou essencialmente pelo *caráter ofensivo* nos três primeiros anos em que o Brasil recorreu ao uso da força visando a assegurar o cumprimento da missão e à credibilidade na sua atuação (BRAGA, 2017), *embora não tenha ocorrido nenhuma morte em combate com as gangs* (MENDONÇA, 2017), fato que atesta o alto nível de aprestamento profissional das tropas brasileiras.

Por seu turno, as demais MISSÕES têm uma *textura defensiva* no que se refere à caracterização de sua cultura estratégica, mas de qualquer modo, dada a possibilidade de fogo inimigo, de um *contexto defensivo* as tropas passariam de imediato a uma *dinâmica (cultura) ofensiva*.

Em especial o item 8 – *Ajuda humanitária* (em face de incêndios e enchentes) – está centrado em uma *dinâmica defensiva* à proporção que não houve a possibilidade de confrontos armados, haja vista a natureza caótica em que se encontrava a população atingida por esses eventos, ademais, no BRABAT 1 do 12º contingente brasileiro, a ONG World Vision e o WFP realizaram a maior operação de ajuda humanitária no Haiti.

Para Rasquini e D'Oliveira (2017), no que se refere à *ajuda humanitária* (item 8), no esforço de manter a paz, enquanto as vítimas eram socorridas das catástrofes, as decisões se alteraram na medida em que se passou a dispor de menor contingente na capital e contou-se com a entrega de suprimentos por meio da Força Aérea Brasileira, portanto, identifica-se *in totum* uma *cultura estratégica* assentada na *solidariedade* e alinhada com os direitos humanos, de modo a anular-se o caráter agressivo, ofensivo.

Ipsa facto, infere-se que a *variável solidariedade* converge à existência de uma faceta específica da *cultura estratégica brasileira*, semelhantemente, pode ser identificada com a *dinâmica defensiva de sua cultura estratégica*, haja vista que ela implica adotar uma solução de menor potencial agressivo, ofensivo, que, em certo sentido, integra o perfil do brasileiro.

Na área do BRABAT 1 foram conduzidas, com o apoio da Polícia Nacional do Haiti (PNH) e da Polícia das Nações Unidas (UNPOL), a *Operação BUMERANGUE*, que consistiu de um cerco e vasculhamento e contou com a participação da população, apontando os criminosos na rua, denunciando-os por meio do disque – denúncia, e a *Operação RELÂMPAGO*, com ações de curta duração, com vistas a mostrar a presença dos militares em um local onde ocorreu algum confronto com a população ou entre gangues rivais (BRASIL, 2010), portanto, as ações identificam-se com a MISSÃO 9, realçando, mesmo pontualmente, o *caráter ofensivo da cultura estratégica* brasileira.

Segundo o General André Luís Novaes Miranda do EB⁵, à época, exerceu o controle operacional sobre as tropas do Exército do 3º Contingente do Batalhão Haiti, assim interpretou a participação das Forças Armadas naquele País:

Foi necessário um tempo para que as tropas brasileiras entendessem direito o que era agir sob a égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O Brasil possuía uma relativa experiência em operações de paz, mas quase sempre atuando sob o Capítulo VI, com exceção do Pelotão de Polícia do Exército desdobrado no Timor - Leste. Nessas missões, a força somente era autorizada para a autodefesa (MIRANDA, 2017, p. 53, grifo nosso).

5 Atualmente, o Gen Ex Novaes é o Comandante Militar do Leste e uma das mais novas e atuantes lideranças do EB.

Nesse contexto, a participação de o aparato militar brasileiro no Haiti produziu uma acentuada quebra de paradigma na medida em que o costume era atuar sob o manto do Capítulo VI da Carta da ONU⁶, no entanto, para Miranda (2017), o amparo advinha do Capítulo VII⁷, no qual se baseava o Mandato da MINUSTAH, fruto da Resolução 1542 do Conselho de Segurança, que concedia às forças militares a incumbência de proporcionar a segurança e a estabilização do país, dentre outras atividades, portanto,

[...] o Batalhão Haiti não teve outro recurso senão usar a força necessária e proporcional para liberar vias bloqueadas pelas forças adversas e agir contra grupos armados que vitimavam civis em sua área de responsabilidade. Também teve que responder, de forma oportuna, a diversas ações armadas realizadas contra suas próprias forças (111 delas registradas nos documentos diários enviados ao comando da MINUSTAH somente no 3º Contingente). Dessa forma, cada vez que as bases desses grupos eram identificadas, as tropas do batalhão, normalmente atuando em conjunto com a PNH, organizavam operações para seu desmantelamento e prisão de bandidos, e empregavam a força adequada e proporcional sempre que havia resistência à progressão de seus grupos. Com o passar do tempo, isso já não era mais necessário e essas pessoas preferiam a fuga ao enfrentamento (MIRANDA, 2017, p. 53, grifo nosso).

Nessa configuração, identifica-se com absoluta clareza a *cultura estratégica brasileira* de viés *ofensivo*, uma cultura de cunho clausewitziano, portanto, em condições de *fazer* a guerra quando necessário, participando de conflito bélico em qualquer grau de agressividade, pois a própria natureza de armamento de guerra implica um grau acentuado de letalidade, ademais, de início as tropas brasileiras sob o mandato da ONU, em face de “diversas ações armadas realizadas contra suas próprias forças”, respondeu ao *fogo inimigo*, de modo a não se intimidar com a conjuntura extremamente hostil naquele País para a população e para as forças militares.

Como corolário, o caráter mais contundente *da dinâmica ofensiva da cultura estratégica* brasileira é o fato de que o Estado brasileiro aceitou as condições impostas pela ONU para a participação das Forças Militares no exterior sob o manto do Capítulo 7 da Carta das Nações Unidas e do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça:

Artº. 42 Se o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artº. 41⁸ seriam ou demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, [2009], p. 28, grifo nosso).

6 Cf. Carta das Nações Unidas e o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça. “Solução Pacífica de Controvérsias” (art. 33 a 38).

7 Id. “Ação em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e Ato de Agressão” (art. 39 a 51).

8 O artigo 41 não envolve o emprego de forças armadas (ver p. 28).

Nessa mesma direção, o sucesso da participação brasileira contou com o seguinte diagnóstico, o qual revela várias facetas da cultura estratégica⁹, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Variáveis versus indicadores

VARIÁVEIS	INDICADORES
1. Identificação étnico – social.	Descendência africana, pobreza, dificuldades do dia a dia, e a manipulação e exploração política.
2. Percepção dos mesmos problemas sociais.	Caos social, favelização, carência, dor. Similaridade com os mesmos problemas de segurança pública: grupos expondo abertamente suas armas; impunidade dos crimes, não solução de crimes, violência exposta e desprezo pela vida humana.
3. Brazilian Soft Power ¹⁰ .	Com o apoio da FIFA, ocorre o chamado Jogo da Paz, em 19 de agosto de 2004, na capital haitiana.
4. Capacidade operacional da tropa.	Preocupação em cumprir suas missões com o mínimo de dano colateral.
5. Participação feminina.	Mais de 200 mulheres compuseram os 26 contingentes.
6. Emprego da massa.	Emprego de efetivos sempre superiores à ameaça, usando como elemento básico de emprego a Subunidade. Concentração de grandes efetivos em uma pequena área.
7. Capacidade de improviso do soldado brasileiro.	Adaptabilidade a situações adversas.

Fonte: Adaptado de Brasil (2017).

A variável *identificação étnica – social* (1), à luz dos indicadores elencados, entre a população haitiana e a tropa brasileira, mormente a que teve sua origem no Rio de Janeiro, alavancou o sucesso das operações militares, porque, substancialmente, integra sutilmente o *caráter defensivo da cultura estratégica* na medida em que há pontos comuns entre os universos de amostragem – o interno, o *Outro* (haitiano), e o externo (brasileiro) –, portanto, com respeito ao princípio da alteridade, de modo a buscar a solução dos conflitos pelo diálogo.

9 O autor do artigo dará uma interpretação do tipo específico de cultura aplicada no Haiti à luz das variáveis e indicadores propostos no quadro.

10 Termo utilizado pela primeira vez pelo Sr Edmund Mullet, em 2012, em um meeting em Nova York. Passou a ser definido pela comunidade internacional a forma pela qual o soldado age em situações críticas frente a população. Denota uma faceta marcante da personalidade do soldado brasileiro: mais dócil e afável do que a de outros países.

A variável *percepção dos mesmos problemas sociais* (2), com base nos indicadores levantados, por outro lado, pautou a *modelagem ofensiva* da cultura estratégica, na medida em que as tropas brasileiras estavam acostumadas ao emprego da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos morros cariocas, portanto, familiarizadas com a favelização, a violência armada, a topografia, a criminalidade violenta, ou seja, condições idênticas encontradas no Haiti, o que facilitou o emprego militar à luz do Capítulo 7 da ONU.

Nesses contornos interpretativos, as tropas brasileiras foram muito elogiadas, mormente por chefes civis da MINUSTAH, em função da eficiência e facilidade em *comunicar com a população local* e pela opção de *preferência pelas soluções pacíficas* baseadas em informações obtidas pelo contato estreito com a população. Com base na *afinidade de cultura* e experiências pessoais entre as tropas e a população haitiana, os *soldados brasileiros potencialmente oriundos de condições de desenvolvimento similares* têm uma capacidade maior de avaliar dadas situações potencialmente perigosas nas favelas do Haiti do que seus homólogos oriundos de países desenvolvidos que não dispõem de tal experiência (KENKEL, 2010).

De mais a mais, as variáveis 3 e 4, respectivamente, o *Brazilian Soft Power* e a *capacidade operacional da tropa*, escoradas nos seus respectivos indicadores, dão pistas a que se conclua o *viés defensivo* da cultura estratégica, posto que o ‘jogo da paz’, como o próprio nome indica, sugere o diálogo, as relações pacíficas, a busca do diálogo, de modo a desarmar os espíritos belicosos, ademais, semelhantemente, houve uma nítida e latente manifestação por parte das forças militares com vistas a evitar os danos colaterais aos civis nos eventuais confrontos com as gangues locais.

A variável 5 – a *participação feminina* – propicia a mitigação de dinâmicas mais agressivas no contexto da manifestação da cultura estratégica, mormente, em um país sofrido, desgastado por problemas de violência interna, terremotos e outras agruras de caráter sócio, político e cultural, portanto, o emprego da mulher indica a preferência pela *opção defensiva* em detrimento de ações mais agressivas, até porque no contingente feminino não havia combatentes, ou seja, mulheres formadas na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), assim sendo, preparadas à guerra, leia – se: *modelagem ofensiva* da cultura estratégica.

Por outra angulação, a variável 6 – *emprego da massa* – e seu indicador – o *emprego de efetivos sempre superiores à ameaça* – sugerem a possibilidade de uma *dinâmica ofensiva da cultura estratégica*, à medida que seu respectivo indicador aponta para alta probabilidade de choque entre frações, seja pelo emprego do armamento letal e combate corpo a corpo, em face de emprego de efetivos maiores *vis* – à – *vis* o lado oposto.

Finalmente, a variável 7 – *capacidade de improviso do soldado brasileiro* – e o respectivo indicador – *adaptabilidade a situações adversas* – integram a cultura do brasileiro, o que pode conduzir o emprego operacional da força armada para os dois polos dialéticos: ofensivo ou defensivo, dependendo da situação.

De mais a mais, ao perguntar ao Sr Wills Mathias Cherubin, cidadão haitiano, 47 anos, intérprete da ONU junto ao Batalhão brasileiro, a impressão que ele tinha do soldado brasileiro, o mesmo respondeu:

Quando comecei a trabalhar com os brasileiros, aprendi o que é um exército. Já tinha visto, em outros anos, muitos outros militares fazerem coisas ruins. Agora, *posso dizer que o Exército Brasileiro é uma escola que ensina como ajudar ao próximo. Percebi em cada militar brasileiro, um algo mais, uma vontade de fazer mais do que pode. A população colabora com o contingente brasileiro porque sabe que são bem intencionados* (sic). O povo não espera que os militares resolvam os seus problemas, mas espera que os ajudem a viver com dignidade (LESSA, 2007, p. 104, grifo nosso).

O discurso acima expõe uma cultura estratégica de *conformação defensiva*, agregando-se os seguintes componentes da cultura nacional: *colaboração, solidariedade, alteridade, profissionalismo, confiança e respeito*.

A participação de cada contingente e as experiências por eles acumuladas foram fundamentais para o êxito dos contingentes seguintes. Pela peculiaridade de *imposição da paz*, a participação militar na MINUSTAH torna-se uma referência nas participações brasileiras em missões da ONU (LESSA, 2007), ou seja, leia-se: *modelagem ofensiva da cultura estratégica*.

Ao fim e ao cabo, embora haja outro entendimento a esse tipo de emprego militar conduzido pela ONU no Haiti, Dag Hammarskjöld, antigo Secretário-Geral da ONU, considerou as operações de manutenção da paz em um imaginário

Capítulo VI e meio”, uma solução à adoção de medidas dirigidas à *solução pacífica* das controvérsias e a *aplicação de medidas coercitivas*, no entanto, é um tema que produz muitas discussões, portanto, não há, ainda, um entendimento sobre o significativo e o alcance do termo “*operação de manutenção da paz* (FONTOURA, 1999, p. 70-72, grifo nosso).

Nesse viés, identifica – se, *a priori*, que o emprego das Forças brasileiras se deu à luz das visões de Rosen, Lantis e Howlett: opções ofensivas e defensivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Estado brasileiro no Haiti, por meio de suas Forças Armadas, determinou, *grosso modo*, um recorte de sua cultura estratégica, pois o Emprego das Forças vai ao encontro do pensamento de Rosen, Lantis e Howlett, haja vista que o Estado, para o cumprimento da missão imposta pela ONU, decidiu que a *escolha* de empregar suas FA se pautou, inicialmente, em uma *dinâmica ofensiva*, uma vez que a conjuntura no Haiti foi de plena conflagração entre as *gangs* e a população, com o emprego de armamento de guerra, portanto, se vislumbravam combates entre as forças brasileiras e as *gangs* haitianas, especificamente nas duas primeiras fases da missão, a partir da 3ª fase, consolidação da pacificação, *grosso modo*, modificou-se o perfil de atuação, de um estilo ofensivo para uma opção defensiva em termos de caracterização da cultura estratégica, portanto, com a mitigação de menos conflitos bélicos.

Mas também o Emprego Material das Forças representa o pensamento de Booth, posto que as elites – política e militar – aquiesceram à participação brasileira no contexto do Capítulo 7 da ONU.

De resto, incorporam-se a esse quadro os seguintes indicadores da *cultura estratégica* empregada no Haiti: colaboração, solidariedade, alteridade, flexibilidade, capacidade de mobilização, confiança e respeito no soldado brasileiro, mormente a crença na liderança dos comandantes em todos os escalões, em particular os generais, adaptabilidade e capacidade de iniciativa dos oficiais, estas reveladas nas dinâmicas posteriores ao terremoto, treinamento intenso, o que revela eficaz preparo técnico e alto grau de profissionalismo, e humanidade.

Ressalta-se, de mais a mais, que a participação das Forças brasileiras sob a ótica da cultura estratégica, nos modelos ofensivo e defensivo, contou com o respeito ao princípio constitucional da prevalência da dignidade humana, positivado nos principais diplomas internacionais, notadamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, e na Carta Federal brasileira de 1988, em particular o cumprimento do artigo 4º, em que as Forças se pautaram pelos seguintes princípios, entre outros: prevalência dos direitos humanos; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, em que pese, por mais dialético que possa ser, o Estado ter atuado sob a lupa, inicialmente, do Capítulo 7 do CS/ONU, entretanto, ao sopesar os efeitos colaterais do emprego das tropas na população e o cumprimento da missão delegada pelas Nações Unidas, os haitianos aprovaram o *modus operandi* da cultura estratégica brasileira em solo haitiano, pois as atitudes, valores, moral, ética e sciência – capacidade dos seres de sentir sensações e sentimentos de forma consciente – dos militares brasileiros foram reflexos do excelente preparo e emprego fora de sua territorialidade.

Tourt cout, a manifestação da cultura estratégica das forças militares brasileiras contribuiu para pôr fim às agressões físicas e desumanas sofridas pelo povo haitiano, em face de estar, metaforicamente, aprisionado numa *jaula de ferro*, portanto, permitiu-lhe a opção de uma “ruptura das trancas dessa jaula de ferro para sairmos, irrompermos no exterior, aspirarmos e respirarmos a sensação de liberdade que nos preenche quando assumimos e concretizamos a necessidade de “okupar” o mundo em que vivemos” (HERRERA FLORES, 2009, p. 209, grifo do autor).

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BELLAMY, A.; WILLIAMS, P.; GRIFFIN, S. **Understanding peacekeeping**. 2. ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2010.

BLACK, Jeremy. **War and cultural turn**. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Exército. **BRABAT 1 – 12º contingente**: relatório de emprego. Haiti: Exército, 2010.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres 3ª Subchefia. Divisão de Missão de Paz. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso**: 2004-2017. Brasília, DF: COTer, 2017. Disponível em: http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/brasil_haiti/01-Brasil-no-Haiti-Um-Caso-de-Sucesso.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Estado-Maior do Exército. **Manual de campanha**: operações de pacificação. Brasília: EME, 2015. Disponível em: http://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/CMB/publicacoes/manual_de_campanha_operacoes_de_pacificacao.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRAGA, C. C. V. Os desafios iniciais da participação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH. *In*: HAMAMNN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 36-43. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BOOTH, K. The concept of strategic culture affirmed. *In*: JACOBSEN, C. G. (ed.). **Strategic power**: USA/USSR. New York: St. Martin's, 1990. p. 121-128.

DEIBERT, Michael. Fim da missão de estabilização da ONU no Haiti: o que significa para o futuro do País. **Foreign Affairs**, Congers, NY, June 21, 2017. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/haiti/2017-06-21/end-un-stabilization-mission-haiti?check_logged_in=1&utm_medium=promo_email&utm_source=lo_flows&utm_campaign=registered_user_welcome&utm_term=email_1&utm_content=20220131. Acesso em: 31 jan. 2022.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília, DF: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FONTOURA, P. R. C. T. da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

FONTOURA, P. R. C. T. da; UZIEL, E. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 9-15. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GRAY, C. S. **Perspectives on strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GRUZINSKI, S. A passagem do século: 1480-1520. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HERRERA FLORES, J. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

JOHNSTON, A. **Cultural realism**: strategic culture and grand strategy in Chinese history. Princeton: Princeton University Press, 1995.

KENKEL, K. M. Democracia, ajuda humanitária e operações de paz na política externa brasileira recente: as escolhas de uma potência emergente. In: LANDAU, G. D. *et al.* (org.). **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2010. p. 24-33.

KENKEL, K. M. Interesses e identidade na participação do Brasil em Operações de Paz. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/97>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LANTIS, J. S.; HOWLETT, D. Strategic culture. *In*: BAYLIS, J.; WIRTZ, J. J.; JOHNSON, J. L. (ed.). **Strategy in the contemporary**: an introduction to strategic studies. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 82-100.

LESSA, M. A. G. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LUCENA, L. L. M. de. **O Brasil e a MINUSTAH – ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira “altiva” e “ativa” em operações de paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: Instituto de Relações internacionais, 2013. p. 19-20.

MENDONÇA, M. V. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. *In*: HAMAMNN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 58-65. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MIRANDA, A. L. N. A pacificação de Bel Air. *In*: HAMAMNN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 1-121. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MORRELL, J. The governors island accord in Haiti. *In*: **INTERNATIONAL POLICY REPORT**. Washington DC, Sep. 1993. Disponível em: <http://www.haitipolicy.org/archives/Publications&Commentary/governors.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.

NACIONES UNIDAS. Consejo de Seguridad. **Resolución 1542 (2004)**. Nueva York: Naciones Unidas, 2004a. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión, celebrada el 30 de abril de 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532>. Acesso em: 29 nov. 22.

NACIONES UNIDAS. Consejo de Seguridad. **Resolución 1549 (2004)**. Nueva York: Naciones Unidas, 2004b. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4991ª sesión, celebrada el 17 de junio de 2004. Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/tmp/1435552.83546448.html>. Acesso em: 29 nov. 22.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça**. Nova Iorque: Nações Unidas, [2009]. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NASSER, F. Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. de. *et al.* (org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília, DF: IPEA, 2012, p. 213-237. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3041>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PINHEIRO, J. S. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33553105.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RASQUINI, G. C.; D'OLIVEIRA, S. P. O empecilho gerado pelas catástrofes naturais. In: SOUTO, B. C. da S. *et al.* (org.). **Retrospectiva da missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. São Paulo; Uruguay: Observatório Sudamericano de Defesas y Fuerzas Armadas, 2017. p. 12-13.

SÁ, J. E. de. **A decisão brasileira de participar da MINUSTAH**. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2022/03/Jessica-Espindola-de-Sa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SCOBELL, A. **China and strategic culture**. Honolulu: University Press of the Pacific, 2004.

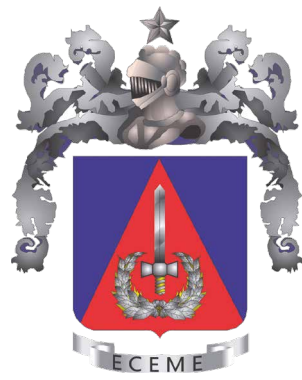
SEITENFUS, R. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas operações de paz, 2008. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **O Brasil e a ONU**. Brasília, DF: FUNAG, 2008. p. 41-58. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/477-brasil_e_a_onu.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, G. F.; PAULA, L. D. de. A missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti: uma alternativa para a sucessão de crises? In: SOUTO, B. C. da S. *et al.* (org.) **Retrospectiva da missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. São Paulo; Uruguay: Observatório Sudamericano de Defesas y Fuerzas Armadas, 2017. p. 1-2. Disponível em: https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m4_u18_14112017-10-17-45-1.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

SNYDER, J. L. **The Soviet Strategic Culture**: implications for limited nuclear operations. Santa Monica: RAND, 1977. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2005/R2154.pdf>. Acesso: em 7 nov. 2021.

UZIEL, E. **O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

VIEIRA NETO, F. P. Epopeia militar brasileira no Haiti. *In*: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 16-23. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.



DIRETRIZES PARA AUTORES E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Todo o processo de submissão deverá ser realizado através de nosso sistema de gerenciamento editorial, disponível em:

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index> (link reduzido: bit.ly/cmmbr)

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco pelo email: info.cmm@eceme.eb.mil.br

O manuscrito:

- 1) deverá ser original e inédito;
- 2) não ter sido publicado ou estar em processo de avaliação por outra revista, e que uma eventual submissão a outra revista apenas ocorrerá após o retorno da avaliação;
- 3) não ter sido publicado uma versão substancialmente similar em anais de eventos.

Diretrizes para autores

As diretrizes a seguir são fundamentais para um bom fluxo editorial. Por favor, leia atentamente as instruções para ter certeza que seu artigo atende a todos os requisitos. Os requisitos normativos completos devem ser acessados diretamente em nosso sistema.

As submissões de artigos estão abertas em fluxo contínuo. Outras publicações como entrevistas ou relatórios técnicos serão selecionados diretamente pela equipe editorial.

Foco e Escopo

A Coleção Meira Mattos é um periódico interdisciplinar que publica artigos científicos relacionados a Segurança, Defesa e Ciências Militares, que promovam o diálogo entre acadêmicos e profissionais, integrando questões sobre as Forças Armadas e a Sociedade. São publicados artigos revisados por pares e, ocasionalmente, entrevistas e relatórios técnicos selecionados, sobre temas atuais e de interesse para a área.

Formatação

Os trabalhos deverão ser enviados em formato Word ou RTF.

Estrutura

Idioma: poderão ser submetidos artigos em português, inglês ou espanhol.

Título: o título deverá ser breve, limitado a 22 palavras (incluindo, quando houver, o subtítulo).

Resumo: com no máximo 150 palavras no idioma do texto e em inglês (quando submetido em português ou espanhol). Deverá descrever os objetivos, metodologia e resultados.

Palavras-chave: no mínimo três e no máximo cinco.

Tabelas, gráficos e imagens: sempre que possível, utilize formatos editáveis para que as traduções possam ocorrer diretamente na imagem. A qualidade das imagens deverá ser de 300dpi quando não forem próprias do Word/Excel (tabelas e gráficos). O conteúdo gráfico deverá ser incluído somente se proverem informações indispensáveis para o entendimento do artigo.

Limite de palavras: o artigo deverá possuir entre 6000 a 8000 palavras, incluindo pré-textuais e referências. Entretanto, artigos maiores ou menores poderão ser publicados desde que justificados pelo conteúdo da contribuição.

Notas de rodapé: a inclusão de notas deverá ser a mínima necessária e apenas para informações cruciais. Deverá ser incluída na mesma página da indicação da nota, não utilize notas de fim. Evite utilizar as notas para referenciar, privilegie o uso das citações autor-data diretamente no texto. Para notas de textos informativos disponíveis na Internet, de interesse do leitor e que não sejam citações diretas ou indiretas, como notícias, sites institucionais ou de empresas, documentos eletrônicos, tabelas ou dados estatísticos, deverá ser indicado o link e data de acesso, conforme exemplo a seguir:

[Texto explicativo]. Disponível em: [site]. Acesso em: [dia mês ano] abr. 2019.

Maiores informações disponíveis no site do Exército Brasileiro. Disponível em: www.eb.mil.br. Acesso em: 02 abr. 2019.

Outras recomendações

Indicação de financiamentos: deverá ser indicado como nota de rodapé do título se a pesquisa é financiada e quem financiou. Indicar também, quando houver, o número do processo. Conforme a seguinte estrutura:

Estudo/Pesquisa financiado pelo [órgão de fomento], através do [projeto/programa], [edital/processo].

Exemplo:

Estudo financiado pelo Ministério da Defesa e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), edital 27/2018.

Dados sobre o(s) autor(es): deverão ser informados somente nos metadados preenchidos no sistema durante a submissão do artigo. Serão publicados somente o nome completo, vínculo institucional e endereço de e-mail.

Exemplo:

Tássio Franchi

Exército Brasileiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

editor.cmm@eceme.eb.mil.br

Não serão aceitos artigos com mais de 4 (quatro) autores/coautores.

Solicitamos que a titulação dos autores seja no mínimo mestrado ou similar e, preferencialmente, que um dos autores tenha título de doutor.

Documentos suplementares: Outros documentos podem ser inseridos durante a submissão para auxiliar os revisores no processo de avaliação do artigo. Entretanto, somente o artigo será publicado e disponibilizado no periódico.

Citações e Referências

A CMM adota as normas brasileiras para as referências e para as citações, respectivamente ABNT 6023:2018 e 10520:2002.

Para autores não familiarizados com a norma ABNT, solicitamos que adequem o máximo possível suas citações e referências conforme os exemplos a seguir. Todas as referências e citações serão revisadas por especialistas, garantindo sua uniformidade. Entretanto, não serão aceitos artigos normalizados em outros padrões de apresentação.

Consulte os requisitos normativos completos e exemplos de referências e citações em nosso site.

Declaração de Direito Autoral

A Coleção Meira Mattos (CMM) está licenciada sob as condições do Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Sob esta licença, a CMM permite:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros os termos da licença a que se encontra submetida esta obra.

Agradecimentos
Volume 17, número 58, 2022

Agradecemos o apoio financeiro e administrativo das seguintes instituições e suas agências relacionadas. Além de todos os funcionários envolvidos que colaboraram direta e indiretamente com o Coleção Meira Mattos.

Ministério da Defesa



Departamento de Ensino



Divisão de Cooperação Acadêmica



Departamento de Educação e Cultura do Exército



Diretoria de Educação Superior Militar



Dir. do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército



EB Conhecer





Coleção Meira Mattos

revista das ciências militares

Publicação



Edição

